



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

DIAS RAFAEL MAGUL

**CULTIVAR FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA
COLHER ENGAJAMENTO POLÍTICO: EFEITO DA RETENÇÃO DE MEMBROS
SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

JOÃO PESSOA – PB

2022



DIAS RAFAEL MAGUL

**CULTIVAR FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA
COLHER ENGAJAMENTO POLÍTICO: EFEITO DA RETENÇÃO DE MEMBROS
SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em
Administração do Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal da Paraíba.

Área de concentração: Administração e Sociedade.
Linha de Pesquisa: Organizações e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante.

JOÃO PESSOA – PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M213c Magul, Dias Rafael.

Cultivar filiação em organizações da sociedade civil
para colher engajamento político : efeito da retenção
de membros sobre participação política / Dias Rafael
Magul. - João Pessoa, 2022.

297 f. : il.

Orientação: Carlos Eduardo Cavalcante.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA / PPGA.

1. Administração. 2. Organizações da sociedade civil
- OSC's. 3. Participação política - OSC - Retenção de
membros. 4. Organizações da sociedade civil -
Moçambique. I. Cavalcante, Carlos Eduardo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 005(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGA

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 72

Ata da Sessão Pública de Defesa de Tese do(a) Doutorando(a) **Dias Rafael Magul** como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Administração, Área de Concentração em Administração e Sociedade e na Linha de Pesquisa em Organizações e Sociedade.

No dia 30 de novembro de 2022, às 08h45 horas, na sala virtual Google Meets, por meio do link: <https://meet.google.com/kad-gkjr-tny>, reuniu-se a banca examinadora homologada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Administração, composta pelos membros: Prof.^(a) Dr.^(a) Carlos Eduardo Cavalcante (Orientador(a) – PPGA/UFPB), Prof.^(a) Dr.^(a) Ana Carolina Kruta de Araújo Bispo (Examinador(a) Interno(a) – PPGA/UFPB), Prof.^(a) Dr.^(a) Francisco José da Costa (Examinador(a) Interno(a) – PPGA/UFPB), Prof.^(a) Dr.^(a) Carlos Shenga (Examinador(a) Externo(a) - Universidade Joaquim Chissano) e Prof.^(a) Dr.^(a) Wagner Soares Fernandes dos Santos (Examinador(a) Externo(a) – UFPB), com a finalidade de julgar a tese do(a) aluno(a) **Dias Rafael Magul** intitulada “**CULTIVAR FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COLHER ENGAJAMENTO POLÍTICO: EFEITO DA RETENÇÃO DE MEMBROS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**”, para obtenção do grau de Doutor em Administração. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa realizado pelo(a) presidente Prof.^(a) Dr.^(a) Carlos Eduardo Cavalcante. Após haver analisado o referido trabalho e arguido o(a) candidato(a), os membros da Banca Examinadora deliberaram por unanimidade e atribuíram o conceito (X) aprovado, () insuficiente, () reprovado.

Observações da Banca:

A banca parabeniza o candidato pela sua trajetória acadêmica e qualidade do trabalho apresentado. Deverão ser avaliadas pelo orientador e candidato as sugestões indicadas pela banca.

Proclamados os resultados, o Presidente da Banca Examinadora, Prof.^(a) Dr.^(a) Carlos Eduardo Cavalcante, encerrou os trabalhos, e para constar, confere e assina a presente ata, juntamente aos membros da Banca Examinadora e o(a) aluno(a).

Prof.^(a) Dr.^(a) Carlos Eduardo Cavalcante
Orientador(a) – PPGA/UFPB

Prof.^(a) Dr.^(a) Ana Carolina Kruta de Araújo Bispo
Examinador(a) Interno(a) – PPGA/UFPB

Prof.^(a) Dr.^(a) Francisco José da Costa
Examinador(a) Interno(a) – PPGA/UFPB



Prof.^(a) Dr.^(a) Carlos Shenga
Examinador(a) Externo(a) - Universidade Joaquim Chissano

Prof.^(a) Dr.^(a) Wagner Soares Fernandes dos Santos
Examinador(a) Externo(a) – UFPB



Dias Rafael Magul
Doutorando(a)

Emitido em 30/11/2022

ATA Nº 1/2022 - CCSA - DA (11.01.13.03)
(Nº do Documento: 1)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/12/2022 08:40)

CARLOS EDUARDO CAVALCANTE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1535430

(Assinado digitalmente em 02/12/2022 10:50)

WAGNER SOARES FERNANDES DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE
2665486

(Assinado digitalmente em 02/12/2022 09:01)

FRANCISCO JOSÉ DA COSTA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
2697113

(Assinado digitalmente em 02/12/2022 08:58)

ANA CAROLINA KRUTA DE ARAUJO BISPO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1671678

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **1**,
ano: **2022**, documento (espécie): **ATA**, data de emissão: **02/12/2022** e o código de verificação: **11427b9a63**

DIAS RAFAEL MAGUL

**CULTIVAR FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA
COLHER ENGAJAMENTO POLÍTICO: EFEITO DA RETENÇÃO DE MEMBROS
SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Área de Concentração: Administração e Sociedade. Linha de Pesquisa: Organizações e sociedade.

Aprovada em: 30/11/2022

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PPGA

Prof.^a. Dr.^a. Ana Carolina Kruta de Araújo Bispo (Examinadora Interna)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PPGA

Prof. Dr. Francisco José da Costa (Examinador Interno)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PPGA

Prof. Dr. Carlos Shenga (Examinador Externo)
Universidade Joaquim Chissano – UJC (Moçambique)

Prof. Dr. Wagner Soares Fernandes dos Santos (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Às minhas filhas, Diamara Dias Magul e
Marinela Mariza Dias Magul, por serem a
“força motriz” para suplantam os desafios
que a vida nos impõe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela bênção e pela força dadas para concretizar mais um “sonho”.

Aos pais, Rafael Samuel Magul e Marta Semende Vilanculo (em memória), pelo incentivo aos estudos e preparação para a vida.

À toda a família, particularmente à Mariza Madalena Queco, pela compreensão das privações que passou durante o período desta formação; e às minhas filhas, Diamara Dias Magul e Marinela Mariza Dias Magul, pela ansiedade pelo meu retorno à casa, o que constituiu pressão psicológica.

Ao Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba, pela aceitação no doutorado e pelas oficinas ofertadas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Brasil, pela concessão da bolsa no âmbito do Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

Ao meu orientador, Professor Dr. Carlos Eduardo Cavalcante, por ter me aceitado como orientando, sobretudo pela permanente dedicação, disponibilidade, paciência, ponderação e pelos ensinamentos.

Aos Professores do PPGA, pelos conhecimentos transmitidos, pela dedicação e pelo profissionalismo.

Aos colegas da turma 8 do doutorado, pelo aprendizado conjunto, pela colaboração e pela integração.

Aos colegas do Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS), pela socialização, pelo aprendizado conjunto e pela colaboração no processo da avaliação do instrumento da pesquisa.

Às Universidades, instituições públicas e organizações da sociedade civil de Moçambique que aceitaram colaborar na pesquisa, assim como aos respectivos estudantes, servidores públicos e “membros” que participaram da pesquisa, fornecendo dados por meio do questionário.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram no processo da minha formação e na realização desta pesquisa.

Muito obrigado.

RESUMO

As organizações da sociedade civil (OSC's) têm sido reconhecidas pelo potencial de criar capacidade individual de participação política, por isso, defende-se a tese de que “membros” de OSC são mais susceptíveis a participar em diversas práticas políticas do que os “não membros”. O argumento da pesquisa é de que a propensão de “membros” a participar das práticas políticas é explicada pela retenção de “membros”. Nesta perspectiva, a principal finalidade desta pesquisa é *de compreender a influência da retenção de “membros” de OSC sobre participação política*. A prossecução deste objetivo demandou a necessidade de desenvolver um modelo de mensuração da participação política, devido às limitações da literatura em fornecer uma medida que abranja diversas dimensões do construto. A escala foi testada em Moçambique, com base em duas amostras diferentes. A partir dos dados da primeira amostra (n=522), realizou-se uma análise fatorial exploratória. O instrumento sugerido foi aplicado à segunda amostra (n=550), com base na qual realizou-se uma análise fatorial confirmatória e outras análises. O modelo de mensuração validado é constituído pelos seguintes fatores: atividade de campanha, contato político, engajamento cívico, protesto político e votação. Cinco hipóteses da pesquisa foram testadas por meio da modelagem de equações estruturais, das quais foram confirmadas três. Os resultados indicaram que a retenção de “membros” influencia significativamente contato político, engajamento cívico e votação, o que é consistente com o argumento da pesquisa. Através do teste de Mann-Whitney, comprovou-se a tese de que “membros” de OSC's são mais susceptíveis a participar no contato, no engajamento cívico, no protesto e na votação, quando comparados aos “não membros”.

Palavras-chave: Organizações da sociedade civil; participação política; retenção de “membros”; Moçambique.

ABSTRACT

Civil society organizations (CSOs) have been recognized for their potential to create individual capacity for political participation, therefore, it is argued that CSOs “members” are more likely to participate in different political practices than “non-members”. The research argument is that the propensity of “members” to participate in political practices is explained by “members” retention. In this perspective, the main purpose of this research is to understand the influence of retention of CSOs “members” on political participation. Pursuing this objective demanded the need to develop a model to measure political participation, due to the limitations of the literature in providing a measure that encompasses several dimensions of the construct. The scale was tested in Mozambique, based on two different samples. Based on the data from the first sample (n=522), an exploratory factor analysis was performed. The suggested instrument was applied to the second sample (n=550), based on which confirmatory factor analysis and other analysis were performed. The validated measurement model is made up of the following factors: campaign activity, contacting, civic engagement, political protest and voting. Five research hypotheses were tested through structural equation modeling, three of which were confirmed. The results indicated that “members” retention significantly influences contacting, civic engagement and voting, which is consistent with the research argument. Through the Mann-Whitney test, the thesis that CSOs “members” are more likely to participate in contacting, civic engagement, political protest and voting was confirmed, when compared to “non-members”.

Keywords: Civil society organizations; political participation; “members” retention; Mozambique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pressuposto teórico	65
Figura 2 - Modelo teórico e hipóteses da pesquisa.....	69
Figura 3 - Desenho da pesquisa.....	75
Figura 4 - Diagrama da AFC da Participação política.....	125
Figura 5 – Sobreposição das médias aritméticas de participação política dos grupos por fator .	142
Figura 6 – Sobreposição das médias aritméticas de participação política dos grupos por itens .	176
Figura 7 - Diagrama da AFC da retenção de “membros”.....	188
Figura 8 - Ilustração das Hipóteses testadas na pesquisa	193
Figura 9 - Diagrama de caminhos de H1a: A “remuneração” explica “atividade de campanha”	197
Figura 10 - Diagrama de caminhos de H1b: O “apoio do supervisor” explica “atividade de campanha”	198
Figura 11 - Diagrama de caminhos de H1c: As “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” explicam “atividade de campanha”	199
Figura 12 - Diagrama de caminhos de H1d: As “oportunidades de carreira” explicam “atividade de campanha”	201
Figura 13 - Diagrama de caminhos de H1e: “Equilíbrio trabalho-vida” explica “atividade de campanha”	202
Figura 14 - Diagrama de caminhos de H2a: A “remuneração” explica positivamente “contato” político	206
Figura 15 - Diagrama de caminhos de H2b: O “apoio do supervisor” influencia positivamente “contato” político.....	208
Figura 16 - Diagrama de caminhos de H2c: As “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” influenciam positivamente “contato” político	209
Figura 17 - Diagrama de caminhos de H2d: As “oportunidades de carreira” influenciam positivamente “contato” político	211
Figura 18 - Diagrama de caminhos de H2e: “Equilíbrio trabalho-vida” influencia positivamente “contato” político.....	212
Figura 19 - Diagrama de caminhos de H3a: “Remuneração” favorece “engajamento cívico” ...	217
Figura 20 - Diagrama de caminhos de H3b: O “apoio do supervisor” favorece “engajamento cívico”	218
Figura 21 - Diagrama de caminhos de H3c: “Oportunidades de treinamento e desenvolvimento” favorecem “engajamento cívico”.....	219
Figura 22 - Diagrama de caminhos de H3d: “Oportunidades de carreira” favorecem “engajamento cívico”	221
Figura 23 - Diagrama de caminhos de H3e: “Equilíbrio trabalho-vida” favorece “engajamento cívico”	222
Figura 24 - Diagrama de caminhos de H4a: A “remuneração” é positivamente relacionada com “protesto” político.....	227
Figura 25 - Diagrama de caminhos de H4b: “Apoio do supervisor” é positivamente relacionada com “protesto” político.....	228

Figura 26 - Diagrama de caminhos de H4c: “Oportunidades de treinamento e desenvolvimento” são positivamente relacionadas com “protesto” político	230
Figura 27 - Diagrama de caminhos de H4d: “oportunidades de carreira” são positivamente relacionadas com “protesto” político.....	231
Figura 28 - Diagrama de caminhos de H4e: “Equilíbrio trabalho-vida” está positivamente relacionado com “protesto” político	233
Figura 29 - Diagrama de caminhos de H5a: “Remuneração” é preditora da “votação”	236
Figura 30 - Diagrama de caminhos de H5b: “Apoio do supervisor” é preditor da “votação”	237
Figura 31 - Diagrama de caminhos de H5c: “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” são preditoras da “votação”	239
Figura 32 - Diagrama de caminhos de H5d: “oportunidades de carreira” são preditoras da “votação”	240
Figura 33 - Diagrama de caminhos de H5e: “equilíbrio trabalho-vida” é preditor da “votação”	241

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fatores de retenção de “membros” e estudos relacionados.....	44
Quadro 2 - Síntese e caracterização das dimensões de retenção de “membros”	51
Quadro 3 - Síntese das dimensões da participação política.....	54
Quadro 4 - Itens da dimensão “votação”	56
Quadro 5 - Itens da dimensão “atividade de campanha”	57
Quadro 6 - Itens da dimensão “atividade partidária”	57
Quadro 7 - Itens da dimensão “contato”	58
Quadro 8 - Itens da dimensão “protesto”	59
Quadro 9 - Indicadores da dimensão “consumismo político”	61
Quadro 10 - Itens da dimensão “engajamento cívico”	62
Quadro 11 - Itens da dimensão “participação pela internet”	63
Quadro 12- Instrumento de mensuração da retenção de “membros”	66
Quadro 13- Alterações feitas na escrita dos itens do fator remuneração.....	68
Quadro 14 – Síntese dos sujeitos de pesquisa	89
Quadro 15- Perfil dos especialistas que validaram o instrumento.....	95
Quadro 16 - Itens de mensuração da participação política após validação de conteúdo e face	96
Quadro 17 - Critérios utilizados nos procedimentos da AFE	100
Quadro 18 – Sequência da exclusão dos itens após a primeira rodada da AFE	109
Quadro 19 - Itens selecionados para a segunda amostragem	115
Quadro 20 - Dimensões iniciais e após AFE com primeira amostra.....	116
Quadro 21 - Escala final de participação política	130
Quadro 22 – Parâmetros de interpretação das médias aritméticas	137
Quadro 23 – Escala final de retenção de “membros” após análise fatorial	191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Caraterísticas sociodemográficas da primeira amostragem	99
Tabela 2 - Correlação dos itens da dimensão “votação”	101
Tabela 3- Correlação dos itens da dimensão “atividade de campanha”	102
Tabela 4 - Correlação dos itens da dimensão “atividade partidária”	103
Tabela 5 - Correlação dos itens da dimensão “contato”	103
Tabela 6- Correlação dos itens da dimensão “protesto político”	104
Tabela 7- Correlação dos itens da dimensão consumismo político	105
Tabela 8 - Correlação dos itens da dimensão “engajamento cívico”	106
Tabela 9 - Correlação dos itens da dimensão “participação pela internet”	106
Tabela 10 - Primeira rodada da AFE: Comunalidades, carga fatorial e Alfa de Cronbach.....	108
Tabela 11 - Estrutura fatorial, comunalidades e alfa dos itens selecionados da primeira amostra	113
Tabela 12 - Síntese dos dados recolhidos na segunda amostragem	118
Tabela 13 – ID dos <i>Outliers</i> na matriz dos dados da 2ª amostra	119
Tabela 14 - Caraterísticas sociodemográficas da segunda amostragem	120
Tabela 15 - Proveniência geográfica dos dados da segunda amostra	120
Tabela 16 - Estrutura fatorial, comunalidades e alfa dos itens selecionados da segunda amostra	122
Tabela 17 - Índices de ajuste do modelo	124
Tabela 18 - Índices de ajuste do modelo multifatorial de participação política	124
Tabela 19 - Cargas fatoriais da AFC do modelo de participação política	126
Tabela 20 - Validade convergente, discriminante e confiabilidade do modelo de participação política	127
Tabela 21 - Caraterísticas sociodemográficas de “membros” de OSC’s e não membros”	135
Tabela 22 – Análise da participação política de “membros” e “não membros” por dimensão ...	139
Tabela 23 – Análise dos itens da dimensão “atividade de campanha” por grupos	144
Tabela 24 – Teste Mann-Whitney do fator “atividade de campanha”	146
Tabela 25 – Análise dos itens da dimensão “contato” por grupos	151
Tabela 26 – Teste Mann-Whitney do fator “contato”	153
Tabela 27 – Análise dos itens da dimensão “engajamento cívico” por grupos	157
Tabela 28 – Teste Mann-Whitney do fator “engajamento cívico”	159
Tabela 29 – Análise dos itens da dimensão “protesto” por grupos	162
Tabela 30 – Teste Mann-Whitney do fator “protesto”	164
Tabela 31 – Análise dos itens da dimensão “votação” por grupos	170
Tabela 32 – Teste de Mann-Whitney do fator “votação”	172
Tabela 33 - ID dos <i>Outliers</i> multivariados na matriz dos dados dos “membros” de OSC’s	180
Tabela 34 - Características sociodemográficas de “membros” de OSC’s	181
Tabela 35 – Análise da retenção de “membros” por dimensão	183
Tabela 36 - Estrutura fatorial, comunalidades e alfa da escala de retenção de “membros”	186

Tabela 37 - Índices de ajuste do modelo multidimensional de retenção de “membros” de OSC’s	188
Tabela 38 - Validade convergente, discriminante e confiabilidade do modelo de retenção de “membros”	190
Tabela 39 – Estimativas e significância da relação entre “remuneração” e “atividade de campanha”	196
Tabela 40 – Estimativas e significância da relação entre “apoio do supervisor” e “atividade de campanha”	197
Tabela 41 – Estimativas e significância da relação entre “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” e “atividade de campanha”	199
Tabela 42 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Carreira” e “atividade de campanha”	200
Tabela 43 – Estimativas e significância da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “atividade de campanha”	201
Tabela 44 – Estimativas e significância da relação entre “remuneração” e “contato”	206
Tabela 45 – Estimativas e significância da relação entre “apoio do supervisor” e “contato”	207
Tabela 46 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Treinamento e Desenvolvimento” e “contato”	209
Tabela 47 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Carreira” e “contato”	210
Tabela 48 – Estimativas e significância da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “contato”	212
Tabela 49 – Estimativas e significância da relação entre “remuneração” e “engajamento cívico”	216
Tabela 50 – Estimativas e significância da relação entre “apoio do supervisor” e “engajamento cívico”	217
Tabela 51 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Treinamento e Desenvolvimento” e “engajamento cívico”	219
Tabela 52 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Carreira” e “engajamento cívico”	220
Tabela 53 – Estimativas e significância da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “engajamento cívico”	221
Tabela 54 – Estimativas e significância da relação entre “remuneração” e “protesto”	226
Tabela 55 – Estimativas e significância da relação entre “apoio do supervisor” e “protesto”	228
Tabela 56 – Estimativas e significância da relação entre “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” e “protesto”	229
Tabela 57 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Carreira” e “protesto”	230
Tabela 58 – Estimativas e significância da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “protesto”	232
Tabela 59 – Estimativas e significância da relação entre “remuneração” e “votação”	235
Tabela 60 – Estimativas e significância da relação entre “apoio do supervisor” e “votação”	237
Tabela 61 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Treinamento e Desenvolvimento” e “votação”	238

Tabela 62 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Carreira” e “votação”	239
Tabela 63 – Estimativas e significância da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “votação”	241
Tabela 64 – Síntese do teste das hipóteses	244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC – Análise Fatorial Confirmatória
AFE – Análise Fatorial Exploratória
AVE – *Average Variance Extracted*
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CC – Confiabilidade composta
CFI – *Comparative Fit Index*
CIP – Centro de Integridade Pública
DOAJ – *Directory of Open Access Journals*
DP – Desvio-padrão
DWLS – *Diagonally Weighted Least Squares*
GETS – Grupo de Estudos do Terceiro Setor
GI – Graus de Liberdade
IESE – Instituto de Estudos Sociais e Econômicos
INE – Instituto Nacional de Estatística
LDH – Liga dos Direitos Humanos
M – Média aritmética
MEE – Modelagem de Equações Estruturais
MNR – Movimento Nacional de Resistência
OJM – Organização da Juventude de Moçambique
OSC – Organizações da Sociedade Civil
PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração
RMSEA – *Root Mean Square Error of Approximation*
SRMR – *Standardized Root Mean Residual*
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TLI – *Tucker-Lewis Index*
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
WLSMV – *Weighted Least Squares Mean and Variance Adjusted*
X² – Qui-quadrado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	36
2.1 Filiação nas organizações da sociedade civil e sua repercussão na participação política.....	36
2.2 Retenção de “membros”	42
3. MODELO TEÓRICO PROPOSTO.....	51
3.1 Modelo conceitual de retenção de “membros”	51
3.2 Modelo conceitual de participação política	53
3.3 Relação dos modelos conceituais e proposição das hipóteses da pesquisa	64
4. METODOLOGIA	75
4.1 Descrição do contexto da pesquisa	76
4.2 Considerações epistemológicas	82
4.3 Caracterização da pesquisa	83
4.4 Sujeitos da pesquisa	85
4.5 Instrumentos de coleta de dados	89
4.6 Técnicas de análise dos dados.....	91
5. DESENVOLVIMENTO DA ESCALA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	94
5.1 Da construção da escala à sua aplicação na primeira amostragem	94
5.2 Primeira Amostragem: Estrutura Fatorial e Limpeza da Escala	98
5.3 Segunda Amostragem: Validação da Escala.....	117
6. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA COMPARADA: DIFERENÇAS ENTRE “MEMBROS” E “NÃO MEMBROS” DAS OSC’s	133
6.1 Caracterização dos “membros” e “não membros” de OSC’s	134
6.2 Análise da participação política: diferenças entre “membros” e “não membros”	136
7. RETENÇÃO DE “MEMBROS” E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE “MEMBROS” DE OSC’s.....	179
7.1 Caracterização dos “membros” das OSC’s.....	180
7.2 Avaliação do Modelo de retenção de “membros” no contexto moçambicano e das OSC’s.....	182
7.3 Relações entre Retenção de “membros” e participação política.....	192
8. CONCLUSÃO	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	253

APÊNDICES	265
APÊNDICE A – Protocolo da revisão sistemática sobre relação entre filiação nas organizações da sociedade civil e participação política.....	265
APÊNDICE B – Protocolo da revisão sistemática sobre Práticas de gestão de recursos humanos que influenciam retenção de funcionários	269
APÊNDICE C – Protocolo da revisão sistemática sobre Tipologias de participação política	273
APÊNDICE D – Síntese dos indicadores de participação política antes da validação.....	276
APÊNDICE E – Questionário de validação de conteúdo e face.....	278
APÊNDICE F – Questionário aplicado na primeira amostragem	282
APÊNDICE G – Estatísticas descritivas da primeira amostra.....	287
APÊNDICE H – Estrutura fatorial da primeira rodada da AFE	289
APÊNDICE I – Questionário sobre participação política aplicado a “não membros” de OSC’s (2ª amostragem)	291
APÊNDICE J: Questionário sobre Retenção e Participação Política de “membros” de OSC’s (2ª amostragem)	294
APÊNDICE K – Estatísticas descritivas da segunda amostra	299

1. INTRODUÇÃO

Esta tese pertence à linha de pesquisa “organizações e sociedade” e foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos de Terceiro Setor (GETS) do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (Brasil). O GETS tem acolhido pesquisas de dissertações e teses sobre temáticas de diversas organizações do terceiro setor, inerentes a voluntariado, cidadania, gestão de pessoas, participação cidadã, dentre outras. Assim, a tese enquadra-se no escopo de pesquisas do GETS e na linha de pesquisa acima indicada, não somente por estudar engajamento político de “membros” de organizações da sociedade civil (OSC’s) e “não membros”, mas também por estudar o efeito da retenção de “membros” sobre participação política.

Neste capítulo, esclarecemos o nosso objeto de estudo, apresentando os principais aspectos introdutórios, conforme se segue. Primeiro, fazemos a contextualização da temática, incluindo a apresentação da nossa tese. Segundo, definimos os conceitos operacionais da pesquisa, com vistas a clarificarmos como esses conceitos devem ser compreendidos e o que realmente significam na nossa pesquisa. Terceiro, apresentamos a relevância teórica da pesquisa. Quarto, expomos a relevância empírica, fundamentando a necessidade de desenvolvimento desta pesquisa. Quinto, formulamos o problema que norteia a pesquisa e definimos os objetivos que orientam a busca de soluções para esse problema. Em sexto lugar, trazemos o nosso argumento da tese. Por último, apresentamos a estrutura deste trabalho, incluindo os resultados que alcançamos nesta pesquisa. A seguir, fazemos a contextualização da temática da pesquisa e a tese que defendemos neste estudo.

A participação política dos cidadãos constitui a essência da democracia e é um dos mecanismos de exercício dos direitos de cidadania política. A democracia demanda cidadãos que participem dos processos de tomada de decisões e de influência de resultados políticos. Uma das formas, dentre outras possíveis, por meio da qual indivíduos podem ser mais propensos a participar em práticas políticas, é por meio da adesão às OSC’s. Nelas, os “membros” aprendem a apoiar ações coletivas e assuntos políticos democráticos de interesse público, ao mesmo tempo que se apropriam de normas, valores e atitudes democráticas que caracterizam a atuação dessas organizações (BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; ENCARNACIÓN, 2017; JAYSAWAL, 2013; UHLIN, 2009).

Entendemos ser útil explicar ao que nos referimos com a expressão “membros”. Nesta pesquisa, o termo deve ser entendido como se referindo a todos os indivíduos envolvidos na entrega

de atividades e serviços das OSC's à sociedade, abrangendo tanto os que exercem funções executivas, nas suas diversas categorias, quanto os que exercem funções operacionais. O nosso entendimento a respeito do que são “membros” de OSC's é também sustentado por alguns trabalhos (BWALYA; SUKUMAR, 2018; ULZURRUN, 2002). Outro termo que utilizamos nesta pesquisa é o de “não membros”, que deve ser entendido como se referindo a qualquer cidadão não filiado às OSC's.

Dada a relevância dos “membros” na entrega de atividades e de serviços à sociedade, consideramos que a sua retenção, durante o período da implementação dos programas e/ou projetos, é determinante para o alcance dos resultados pretendidos pelas OSC's. Além disso, acreditamos que a retenção de “membros” de OSC's aumenta a probabilidade do seu engajamento em práticas políticas, atendendo que as OSC's conscientizam os seus “membros” a respeito de problemas comuns existentes na sociedade, ao agir em defesa de assuntos políticos de interesse público, fazendo os seus “membros” testemunhar o engajamento das suas organizações em questões políticas. Ao fazer isso, as OSC's fornecem habilidades cívicas e recursos políticos que propiciam a participação dos “membros” em atividades políticas (BOULDING, 2010; ULZURRUN, 2002).

As OSC's se apresentam como plataformas de socialização política não somente por meio do desenvolvimento de capacidades e habilidades individuais para participação em ações políticas, mas também por meio da promoção de normas, de valores e de atitudes democráticas (BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; ENCARNACIÓN, 2017; JAYSAWAL, 2013; LEE; GLASURE, 2007; UHLIN, 2009). Desta forma, as OSC's são cruciais na criação de espaço para a democratização, no fortalecimento de instituições democráticas e no estímulo às diversas formas de participação política dos cidadãos (BOULDING, 2010; ENCARNACIÓN, 2017; MUNERI, 2016; QUIGLEY, 1996).

Considerando que as OSC's apoiam e promovem atitudes positivas relacionadas à democracia, os “membros” passam a aprender e a praticar aspectos inerentes a processos políticos democráticos (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; MCVEY; VOWLES, 2005), o que faz das OSC's escolas de democracia e de socialização política (ULZURRUN, 2002) que desenvolvem nos seus “membros” competências e valores democráticos. Além disso, o pertencimento às OSC's oportuniza interação dos “membros” entre si e com as diversas partes interessadas e, trabalhando juntos, os indivíduos criam confiança recíproca, propiciando o

enfrentamento de problemas comuns existentes na comunidade (BOULDING, 2010). A partir disso, as OSC's concorrem para a formação de cidadãos dispostos a apoiar e a se envolver em assuntos comuns de interesse público, com repercussões na participação política.

A propensão dos “membros” a participar em práticas políticas está também associada ao capital social detido pelos indivíduos. Capital social consiste em relações sociais reciprocamente cooperativas entre os “membros” de OSC's, as quais estimulam ação coletiva e geram disposição dos indivíduos a participar na política (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; FAHMY, 2006; RAHBARQAZI; NOEI BAGHBAN, 2020). A filiação nas OSC's propicia interação e cooperação entre indivíduos, promovendo confiança e reciprocidade na sociedade, por meio de redes de relações sociais inerentes a essas organizações (ULZURRUN, 2002). Por meio da adesão nas OSC's, os indivíduos desenvolvem sistemas de relações sociais profundas e interagem com outras pessoas e grupos diversos, aumentando informações pessoais e mobilizando recursos que são necessários para ação coletiva em busca de objetivos compartilhados (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; HOOGHE; STOLLE, 2003; PUTNAM, 2000). As redes de relações sociais mutuamente recíprocas e as normas de confiança social facilitam cooperação dos indivíduos em prol de benefícios coletivos (PUTNAM, 2000) e, consequentemente, afetam a consciência política e impactam na participação política dos “membros” das OSC's.

Levando em consideração que as OSC's desenvolvem competências e valores democráticos, habilidades e virtudes cívicas, assim como capital social que estimulam a participação política, defendemos a tese de que “membros” das OSC's são mais susceptíveis a participar em práticas políticas do que os “não membros”, ao mesmo tempo que acreditamos que a propensão dos “membros” a participar em práticas políticas é explicada pelas práticas de retenção de “membros”. As práticas de gestão de recursos humanos voltadas para a retenção constituem esforços planejados e contínuos que buscam despertar o interesse dos “membros” de pretender permanecer nas suas organizações por mais tempo. Portanto, as práticas de retenção de “membros” reduzem as intenções e a decisão dos “membros” de se desligar da organização e, por conseguinte, viabilizam o desenvolvimento permanente e contínuo das habilidades cívicas e de recursos políticos que favorecem engajamento em diversas práticas políticas.

As práticas de gestão de recursos humanos voltadas para a retenção têm sido largamente estudadas na literatura (DHANPAT et al., 2018; DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; KASHYAP; RANGNEKAR, 2014; PRESBITERO; ROXAS;

CHADEE, 2016; SAMUEL; CHIPUNZA, 2009; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012; SHIBITI, 2019; VAN DYK; COETZEE, 2012; YOUSUF; SIDDQUI, 2019), envolvendo fatores bastante diversificados. A partir de uma revisão sistemática que realizamos sobre práticas de gestão de recursos humanos que influenciam a retenção de funcionários (vide protocolo no Apêndice B), identificamos que uma maior convergência recai sobre os seguintes fatores cruciais: “remuneração”; “características de trabalho”; “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”; “apoio do supervisor”; “oportunidades de carreira”; e “equilíbrio trabalho-vida”.

Nessa revisão, constatamos ainda que dos vários modelos de mensuração dos fatores de retenção utilizados nos estudos, o de Döckel (2003), publicado por Döckel, Basson e Coetzee (2006), foi aplicado em várias pesquisas (DHANPAT et al., 2018; FERREIRA; MUJAJATI, 2017; FERREIRA; POTGIETER, 2018; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; SABBAGHA; LEDIMO; MARTINS, 2018; SHIBITI, 2019; VAN DYK; COETZEE, 2012). Coincidentemente, este modelo se baseia nos fatores de retenção que apresentamos anteriormente. Além de ter sido aplicado em vários estudos, o modelo apresentou níveis aceitáveis de consistência interna nesses estudos, com coeficientes alfa de Cronbach variando de 0,48 (características de trabalho) a 0,97 (remuneração).

Apesar de os seis fatores de retenção que apresentamos terem sido estudados no contexto de organizações públicas e privadas, não encontramos incompatibilidade de sua adequação nas OSC's. Sabendo que o modelo de Döckel (2003) e de Döckel, Basson e Coetzee (2006) é válido e confiável, aliado ao fato dele ser composto de fatores amplamente apoiados pela literatura, conforme demonstramos, utilizamos o modelo em alusão para medir a retenção de “membros” nas OSC's. Nesta pesquisa, utilizamos a expressão “retenção de ‘membros’” no lugar de retenção de funcionários, para nos referir a todos os indivíduos envolvidos na entrega de atividades e serviços das OSC's à sociedade. A seguir, apresentamos os conceitos operacionais que delimitam o nosso objeto de estudo e servem de orientação da pesquisa, com vistas a clarificarmos como eles devem ser compreendidos e o que realmente significam no contexto desta pesquisa.

Sendo um trabalho que segue uma perspectiva multidisciplinar, ele agrega conhecimento de três áreas, nomeadamente: terceiro setor (isto é, OSC's), gestão de pessoas (retenção de “membros”) e ciência política (participação política). Compreendendo que alguns dos construtos que agregamos nesta pesquisa foram tendo significados diferentes ao longo do tempo, não é nossa

intenção fazermos uma revisão histórica de nenhum deles, interessando-nos o seu significado e o alcance contemporâneo, com base nos quais se ancora esta pesquisa.

As OSC's fazem parte de um vasto conjunto de organizações do terceiro setor, atuando na esfera pública e perseguindo fins públicos (DIAMOND, 1994). Elas defendem direitos, interesses, objetivos, causas e valores compartilhados pelos seus “membros”, os quais norteiam a sua atuação na sociedade. Extensivamente, esta definição abrange aquele tipo de organizações que, além de serem da sociedade civil, também podem ser incluídas no segundo setor, tais como associações comerciais ou ancoradas na defesa de interesses profissionais, mas que também fazem parte da sociedade civil por defenderem direitos e causas da classe que podem concorrer para influenciar decisões políticas (por exemplo, ordens profissionais).

A sociedade civil é composta de um conjunto diversificado de organizações que podem ser agrupadas da seguinte forma: *organizações cívicas*, que buscam por melhorias democráticas nos sistemas de governo, incluindo monitoria de direitos humanos e controle da corrupção; *organizações de carácter informativo e educacional*, dedicadas à produção e à disseminação de conhecimento, de ideias e de informações; *organizações desenvolvimentistas*, voltadas para a melhoria de infraestruturas, de instituições e de qualidade de vida das comunidades; *organizações econômicas* (por exemplo, associações e redes produtivas comerciais); *organizações culturais* (por exemplo, religiosas, comunitárias e de defesa de valores e crenças coletivos); *organizações baseadas em interesses*, que buscam promover ou defender interesses comuns de seus “membros”; e *organizações voltadas para a defesa de questões específicas*, tais como proteção ambiental, proteção de direitos de minorias, etc. (DIAMOND, 1994). Assim, constituem exemplos de OSC's instituições sociais, associações comunitárias, clubes sociais, clubes desportivos, agências de aconselhamento familiar, sindicatos, associações profissionais, algumas organizações que prestam serviços de educação e de saúde, congregações religiosas, grupos ambientais, organizações de direitos humanos, grupos de autoajuda, etc. (SALAMON, 2010; SALAMON; ANHEIER, 1997, 1999).

Apesar da diversidade e variação das OSC's entre países, elas apresentam como principais características o fato de serem organizações (formais ou informais) sem fins lucrativos (produzem bens e serviços que beneficiam a comunidade e não buscam distribuir lucros para os proprietários, “membros” ou acionistas), autogovernadas (isto é, autônomas, com seus mecanismos de governança interna), de livre adesão (a filiação nelas depende da escolha ou do consentimento

individual) e que operam fora do estado e do mercado (DIAMOND, 1994; SALAMON, 2010; SALAMON; ANHEIER, 1999).

Nesta pesquisa, retenção de “membros” deve ser entendida como conjunto de práticas de gestão de pessoas que buscam estimular o interesse dos “membros” para permanecer na organização por um período de tempo mais longo, podendo ser até a conclusão de projeto ou aposentadoria (HAIDER et al., 2015; HONG et al., 2012; SHIBITI, 2019; WIJESIRI et al., 2018; YOUSUF; SIDDQUI, 2019).

A participação política tem sido definida de diversas formas ao longo do tempo, além de abarcar diversos fenômenos de modo incremental, como resultado do desenvolvimento social, econômico, político e tecnológico da sociedade. Não constituindo nossa intenção revisar a evolução histórica do conceito, optamos por fazer um corte transversal para considerações atuais sem, no entanto, ofuscarmos o que o conceito representou desde os estudos clássicos de Milbrath (1965) e Verba e Nie (1972), por exemplo.

A participação política pode ser considerada como atividades voluntárias de cidadãos comuns que buscam influenciar ou afetar decisões e resultados políticos (TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; VAN DETH, 2001, 2009, 2014). Quatro principais aspectos podem ser derivados desta definição. Primeiro, as atividades políticas devem ser encaradas como ações levadas a cabo por cidadãos por meio de comportamento observável (TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; VAN DETH, 2001, 2014, 2015). Segundo, os sujeitos envolvidos nessas ações são indivíduos exercendo o seu papel de cidadãos, não o fazendo como políticos, titulares de cargos, profissionais de diversas áreas ou como servidores públicos (TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; VAN DETH, 2014, 2015, 2016). Terceiro, as ações políticas são tentativas deliberadas que buscam influenciar ou afetar decisões e resultados políticos (TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007). Quarto, as atividades políticas são de carácter voluntário e não compulsório (VAN DETH, 2001, 2014, 2015, 2016).

No entanto, a extensão contínua das formas de participação política parece ter dificultado, em algum momento, a concepção de uma conceituação mais abrangente. Alternativamente, Van Deth (2014) se esforçou na identificação dos requisitos indispensáveis com base nos quais determinadas atividades humanas possam ser reconhecidas como estando enquadradas no repertório de participação política. Considerando esses requisitos, a participação política deve ser entendida como atividades ou ações voluntárias realizadas por cidadãos não profissionais por meio

de comportamento observável, circunscritas e/ou direcionadas à esfera do governo/estado/política com o objetivo de resolver problemas coletivos ou comunitários, e usadas para expressar objetivos e intenções políticas dos participantes (VAN DETH, 2014). Os elementos contidos nesta definição devem ser encarados como um conjunto a ser satisfeito, em sua totalidade, por qualquer atividade que se pretenda que seja indicador de participação política.

Assim, qualquer atividade, para ser considerada como indicador de participação política deve, cumulativamente: visar resolver assuntos coletivos; estar circunscrita e/ou direcionada ao governo, estado e com efeitos na política; e ser levada a cabo voluntariamente por indivíduos na sua condição de cidadãos, expressando seus objetivos e suas intenções por meio de comportamento observável. Nesta perspectiva, selecionamos os indicadores que compõem o modelo de mensuração da participação política com base na definição operacional que derivamos do mapa conceitual de Van Deth (2014).

Após definirmos e delimitarmos os conceitos operacionais envolvidos nesta pesquisa, passamos a apresentar a relevância teórica, em função das lacunas e das limitações que identificamos na literatura, por meio de três revisões sistemáticas, cujos protocolos podem ser conferidos nos Apêndices A, B e C. A partir da revisão sistemática da literatura sobre OSC's e participação política (vide protocolo no Apêndice A), constatamos que, embora alguns trabalhos tenham encontrado efeito positivo da filiação às OSC's sobre a participação política de “membros” (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; LEE; GLASURE, 2007; ULZURRUN, 2002; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), ainda há certas lacunas. Por exemplo, a propensão dos “membros” a participar em atividades políticas não tem sido examinada em comparação com os “não membros”, o que possibilitaria avaliar se os “membros” são realmente mais susceptíveis a participar de práticas políticas do que os “não membros”. Assim, a propensão dos “membros” das OSC's a participar em atividades políticas em relação aos “não membros” carece de comprovação empírica, o que constitui lacuna nos estudos. Neste sentido, nos propusemos a comparar a participação política de “membros” e “não membros” com vistas a examinarmos a propensão dos “membros” das OSC's de se envolver em práticas políticas.

Além disso, partimos da expectativa de que o desenvolvimento dos atributos que propiciam a participação política dos “membros” é influenciado pela retenção de “membros”, por acreditarmos que altas taxas de rotatividade nas OSC's comprometem o desenvolvimento das competências e dos valores democráticos, das habilidades cívicas, do capital social e de outros

recursos políticos que tornam os “membros” das OSC’s mais propensos a participar em diversas práticas políticas. A partir da revisão sistemática sobre OSC’s e participação política, constatamos que a literatura negligenciou o efeito da retenção de “membros” na criação da capacidade de participação política de “membros” de OSC’s. Portanto, o fato de a literatura ter negligenciado que a propensão de “membros” a participar em diversas atividades políticas pode ser influenciada pela retenção de “membros” constitui outra lacuna que esta pesquisa pretende preencher.

Por outro lado, a literatura sobre participação política apresenta uma diversidade de dimensões e nomenclaturas que, em muitos casos, divergem substancialmente. Por meio de uma revisão sistemática sobre tipologias de participação política (vide protocolo no Apêndice C), identificamos as seguintes dimensões: “votação” (BEAN, 1991; EKMAN; AMNÅ, 2012; KALAYCIOGLU; TURAN, 1981; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018); “atividades de campanha” (BEAN, 1991; KALAYCIOGLU; TURAN, 1981); “atividade partidária” (TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007); “contato” político (TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007); “protesto” político (BEAN, 1991; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007); “consumismo político” (GUNDELACH, 2020; STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005; VAN DETH, 2009, 2014); “engajamento cívico” (EKMAN; AMNÅ, 2012; ZÚÑIGA; COPELAND; BIMBER, 2014); e “participação pela internet” (SIONGERS et al., 2019; THEOCHARIS, 2015; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VISSERS; STOLLE, 2014).

Conforme se pode depreender, as diversas dimensões da participação política carecem de sistematização, dado que se encontram fragmentadas na literatura. Como resultado, a mensuração do fenômeno tem sido feita de forma parcial e diferenciada em vários estudos. Além de as escalas de mensuração do construto diferirem significativamente, elas são incapazes de englobar diversas dimensões envolvidas na medição do fenômeno, situação que pode enfraquecer tentativas de mensuração padronizada e consistente em diversos contextos políticos.

Considerando essas lacunas e limitações existentes na literatura, desenvolvemos um modelo de mensuração da participação política e o testamos em Moçambique. Com base nesse modelo, avaliamos, por um lado, o pressuposto de que “membros” de OSC’s são mais propensos a participar em diversas práticas políticas do que os “não membros”. Por outro, examinamos as relações de dependências entre retenção de “membros” e participação política, usando o modelo

validado. Apresentada a relevância teórica, passamos a apresentar a relevância empírica, que fundamenta a necessidade de desenvolvimento desta pesquisa.

Em 1976 eclodiu uma guerra civil em Moçambique (DARCH, 2018; GEFFRAY, 1991; GENTILI, 2013; MINTER, 1998), que terminou em outubro de 1992 (Lei nº 13/92, de 14 de outubro). Um dos aspectos iniciais mais marcantes no período pós-guerra foi a realização das primeiras eleições democráticas multipartidárias na história do país, em outubro de 1994 (para detalhes a respeito do contexto do estudo, incluindo sobre a guerra civil, vide a seção 4.1). No entanto, uma das características dos processos eleitorais em Moçambique tem sido a fraca participação dos cidadãos. Por exemplo, enquanto as eleições presidenciais de 1994 e de 1999 tiveram níveis elevados de participação dos eleitores, isto é, 87,9%¹ e 69,51%², respectivamente, as quatro subsequentes tiveram participação que varia de 36,42%, nas eleições de 2004 (Deliberação nº 5/CC/05, de 19 de janeiro), a 51,84%, nas eleições de 2019 (Acórdão nº 25/CC/2019, de 22 de dezembro).

Além da votação, tem ocorrido episódios menos frequentes de atividades de protesto político como forma de desaprovação a certas decisões políticas (vide evidências na seção 4.1). A raridade na ocorrência de manifestações, assim como a fraca participação cidadã na votação, indiciam fraco engajamento dos moçambicanos nas diversas práticas políticas. Diante de um fenômeno empírico de relevância, há necessidade de estudá-lo, considerando a importância da participação política para a sobrevivência e o fortalecimento da democracia.

Por outro lado, a necessidade deste estudo é reforçada pelas razões que se seguem. Primeiro, existe um *déficit* de pesquisas sobre a participação dos cidadãos nas diversas práticas políticas em Moçambique. Apesar de *Afrobarometer*³ realizar pesquisas de opinião pública sobre a democracia em Moçambique (IPSOS MOZAMBIQUE, 2016; PEREIRA et al., 2007; SHENGA, 2012; SHENGA; PEREIRA, 2008), estes estudos trazem indicadores parciais de apenas três dimensões de participação política (isto é, votação, contato e atividade de campanha). Especificamente, enquanto a dimensão “votação” é mensurada nesses estudos por um único indicador genérico (votação nas eleições gerais anteriores), sem nenhum tipo de discriminação em termos de titulares dos órgãos (isto é, eleição do presidente da República, dos deputados da Assembleia da República

¹ http://africanelections.tripod.com/mz.html#1994_Presidential_Election.

² http://africanelections.tripod.com/mz.html#1999_Presidential_Election.

³ *Afrobarometer* é uma rede de pesquisa pan-africana sem fins lucrativos que em Moçambique realiza pesquisas de opinião pública sobre democracia e governação.

e dos “membros” das Assembleias Provinciais), a nossa pesquisa se baseia em indicadores específicos para a eleição dos titulares dos órgãos e inclui outros dois itens relacionados às eleições municipais.

No que se refere à dimensão “contato”, os estudos do *Afrobarometer*, os quais citamos anteriormente, avaliaram apenas se durante o ano anterior os cidadãos teriam contactado as seguintes entidades acerca de um problema importante ou para dar-lhes a sua opinião: líder oficial/formal; funcionário de uma agência governamental; conselheiro do governo local; membro do Conselho Distrital; funcionário de partido político. Adicionalmente, nos estudos do *Afrobarometer* (IPSOS MOZAMBIQUE, 2016, 2018; SHENGA, 2012), a dimensão “atividade de campanha” foi mensurada por um único indicador (participação dos cidadãos em reuniões ou comícios de campanha nas eleições gerais anteriores), contrariamente a seis indicadores que constam em nossa pesquisa. Além de incluirmos indicadores específicos de várias dimensões, a nossa pesquisa busca mensurar a participação política como ações contínuas dos cidadãos ao longo do tempo, não como atividades circunscritas e esgotadas em um determinado momento.

Segundo, a necessidade da realização desta pesquisa é também reforçada pela falta de estudos especificamente direcionados para a mensuração da participação política de “membros” das OSC’s em Moçambique, assim como em comparação com os “não membros”, em contexto semelhante. Por exemplo, os estudos do *Afrobarometer* em Moçambique se limitaram a procurar saber se o informante é líder oficial, membro ativo, membro inativo ou não membro de algumas associações voluntárias ou grupos comunitários (IPSOS MOZAMBIQUE, 2016, 2018; PEREIRA et al., 2007; SHENGA, 2012; SHENGA; PEREIRA, 2008).

Levando em consideração que, entre 2014 e 2015, a cidade de Maputo concentrava maior número de OSC’s e de “membros” envolvidos neste tipo de organizações (INE, 2017), a pesquisa baseou-se fundamentalmente nas OSC’s que operam nesta cidade, que é a capital do país. Especificamente, a cidade de Maputo concentrava 1.027 do total de 3.285 associações, confissões religiosas e fundações que existiam em todo o país, ao mesmo tempo que albergava 46.920 do total de 170.000 pessoas envolvidas nessas organizações (vide dados detalhados no item 4.1, no capítulo da metodologia). Após apresentarmos a relevância empírica, passamos a formular o problema que norteia esta pesquisa e a definir os objetivos que orientam a busca de soluções para esse problema.

A existência das OSC’s somente faz sentido quando elas geram repercussões na sociedade, contribuindo na procura de soluções para os problemas nela existentes e para a promoção do bem-

estar. Partindo da expectativa de que “membros” de OSC’s são mais susceptíveis a participar em diversas práticas políticas do que os “não membros”, acreditamos que as OSC’s podem ser uma das soluções, dentre outras possíveis, para o problema do fraco engajamento político dos cidadãos em Moçambique. No entanto, acreditamos que o desenvolvimento das competências e dos valores democráticos, das habilidades cívicas e de outros recursos políticos que estimulam a participação política, pode ser dependente da permanência dos “membros” nas suas organizações por um período de tempo mais longo.

Porém, a mensuração da participação política demanda a necessidade de desenvolvimento de um modelo capaz de fornecer uma imagem mais abrangente do fenômeno, pelas razões que explicamos anteriormente. Dada a multidimensionalidade da participação política, tornou-se necessário identificar os diversos fatores capazes de fornecer uma imagem mais abrangente do quanto os cidadãos são politicamente participativos. A partir dessas dimensões, elaboramos um modelo de mensuração da participação política, o qual foi testado e validado em Moçambique por meio de dados coletados a “membros” e “não membros” de OSC’s.

A propensão de “membros” das OSC’s a participar de práticas políticas do que os “não membros” carece de comprovação empírica. Além disso, o nosso entendimento de que a propensão dos “membros” a participar de práticas políticas é explicada pela retenção de “membros”, também precisa ser testado empiricamente. Diante disso, formulamos o seguinte questionamento norteador desta pesquisa: **Qual é o efeito da retenção de “membros” de OSC’s sobre a participação política em Moçambique?** A busca de respostas para esta questão de pesquisa foi orientada pelos objetivos que se seguem.

Objetivo geral:

- Compreender a influência da retenção de “membros” sobre a participação política de “membros” de OSC’s.

Objetivos específicos:

- Desenvolver um modelo de mensuração da participação política e testá-lo a “membros” e “não membros” de OSC’s em Moçambique;
- Comparar a participação política de “membros” e “não membros” de OSC’s em Moçambique;

- Analisar as práticas de retenção de “membros” e a adequação do modelo nas OSC’s de Moçambique;
- Examinar as relações entre retenção de “membros” e participação política de “membros” de OSC’s de Moçambique.

Consideramos oportuno esclarecer que o formato da questão da pesquisa e do objetivo geral buscou refletir e garantir a sua coerência com o modelo teórico da pesquisa, que apresentamos no terceiro capítulo. Nesta perspectiva, fica evidente que os “não membros” não estão refletidos nestes três elementos, aparecendo apenas nos objetivos específicos. Conforme nos referimos anteriormente, incluímos os “não membros” na pesquisa com vistas a avaliarmos se realmente os “membros” das OSC’s são mais propensos a participar de práticas políticas, conforme sugerido por alguns trabalhos (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; LEE; GLASURE, 2007; ULZURRUN, 2002; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015).

A partir do formato da questão da pesquisa e dos objetivos, pode-se depreender que a pesquisa segue abordagem quantitativa e se orienta pelo paradigma funcionalista, sob lente positivista. Detalhamentos a respeito das características da pesquisa constam no capítulo da metodologia. Depois de percorrermos a contextualização da temática, os conceitos que operacionalizam a pesquisa, a relevância teórica e a empírica, o problema que norteia a pesquisa e os objetivos que orientam a busca de soluções para esse problema, passamos a apresentar o argumento da tese.

A filiação nas OSC’s é um dos caminhos, dentre outros possíveis, capaz de viabilizar a participação política dos cidadãos. Isso é possível porque as OSC’s propiciam a participação política dos seus “membros”, ao desenvolver competências e valores democráticos, por meio de apoio às normas e às atitudes democráticas (LEE; GLASURE, 2007), ao mesmo tempo que elas desenvolvem capital social e habilidades cívicas que estimulam os “membros” a participar em diversas práticas políticas. Ao fazer isso, elas elevam o nível de consciência política dos seus “membros”, reforçando as obrigações políticas inerentes à sua condição de cidadão, repercutindo-se na propensão ao engajamento político. Complementarmente, “membros” de OSC’s têm a oportunidade de interagir com indivíduos e grupos diversos e de desenvolver sistemas de relações sociais profundas, com base nos quais aprendem a apoiar ações coletivas, cooperativas e de solidariedade, de forma coordenada, o que os torna mais susceptíveis a se envolver em assuntos

de interesse público. Desta forma, “membros” podem ser mais propensos a participar em diversas práticas políticas do que os “não membros”.

Partindo da expectativa de que “membros” de OSC’s são mais susceptíveis a participar em diversas práticas políticas, quando comparados aos “não membros”, as OSC’s podem ser consideradas como um dos meios capazes de oportunizar a participação política dos cidadãos. Reconhecendo o potencial das OSC’s no desenvolvimento de recursos políticos que propiciam participação de “membros” nas práticas políticas, entendemos que o aumento dos níveis de participação política pode ser viabilizado por meio de incentivos aos cidadãos para se tornarem “membros” de OSC’s, dentro dos limites do Estado Democrático de Direito. No entanto, a melhoria dos níveis de participação política dos cidadãos não somente é viabilizada pela adesão às OSC’s, mas também é influenciada pela retenção de “membros”. Ao manter os “membros” por mais tempo, as OSC’s oportunizam o desenvolvimento prolongado de habilidades cívicas, de competências e valores democráticos, assim como de outros recursos políticos que propiciam a participação política. Portanto, além de evidenciarmos que a filiação nas OSC’s tem repercussões na participação política de “membros” (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; LEE; GLASURE, 2007; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), argumentamos, ainda, que as práticas de retenção de “membros” influenciam a participação política dos “membros”. A seguir, passamos a apresentar a estrutura desta tese.

Este trabalho está estruturado em oito capítulos, incluindo este capítulo, da introdução. A revisão da literatura constitui o segundo, composto por duas seções. Na primeira, explicamos em que medida a filiação às OSC’s se repercute no aumento da probabilidade de os “membros” participarem em diversas práticas políticas. Por entendermos que o desenvolvimento de virtudes e habilidades cívicas, assim como de outros recursos políticos que tornam os “membros” das OSC’s mais susceptíveis a participar em atividades políticas pode ser dependente da permanência dos “membros” nas suas organizações por um período de tempo prolongado, discutimos, na segunda seção, as práticas de gestão que influenciam a retenção de “membros”.

O terceiro capítulo é do modelo teórico que propusemos, estruturado em três seções. Na primeira e na segunda seção, fazemos a caracterização dos fatores da retenção de “membros” e das práticas políticas, com base nos quais elaboramos o modelo conceitual da retenção de “membros” e da participação política, respectivamente. Na terceira seção, relacionamos os dois modelos

conceituais e propusemos o modelo teórico da pesquisa, a partir do qual derivamos as hipóteses desta pesquisa.

No quarto capítulo, apresentamos e fundamentamos os procedimentos metodológicos que adotamos para a pesquisa. Estruturamos o capítulo em cinco seções. Na primeira fizemos uma breve descrição de Moçambique, apresentando os aspectos inerentes ao nosso objeto de estudo. A segunda seção é reservada às considerações epistemológicas, enquadrando a pesquisa no respectivo paradigma. Na terceira retivemo-nos na caracterização da pesquisa quanto à abordagem, aos objetivos e à sua natureza, assim como na fundamentação subjacente a esta classificação. Na quarta seção, apresentamos o contexto e os sujeitos da pesquisa, incluindo os critérios com base nos quais selecionamos os sujeitos da pesquisa. Na quinta seção, apresentamos os instrumentos que utilizamos na coleta dos dados da pesquisa. Na última, apresentamos os detalhes dos procedimentos estatísticos utilizados para a análise dos dados.

Apresentamos e analisamos os resultados da pesquisa do quinto ao sétimo capítulo. O quinto capítulo refere-se ao processo de desenvolvimento do modelo de mensuração de participação política. Após percorrermos os procedimentos de limpeza e validação da escala, por meio da análise fatorial exploratória e da análise fatorial confirmatória, respectivamente, os resultados sugeriram aceitação do modelo multifatorial com ótimos índices de ajuste, constituído pelos seguintes fatores: “atividade de campanha”, “contato” político, “engajamento cívico”, “protesto” político e “votação”. Os resultados indicaram, ainda, que o modelo de mensuração alcançou validade convergente e validade discriminante, assim como boa consistência interna.

Com base na escala validada, analisamos as diferenças na participação política de “membros” e “não membros” de OSC’s no sexto capítulo, por meio do teste inferencial não-paramétrico de Mann-Whitney. Os resultados apontaram que os “membros” são mais susceptíveis a participar nas atividades políticas de “contato”, “engajamento cívico”, “protesto” e “votação” quando comparados aos “não membros”, com tamanho de efeito médio das diferenças entre os dois grupos nos primeiros três fatores e tamanho de efeito pequeno no último. Entretanto, nenhum dos grupos se sobrepôs ao outro na realização das ações políticas de “atividade de campanha”.

No sétimo capítulo, testamos as hipóteses da pesquisa por meio da modelagem de equações estruturais, as quais estabelecem relações entre retenção de “membros” e participação política. Os achados demonstraram que “contato” político, “engajamento cívico” e “votação” sofrem influência

estatisticamente significativa das práticas de retenção de “membros”, indicando para aceitação de três das cinco hipóteses desta pesquisa.

No último capítulo, apresentamos as conclusões baseadas nos resultados que alcançamos, ao mesmo tempo que apresentamos a utilidade desses resultados, bem como sugestões para pesquisas futuras. Terminada a apresentação do primeiro capítulo, seguimos para o capítulo de revisão da literatura. Nele, discutimos a relação entre filiação nas OSC's e participação política, assim como nos focalizamos nas práticas de retenção de “membros”, por meio das quais se pode viabilizar o desenvolvimento prolongado de habilidades cívicas e de recursos políticos que estimulam os “membros” a participar em diversas práticas políticas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, apresentamos a revisão da literatura em duas seções. Na primeira, discutimos a relação entre filiação nas OSC's e participação política, evidenciando que a adesão às OSC's oportuniza o desenvolvimento de habilidades específicas e de capital social que servem como recursos políticos que propiciam a participação política de “membros”. Por entendermos que o desenvolvimento de recursos políticos que tornam os “membros” mais susceptíveis a participar em diversas práticas políticas pode ser dependente da permanência dos “membros” nas suas organizações por um período de tempo prolongado, discutimos, na segunda seção, as práticas de gestão que influenciam a retenção de “membros”. Os estudos que utilizamos nessas duas seções foram selecionados a partir de duas revisões sistemáticas da literatura, sendo uma sobre “organizações da sociedade civil e participação política” e a outra sobre “práticas gestão de recursos humanos que influenciam a retenção de “membros”, cujos protocolos constam nos Apêndices A e B, respectivamente. A seguir, iniciamos com a revisão da literatura, demonstrando a relação entre filiação às OSC's e participação política de “membros”.

2.1 Filiação nas organizações da sociedade civil e sua repercussão na participação política

Nesta seção, utilizamos publicações que selecionamos a partir da revisão sistemática da literatura seguindo a recomendação PRISMA (MOHER et al., 2009) e os procedimentos sugeridos por Donato e Donato (2019). Nessa revisão, procuramos perceber a relação entre ser “membro” de OSC's e desenvolvimento da capacidade de participação política em contextos de regimes democráticos, com base nos estudos que os recuperamos em cinco bases de dados, a saber: *Web of Science*, *Scopus*, *SAGE Journals Online*, *Google Scholar* e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). O protocolo da revisão sistemática consta no Apêndice A. A partir dos estudos que incluímos nessa revisão sistemática discutimos, a seguir, não somente o papel das OSC's na promoção e aprofundamento da democracia na sociedade, mas principalmente a relação entre OSC's e desenvolvimento de habilidades específicas e de recursos políticos que propiciam a participação política de “membros”.

A participação política é indispensável para o funcionamento de sistemas democráticos, por meio da qual cidadãos expressam suas demandas e interesses (VAN DETH, 2015). Consiste de atividades políticas voluntárias expressas por meio de comportamento observável de cidadãos que buscam influenciar decisões e resultados políticos. Além de instituições que estabelecem a democracia, uma das formas, dentre outras possíveis, por meio da qual se pode ampliar a democracia na sociedade e desenvolver capacidade de participação política de cidadãos, é por meio das OSC's. As OSC's promovem e aprofundam a democracia (JAYSAWAL, 2013; LEE; GLASURE, 2007; UHLIN, 2009) não somente por meio de apoio às normas e às atitudes democráticas, mas, também, por meio do desenvolvimento de competências e valores democráticos nos seus “membros” (LEE; GLASURE, 2007).

A relação das OSC's com a promoção e o fortalecimento da democracia está ancorada nas normas, nos valores e nas atitudes democráticas que, no geral, caracterizam o funcionamento e a atuação das OSC's na sociedade. Desta forma, as OSC's são espaços de socialização política que promovem normas, valores e atitudes democráticas (BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; ENCARNACIÓN, 2017; JAYSAWAL, 2013; UHLIN, 2009) e, por isso, podem ser consideradas como escolas da democracia e de treinamento democrático que fornecem recursos políticos que estimulam diferentes formas de participação política nos seus “membros” (AYALA, 2000; MCVEY; VOWLES, 2005; TEORELL, 2003; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015).

Além de desenvolver capacidade individual de participação política socializando os seus “membros” em questões políticas (DORE; JACKSON, 2020), as OSC's vinculam o indivíduo ao aprendizado de valores democráticos e de habilidades específicas que propiciam a participação política (AYALA, 2000; TEORELL, 2003; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015). As OSC's propiciam a participação política dos seus “membros” por meio de fornecimento de informações políticas, do desenvolvimento de habilidades cívicas e de recursos que favorecem a ação política, ao mesmo tempo que colocam os seus “membros” em contato com instituições políticas e os incentivam a agir em defesa de interesses políticos democráticos (ULZURRUN, 2002).

A relação entre filiação nas OSC's e participação política de “membros” tem sido demonstrada por alguns estudos (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; LEE; GLASURE, 2007; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015). Por exemplo, Aggeborn, Lajevardi e Nyman (2020) encontraram relação positiva entre filiação a associações civis e participação em atividades políticas, tais como votação, contato a políticos e manifestações

na Suécia. A adesão a associações ou organizações não políticas foi considerada por Ayala (2000) como exercendo efeito positivo sobre a participação política dos seus “membros”. Boulding (2010) encontrou uma forte relação entre adesão a organizações sem fins lucrativos e participação dos “membros” em atividades de protesto político na Bolívia. Por sua vez, Lee e Glasure (2007) encontraram uma influência significativa da vida associativa sobre o protesto político na Coréia do Sul.

As OSC's são cruciais no estímulo às diversas formas de participação política dos cidadãos (BOULDING, 2010; ENCARNACIÓN, 2017; MUNERI, 2016; QUIGLEY, 1996). A filiação nas OSC's gera efeitos políticos na medida em que desenvolve habilidades cívicas, competências democráticas e outros recursos políticos que tornam os seus “membros” mais propensos a participar em diversas práticas políticas (AYALA, 2000; DORE; JACKSON, 2020; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015). Além disso, por meio da adesão às OSC's, os indivíduos se envolvem em interações profundas uns com os outros, tanto os “membros” entre si quanto entre eles e os indivíduos das comunidades que se beneficiam das atividades ou dos serviços ofertados pelas OSC's e, juntos, constroem confiança mútua. Essas interações e consequentes conexões entre os indivíduos tornam os “membros” dispostos a enfrentar assuntos comuns que dizem respeito à sua comunidade, podendo transbordar na propensão a participar em atividades políticas. Portanto, as OSC's também estimulam a participação política dos cidadãos por meio da construção da confiança social, da facilitação da ação coletiva e da promoção de normas de reciprocidade, mutualidade e da cidadania política que constituem recursos para ação política (BOULDING, 2010; FAHMY, 2006; KIM, 2004). Isso está relacionado ao capital social, recurso coletivamente construído por meio de adesão às OSC's (PUTNAM, 2000).

Relacionado a redes, normas e confiança social (PUTNAM, 2000), o capital social oportuniza a conexão de indivíduos e grupos diversos, aumenta a confiança social e as atitudes cívicas na sociedade, ao mesmo tempo que facilita a cooperação entre indivíduos e grupos, promovendo uma ação coletiva em busca de objetivos compartilhados (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; HOOGHE; STOLLE, 2003; PUTNAM, 2000). Neste contexto, o capital social capacita os indivíduos a se interessar e a se envolver em ações coletivas em busca do benefício para a sociedade e propicia a participação política dos “membros” das OSC's (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; FAHMY, 2006; RAHBARQAZI; NOEI BAGHBAN, 2020).

Além de criar capital social, as OSC's constituem espaço de discussão de assuntos públicos e, por via disso, socializam os seus "membros" em outros aspectos cruciais para a democracia, tais como tolerância, pluralismo, moderação, disposição para fazer concessões e respeito das opiniões dos outros e pontos de vista opostos (BOULDING, 2010; DIAMOND, 1994), conscientizando os "membros" e modificando o seu comportamento para participação ativa nos processos democráticos (JAYSAWAL, 2013). Ao fazer isso, as OSC's criam nos seus "membros" habilidades que os torna mais susceptíveis a apoiar normas, valores e atitudes democráticas e a participar em atividades políticas (ENCARNACIÓN, 2017; LEE; GLASURE, 2007). É no contexto das funções democráticas a si relacionadas que as OSC's também podem servir para conter o poder e denunciar abusos e violações dos governos (DIAMOND, 1994; MUNERI, 2016), assim como para promover melhorias nas relações entre Estado e sociedade (QUIGLEY, 1996).

Por exemplo, entre 1999 e 2009, as OSC's no Zimbábue desempenharam papel crucial na luta pela democratização. Por meio do discurso, as OSC's influenciaram e ampliaram o espaço comunicativo na luta pela democracia, ao desafiar e contestar os discursos do partido no poder. Ao denunciar abusos dos direitos humanos perpetrados pelo partido no poder, as OSC's no Zimbábue expuseram ações que eram prejudiciais ao processo de democratização, ao mesmo tempo que incentivaram o envolvimento político dos cidadãos, criando um espaço comunicativo necessário para a democratização (MUNERI, 2016).

Na Tailândia, entre 1973 e 1992, um tipo específico de OSC's (grupos democráticos) afetou as relações Estado-cidadãos, exortando o governo a responder às preocupações dos cidadãos. Além disso, essas organizações influenciaram a ação do governo na consolidação da democracia, a partir de uma série de emendas constitucionais atinentes à garantia de um governo mais responsivo e transparente, à realização de referendos públicos, à maior liberdade de informação e à realização de eleição direta de primeiro ministro. As OSC's tailandesas também mobilizaram um grande número de indivíduos para manifestações e deram contribuição substancial na influência de políticas, ao mesmo tempo que trouxeram novas vozes para o debate público e levantaram vozes anteriormente abafadas, encorajando os cidadãos a se engajar em práticas democráticas. Os grupos democráticos se apresentaram como uma plataforma de extensão das liberdades individuais, de advocacia e de promoção de pluralismo (QUIGLEY, 1996).

Putnam (1993) encontrou uma relação positiva entre participação cívica e democracia, com base em um estudo que comparou duas regiões da Itália. Seus resultados indicaram que a filiação

em organizações cívicas tem relação positiva direta com a democracia e a participação política (LEE; GLASURE, 2007). No entanto, Seligson (1999), ao testar a tese de Putnam, usando amostras de seis países de língua espanhola da América Central, constatou não ser qualquer tipo de OSC's que estimula a democracia e uma maior participação política dos indivíduos, mas as organizações de desenvolvimento comunitário. Em contraste com a constatação de Seligson (1999), Uhlin (2009) defende que as OSC's que tendem a desenvolver mais diretamente aspectos institucionais da democracia nos seus "membros" são as que lidam com direitos humanos e política. Não obstante os achados de Seligson (1999) e de Uhlin (2009) não coincidam quanto ao tipo de organizações de sociedade civil que desenvolve valores e atitudes democráticas e estimula a participação política, partimos da assunção de que qualquer tipo de OSC's contribui na promoção da democracia, na conscientização e socialização política dos seus "membros", na criação de capital social e, conseqüentemente, estimula a participação política. Este nosso argumento corrobora com De Ulzurrun (2002) e Lee e Glasure (2007), que defendem que "membros" de qualquer tipo de associação geralmente apresentam taxas de competência e participação política mais elevadas do que cidadãos comuns.

Embora seja dominante na literatura a influência positiva que as OSC's exercem na difusão e no aprofundamento da democracia na sociedade, com repercussão na participação política dos "membros" (AYALA, 2000; ENCARNACIÓN, 2017; LEE; GLASURE, 2007; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), pode ser plausível que esse potencial dependa da estrutura e do nível de institucionalização organizacional, assim como do carácter internamente democrático da própria organização (DIAMOND, 1994; LEE; GLASURE, 2007). A promoção da democracia e do envolvimento político dos "membros" pode depender dos recursos estruturais, das atitudes e dos valores específicos promovidos pelas OSC's (LEE; GLASURE, 2007), dado que o carácter internamente democrático da OSC's (DIAMOND, 1994; LEE; GLASURE, 2007) pode influenciar o desenvolvimento de competências democráticas nos seus "membros". Conforme também sustentado em Diamond (1994), para que as OSC's se apresentem como escolas de socialização de normas, valores e atitudes democráticas nos seus "membros", elas precisam funcionar democraticamente (por exemplo, nos processos de tomada de decisão, na escolha periódica das lideranças e por meio da adoção de mecanismos de transparência, responsabilidade, etc.). Portanto, é expectável que as OSC's que adotam estruturas, princípios e processos democráticos internamente tenham maior probabilidade de promover e desenvolver atributos democráticos nos

seus “membros” e, por conseguinte, propiciar o aumento da capacidade individual de participação política (UHLIN, 2009).

Contudo, não descuramos que determinadas OSC’s podem, deliberadamente, promover valores antidemocráticos e, conseqüentemente, bloquear o fortalecimento da democracia. Assim, a assunção geralmente aceita de que a sociedade civil conduz necessariamente ao fortalecimento e à sobrevivência da democracia, sendo assim indispensável para a democratização e o funcionamento da democracia, não constitui dado adquirido que pode ser conferido em todas as circunstâncias.

Por exemplo, Sahoo (2014) e Pitidol (2016) demonstraram que nem sempre as OSC’s promovem e consolidam a democracia. Baseando-se em uma organização não governamental indiana, *Rajasthan Vanvasi Kalyan Parishad* (RVKP), de orientação *Hindutva*, Sahoo (2014) comprovou o quanto a sociedade civil pode ser antidemocrática. Essa organização não somente se apresentou como contra-força a outras organizações de base muçulmana e cristã, mas também estabeleceu aliança com o partido nacionalista hindu *Bharatiya Janata* (BJP), envolvendo troca de favores. Por sua vez, Pitidol (2016), recorrendo a uma rede tailandesa de atores de desenvolvimento associados a uma organização pública e influente (*Community Organization Development Institution* - CODI), evidenciou que os discursos da sociedade civil podem contribuir para o retrocesso da democracia, dado que o significado de objetivos políticos adotados pelos atores da sociedade civil, a natureza de sua conexão com as elites, assim como os seus interesses e cultura organizacional internos, podem assumir direções contrárias à democratização.

Tomando como base a repercussão que as OSC’s desejam ter na sociedade, por meio da promoção do bem-estar e do desenvolvimento político, econômico e social, consideramos ser exceção e caso isolado que OSC’s minem a democracia. É contrassenso que OSC’s promovam valores antidemocráticos e estrangulem a democracia porque, geralmente, elas são agentes catalizadores da democracia na sociedade. No geral, as OSC’s desenvolvem competências e valores democráticos (LEE; GLASURE, 2007), capital social (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; FAHMY, 2006; HOOGHE; STOLLE, 2003; PUTNAM, 2000; RAHBARQAZI; NOEI BAGHBAN, 2020) e habilidades cívicas (AYALA, 2000; DORE; JACKSON, 2020; ULZURRUN, 2002; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015) que estimulam os seus “membros” a participar em diversas práticas políticas.

Considerando que ser membro de OSC's aumenta a probabilidade de participação em práticas políticas, isso sinaliza a possibilidade de existência de uma relação direta entre filiação nas OSC's e participação política (DORE; JACKSON, 2020). No entanto, a propensão dos “membros” das OSC's a participar em atividades políticas não tem sido demonstrada em comparação com os níveis de participação dos “não membros”. Desta forma, a propensão dos “membros” de OSC's a participar em atividades políticas do que os “não membros” carece de comprovação empírica.

Adicionalmente, entendemos que a probabilidade de os membros das OSC's participarem de práticas políticas pode ser influenciada pela implementação das práticas de retenção de “membros” (HAIDER et al., 2015; HONG et al., 2012; SHIBITI, 2019; WIJESIRI et al., 2018; YOUSUF; SIDDQUI, 2019), por serem capazes de oportunizar o desenvolvimento de habilidades cívicas e de recursos políticos que propiciam a participação política, por um período de tempo prolongado. Portanto, partimos da expectativa de que a propensão de “membros” das OSC's a participar de diversas práticas políticas pode sofrer influência da retenção de “membros”. Partindo deste pressuposto, a seção que se segue se dedica à discussão dos fatores da retenção de “membros”.

2.2 Retenção de “membros”

A literatura que utilizamos nesta seção foi selecionada por meio da revisão sistemática da literatura, seguindo a recomendação PRISMA (MOHER et al., 2009) e os procedimentos sugeridos por Donato e Donato (2019). Nessa revisão, não somente buscamos analisar as práticas de gestão de pessoas que influenciam na retenção de “membros”, mas também identificar o respectivo modelo de mensuração válido e confiável para usarmos nesta pesquisa. As publicações que incluímos na revisão sistemática foram recuperadas em cinco bases de dados, designadamente: *Web of Science*, *Scopus*, *GALE Academic OneFile*, *Directory of Open Access Journals (DOAJ)* e *Google Scholar*. O protocolo da revisão sistemática consta no Apêndice B. Com base nos estudos que selecionamos, analisamos, a seguir, os fatores da retenção de “membros”. Vale lembrar que trazemos a discussão sobre retenção de “membros” para esta pesquisa por entendermos que o potencial das OSC's de desenvolver habilidades específicas e recursos políticos que propicia a participação política pode ser explicada pela retenção de “membros”.

Um dos grandes desafios na gestão de pessoas é como despertar o interesse dos colaboradores de pretender continuar ligados, por muito mais tempo, às organizações nas quais pertencem (KOSSIVI; XU; KALGORA, 2016). Isto significa que a retenção de “membros” requer tomada de medidas apropriadas para mantê-los na organização e, por conseguinte, para reduzir as taxas de rotatividade. Para o efeito, as práticas de gestão de pessoas voltadas para a retenção devem estar de acordo com as expectativas dos “membros” (GANI, 2017; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020), de tal forma que possam ser capazes de evitar o seu desligamento da organização.

Retenção de “membros” deve ser entendida como conjunto de práticas de gestão de recursos humanos que buscam estimular o interesse dos “membros” em permanecer na organização por um período de tempo mais longo, podendo ser até a conclusão de projeto ou aposentadoria (HAIDER et al., 2015; HONG et al., 2012; SHIBITI, 2019; WIJESIRI et al., 2018; YOUSUF; SIDDQUI, 2019). As práticas de recursos humanos voltadas para a retenção de “membros” constituem esforços planejados e contínuos, não sendo, portanto, ações fortuitas.

A retenção de “membros” é relevante na medida em que taxas elevadas de rotatividade acarretam custos diversos para a organização e geram efeitos psicológicos para os que ficam. Além do aumento da carga de trabalho (HAIDER et al., 2015) e de possível moral baixa (HONG et al., 2012), os “membros” que ficam também podem começar a ter intenções de deixar a organização quando veem seus colegas partindo em busca de melhores oportunidades no mercado, podendo gerar um espiral de rotatividade (GHOSH et al., 2013; LEE et al., 2018). Com a rotatividade, os “membros” que saem levam consigo conhecimentos e habilidades adquiridos por meio da experiência e a organização perde “membros” experientes e qualificados. Consequentemente, as equipes de trabalho ficam interrompidas (ARNOLD, 2005; MITCHELL; HOLTOM; LEE, 2001).

Outro aspecto não menos importante é que a rotatividade pode afetar negativamente os padrões de produtividade (ARNOLD, 2005), incluindo a prestação de serviços e o relacionamento da organização com outras empresas e com as partes interessadas (AMBROSIUS, 2016; GHOSH et al., 2013; SAMUEL; CHIPUNZA, 2009). Portanto, o desligamento dos “membros” pode concorrer para a diminuição da curva do aprendizado envolvido na compreensão do trabalho e da organização (GHOSH et al., 2013), ao mesmo tempo que pode envolver a migração de capacidades e habilidades específicas de trabalho para outras organizações e a saída de informações valiosas sobre a empresa, clientes e projetos (AMBROSIUS, 2016; GHOSH et al., 2013; HAIDER et al.,

2015; SAMUEL; CHIPUNZA, 2009). Assim, pode-se depreender que a substituição de “membros” que decidem dar costas à organização demanda reinício de todo o ciclo do sistema de administração de recursos humanos e pode ser onerosa para a organização, conforme também sustentado por Mitchell, Holtom e Lee (2001). Durante o processo de substituição dos “membros”, os padrões de desempenho da organização podem diminuir, dado que o treinamento de novos “membros” pode demorar algum tempo para que eles possam alcançar padrões adequados de desempenho e de qualidade de serviço.

Práticas de gestão de recursos humanos associadas à retenção têm sido amplamente estudadas na literatura (DHANPAT et al., 2018; DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; KASHYAP; RANGNEKAR, 2014; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SAMUEL; CHIPUNZA, 2009; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012; SHIBITI, 2019; VAN DYK; COETZEE, 2012; YOUSUF; SIDDQUI, 2019), envolvendo fatores bastante diversificados. O Quadro 1 sistematiza os fatores de retenção de “membros” que os identificamos por meio da revisão sistemática da literatura.

Quadro 1 - Fatores de retenção de “membros” e estudos relacionados

Nº	Fatores de retenção	Autores
1.	Remuneração	Kashyap e Rangnekar (2014); George (2015); Dhanpat et al. (2018); Imna e Hassan (2015); Kossivi, Xu e Kalgora (2016); Shibiti (2019); Van Dyk e Coetzee (2012); Döckel (2003); Döckel, Basson e Coetzee (2006); Gani, Potgieter e Coetzee (2020); Ghosh et al. (2013); Haider et al. (2015); Hong et al. (2012); Presbitero, Roxas e Chadee (2016); Sanjeevkumar e Wei (2012)
2.	Características do trabalho	Kashyap e Rangnekar (2014); Van Dyk e Coetzee (2012); Döckel (2003); Döckel, Basson e Coetzee (2006); Gani, Potgieter e Coetzee (2020)
3.	Oportunidades de treinamento e desenvolvimento	Imna e Hassan (2015); Kossivi, Xu e Kalgora (2016); Yousuf e Siddqui (2019); Samuel e Chipunza (2009); George (2015); Dhanpat et al. (2018); Shibiti (2019); Kashyap e Rangnekar (2014); Döckel (2003); Döckel, Basson e Coetzee (2006); Gani, Potgieter e Coetzee (2020); Ghosh et al. (2013); Haider et al. (2015); Hong et al. (2012); Presbitero, Roxas e Chadee (2016); Letchmiah e Thomas (2017); Ambrosius (2016); Bibi, Ahmad e Majid (2018)
4.	Oportunidades de carreira	Imna e Hassan (2015); Shibiti (2019); Kashyap e Rangnekar (2014); Döckel (2003); Döckel, Basson e Coetzee (2006); Gani, Potgieter e Coetzee (2020); Ambrosius (2016); Van Dyk e Coetzee (2012); Sanjeevkumar e Wei (2012); Presbitero, Roxas e Chadee (2016); Kossivi, Xu e Kalgora (2016)

Nº	Fatores de retenção	Autores
5.	Apoio do supervisor	Dhanpat et al. (2018); Döckel (2003); Döckel, Basson e Coetzee (2006); Gani, Potgieter e Coetzee (2020); Van Dyk e Coetzee (2012); Sanjeevkumar e Wei (2012); Bibi, Ahmad e Majid (2018)
6.	Equilíbrio trabalho-vida	Kashyap e Rangnekar (2014); Döckel (2003); Döckel, Basson e Coetzee (2006); Gani, Potgieter e Coetzee (2020); Van Dyk e Coetzee (2012); Sanjeevkumar e Wei (2012); Presbitero, Roxas e Chadee (2016); Kossivi, Xu e Kalgora (2016)
7.	Reconhecimento e remuneração por bom desempenho	Samuel e Chipunza (2009); Rombaut e Guerry (2020)
8.	Segurança no trabalho	Samuel e Chipunza (2009); Letchmiah e Thomas (2017)
9.	Cultura organizacional	Haider et al. (2015)
10.	Colegialidade	Letchmiah e Thomas (2017)
11.	Saúde e segurança	Imna e Hassan (2015)
12.	Ambiente de trabalho	Kossivi, Xu e Kalgora (2016); Yousuf e Siddqui (2019)
13.	Apoio social	Kossivi, Xu e Kalgora (2016)
14.	Autonomia	Kossivi, Xu e Kalgora (2016)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

O Quadro 1 demonstra que, apesar da diversidade dos fatores de retenção de “membros” que consta na literatura, maior convergência recai sobre as seguintes seis dimensões: “remuneração”, “características do trabalho”, “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”, “apoio do supervisor”, “oportunidades de carreira” e “equilíbrio trabalho-vida”. Além de terem colhido consenso em várias publicações, os seis fatores compõem o modelo de mensuração que identificamos por meio da revisão sistemática. Trata-se de modelo de Döckel (2003) e Döckel, Basson e Coetzee (2006), cuja validade e confiabilidade também foi comprovada em vários estudos (DHANPAT et al., 2018; FERREIRA; MUJAJATI, 2017; FERREIRA; POTGIETER, 2018; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; SABBAGHA; LEDIMO; MARTINS, 2018; SHIBITI, 2019; VAN DYK; COETZEE, 2012). Assim, esta pesquisa leva em consideração os seis fatores de retenção por terem sido largamente estudados na literatura, ao mesmo tempo que compõem o modelo de mensuração aplicado em várias pesquisas, o que também nos levou a adotar esse modelo para esta tese. A seguir, passamos a caracterizar e a analisar cada um desses fatores, começando pela “remuneração”.

A “remuneração” influencia a intenção dos “membros” de permanecer na organização a longo prazo (GEORGE, 2015; HAIDER et al., 2015). Além do salário base, ela pode incluir compensações, tais como subsídios, bônus de pagamento especial, pagamento por desempenho, planos de segurança (HAIDER et al., 2015) e pagamento por horas extras. Outros benefícios não

monetários da remuneração podem incluir, por exemplo, auxílio de moradia e de transporte. Um sistema de remuneração justo, atrativo e efetivo influencia as intenções dos “membros” de permanecer na organização por mais tempo (ANIS et al., 2011; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012). Além disso, a percepção da existência de transparência no sistema de remuneração, assim como quando os salários refletem o desempenho e o esforço empreendidos, pode levar os “membros” a denotar existência de justiça nos pagamentos feitos (GEORGE, 2015; KASHYAP; RANGNEKAR, 2014) e desejar continuar ligados à organização.

Assim, a “remuneração” é preditora das intenções dos “membros” de permanecer na organização (SHIBITI, 2019; VAN DYK; COETZEE, 2012), sendo considerada por vários estudos como tendo efeitos positivos significativos sobre a retenção de “membros” (DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; GHOSH et al., 2013; HAIDER et al., 2015; HONG et al., 2012; IMNA; HASSAN, 2015; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012). Todavia, Dhanpat et al. (2018), George (2015) e Kashyap e Rangnekar (2014) não encontraram efeitos significativos da remuneração sobre a retenção dos “membros” das organizações estudadas.

No geral, a remuneração exerce influência significativa sobre a retenção de “membros”, o que significa que as OSC’s precisam garantir um sistema de remuneração que esteja de acordo com os anseios dos seus “membros”, de modo que desperte o interesse deles de desejar permanecer na organização por um período de tempo prolongado. No entanto, reconhecemos, por outro lado, que os “membros” podem não estar interessados em permanecer nas suas organizações apenas por questões financeiras, pois alguns deles podem deixar a organização mesmo com melhor remuneração. Portanto, vários outros fatores podem contribuir para a decisão do funcionário de se desprender da sua organização, conforme também sustentado em Haider et al (2015) e Presbitero, Roxas e Chadee (2016). A seguir, apresentamos e analisamos os resultados da dimensão “características do trabalho”.

“Características do trabalho” estão relacionadas à variabilidade do trabalho, à liberdade e à flexibilidade, à oportunidade para resolver problemas de forma independente, ao trabalho que oferece tarefas interessantes (GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020) e desafiadoras que exigem habilidades diversas para desempenhar os papéis do trabalho. Trabalho desafiador que exige nível elevado de habilidades e capacidades geralmente conduz à satisfação dos “membros”,

contrariamente ao trabalho monótono (KASHYAP; RANGNEKAR, 2014). O fator também diz respeito à natureza e à autonomia do trabalho, incluindo a compatibilidade entre as características do trabalho com as competências necessárias para as tarefas profissionais.

A dimensão “características do trabalho” recebeu resultados contraditórios na literatura. Se por um lado considera-se que características de trabalho são preditoras das intenções dos “membros” de permanecer na organização (GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; VAN DYK; COETZEE, 2012), outros estudos encontraram que a dimensão não influencia significativamente a retenção de “membros” (DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; KASHYAP; RANGNEKAR, 2014). Entretanto, o fato de termos obtido poucos estudos que pesquisaram sobre o fator pode ser que “características de trabalho” seja preditor pouco reconhecido como explicando a retenção de “membros”.

Outro fator de retenção de “membros” é “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”, que consiste em ações planejadas que buscam manter os “membros” atualizados e melhorar a sua eficiência e desempenho, aumentando assim a compatibilidade entre as características de trabalho e as competências necessárias para desempenhar tarefas específicas de trabalho. A existência de “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” significa que a organização está interessada nos seus “membros” e os valoriza, sendo por isso que investe neles. Essas oportunidades podem criar nos “membros” um senso de pertencimento (HONG et al., 2012) e despertar neles um sentimento de apreço por parte da sua organização. Além disso, as oportunidades de treinamento e de desenvolvimento dão a possibilidade de os “membros” progredirem nas suas carreiras que, conseqüentemente, constitui incentivo para eles permanecerem nas suas organizações (PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; VAN DYK; COETZEE, 2012).

Organizações que implementam programas de treinamento e desenvolvimento têm maior probabilidade de reter os seus “membros” (GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; HAIDER et al., 2015), sobretudo quando esses programas são reconhecidos pelos “membros” como sendo úteis, aplicáveis e respondendo às exigências profissionais (HAIDER et al., 2015). Quando os “membros” reconhecem que a organização se esforça continuamente no aprimoramento de seu conhecimento, suas capacidades e suas habilidades, eles tenderão a aumentar o seu vínculo com a organização como forma de retribuição. Mais vinculados à organização estarão quando o treinamento focar competências especificamente aplicáveis para a sua organização do que quando fornecer competências que possam ser transferidas para outras organizações (DÖCKEL;

BASSON; COETZEE, 2006). Esta percepção é compartilhada por outros autores (AMBROSIUS, 2016; KASHYAP; RANGNEKAR, 2014), que defendem que quando programas de treinamento e desenvolvimento se focalizar em competências genéricas, podem criar a possibilidade de os “membros” serem empregados em outras empresas, aumentando, assim, as taxas de rotatividade de “membros”.

Outros estudos condicionaram o impacto do treinamento e do desenvolvimento sobre a retenção à existência de oportunidades de desenvolvimento de carreira (AMBROSIUS, 2016; IMNA; HASSAN, 2015) ou quando forem acompanhados pelo aumento de remuneração dos “membros” (ANIS et al., 2011). No geral, programas de treinamento e desenvolvimento têm efeitos positivos significativos sobre a retenção de “membros” (BIBI; AHMAD; MAJID, 2018; DHANPAT et al., 2018; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; GEORGE, 2015; GHOSH et al., 2013; HONG et al., 2012; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; ROMBAUT; GUERRY, 2020; SAMUEL; CHIPUNZA, 2009; SHIBITI, 2019; YOUSUF; SIDDQUI, 2019). A seguir, avançamos para analisar o fator “apoio do supervisor”.

“Apoio de supervisor” diz respeito ao reconhecimento e ao *feedback* que os supervisores dão aos seus “membros” (VAN DYK; COETZEE, 2012). *Feedback* adequado e frequente é relevante para reter os “membros” a longo prazo (DHANPAT et al., 2018) e, juntamente com elogios, podem ser transformados pelos “membros” em sentimentos de lealdade para com a organização (DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006). O “apoio do supervisor” cria nos “membros” um sentimento de apreço, de pertencimento efetivo à organização e de reconhecimento do trabalho realizado, podendo se repercutir na satisfação intrínseca e, conseqüentemente, no aumento das intenções dos “membros” de permanecer na organização (DHANPAT et al., 2018).

Estudos que pesquisaram “apoio do supervisor” confirmaram ter relação positiva significativa sobre a retenção de “membros” (BIBI; AHMAD; MAJID, 2018; DHANPAT et al., 2018; DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012; VAN DYK; COETZEE, 2012). O apoio de supervisor, por meio de *feedbacks*, reconhecimento e/ou elogios (DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; VAN DYK; COETZEE, 2012), faz dos “membros” cientes do valor do trabalho que prestam para a organização, ao mesmo tempo que se sentem valorizados e desejados pela supervisão, o que contribui para aumentar a ligação dos “membros” com a empresa.

Outro fator crucial da retenção de “membros” é “oportunidades de carreira”, que consistem em esforços planejados para o desenvolvimento da carreira dos “membros”. “Oportunidades de carreira” dão a possibilidade de os “membros” progredirem e serem promovidos nas carreiras profissionais (AMBROSIUS, 2016; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016) previstas na organização que, conseqüentemente, aumentam a possibilidade de eles permanecerem na organização a longo prazo (DHANPAT et al., 2018; VAN DYK; COETZEE, 2012). Geralmente, as oportunidades de carreiras são preditoras da retenção porque qualquer “membro” de OSC’s almeja crescimento na carreira, de acordo com os caminhos existentes na organização. Para o efeito, esses caminhos devem ter sido planejados criteriosamente e implementados adequadamente, considerando o desenvolvimento e o tempo de serviço dos “membros”, além de outros aspectos que podem ser considerados como relevantes pela organização. O efeito das “oportunidades de carreira” sobre a retenção de “membros” é reconhecido por uma diversidade de estudos (AMBROSIUS, 2016; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; IMNA; HASSAN, 2015; KASHYAP; RANGNEKAR, 2014; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012; SHIBITI, 2019; VAN DYK; COETZEE, 2012).

“Equilíbrio trabalho-vida” constitui mais outro fator que explica a retenção de “membros”. As pessoas lidam com uma diversidade de atividades para as quais é necessário que se encontre algum equilíbrio. Além da carreira profissional, as pessoas têm responsabilidades e compromissos familiares, obrigações sociais, assuntos ligados à saúde, questões religiosas, etc. (KAR; MISRA, 2013). “Equilíbrio trabalho-vida” pressupõe inexistência de conflito ou, pelo menos, existência de conflito marginal entre os diversos papéis de trabalho que os “membros” desempenham nas suas organizações e na sua vida pessoal. Isso implica integração equilibrada entre o trabalho e a vida pessoal, de modo que as pessoas encontrem harmonia nas suas diversas atividades (DHANPAT et al., 2018; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; KAR; MISRA, 2013).

Políticas de “equilíbrio trabalho-vida” podem ser instituídas por normas e por procedimentos (KAR; MISRA, 2013) que permitem aos “membros” conciliar e gerenciar atividades e compromissos profissionais com outras atividades e responsabilidades não relacionadas aos seus empregos (DHANPAT et al., 2018; KAR; MISRA, 2013; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016). “Equilíbrio trabalho-vida” pode ser efetivado por meio de políticas que preveem opções de trabalho flexíveis; licenças que concedem aos “membros” períodos de afastamento do trabalho para se dedicar a assuntos pessoais e familiares (por exemplo, licenças

remuneradas de maternidade, de paternidade, de casamento, dentre outras); creches no local de trabalho; etc. Essas políticas se repercutem no aumento significativo das intenções dos “membros” de permanecer na sua organização (AMBROSIUS, 2016; DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; KAR; MISRA, 2013).

Os “membros” estarão dispostos a deixar a sua organização quando não encontram equilíbrio favorável entre responsabilidades e compromissos profissionais com a vida pessoal e familiar. Assim, políticas de “equilíbrio trabalho-vida” expressam preocupação da organização pelo bem-estar psicológico, valorização dos seus “membros” e exercem influência significativa sobre a retenção dos “membros” (DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; GEORGE, 2015; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012; VAN DYK; COETZEE, 2012). Na verdade, quando os compromissos e as responsabilidades da vida profissional e pessoal são irreconciliáveis, os “membros” podem se sentir constantemente pressionados, podendo afetar negativamente as suas intenções de permanecer na organização. Por isso, as organizações precisam reconhecer e respeitar que, além das obrigações profissionais, os “membros” têm sua vida pessoal e familiar.

Em suma, “remuneração”, “características do trabalho”, “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”, “apoio do supervisor”, “oportunidades de carreira” e “equilíbrio trabalho-vida” têm relação significativa na retenção de “membros”, conforme demonstramos anteriormente. Sendo esta a última seção da revisão da literatura, seguimos para o próximo capítulo, dedicado à proposição do modelo teórico desta pesquisa.

3. MODELO TEÓRICO PROPOSTO

Este capítulo está estruturado em três seções. Na primeira apresentamos o modelo conceitual da retenção de “membros” com base nos seis fatores que analisamos na seção 2.2, que compõem o modelo de mensuração que adotamos da revisão sistemática da literatura. As seis dimensões, assim como o modelo de mensuração do construto, foram identificados por meio de uma revisão sistemática da literatura, cujo protocolo consta no Apêndice B. Na segunda seção, apresentamos o modelo conceitual da participação política, decorrente da revisão sistemática da literatura que elaboramos a partir do protocolo que consta no Apêndice C. Com base nos fatores que compõem este modelo conceitual, desenvolvemos o modelo de mensuração da participação política, que testamos e validamos nesta pesquisa. Na última seção, relacionamos os dois modelos conceituais e propusemos o modelo teórico, a partir do qual derivamos as hipóteses da pesquisa. Apresentamos, a seguir, o modelo conceitual da retenção de “membros”.

3.1 Modelo conceitual de retenção de “membros”

O modelo conceitual da retenção de “membros” é constituído pelos seguintes fatores: “remuneração”, “características do trabalho”, “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”, “apoio do supervisor”, “oportunidades de carreira” e “equilíbrio trabalho-vida”. Em seguida, apresentamos em que consiste cada uma das seis dimensões, não somente para se ter compreensão a respeito do que cada uma significa nesta pesquisa, mas, também, para facilitar o entendimento da adequação dos indicadores de mensuração que constituem cada um dos seis fatores. O Quadro 2 faz a caracterização dos fatores que compõem o modelo conceitual da retenção de “membros”.

Quadro 2 - Síntese e caracterização das dimensões de retenção de “membros”

Dimensão	Definição
Remuneração	Entende-se por remuneração a política salarial de uma organização (GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020), que pode incluir, além do salário base, subsídios, bônus de pagamento especial, pagamento por desempenho, planos de seguros, etc. (HAIDER et al., 2015)
Características do trabalho	As características do trabalho dizem respeito à variabilidade do trabalho, à liberdade e à flexibilidade, à oportunidade para resolver problemas e de ter tarefas interessantes (GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020) e desafiadoras que exigem habilidades múltiplas, além de estarem relacionadas à autonomia

Dimensão	Definição
	no trabalho e à compatibilidade com as competências necessárias para o desempenho dos papéis de trabalho
Oportunidades de treinamento e desenvolvimento	Treinamento e desenvolvimento dos membros é inerente à criação sistemática de competências necessárias para o desempenho adequado de funções atuais e futuras, para cargos de gestão e para o avanço na carreira (AMBROSIUS, 2016; ANIS et al., 2011; AZEEZ, 2017)
Apoio do supervisor	O apoio de supervisor consiste no apoio ou no <i>feedback</i> e em elogios que os supervisores dão aos seus “membros” em reconhecimento do trabalho realizado (DHANPAT et al., 2018; VAN DYK; COETZEE, 2012)
Oportunidades de carreira	As oportunidades de carreira dizem respeito às possibilidades existentes para o desenvolvimento da carreira dos “membros”, por meio da promoção e progressão dentro da organização (AMBROSIUS, 2016; DHANPAT et al., 2018; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016)
Equilíbrio trabalho-vida	Equilíbrio trabalho-vida pressupõe inexistência de conflito, ou pelo menos, existência de conflito marginal, entre funções profissionais e vida pessoal dos “membros”, devendo estes ser capazes de conciliar e de gerenciar atividades e compromissos profissionais com outras atividades e responsabilidades não relacionadas aos seus empregos (DHANPAT et al., 2018; KAR; MISRA, 2013; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Os seis fatores da retenção de “membros” foram amplamente estudados na literatura (DHANPAT et al., 2018; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; IMNA; HASSAN, 2015; KASHYAP; RANGNEKAR, 2014; KOSSIVI; XU; KALGORA, 2016; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012; SHIBITI, 2019; VAN DYK; COETZEE, 2012) e são os mesmos que compõem o modelo de mensuração que adotamos de Döckel (2003) e Döckel, Basson e Coetzee (2006). Essa escala foi desenvolvida na África do Sul, país com o qual Moçambique partilha fronteira, e apresenta os seguintes coeficientes alfa de Cronbach: “remuneração” (0,90); “características do trabalho” (0,41); “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” (0,83); “apoio do supervisor” (0,90); “oportunidades de carreira” (0,76); e “equilíbrio trabalho-vida” (0,87).

Várias pesquisas aplicaram o modelo de Döckel (2003) e de Döckel Basson e Coetzee (2006) no mesmo contexto geográfico onde foi desenvolvido, especificamente, a agentes de *Call Center* de seguros (DHANPAT et al., 2018); a funcionários de agências de publicidade (FERREIRA; MUJAJATI, 2017); no setor de varejo (FERREIRA; POTGIETER, 2018); a funcionários de uma instituição acadêmica de ensino superior (GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020); a professores de escolas públicas no município de Tshwane (SHIBITI, 2019); e junto a funcionários de uma empresa de serviços médicos e de tecnologia da informação (VAN DYK; COETZEE, 2012). Nestas pesquisas, o modelo apresentou níveis aceitáveis de consistência interna,

com coeficientes alfa de Cronbach variando de 0,48 (características de trabalho) a 0,97 (remuneração). Apresentado o modelo conceitual da retenção de “membros”, prosseguimos para a próxima seção, dedicada ao modelo conceitual de participação política.

3.2 Modelo conceitual de participação política

Nesta seção, descrevemos as dimensões que constituem o modelo conceitual de participação política, ao mesmo tempo que apresentamos os indicadores que compõem cada dimensão. É importante destacar que identificamos as dimensões e os respectivos indicadores a partir da revisão sistemática da literatura sobre “tipologias de participação política”, cujo protocolo consta no Apêndice C. Seguindo esse protocolo, selecionamos os estudos nas seguintes bases de dados: *Web of Science*, *Scopus*, *Scielo* e *Google Scholar*. Por não termos encontrado um modelo de mensuração da participação política que engloba diversas dimensões e indicadores do construto, optamos por desenvolver uma nova medida a partir dessa revisão sistemática, que testamos e validamos nesta pesquisa.

Antes de avançarmos para o modelo conceitual de participação política, importa fazermos uma breve retrospectiva a respeito do repertório das formas de participação política, compreendendo que este construto vem abarcando diversas dimensões de forma incremental ao longo do tempo. A relevância disso é de podermos demonstrar como chegamos ao modelo conceitual que apresentamos adiante.

Nas décadas 40 e 50 do século passado, os modos de participação política estavam circunscritas à votação, a atividades de campanha e à filiação partidária. A década de 1960 e princípios da de 1970 ficaram marcadas pelo alargamento dos modos de participação política, que passaram a incluir, por exemplo, atividades comunitárias e contato a políticos e funcionários públicos. A contínua expansão do repertório de participação política passou pelo reconhecimento de ações de protesto como atividades não convencionais de participação política, ao mesmo tempo que a década de 1990 testemunhou a inclusão, no domínio da participação política, do engajamento cívico. Recentemente, a disseminação de ações de consumismo político alargou ainda mais o repertório e o domínio da participação política (VAN DETH, 2001, 2009, 2015, 2016).

A participação política passou de ações ligadas aos processos eleitorais, nas décadas 40 e 50 do século passado, para incluir um vasto conjunto de formas de engajamento político, tais como

doação de dinheiro para organizações, greves, assinatura de petições, bloqueio de tráfico, manifestações legais e ilegais, boicote a certos produtos, *flash mobs*, etc. Atualmente, a lista das tipologias de participação política nas sociedades democráticas é bem grande.

A expansão exponencial do repertório e do domínio da participação política ao longo do tempo fez com que Van Deth (2001) argumentasse que a participação política estuda tudo. A partir desta constatação, podia-se concluir que o estudo da participação política se configura como estudo de qualquer coisa. Pensar dessa forma significa encobrir todo o legado de estudos que se esforçou na delimitação rigorosa do objeto de estudo. Não é pela volatilidade do campo ao longo do tempo, consequente do desenvolvimento social, econômico, político e tecnológico da sociedade, que se pode considerar que a participação política estuda tudo. Em vez disso, o aumento da abrangência do escopo de participação política ao longo do tempo significa que os estudiosos estão cientes da necessidade de contínua atualização do objeto de estudo em função dos desenvolvimentos recentes, os quais exigem, inclusive, atualizações conceituais.

Portanto, a atualização periódica do conceito de participação política se faz necessária de tal forma que possa abranger ações políticas emergentes (OHME; VREESE; ALBÆK, 2017). A necessidade de atualização constante do conceito não deve ser motivo para se perder de vista o que realmente constitui participação política e nem sequer se deve considerar que essa área se tornou no estudo de tudo. Posteriormente, Van Deth retificou o seu equívoco de rotular a participação política como estudo de tudo (VAN DETH, 2001), quando desenvolveu, exaustivamente, um mapa conceitual mais inclusivo e consistente que abrange, de forma sistemática, os diversos fenômenos envolvidos na participação política (VAN DETH, 2014).

Por meio da revisão sistemática sobre “tipologias de participação política”, identificamos oito dimensões. O Quadro 3 sintetiza essas dimensões e apresenta os estudos relacionados a cada prática política, ao mesmo tempo que esclarece como esses fatores devem ser entendidos no âmbito desta pesquisa.

Quadro 3 - Síntese das dimensões da participação política

Nº	Dimensão	Estudos relacionados	Definição
1.	Votação	Kalaycioglu e Turan (1981); Bean (1991); Teorell, Torcal e Montero (2007); Ekman e Amnå (2012); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Theocharis e Van Deth (2018); Kim e Hoewe (2020)	Por votação entende-se a participação regular dos cidadãos em eleições que ocorrem no seu país, estado ou província e no seu município

Nº	Dimensão	Estudos relacionados	Definição
2.	Atividade de campanha	Kalaycioglu e Turan (1981); Van Deth (1986); Bean (1991); Talò e Mannarini (2015); Ekman e Amnå (2012); Kim e Hoewe (2020); Zúñiga, Copeland e Bimber (2014); Quaranta (2016); Ivaldi, Bonatti e Soliani (2017); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Theocharis e Van Deth (2018)	Atividade de campanha consiste na busca de apoio dos eleitores por meio da influência do seu comportamento eleitoral com vistas a votar em um candidato e/ou em um partido político, além de outras ações políticas relacionadas ao período de campanha eleitoral
3.	Atividade partidária	Kalaycioglu e Turan (1981); Van Deth (1986); Teorell, Torcal e Montero (2007); Ekman e Amnå (2012); Quaranta (2016); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Ivaldi, Bonatti e Soliani (2017); Theocharis e Van Deth (2018); Kim e Hoewe (2020)	Atividade partidária é o conjunto de ações políticas desempenhadas por cidadãos na sua qualidade de “membros” ou ativistas de partidos e/ou de organizações sócio-políticas capazes de influenciar a plataforma destas organizações políticas
4.	Contato	Van Deth (1986); Bean (1991); Teorell, Torcal e Montero (2007); Ekman e Amnå (2012); Vissers e Stolle(2014); Vissers e Stolle (2014); Van Deth (2016); Van Deth (2016); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Ivaldi, Bonatti e Soliani (2017); Theocharis e Van Deth (2018)	Contato consiste de atividades direcionadas por cidadãos a políticos, funcionários de governo e funcionários públicos, apresentando suas opiniões sobre questões políticas e problemas relacionados à sua comunidade
5.	Protesto	Van Deth (1986); Bean (1991); Teorell, Torcal e Montero (2007); Quaranta (2012); Ekman e Amnå (2012); Vissers e Stolle(2014); Vissers e Stolle (2014); Talò e Mannarini (2015); Quaranta (2016); Van Deth (2016); Ivaldi, Bonatti e Soliani (2017); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Theocharis e Van Deth (2018); Zúñiga, Copeland e Bimber (2014); Kim e Hoewe (2020); Gundelach (2020)	Protesto político é um meio por meio do qual os cidadãos demonstram objeção em relação a certas decisões tomadas por determinados atores políticos ou em relação a questões específicas consideradas inadequadas para os cidadãos ou para a sociedade
6.	Consumismo político	Van Deth (1986); Van Deth (2009, 2014); Stolle, Hooghe e Micheletti (2005); Teorell, Torcal e Montero (2007); Quaranta (2012); Ekman e Amnå (2012); Vissers e Stolle(2014); Zúñiga, Copeland e Bimber (2014); Talò e Mannarini (2015); Ohme, Vreese e Albaek(2017); Theocharis e Van Deth (2018); Gundelach (2020)	Consumismo político refere-se ao boicote (rejeição) ou compra deliberadamente seletiva de certos produtos, marcas e serviços por considerações políticas, ideológicas, éticas e ambientais (EKMAN; AMNÅ, 2012; GUNDELACH, 2020; STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005; VAN DETH, 2009, 2014)
7.	Engajamento cívico	Van Deth (1986); Bean (1991); Ekman e Amnå (2012); Zúñiga, Copeland e Bimber (2014); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Theocharis e Van Deth (2018); Kim e Hoewe (2020)	Engajamento cívico diz respeito às ações políticas dos cidadãos voltadas para ajudar os outros (EKMAN; AMNÅ, 2012) ou para promover mudanças de interesse público na comunidade
8.	Participação pela internet	Vissers e Stolle (2014); Theocharis (2015); Kim e Hoewe (2020); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Siongers et al (2019); Gundelach (2020); Kim e Hoewe (2020)	Participação política por meio da internet consiste no uso das plataformas baseadas na internet (por exemplo, redes sociais, e-mails, etc.) para fins políticos, com vistas a influenciar resultados e decisões políticas

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

As dimensões que constam do Quadro 3 constituem o nosso modelo conceitual de participação política. A seguir, fazemos uma breve descrição de cada uma das oito dimensões, seguida da apresentação dos respectivos indicadores, com base nos quais desenvolvemos o modelo de mensuração do construto. Conforme explicamos anteriormente, selecionamos os indicadores de cada dimensão com base na definição operacional de participação política oriunda de Van Deth (2014). Iniciamos esse percurso com a dimensão de votação.

O comparecimento às urnas, durante os processos eleitorais, representa um dos aspectos cruciais nos sistemas democráticos, de tal forma que a “votação” foi, desde os primeiros estudos, considerada um dos modos da participação política. Por si só, a votação constitui uma dimensão específica de participação política constituída de vários indicadores. O Quadro 4 apresenta os itens da dimensão “votação”, incluindo os estudos a si relacionados.

Quadro 4 - Itens da dimensão “votação”

Nº	Itens da dimensão “votação”	Autores
1.	Votei na última eleição nacional, federal ou presidencial	Kalaycioglu e Turan (1981); Bean (1991); Ekman e Amnå (2012); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Theocharis e Van Deth (2018); Kim e Hoewe (2020)
2.	Votei na última eleição parlamentar	Teorell, Torcal e Montero (2007)
3.	Votei na última eleição legislativa	Teorell, Torcal e Montero (2007)
4.	Votei na última eleição estadual ou provincial	Bean (1991)
5.	Votei na última eleição local ou municipal	Ohme, Vreese e Albaek (2017); Kim e Hoewe (2020)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A dimensão “atividade de campanha” está intrinsicamente relacionada aos processos eleitorais. Ela consiste na busca de apoio dos eleitores por meio da influência do seu comportamento eleitoral, com vistas a votar em um candidato e/ou em um partido político, assim como envolve todo o conjunto de ações políticas relacionadas ao período de campanha eleitoral. Desta forma, além de fazer campanha política e do próprio ato de um cidadão concorrer como candidato eleitoral, a dimensão “atividades de campanha” inclui um vasto conjunto de atividades políticas, tais como persuadir os outros a votar, trabalhar em uma campanha política, trabalhar para um candidato durante o período de campanha eleitoral, participar de reuniões ou comícios políticos e usar roupas ou distintivos com mensagem política. O Quadro 5 apresenta os indicadores desta dimensão.

Quadro 5 - Itens da dimensão “atividade de campanha”

Nº	Itens da dimensão “atividade de campanha”	Autores
1.	Concorro como candidato eleitoral	Talò e Mannarini (2015)
2.	Faço campanha política	Ekman e Amnå (2012); Talò e Mannarini (2015)
3.	Influencio os outros a votar	Kalaycioglu e Turan (1981); Bean (1991)
4.	Trabalho em uma campanha política	Kim e Hoewe (2020)
5.	Trabalho para um candidato durante a campanha	Kalaycioglu e Turan (1981); Van Deth (1986); Bean (1991)
6.	Participo de reuniões políticas ou comícios políticos	Kalaycioglu e Turan (1981); Bean (1991); Van Deth (1986); Zúñiga, Copeland e Bimber (2014); Quaranta (2016); Ivaldi, Bonatti e Soliani (2017); Theocharis e Van Deth (2018)
7.	Uso roupas ou outros objetos visíveis com uma mensagem política	Zúñiga, Copeland e Bimber (2014); Ohme, Vreese e Albaek (2017)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Quanto à dimensão “atividade partidária”, ela diz respeito às ações políticas desempenhadas por cidadãos na sua qualidade de “membros” ou ativistas de partidos e/ou de organizações sócio-políticas capazes de influenciar a plataforma dessas organizações. Essas ações variam desde a filiação a um partido político e a organizações sócio-políticas a um conjunto de atividades de apoio, tais como trabalhar e fazer trabalho voluntário para um partido, doar dinheiro a partido político e a organizações sócio-políticas, assim como convocar outras pessoas para arrecadação de dinheiro para fins políticos. O Quadro 6 apresenta os sete itens da dimensão “atividade partidária”.

Quadro 6 - Itens da dimensão “atividade partidária”

Nº	Itens da dimensão “atividade partidária”	Autores
1.	Sou membro de um partido político	Van Deth (1986); Teorell, Torcal e Montero (2007); Ekman e Amnå (2012); Talò e Mannarini (2015); Ohme, Vreese e Albaek (2017)
2.	Sou membro de organização sócio-política	Kalaycioglu e Turan (1981)
3.	Trabalho para um partido político ou candidato	Teorell, Torcal e Montero (2007); Ekman e Amnå (2012); Theocharis e Van Deth (2018)
4.	Faço trabalho voluntário para um partido	Teorell, Torcal e Montero (2007); Ivaldi, Bonatti e Soliani (2017)
5.	Faço doação de dinheiro a partido político	Teorell, Torcal e Montero (2007); Ekman e Amnå (2012); Talò e Mannarini (2015); Quaranta (2016); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Ivaldi, Bonatti e Soliani (2017); Kim e Hoewe (2020)
6.	Faço doação de dinheiro a organização sócio-política	Kim e Hoewe (2020); Ekman e Amnå (2012); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Theocharis e Van Deth (2018); Kim e Hoewe (2020)
7.	Convoco outras pessoas para arrecadar dinheiro para uma organização política ou para propósito político	Kim e Hoewe (2020)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A dimensão “contato” político é composta de atividades que são direcionadas por cidadãos a políticos, funcionários de governo e funcionários públicos, apresentando suas opiniões sobre questões políticas e certos problemas relacionados à sua comunidade, na tentativa de influenciar decisões e resultados políticos. Essas atividades políticas podem ser exercidas de diversas formas, podendo ser através de contatos presenciais, por meio de telefone ou enviando e-mail. Esta dimensão é composta por seis indicadores, conforme indicado no Quadro 7.

Quadro 7 - Itens da dimensão “contato”

Nº	Itens da dimensão “contato”	Autores
1.	Contato funcionário público para expressar opinião sobre assunto político	Van Deth (1986); Teorell, Torcal e Montero (2007); Visser e Stolle (2014); Van Deth (2016)
2.	Contato funcionário do governo sobre um problema da comunidade	Van Deth (1986); Bean (1991)
3.	Contato um político para expressar opinião sobre assunto político	Teorell, Torcal e Montero (2007); Ekman e Amnå (2012); Visser e Stolle (2014); Talò e Mannarini (2015); Van Deth (2016); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Ivaldi, Bonatti e Soliani (2017); Theocharis e Van Deth (2018)
4.	Contato um funcionário do governo federal ou nacional sobre um problema pessoal	Bean (1991)
5.	Contato um funcionário do governo estadual ou provincial sobre um problema pessoal	
6.	Contato um funcionário do governo local ou municipal sobre um problema pessoal	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A dimensão “protesto” político é um dos meios a partir do qual os cidadãos fazem suas opiniões serem ouvidas por atores específicos, expressando suas demandas, seus interesses e suas preferências. Os protestos constituem um meio pelo qual os cidadãos demonstram sua objeção em relação a alguma política ou a certas decisões tomadas por atores políticos. Além disso, as atividades de “protesto” podem significar desaprovação em relação a certas políticas, a questões específicas consideradas inadequadas para os cidadãos ou para a sociedade, demandando a necessidade de mudança.

Os protestos são fortemente influenciados pelas circunstâncias específicas locais (por exemplo, estímulos vindos do sistema político) ou globais. Portanto, a irrupção de protestos está relacionada a uma variedade de motivações, como taxas elevadas de desemprego; condições de trabalho; falta de políticas eficientes de educação, de saúde e para habitação; segurança social; defesa de causas ambientais, de direitos de animais e de minorias; etc. As atividades de protesto variam desde ações políticas brandas e pacíficas (por exemplo, assinar petições) a atos de

hostilidade e violência – protesto radical (por exemplo, participar de manifestações ilegais, bloqueio de trânsito, etc.) (BEAN, 1991; DOBRATZ; WALDNER; BUZZELL, 2016). A dimensão de protesto cobre um conjunto bastante diversificado de atividades políticas, conforme ilustrado no Quadro 8.

Quadro 8 - Itens da dimensão “protesto”

Nº	Itens da dimensão “protesto”	Autores
1.	Assino ou colete assinaturas para uma petição	Van Deth (1986); Bean (1991); Teorell, Torcal e Montero (2007); Quaranta (2012); Ekman e Amnå (2012); Vissers e Stolle (2014); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Theocharis e Van Deth (2018); Van Deth (2016)
2.	Participo de manifestações	Van Deth (1986); Bean (1991); Teorell, Torcal e Montero (2007); Quaranta (2012); Vissers e Stolle (2014); Zúñiga, Copeland e Bimber (2014); Quaranta (2016); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Ivaldi, Bonatti e Soliani (2017); Van Deth (2016); Theocharis e Van Deth (2018); Kim e Hoewe (2020); Ekman e Amnå (2012)
3.	Tento bloquear o trânsito por razões políticas	Van Deth (1986); Bean (1991)
4.	Tento interromper uma marcha ou reunião	Bean (1991)
5.	Participo de greves	Teorell, Torcal e Montero (2007); Ekman e Amnå (2012); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Talò e Mannarini (2015)
6.	Ocupo edifícios ou fábricas por motivações políticas	Van Deth (1986); Quaranta (2012); Ekman e Amnå (2012)
7.	Faço ocupação de espaços públicos por motivações políticas	Talò e Mannarini (2015)
8.	Faço sabotagem ou obstrução de estradas e/ou ferrovias por motivações políticas	Ekman e Amnå (2012)
9.	Causo danos à propriedade por motivações políticas	Ekman e Amnå (2012)
10.	Participo de <i>flash mobs</i> políticos	Gundelach (2020)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Quanto à dimensão “consumismo político”, trata-se de um modo emergente de participação política individualizada, cada vez mais crescente, sobretudo nas democracias estabelecidas (GUNDELACH, 2020; STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005). O consumismo político consiste em dois principais procedimentos, que se desdobram em diversas atividades políticas, nomeadamente: compra e boicote de certos produtos e serviços por motivações políticas, ideológicas, éticas e ambientais. A compra consiste na compra proposital e seletiva de produtos, marcas e serviços, cujas práticas e políticas de produção atendem a preceitos éticos, a preocupações para a preservação do ambiente ou, conforme consta em Siongers et al. (2019), porque se tem garantia de que esses produtos foram produzidos em boas condições de trabalho.

Inversamente, o boicote consiste em o consumidor rejeitar a compra de produtos ou deixar de contratar serviços por não ser favorável às práticas e às políticas da empresa ou do país que os produz, porque não são consentâneas com valores éticos e demandas para a preservação do meio ambiente, por exemplo. Nessa perspectiva, Zúñiga, Copeland e Bimber (2014) dão exemplo de consumidores que podem deixar de comprar vestuário feito em fábricas que exploram trabalhadores, de modo a promover condições justas de trabalho.

Portanto, o cumprimento de diretrizes éticas ou ambientais específicas nos processos de produção de certos produtos e serviços direciona a compra seletiva dos consumidores (GUNDELACH, 2020). Ao usar o boicote de produtos ou de produtores específicos, os consumidores incitam as empresas ou os países a mudar práticas e políticas de negócios questionáveis ou indesejáveis para, por exemplo, proteger o meio ambiente ou para promover o bem-estar dos animais e direitos dos trabalhadores (COPELAND, 2014; GUNDELACH, 2020; ZÚÑIGA; COPELAND; BIMBER, 2014). Por exemplo, a Nike já foi criticada por usar mão-de-obra infantil, condições de trabalho inadequadas e políticas salariais injustas em países asiáticos (STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005).

Embora a compra e a rejeição de certos produtos, marcas e serviços com base em considerações políticas, ideológicas, éticas e ambientais (EKMAN; AMNÅ, 2012; GUNDELACH, 2020; STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005; VAN DETH, 2009, 2014) se configurem como comportamentos não políticos na sua essência, podem-se transformar em ação política quando orientadas e usadas para fins políticos (GUNDELACH, 2020; VAN DETH, 2009, 2014). Evidenciamos que as motivações e os efeitos desejados é que determinam se a compra proposital de determinados produtos, em detrimento de outros, por razões ideológicas, éticas e ambientais (EKMAN; AMNÅ, 2012; GUNDELACH, 2020; STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005; VAN DETH, 2009, 2014), se configura como ação política. Por exemplo, a preferência pela compra de alimentos orgânicos por razões de gosto ou de saúde não constitui participação política. No entanto, se tal preferência visar “recompensar”, por razões ambientais ou ecológicas, empresas que produzem alimentos orgânicos e “punir” as que utilizam pesticidas porque contaminam os solos e a água, esses comportamentos passam a se configurar como formas de participação política. Assim, fica evidente que o consumismo político se focaliza mais diretamente na influência de mudanças nas empresas em termos de processos de produção, condições e práticas institucionais ou de mercado, assim como em termos de condições e de práticas de trabalho. As pressões

exercidas pelos consumidores instam as empresas a aderir aos códigos de conduta e a esquemas de rotulagem (STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005).

Concordamos com Stolle, Hooghe e Micheletti (2005) ao sugerir três condições essenciais para a análise do consumismo político: comportamento, motivação e frequência. O comportamento diz respeito à compra ou ao boicote deliberado de produtos ou serviços por razões políticas, ideológicas, éticas ou ambientais. As motivações e a consciência que induzem a compra ou o boicote seletivo de produtos e serviços são determinantes para a inscrição desses comportamentos no domínio do consumismo político. Finalmente, esses comportamentos devem ser frequentes e regulares, isto é, ações sustentadas, arraigadas e rotineiras do consumidor (GUNDELACH, 2020; STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005). Por exemplo, para Gundelach (2020), a compra seletiva e deliberada de produtos deve ser feita pelo menos uma vez a cada seis meses de modo que tal ato seja considerado indicador de consumismo político. Em contraste, Copeland (2014) defende que a compra e/ou o boicote de produtos por razões políticas, éticas ou ambientais deve ser feita pelo menos uma vez a cada 12 meses para se qualificar como consumismo político. Entendemos ser razoável o período de 12 meses para que a compra e a rejeição seletiva e deliberada de produtos se configurem como indicadores de consumismo político. O Quadro 9 sintetiza os itens da dimensão “consumismo político”.

Quadro 9 - Indicadores da dimensão “consumismo político”

Nº	Itens da dimensão “consumismo político”	Autores
1.	Faço boicote a certos produtos por motivações políticas, semestralmente	Van Deth (1986); Stolle, Hooghe e Micheletti (2005); Teorell, Torcal e Montero (2007); Quaranta (2012); Ekman e Amnå (2012); Vissers e Stolle (2014); Zúñiga, Copeland e Bimber (2014); Talò e Mannarini (2015); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Theocharis e Van Deth (2018); Gundelach (2020)
2.	Faço boicote a certos produtos por motivações ideológicas, semestralmente	
3.	Faço boicote a certos produtos por motivações éticas, semestralmente	
4.	Faço boicote a certos produtos por motivações ambientais, semestralmente	
5.	Compro certos produtos em vez de outros por motivações políticas, semestralmente	Stolle, Hooghe e Micheletti (2005); Teorell, Torcal e Montero (2007); Ekman e Amnå (2012); Vissers e Stolle (2014); Zúñiga, Copeland e Bimber (2014); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Theocharis e Van Deth (2018); Gundelach (2020)
6.	Compro certos produtos em vez de outros por motivações ideológicas, semestralmente	
7.	Compro certos produtos em vez de outros por motivações éticas, semestralmente	
8.	Compro certos produtos em vez de outros por motivações ambientais, semestralmente	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Por sua vez, o “engajamento cívico”, como dimensão de participação política (EKMAN; AMNÅ, 2012; ZÚÑIGA; COPELAND; BIMBER, 2014), diz respeito ao envolvimento político

dos cidadãos a nível da comunidade (ZÚÑIGA; COPELAND; BIMBER, 2014) e, fundamentalmente, se ancora nas circunstâncias sociais que são relevantes para outras pessoas, além da família e amigos (EKMAN; AMNÅ, 2012). “Engajamento cívico”, visto do ponto de vista do envolvimento ativo dos cidadãos ao nível da comunidade local, está voltado para ajudar os outros ou para a melhoria das condições locais. Desta forma, “engajamento cívico” busca solucionar problemas locais e pela melhoria de condições da sociedade ou de certos grupos da comunidade (EKMAN; AMNÅ, 2012). O envolvimento cívico dos cidadãos consiste em ações ligadas à doação de dinheiro para caridade, arrecadação de fundos para organizações de caridade e para projetos comunitários, assim como trabalho voluntário para ajudar a resolver problemas locais e envio de cartas para editores de publicações periódicas sobre assuntos políticos. O Quadro 10 apresenta estes itens da dimensão e os respectivos proponentes.

Quadro 10 - Itens da dimensão “engajamento cívico”

Nº	Itens da dimensão “engajamento cívico”	Autores
1.	Faço doação de dinheiro para caridade	Ekman e Amnå (2012); Talò e Mannarini (2015); Theocharis e Van Deth (2018)
2.	Faço arrecadação de fundos para uma organização de caridade	Zúñiga, Copeland e Bimber (2014)
3.	Faço arrecadação de fundos para um projeto local	Ohme, Vreese e Albaek (2017)
4.	Escrevo cartas para editor de jornal, revista ou de publicações semelhantes para comentar um assunto político	Bean (1991); Ekman e Amnå (2012); Talò e Mannarini (2015); Ohme, Vreese e Albaek (2017); Kim e Hoewe (2020)
5.	Faço trabalho voluntário para resolver problemas locais	Van Deth (1986); Bean (1991); Ekman e Amnå (2012); Theocharis e Van Deth (2018)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

O uso da “internet”, como dimensão de participação política, constitui um meio através do qual cidadãos distantes partilham preocupações e interesses semelhantes, fortalecendo identidade coletiva (LEE; FU, 2019) e se mobilizando para influenciar decisões e resultados políticos. Através dos meios de comunicação em massa e das plataformas de mídia social, o uso da internet constitui um dos canais que viabiliza a participação dos cidadãos em uma diversidade de ações políticas, ampliando, assim, o escopo e as formas de participação (KIM; HOEWE, 2020; VAN DETH, 2015). O caráter mobilizador que as redes das mídias sociais exercem sobre os cidadãos pode contribuir para o aumento da conscientização política (THEOCHARIS, 2015), considerando que as demandas e preferências dos cidadãos são facilmente articuladas em um esforço colaborativo para ação coletiva (LEE; FU, 2019). A chamada Primavera Árabe constitui um exemplo disso, visto que

cidadãos se mobilizaram por meio de redes sociais – tais como Facebook e Twitter –, culminando com mudanças políticas (VISSERS; STOLLE, 2014). Assim, a internet oportuniza o envolvimento ativo dos cidadãos na política.

Apesar de a internet ampliar as oportunidades de mobilização dos cidadãos para as práticas políticas online, consideramos que o seu efeito sobre a participação política pode ser vastamente influenciado pela extensão do seu uso (ANDUIZA; CANTIJOCH; GALLEGO, 2009), de tal forma que somente quando a internet estiver disponível para a maioria de cidadãos é que se pode presumir que ela tem o potencial de contribuir para o aumento da conscientização e da mobilização política dos cidadãos para cada vez maior participação política.

Por outro lado, é fato que ações políticas realizadas por meio da internet são equivalentes das formas de participação política offline, podendo se considerar que as ações políticas em rede digital constituem uma extensão das formas de participação offline (por exemplo, apoiar petições online, participar em fóruns de discussão política online, contatar funcionários do governo pela internet, boicotar certos produtos, participar de manifestações, assinatura de petições etc.) (ANDUIZA; CANTIJOCH; GALLEGO, 2009; SIONGERS et al., 2019; VAN DETH, 2015; VISSERS; STOLLE, 2014). No entanto, há que reconhecer que existem atividades políticas online que não têm correspondência nas formas de participação offline, como expressar ideias ou publicar mensagens sobre assuntos políticos em espaços públicos online (KIM; HOEWE, 2020; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; THEOCHARIS, 2015). Pela sua especificidade, isto é, atendendo à modalidade por meio da qual essas atividades políticas são operacionalizadas, defendemos que a participação por meio de plataformas baseadas na internet constitui uma dimensão de participação política. O Quadro 11 apresenta os itens da participação política por meio da internet.

Quadro 11 - Itens da dimensão “participação pela internet”

Nº	Itens da dimensão Internet	Autores
1.	Faço mobilização política usando a mídia social	Gundelach (2020)
2.	Contato políticos ou funcionários públicos por meio de plataformas baseadas na internet	Vissers e Stolle (2014)
3.	Assino ou faço coleta de assinaturas para uma petição na internet	Vissers e Stolle (2014); Siongers et al (2019)
4.	Participo de manifestações online	Vissers e Stolle (2014)
5.	Faço doação de dinheiro para fins políticos online	Vissers e Stolle (2014)
6.	Apoio financeiramente organizações de caridade usando internet	Siongers et al (2019)
7.	Faço arrecadação de fundos para fins políticos online	Vissers e Stolle(2014)
8.	Faço boicote a certos produtos na internet por motivos políticos, ideológicos, éticos ou ambientais semestralmente	Vissers e Stolle (2014); Siongers et al (2019)

Nº	Itens da dimensão Internet	Autores
9.	Compro alguns produtos em vez de outros na internet por motivos políticos, ideológicos, éticos ou ambientais semestralmente	Visser e Stolle (2014); Siongers et al (2019)
10.	Participo de discussões políticas online	Kim e Hoewe (2020)
11.	Expresso ideias ou publico mensagens sobre assuntos políticos em espaços públicos online	Theocharis (2015); Kim e Hoewe (2020); Ohme, Vreese e Albaek (2017)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Nesta seção, além de descrevermos as dimensões que compõem o modelo conceitual de participação política, apresentamos os respectivos indicadores. Essa atividade culminou com um instrumento de 59 itens, que se encontram sistematizados no Apêndice D. É relevante destacar que os indicadores que apresentamos estão na sua forma inicial, tendo os submetido a especialistas para validação de conteúdo e validação de face (COSTA, 2011), por meio de um questionário que pode ser observado no Apêndice E. A avaliação dos especialistas demandou exclusão, desagregação, reescrita e clarificação de alguns itens, conforme veremos na seção 5.1 do quinto capítulo. A seguir, relacionamos o modelo conceitual de participação política com o da retenção de “membros” e propomos as hipóteses desta pesquisa.

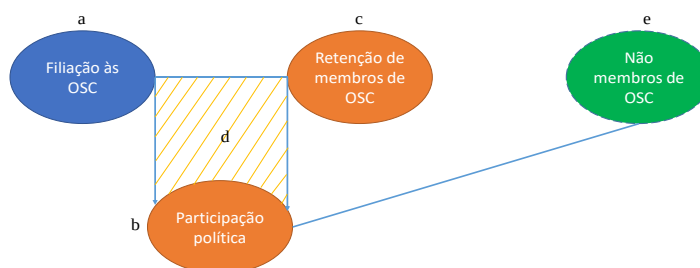
3.3 Relação dos modelos conceituais e proposição das hipóteses da pesquisa

Esta seção relaciona os modelos conceituais da retenção de “membros” e da participação política, em busca da solução para o quarto objetivo específico desta pesquisa. Ao relacionarmos os dois modelos conceituais, buscamos alcançar um modelo teórico com base no qual formulamos as hipóteses. A partir da apropriação dos elementos teóricos dos dois modelos conceituais, considerando ainda o nosso pressuposto teórico de que a retenção de “membros” pode influenciar a propensão dos “membros” a participar em diversas práticas políticas, nos permite acreditar na possibilidade da existência de uma relação de dependência entre retenção de “membros” e participação política. Ao acreditarmos na existência da relação entre estes construtos, nossa crença transcende os limites do que é dado como garantido e nos leva a testar empiricamente essa relação, na expectativa de contribuirmos para o avanço do conhecimento.

Compreendendo que “membros” de OSC’s são mais susceptíveis a participar em diversas práticas políticas (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; LEE; GLASURE, 2007; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), então a permanência deles nessas organizações por mais tempo, por meio da retenção de “membros”, pode ser determinante

para que sejam mais propensos a participar em atividades políticas, podendo os diferenciar, em tese, dos “não membros”. A Figura 1 representa este nosso pressuposto teórico. Assim, a filiação nas OSC’s é um dos caminhos, dentre outros possíveis, capaz de viabilizar a participação política dos indivíduos.

Figura 1 - Pressuposto teórico



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Por meio da filiação nas OSC’s (a), os membros desenvolvem habilidades específicas e recursos políticos que os torna mais propensos a participar em atividades políticas (b) comparativamente aos “não membros” (e). Além disso, quando as OSC’s implementam práticas de retenção de “membros” (c) capazes de despertar o interesse dos “membros” de permanecer nas suas organizações por um período de tempo longo (HAIDER et al., 2015; HONG et al., 2012; SHIBITI, 2019; WIJESIRI et al., 2018; YOUSUF; SIDDQUI, 2019), elas podem tornar os seus “membros” cada vez mais propensos (d) a participar nas práticas políticas, porque práticas de retenção de “membros” oportunizam o desenvolvimento prolongado de habilidades específicas e de recursos políticos que propiciam a participação política.

O pressuposto teórico e os modelos conceituais que apresentamos anteriormente nos permitem chegar ao modelo teórico, baseado no quarto objetivo específico desta pesquisa. Portanto, as hipóteses que testamos nesta pesquisa decorrem do modelo teórico e buscam responder ao quarto objetivo específico, que examina as relações entre retenção de “membros” e participação política. A partir do modelo conceitual da retenção de “membros”, adotamos um modelo de mensuração dele decorrente, desenvolvido e validado anteriormente, com vistas a, por um lado, analisarmos as práticas de retenção de “membros” e a adequação do modelo nas OSC’s de

Moçambique (terceiro objetivo específico) e, por outro, relacionarmos a retenção de “membros” com a participação política (quarto objetivo específico). Além disso, o modelo conceitual de participação política apresentado na segunda seção deste capítulo nos permitiu desenvolver um modelo de mensuração deste construto (primeiro objetivo específico), com base no qual comparamos a participação política de “membros” e “não membros” das OSC’s (segundo objetivo específico) e analisamos a influência da retenção de “membros” sobre participação política (quarto objetivo específico).

Para a mensuração do construto da retenção de “membros”, adotamos o modelo de Döckel (2003) e Döckel, Basson e Coetzee (2006) não somente por ser válido e confiável, mas também por ter sido desenvolvido no contexto da África do Sul, país com o qual Moçambique divide fronteira. Várias outras pesquisas (DHANPAT et al., 2018; FERREIRA; MUJAJATI, 2017; FERREIRA; POTGIETER, 2018; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; SHIBITI, 2019; VAN DYK; COETZEE, 2012) validaram o modelo de Döckel (2003) e Döckel, Basson e Coetzee (2006) no mesmo contexto (África do Sul). Em todas essas pesquisas, o modelo apresentou níveis aceitáveis de consistência interna, com coeficientes alfa de Cronbach variando de 0,48 (características de trabalho) a 0,97 (remuneração). Trata-se de um modelo multidimensional, constituído por 30 indicadores, distribuídos da seguinte forma pelas seis dimensões: “remuneração” (dez itens); “características do trabalho” (dois itens); “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” (quatro itens); “apoio do supervisor” (seis itens); “oportunidades de carreira” (quatro itens) e “equilíbrio trabalho-vida” (quatro itens).

Apresentamos o instrumento de mensuração da retenção de “membros” no Quadro 12, na versão original, no qual os itens do fator remuneração são medidos por meio de grau de satisfação, enquanto os dos restantes fatores são mensurados através do grau de concordância, usando-se escala *Likert* de cinco pontos (isto é, de 1 a 5). Após o Quadro 12, apresentamos algumas decisões que tomamos para adaptarmos o instrumento à nossa pesquisa.

Quadro 12- Instrumento de mensuração da retenção de “membros”

Fator	Código	Indicador de mensuração	Escala				
Remuneração	Re1	1. Meu pacote de benefícios	1	2	3	4	5
	Re2	2. Meu aumento mais recente	1	2	3	4	5
	Re3	3. As informações sobre questões salariais fornecidas pela empresa	1	2	3	4	5
	Re4	4. Meu pacote salarial total atual (salário base, benefícios e incentivos)	1	2	3	4	5
	Re5	5. A estrutura de pagamento da empresa	1	2	3	4	5

Fator	Código	Indicador de mensuração	Escala				
	Re6	6. A competitividade do meu pacote salarial total (salário base, benefícios e incentivos)	1	2	3	4	5
	Re7	7. O valor dos meus benefícios	1	2	3	4	5
	Re8	8. Consistência das políticas de pagamento da empresa	1	2	3	4	5
	Re9	9. Tamanho do meu incentivo financeiro atual	1	2	3	4	5
	Re10	10. O número de benefícios que recebo	1	2	3	4	5
CT	CT1	11. O trabalho exige que eu use uma série de habilidades complexas ou de alto nível	1	2	3	4	5
	CT2	12. O trabalho me dá uma oportunidade considerável de independência e liberdade na forma como faço o trabalho	1	2	3	4	5
ODT	OTD1	13. Esta organização está me fornecendo treinamento específico para o trabalho	1	2	3	4	5
	OTD2	14. Tempo suficiente é alocado para treinamento de produto e solução	1	2	3	4	5
	OTD3	15. Posso aplicar o treinamento que recebo, nesta organização	1	2	3	4	5
	OTD4	16. Dinheiro suficiente é alocado para treinamento de produto e solução	1	2	3	4	5
Apoio do supervisor	AS1	17. Meu supervisor procura oportunidades para elogiar o desempenho positivo dos membros, tanto em particular quanto na frente de outras pessoas	1	2	3	4	5
	AS2	18. Sinto-me valorizado pelo meu supervisor	1	2	3	4	5
	AS3	19. O supervisor dá-me “feedback” sobre quanto bem faço meu trabalho	1	2	3	4	5
	AS4	20. Meu supervisor recompensa uma boa ideia, implementando-a e dando crédito ao colaborador responsável	1	2	3	4	5
	AS5	21. Meu supervisor reconhece o colaborador pelo trabalho bem executado	1	2	3	4	5
	AS6	22. Meu supervisor costuma me dizer o quanto bem ele acha que estou realizando o trabalho	1	2	3	4	5
Oportunidades de carreira	OC1	23. Minhas chances de ser promovido são boas	1	2	3	4	5
	OC2	24. Existem oportunidades de carreira suficientes para mim nesta organização	1	2	3	4	5
	OC3	25. Pode ser fácil encontrar emprego em outro Setor/Departamento, nesta organização	1	2	3	4	5
	OC4	26. O desenvolvimento da carreira de um funcionário é importante para esta organização	1	2	3	4	5
ETV	ETV1	27. Muitas vezes sinto que há muito trabalho a fazer	1	2	3	4	5
	ETV2	28. Minha agenda de trabalho frequentemente entra em conflito com minha vida pessoal	1	2	3	4	5
	ETV3	29. Meu trabalho afeta meu papel como cônjuge e/ou pai ou mãe	1	2	3	4	5
	ETV4	30. Meu trabalho tem efeitos negativos em minha vida pessoal	1	2	3	4	5

Nota: CT = Características de Trabalho; ODT = Oportunidades de Treinamento e desenvolvimento; ETV = Equilíbrio Trabalho-Vida.

Fonte: Traduzido de Döckel (2003, p.138-148)

A adoção do instrumento de mensuração da retenção de “membros” demandou algumas adaptações de forma. Primeiro, no lugar de utilizarmos a escala de verificação de cinco pontos do instrumento original, decidimos usar uma escala de dez pontos (isto é, de 1 a 10), aferida por meio de grau de concordância, na qual o 1 indica discordância total e o 10 concordância total. Tomamos esta decisão não somente pelas falhas e potenciais problemas que a escala *Likert* de cinco pontos pode causar (COSTA, 2011), mas também porque utilizamos a escala de dez pontos no instrumento de mensuração da participação política que desenvolvemos nesta pesquisa (informação adicional

da opção pela escala de dez pontos pode ser conferida no tópico 4.5). Portanto, entendemos ser importante que os dois instrumentos usem escalas com o mesmo número de pontos, com vistas a manter consistência nas análises multivariadas.

Segundo, por entendermos que os itens da dimensão “remuneração” não estavam devidamente apresentados, nem mesmo para a sua avaliação através de grau de satisfação na sua forma original, introduzimos modificações ligeiras, ao decidirmos uniformizar a escala de verificação dos itens da remuneração com a dos itens dos outros fatores de retenção de “membros”, que varia de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”. Tomamos esta decisão por entendermos que o uso da mesma escala de verificação evita uma variação muito grande de alternativas de respostas (COSTA, 2011), sobretudo para o caso da nossa pesquisa que tem muitos construtos sob análise. O Quadro 13 ilustra as alterações que fizemos nos itens originais do fator de “remuneração”, que passam a ser avaliados por meio do grau de concordância.

Quadro 13- Alterações feitas na escrita dos itens do fator remuneração

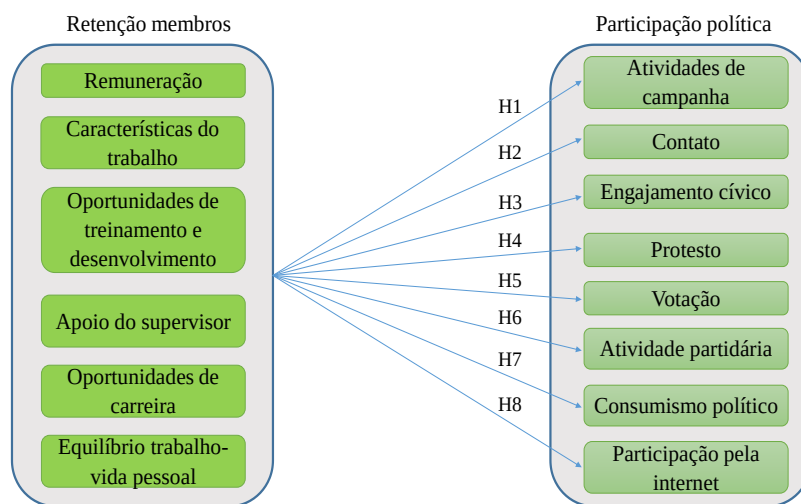
Itens originais	Itens adaptados
1. Meu pacote de benefícios	Estou satisfeito com o meu pacote de benefícios
2. Meu aumento mais recente	Pessoalmente, estou satisfeito com o meu aumento mais recente
3. As informações sobre questões salariais fornecidas pela empresa	Estou satisfeito com as informações sobre questões salariais fornecidas pela organização
4. Meu pacote salarial total atual (salário base, benefícios e incentivos)	Estou satisfeito com o meu pacote salarial total atual (salário base, benefícios e incentivos)
5. A estrutura de pagamento da empresa	Pessoalmente, estou satisfeito com a estrutura de pagamento da organização
6. A competitividade do meu pacote salarial total (salário base, benefícios e incentivos)	Estou satisfeito com a competitividade do meu pacote salarial total (salário base, benefícios e incentivos)
7. O valor dos meus benefícios	Pessoalmente, estou satisfeito com o valor dos meus benefícios
8. Consistência das políticas de pagamento da empresa	Estou satisfeito com a consistência das políticas de pagamento da organização
9. Tamanho do meu incentivo financeiro atual	Estou satisfeito com o tamanho do meu incentivo financeiro atual
10. O número de benefícios que recebo	Pessoalmente, estou satisfeito com o número de benefícios que recebo

Fonte: Adaptado de Döckel (2003, p.138-140)

No que diz respeito à participação política, medimos o construto, com base na escala que desenvolvemos nesta pesquisa, a partir do respectivo modelo conceitual. Optamos por desenvolver essa escala por não termos encontrado um modelo de mensuração capaz de nos fornecer uma imagem mais abrangente da participação dos cidadãos nas diversas práticas políticas. O modelo de

mensuração da participação política foi inicialmente desenvolvido com as seguintes oito dimensões: “votação”, “atividades de campanha”, “atividade partidária”, “contato”, “protesto”, “consumismo político”, “engajamento cívico” e “participação pela internet”. Desta forma, levando em consideração os modelos conceituais que apresentamos nas duas primeiras seções deste capítulo, assim como o quarto objetivo específico que busca examinar a relação entre retenção de “membros” e participação política, chegamos ao modelo teórico que testamos nesta pesquisa, representado na Figura 2.

Figura 2 - Modelo teórico e hipóteses da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A Figura 2 demonstra, teoricamente, que as práticas de retenção de “membros” explicam as práticas políticas. Consideramos essa relação plausível, na medida em que a retenção de “membros” desperta o interesse dos “membros” de desejar permanecer nas OSC’s por um período de tempo prolongado e, conseqüentemente, viabiliza o desenvolvimento de habilidades específicas e de recursos políticos, por um período de tempo longo, que tornam os “membros” mais susceptíveis a participar em diversas práticas políticas.

A partir do modelo teórico representado na Figura 2, se evidenciam oito hipóteses da pesquisa, que relacionam os fatores da retenção de “membros” com cada uma das práticas políticas. Com base na interdependência que se espera entre retenção de “membros” e participação política, partimos na expectativa de que os seis fatores de retenção (remuneração, características do trabalho, oportunidades de treinamento e desenvolvimento, apoio do supervisor, oportunidades de

carreira e equilíbrio trabalho-vida) possam repercutir de forma idêntica em relação às práticas políticas (atividades de campanha, contato, engajamento cívico, protesto, votação, atividade partidária, consumismo político e participação pela *internet*), atuando em bloco.

Relacionada aos processos eleitorais, “atividade de campanha” consiste em fazer campanha política, concorrer como candidato eleitoral, persuadir os outros a votar, trabalhar em uma campanha política, trabalhar para um candidato durante a campanha, participar de reuniões ou comícios políticos e usar roupas ou distintivos com mensagem política. Assim, “atividade de campanha” diz respeito à busca de apoio dos eleitores, ao mesmo tempo que visa a influenciar o comportamento dos eleitores de modo a votar em um candidato e/ou em um partido político. Entendemos que essas ações podem ser aprofundadas pelas OSC’s, por meio de normas, de valores e de atitudes democráticas que elas inculcam nos seus membros e que os tornam dispostos a participar nos processos democráticos e em atividades políticas (ENCARNACIÓN, 2017; JAYSAWAL, 2013; LEE; GLASURE, 2007). No entanto, a apropriação dos princípios democráticos promovidos e aprofundados pelas OSC’s pode ser facilitada pelo tempo de permanência dos “membros” nas suas organizações. Com base nisso, acreditamos que a participação de “membros” de OSC’s em atividade de campanha pode ser explicada pelas práticas de retenção de “membros”, o que nos conduz à hipótese que se segue.

- *Hipótese 1: As práticas de retenção de “membros” explicam atividade de campanha.*

Em relação ao “contato” político, “membros” de OSC’s são mais propensos a contatar políticos, funcionários de governo e funcionários públicos, apresentando suas opiniões inerentes a assuntos políticos e a questões que preocupam a comunidade, em busca do bem-estar. Essas ações são estimuladas pelas OSC’s, não somente pela defesa de interesses políticos democráticos, mas, também, por meio de fornecimento de informações políticas, assim como colocando os seus “membros” em contato com instituições políticas e incorporando-os em redes políticas (ULZURRUN, 2002). A relação entre filiação a associações civis e participação em atividades de “contato” já havia sido encontrada por Aggeborn e Lajevardi e Nyman (2020), por meio de um estudo conduzido na Suécia, cujos resultados demonstraram correlação entre filiação em OSC’s e participação em atividades de “contato”. Desta forma, a retenção de “membros” de OSC’s pode influenciar a disposição dos “membros” a participar do “contato” político. Diante disso, formulamos a hipótese que se segue.

- *Hipótese 2: As práticas de retenção de “membros” influenciam positivamente contato político*

Quanto ao “engajamento cívico”, este se constitui no envolvimento ativo dos indivíduos ao nível da comunidade local (ZÚÑIGA; COPELAND; BIMBER, 2014), especificamente em assuntos que são relevantes para o bem-estar dos outros. Busca ajudar os outros ou melhorar as condições locais, contribuindo para a solução de problemas locais, assim como para a melhoria de condições da sociedade ou de certos grupos da comunidade (EKMAN; AMNÅ, 2012). Fundamentalmente, o envolvimento cívico dos cidadãos consiste de ações ligadas à doação de dinheiro para caridade, arrecadação de fundos para organizações de caridade e para projetos comunitários, assim como de trabalho voluntário para ajudar a resolver problemas locais e envio de cartas para editores de periódicos sobre assuntos políticos. Estas habilidades cívicas são desenvolvidas pelas OSC’s, por meio das quais os “membros” aprendem o valor da solidariedade social e da defesa do bem-estar dos outros. Além disso, as OSC’s favorecem o aumento de atitudes cívicas na sociedade, facilitando a cooperação entre indivíduos e grupos e habilitando os seus “membros” a se interessar e a apoiar ações coletivas que beneficiam a sociedade. No entanto, a aquisição dessas habilidades está dependente da existência do interesse dos “membros” das OSC’s em desejar permanecer nas suas organizações, que deve ser despertado por meio de práticas de retenção de “membros”. É neste âmbito que formulados a hipótese abaixo.

- *Hipótese 3: As práticas de retenção de “membros” favorecem engajamento cívico.*

Por meio do “protesto” político, os cidadãos expressam suas demandas, seus interesses e suas preferências em objeção a certas decisões tomadas por atores políticos ou em relação a questões específicas. A dimensão “protesto” cobre um conjunto bastante diversificado de atividades políticas, que se estendem desde ações políticas brandas e pacíficas a atos de hostilidade e violência – protesto radical (BEAN, 1991; DOBRATZ; WALDNER; BUZZELL, 2016). Boulding (2010) encontrou uma associação entre atividades de OSC’s e participação dos “membros” em atividades do “protesto” político na Bolívia, demonstrando que as atividades de OSC’s são diretamente proporcionais ao aumento de atividades de protestos. Isto sucede porque as OSC’s promovem e aprofundam normas, valores e competências democráticas que, além de reforçar as obrigações inerentes à cidadania política, também elevam a consciência política dos

“membros”, tornando-os dispostos a participar em atividades de protesto político. Assim, é expectável que “membros” de OSC’s que permanecem por um longo período de tempo sejam atreitos a participar de atividades de “protesto” político, principalmente porque as OSC’s aumentam a conscientização dos seus “membros” sobre assuntos comuns enfrentados na comunidade, ao mesmo tempo que estimulam a participação em ações políticas à medida que os “membros” testemunham o envolvimento das suas organizações em questões políticas (BOULDING, 2010). Deste modo, é possível relacionar a retenção de “membros” com o envolvimento em atividades de “protesto” político, o que permite formular a hipótese que se segue.

- *Hipótese 4: As práticas de retenção de “membros” são positivamente relacionadas com protesto político*

A “votação” é uma das práticas políticas largamente difundidas e um dos pilares fundamentais nos sistemas democráticos, por meio da qual os cidadãos participam na eleição dos dirigentes e titulares de órgãos de nível nacional, provincial e municipal, ao mesmo tempo que é um dos elementos principais de legitimação do poder político detido pelos eleitos, assim como dos diversos órgãos constituídos a partir de eleições. A relação entre retenção de “membros” e “votação” pode ser explicada pelo potencial das OSC’s na criação da capacidade política nos seus “membros” que os torna atreitos a participar em ações políticas que visam influenciar decisões e resultados políticos, entendendo que o envolvimento dos indivíduos em OSC’s aumenta a probabilidade de sua participação em atividades políticas.

Especificamente, “membros” de OSC’s podem informar outros indivíduos a respeito dos benefícios de votar e mobilizá-los a participar nas eleições, conforme também sustentado por Bwalya e Sukumar (2018). Para que isso seja possível, é necessário que os “membros” permaneçam ligados às suas organizações por mais tempo, de tal modo que possam apreender as habilidades que propiciam o envolvimento na votação. Nesta perspectiva, formulamos a hipótese que se segue.

- *Hipótese 5: As práticas de retenção de “membros” são preditoras da votação.*

Outro fator da participação política é “atividade partidária”, que diz respeito ao envolvimento dos indivíduos em atividades inerentes a partidos e/ou organizações sócio-políticas, por meio de diversas ações que incluem a própria filiação nessas organizações e se estendem à realização de trabalho voluntário e a ações de caridade e cívicas que, além de consistir em doações de dinheiro, também envolvem sensibilização de outras pessoas para aderirem a campanhas de

arrecadação de fundos para organização política ou propósito político. Estas capacidades podem ser desenvolvidas pelas OSC's, por meio das quais indivíduos aprendem o valor da ação coletiva, da solidariedade e da promoção do bem-estar na sociedade (JAYSAWAL, 2013). Desta forma, “membros” de OSC's que continuam ligados às suas organizações por meio de práticas de retenção são mais susceptíveis a desenvolver habilidades cívicas que estimulam a participação na “atividade partidária”. A partir destes pressupostos, apresentamos a hipótese a seguir:

- *Hipótese 6: As práticas de retenção de “membros” estimulam atividade partidária.*

A sétima hipótese desta pesquisa relaciona a retenção de “membros” com “consumismo político”. “Consumismo político” consiste em dois principais procedimentos, que se desdobram em diversas atividades políticas, nomeadamente: compra e rejeição (boicote) de certos produtos e serviços por motivações políticas, ideológicas, éticas e ambientais. Tanto a compra proposital e seletiva, quanto a rejeição, tomam em consideração práticas e políticas envolvidas no processo de produção das empresas ou dos países que produzem produtos e serviços (por exemplo, preocupações com a preservação do ambiente, condições de trabalho, valores éticos, etc.). Portanto, os processos de produção adotados por empresas e países direcionam a compra ou o boicote dos consumidores, buscando influenciar práticas e políticas de negócios (COPELAND, 2014; GUNDELACH, 2020; ZÚÑIGA; COPELAND; BIMBER, 2014).

Desta forma, é suposto que as OSC's de defesa do meio ambiente ou que promovem direitos dos trabalhadores, condições justas de trabalho, políticas salariais justas e bem-estar dos animais podem influenciar o comportamento dos seus membros na escolha do que podem comprar ou não, em função das práticas e políticas de empresas e países envolvidas nos processos de produção dos produtos e serviços. Para o efeito, uma das condições necessárias para se moldar esse comportamento dos “membros” das OSC's é sua retenção, com vistas a se apropriar das causas defendidas e promovidas pelas respectivas organizações. É neste sentido que formulamos a seguinte hipótese:

- *Hipótese 7: As práticas de retenção de “membros” propiciam consumismo político.*

A última hipótese desta pesquisa relaciona a retenção de “membros” com “participação política pela internet”. A internet constitui um dos canais que viabiliza a participação dos cidadãos em uma diversidade de ações políticas, ampliando, assim, as formas de participação política (KIM;

HOEWE, 2020; VAN DETH, 2015). As plataformas de mídia social (por exemplo, *facebook*, *twitter*, *youtube*) facilitam o acesso a diversas formas de participação política, por meio das quais indivíduos se mobilizam para influenciar decisões e resultados políticos. O efeito da internet sobre a participação política tem sido demonstrado por vários estudos (ANDUIZA; CANTIJOCH; GALLEG0, 2009; LEE; FU, 2019; SIONGERS et al., 2019; VISSERS; STOLLE, 2014).

As plataformas baseadas na internet têm elevado potencial mobilizador, ao facilitar a articulação de demandas e preferências de cidadãos em um esforço colaborativo para ação coletiva (LEE; FU, 2019), o que pode contribuir para o aumento da conscientização política (THEOCHARIS, 2015). Compreendendo que “membros” de OSC’s são mais propensos a se envolver em práticas políticas, é expectável que eles não se envolvam apenas em atividades políticas offline, mas, também, por meio de plataformas baseadas na internet. Assim, entendemos que a propensão dos “membros” de OSC’s a participar em atividades políticas por meio da internet também pode ser dependente da sua permanência nessas organizações, o que indicia a existência de uma relação entre práticas de retenção de “membros” com a participação política por meio da internet, conforme a hipótese abaixo. Vale lembrar que, apesar de existirem atividades políticas online que não têm correspondência nas formas de participação offline, a maior parte delas são equivalentes das formas de participação política off.line, conforme demonstramos anteriormente.

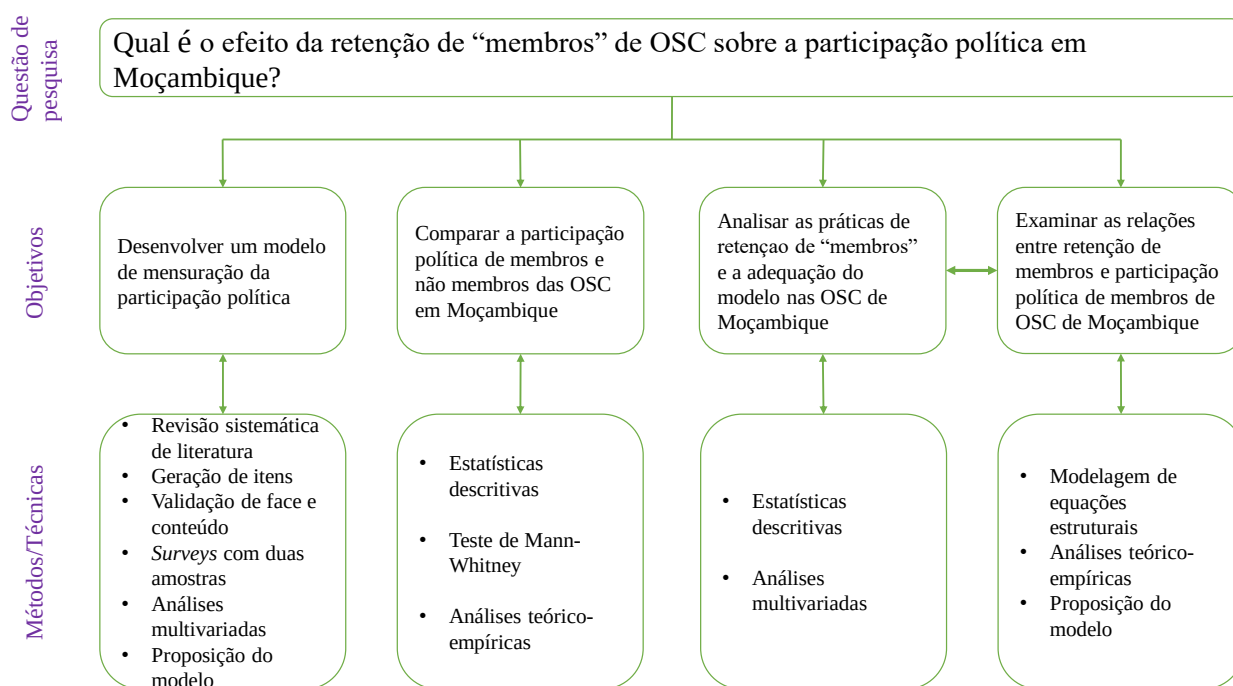
- *Hipótese 8: As práticas de retenção de “membros” viabilizam a participação política pela internet.*

As oito hipóteses representam o modelo teórico que propusemos a partir da relação dos modelos conceituais de retenção de “membros” e de participação política. Portanto, o nosso modelo teórico nos permite examinar a relação entre retenção de “membros” e participação política de “membros” de OSC’s, em busca da solução para o quarto objetivo específico desta pesquisa. A seguir, passamos a apresentar o capítulo dos procedimentos metodológicos que adotamos neste estudo.

4. METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos que adotamos com base na questão e nos objetivos da pesquisa. A questão da pesquisa, assim como os objetivos dela decorrentes, demandaram uso da abordagem quantitativa, orientada pelo paradigma funcionalista positivista. Vale lembrar que, por um lado, a questão de pesquisa surgiu das lacunas que identificamos na revisão sistemática sobre filiação às OSC's e participação política (vide protocolo no Apêndice A), a partir da qual verificamos que a literatura negligenciou o efeito da retenção de “membros” sobre participação política. Fundamentalmente, a questão de pesquisa decorre do nosso entendimento de que a propensão dos “membros” de OSC's a participar em práticas políticas pode ser explicada pela retenção de “membros”, com base na qual se pode viabilizar o desenvolvimento prolongado das habilidades cívicas e de recursos políticos que propiciam a participação política dos “membros”. Portanto, o questionamento da pesquisa orientou a definição dos objetivos e determinou a escolha dos métodos e das técnicas, conforme representado na Figura 3.

Figura 3 - Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Este capítulo é composto por seis seções. Na primeira, fazemos uma breve descrição de Moçambique, apresentando os elementos inerentes ao nosso objeto de estudo. Na segunda seção, trazemos considerações epistemológicas da pesquisa, demonstrando como esta se orienta pelo paradigma funcionalista sob lente positivista. Na terceira, fazemos a caracterização da pesquisa quanto à abordagem, aos objetivos e à sua natureza, incluindo a fundamentação subjacente a esta classificação. Em seguida, retivemo-nos na apresentação do contexto e dos sujeitos da pesquisa, assim como apresentamos os critérios que adotamos para a seleção dos informantes. Na quinta seção, concentramo-nos nos instrumentos de coleta de dados que utilizamos. Além de fazermos alusão ao instrumento de mensuração da retenção de “membros”, também descrevemos os procedimentos que adotamos no desenvolvimento da escala de participação política. Por fim, apresentamos os detalhamentos dos métodos e das técnicas de análise dos dados, os quais foram escolhidos em função do desenho da pesquisa.

4.1 Descrição do contexto da pesquisa

Nesta seção, buscamos trazer alguns elementos contextuais da pesquisa, com vistas a fazermos melhor enquadramento do nosso objeto de estudo. Moçambique foi colônia de Portugal, tendo alcançado a sua independência em junho de 1975, depois da luta armada desencadeada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), entre 1964 e 1974. Durante a Luta Armada, a FRELIMO contou com apoio logístico (treinos e fornecimento de material militar) da Tanzânia (país com o qual Moçambique faz fronteira), da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da China e de outros países socialistas ou com esta orientação. Após a independência, além de seguir um sistema de partido único, representado pela FRELIMO, Moçambique adotou modelo de governação de orientação socialista. A proximidade da FRELIMO com a ex-URSS e com outros países do Bloco do Leste (por exemplo, Alemanha, Bulgária, Romênia, Checoslováquia, etc.), resultou em acordos e tratados de amizade e de cooperação que culminaram com a chegada, em Moçambique, de cidadãos desses países para assistência ao desenvolvimento, por meio de projetos específicos, enquanto outros foram assumindo funções de especialistas ou de conselheiros nos gabinetes de estudos, departamentos de planificação dos ministérios e nas empresas estatais (BRITO, 2019; GEFFRAY, 1991). Vale destacar que, em 1977, a FRELIMO se declarou oficialmente partido de vanguarda “Marxista-Leninista” (BRITO, 2019; DARCH, 2018).

e, nessa transição, passou a se designar Frelimo. No entanto, a Frelimo viria a abandonar esta orientação ideológica em 1989, sob pressão política e econômica (DARCH, 2018; MINTER, 1998).

Em 1976, eclodiu uma guerra civil em Moçambique, opondo as forças do estado e o Movimento Nacional de Resistência (MNR). Essa guerra teve motivações externas, mas também esteve ligada à Guerra Fria (GENTILI, 2013; MINTER, 1998), conforme demonstramos a seguir. Sabendo que a FRELIMO permitiu que Moçambique servisse de retaguarda aos guerrilheiros da ZANU que lutavam pela independência na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), o governo de minoria branca de Ian Smith respondeu criando e apoiando militarmente o MNR. A criação do MNR contou com a colaboração de antigos colonos portugueses que haviam saído de Moçambique para a Rodésia do Sul e integrava alguns imigrantes moçambicanos desmobilizados do exército português e desertores do exército da FRELIMO. Sob comando dos serviços secretos da Rodésia do Sul, o MNR passou a desencadear ações armadas em Moçambique, inicialmente direcionadas para empreendimentos econômicos, mas depois se alastraram para instituições do estado e para as populações (DARCH, 2018; GEFFRAY, 1991; MINTER, 1998). Com a independência do Zimbábue, em abril de 1980, e consequente ascensão ao poder do governo da ZANU-PF, o MNR passou a ser dirigido pela Inteligência Militar do governo de *Apartheid* da África do Sul (ALDEN, 2001; GEFFRAY, 1991; MINTER, 1998). A partir do apoio Sul Africano, a guerra civil em Moçambique passou a ser reflexo das políticas da Guerra Fria. Embora os EUA não tivessem dado apoio direto ao MNR, a proximidade do governo de Reagan com o governo de *Apartheid* da África do Sul, seu aliado da Guerra Fria na região da África Austral, encorajou o apoio Sul Africano ao MNR, com vistas a travar o alastramento de “regimes comunistas” na região. Por volta de 1983, era comum a designação do MNR por Renamo (MINTER, 1998).

No entanto, a partir da segunda metade da década de 1980, a Renamo passou a manter ações militares mais ou menos por conta própria (DARCH, 2018), sendo que de 1988 em diante, a guerra civil havia se alastrado em quase todas as províncias do país (MINTER, 1998). Em algumas zonas rurais do Centro do país, a Renamo começou a explorar, para seu benefício, a oposição radical das populações à política governamental de reassentamento quase forçado das populações em aldeais comunais e, a partir disso, avançou na construção de uma base de apoio popular (DARCH, 2018; GEFFRAY, 1991).

Um longo processo de tentativas de aproximação das partes envolvidas na guerra, com vistas a encontrar caminho para a paz, iniciou em 1989, envolvendo diferentes atores internacionais. Desses atores, destacamos a Comunidade de Santo Egídio, da Igreja Católica, que mediou as conversações entre as delegações do governo e da Renamo, em Roma, com o envolvimento do governo italiano (ALDEN, 2001; ROCCA, 1998). Foi no contexto dessas negociações que, em 1990, aprovou-se uma nova Constituição em Moçambique, que introduziu democracia e parlamento multipartidário (THOMASHAUSEN, 2020). O auge da mediação da Comunidade de Santo Egídio foi a assinatura do acordo de paz, em 4 de outubro de 1992 (Lei nº 13/92, de 14 de outubro), pondo fim a 16 anos de guerra civil em Moçambique.

É relevante destacar que a Constituição de 1975 não previa direito à liberdade de expressão, de associação e de reunião. Por isso, as únicas organizações aceitas eram as associações sociais da Frelimo: Organização da Juventude de Moçambique (OJM); Organização da Mulher Moçambicana (OMM); Organização Nacional dos Professores (ONP); e Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM). Portanto, foi a Constituição de 1990 que conferiu o direito à liberdade de expressão, de associação e de reunião. O novo espaço político democrático viabilizou, ainda, o reconhecimento legal da Renamo como partido político, bem como o surgimento de outros partidos.

Um dos marcos iniciais mais notáveis no período pós-guerra foi a realização das primeiras eleições democráticas multipartidárias, em outubro de 1994. Desde então, os processos eleitorais ocorrem regularmente, de cinco em cinco anos, tendo-se alastrado de eleições presidenciais e legislativas (1994, 1999 e 2004) para as eleições municipais (1998, 2003, 2008, 2013 e 2018). Posteriormente, as eleições presidenciais e legislativas passaram a incluir a eleição de membros das Assembleias Provinciais, em 2009, 2014 e 2019. Não constituindo escopo desta pesquisa adentrar nas especificidades da legislação eleitoral e nas atualizações que foram ocorrendo ao longo do tempo, sugerimos que, em caso de necessidade, pode-se consultar a legislação inerente a cada eleição, disponível na internet. Embora a Frelimo tivesse conhecido poucas derrotas em algumas eleições municipais, todas as eleições gerais foram ganhas pela Frelimo e pelos seus candidatos a presidente da República. Por exemplo, nas eleições de 2009, o presidente Armando Guebuza foi eleito por 75.01% dos votos e a Frelimo conseguiu 191 dos 250 deputados que compõem a Assembleia da República (Acórdão nº 30/CC/2009, de 27 de dezembro).

Além da votação, tem ocorrido episódios menos frequentes de atividades de protesto como forma de desaprovação a certas decisões políticas. As primeiras ações de manifestação dos cidadãos no período pós-colonial ocorreram em finais de outubro e princípios de novembro de 1993, na cidade de Maputo, motivadas pelo aumento do preço de transporte público em 100%, devido à subida do preço dos combustíveis (CHAIMITE, 2014). Depois se seguiram as manifestações de 5 de fevereiro de 2008, ocorridas nas cidades de Maputo e Matola, também motivadas pela subida do preço de transporte de passageiros, na ordem de 33% a 50% em relação ao preço até então praticado (BRITO et al., 2017; CHAIMITE, 2014). Outro registro de manifestação de cidadãos ocorreu nos dias 1 e 2 de setembro de 2010, nas cidades de Maputo e Chimoio, decorrentes do aumento do preço do pão, da energia, da água, dos combustíveis (incluindo gás doméstico) e de outros produtos alimentares (BRITO et al., 2017; CHAIMITE, 2014; JOAHANSSON; SAMBO, 2017), situação agravada pela percepção do aumento das desigualdades sociais e do fosso entre ricos e pobres, diante de rendimentos incapazes de suprir as necessidades básicas dos cidadãos (JOAHANSSON; SAMBO, 2017). Por último, trazemos a marcha organizada em Maputo pela Liga dos Direitos Humanos de Moçambique, juntamente com outras organizações da sociedade civil, em repúdio aos crimes de raptos (CHAIMITE, 2014; HONWANA, 2020) de cidadãos visando cobrar dinheiro de resgate, aos atos de corrupção, ao recrudescimento da violência armada entre as forças residuais da Renamo e as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique, assim como em repúdio à aparente incapacidade do estado para se lidar com estes problemas.

No entanto, reconhecemos que, em algumas circunstâncias, o exercício da liberdade de reunião tem sido marcado por certos constrangimentos. O fato de se exigir que as manifestações de protesto tenham de ter autorização das autoridades governamentais, aparentemente para garantir o seu decurso em ambiente seguro e cobertura policial, tem por vezes sido usado de forma abusiva para coartar a realização dessas ações políticas. Geralmente, esta situação é dominante quando as manifestações são contra o governo ou órgãos do estado. Por exemplo, em outubro de 2010, foi impedida a manifestação de antigos militares, por forte contingente policial, que exigiam aumento de suas pensões de reforma. Em maio de 2021, a polícia interrompeu a manifestação de uma associação de estudantes universitários contra aprovação do estatuto de funcionários e agentes parlamentares, que prevê um vasto conjunto de regalias. No seu extremo, o cerceamento das liberdades de expressão consiste na intimidação e/ou assassinato de cidadãos que emitem opiniões

de cariz político que desafiam o governo ou cujo trabalho supostamente deixa alguns membros do governo desconfortáveis. Constituem exemplos disso, conforme também sustentado por Honwana (2020), o assassinato de Gilles Cistac em 2015, o baleamento de José Jaime Macuane em 2016 (ambos professores universitários), a agressão física e psicológica do jornalista Ericino de Salema em 2018 e o assassinato de Anastácio Matavel em 2019, diretor-executivo do Fórum das OSC's da província de Gaza, nas vésperas de eleições gerais.

Apesar deste tipo de situações ser desfavorável ao florescimento da democracia e poderem retraindo o exercício da liberdade de expressão e de manifestação, entendemos que, por si só, não justificam completamente o fraco envolvimento dos moçambicanos nas diversas práticas políticas, considerando que a participação política não se circunscreve apenas aos atos de votação e de manifestação de protesto político. A democracia demanda cidadãos interessados em tomar e fazer parte da política, no âmbito do exercício da cidadania política. Cidadãos menos interessados em participar em diversas práticas políticas podem comprometer a sobrevivência e o fortalecimento da democracia.

O surgimento das primeiras OSC's em Moçambique esteve diretamente ligado ao novo contexto político democrático, decorrente do fim da guerra civil em 1992, buscando contribuir para a transição e o aprofundamento democrático. A relação entre OSC's e promoção e aprofundamento da democracia é largamente reconhecida em diversos contextos políticos, conforme demonstramos na revisão da literatura. Desde a operacionalização da liberdade de associação em 1991 (Lei 18/91, de 18 de julho), tem se registrado proliferação de OSC's de natureza e finalidade diversas. Esta lei foi atualizada em 2001, pela lei 7/2001, de 7 de julho, que regula o exercício do direito à liberdade de reunião e de manifestação. Uma das principais características das OSC's em Moçambique, desde o seu surgimento, é a defesa da cultura democrática.

As OSC's em Moçambique são bastante diversificadas, podendo ser agrupadas nas seguintes categorias: organizações de pesquisa e advocacia; organizações baseadas no conhecimento; organizações baseadas na fé; e organizações de defesa de interesses comuns (TOPSØE-JENSEN et al., 2015). No entanto, vale ressaltar que algumas OSC's moçambicanas se enquadram em mais de uma destas tipologias.

As organizações de pesquisa e advocacia se baseiam em estudos e produção de evidências sobre temáticas pontuais inerentes à corrupção, à proteção social, à pobreza, aos projetos de mineração e à indústria extrativa, por exemplo. Localizados na cidade de Maputo, algumas dessas

organizações têm ligações com OSC's que atuam fora de Maputo, sobretudo quando se trata do recolhimento de dados nas províncias e nos distritos. Por exemplo, o Centro de Integridade Pública (CIP) tem colaborado com o Instituto para o Desenvolvimento da Cidadania e Desenvolvimento Sustentável (Facilidade). Além do CIP, outras organizações de pesquisa e advocacia são o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), Grupo Moçambicano da Dívida e o Observatório do Meio Rural (OMR) (TOPSØE-JENSEN et al., 2015).

As organizações baseadas no conhecimento, embora se assemelhem às organizações de pesquisa e advocacia, têm algumas particularidades adicionais, por aliarem as suas pesquisas à criação da capacidade técnica e profissional sobre as temáticas em estudo, incluindo mobilização. Constituem exemplos deste tipo de organizações, com representação a nível nacional, o Centro de Aprendizagem e Capacitação das Organizações da Sociedade Civil (CESC), Centro Terra Viva (CTV), Fórum Mulher, Justiça Ambiental (JÁ!), Kukumbi, Liga dos Direitos Humanos (LDH), LIVANINGO, e *Women and Law in Southern Africa* (WLSA). Além de pesquisa e advocacia, outras organizações baseadas no conhecimento prestam certos serviços, incluindo o de monitoria, tais como a LDH, União Nacional dos Camponeses e Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM) (TOPSØE-JENSEN et al., 2015).

Dentre as organizações baseadas na fé, contam-se congregações de várias igrejas e organizações de base muçulmana que se envolvem em ações de promoção de desenvolvimento. Algumas dessas organizações se dedicam a atividades de ensino por meio de escolas próprias, a ações inerentes à proteção social, assistência a pessoas vulneráveis (vivendo com HIV/SIDA, por exemplo) e a cuidados a idosos, viúvas e órfãos (TOPSØE-JENSEN et al., 2015). Exemplos de organizações baseadas na fé são o Conselho Cristão de Moçambique e o Conselho Islâmico de Moçambique.

As organizações de defesa de interesses comuns buscam defender interesses comuns de determinadas classes profissionais (por exemplo, ordens profissionais), de sindicatos e associações comerciais (TOPSØE-JENSEN et al., 2015). Não obstante certas organizações deste tipo poderem ser incluídas no setor privado, por vezes algumas das suas ações perpassam o segundo setor para o campo da sociedade civil (por exemplo, quando tentam influenciar o quadro institucional).

Os últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2017, indicavam que, em Moçambique, entre 2014 e 2015, existiam 11.178 organizações sem fins lucrativos. A maior parte delas estava concentrada na província de Inhambane (2.922), seguida das

províncias de Maputo-cidade (1.380), Manica (1.324) e Sofala, com 1.263 organizações. As associações constituíam 50% das organizações sem fins lucrativos que existiam, sendo que as confissões religiosas representavam 23%; as fundações correspondiam a 1%; e as cooperativas, a 0.5%. Outro tipo de organizações sem fins lucrativos eram organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras, assim como instituições tuteladoras, tuteladas e partidos políticos. Em termos de recursos humanos, as organizações sem fins lucrativos em Moçambique contavam com 170.000 pessoas, das quais 88.311 eram colaboradores (52,8% do total) e 56.373 eram voluntários (33,7%). Outros eram clérigos, funcionários públicos e consultores (INE, 2017).

No período em referência, a maior parte das organizações sem fins lucrativos em Moçambique prestava serviços religiosos (26% do total). As outras áreas de atuação estão relacionadas a serviços comerciais (20%), educação e pesquisa (9%), lei, advocacia e política (9%), desenvolvimento e habitação (9%), serviços sociais (8%), saúde e ação social (5%), cultura e recreação (5%), cooperação (3%), intermediários e voluntarismo (2%), meio ambiente (1%). Outras organizações desempenhavam atividades não classificadas, representando 2% (INE, 2017).

Após esta descrição, que evidenciou aspectos contextuais inerentes ao objeto do estudo, com vistas ao seu melhor entendimento, seguimos para enquadramento da pesquisa no paradigma epistemológico, incluindo a respectiva fundamentação.

4.2 Considerações epistemológicas

Nesta seção, apresentamos os fundamentos que justificam o enquadramento desta pesquisa no paradigma funcionalista. A partir de Morgan (2007), que retomou o modelo dos quatro paradigmas de Burrell e Morgan (1979), foi possível tornar evidente a aplicação do paradigma funcionalista no campo dos estudos organizacionais, por meio da associação dos paradigmas a metáforas e a escolas de análise organizacional a si relacionadas. O funcionalismo tem orientação positivista, o que pressupõe estudo de fenômenos sociais de forma objetiva e realista (BURRELL; MORGAN, 1979). Ao buscarmos soluções para o problema que norteia este estudo, procurando medir, de forma objetiva, os fenômenos envolvidos por meio da aplicação de instrumentos quantitativos rigorosamente desenvolvidos, esta pesquisa é funcionalista positivista porque a abordagem ao objeto de estudo segue esse formato.

Considerando a apreensão objetiva da realidade, o positivismo defende a possibilidade de se alcançar a realidade observada com precisão e de modo concreto. Nesta pesquisa, a realidade objetiva foi alcançada por meio dos seguintes procedimentos quantitativos, sob a lente funcionalista positivista: desenvolvimento do modelo de mensuração da participação política; comparação da participação política de “membros” e “não membros” de OSC’s em Moçambique; avaliação da adequação do modelo de retenção de “membros” no contexto das OSC’s em Moçambique; e análise das relações de dependência entre retenção de “membros” e participação política de “membros” de OSC’s.

Além disso, entendendo que a fraca participação política dos cidadãos em Moçambique é um problema concreto, para o qual buscamos contribuir na busca de soluções, esta pesquisa é essencialmente funcionalista, pelo nosso interesse de gerar conhecimento útil (MORGAN, 2007) e de fornecer soluções para esse problema. Aliás, a abordagem quantitativa com orientação funcionalista caracteriza as pesquisas que vêm sendo conduzidas no Grupo de Estudos de Terceiro Setor (onde o pesquisador é membro) do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que buscam oferecer aos gestores a possibilidade de tomarem decisões. No caso desta pesquisa, ela contribui com soluções que podem ser úteis para a solução do problema da fraca participação política dos cidadãos em Moçambique, pelo menos a médio e longo prazo. Após fazermos o enquadramento da pesquisa no respectivo paradigma epistemológico, na próxima seção realizamos a caracterização dela quanto à abordagem, aos objetivos e à sua natureza.

4.3 Caracterização da pesquisa

Sem descurar do que se pretende alcançar em uma determinada pesquisa, a abordagem seguida depende, fundamentalmente, da orientação epistemológica, a qual determina a escolha de métodos da pesquisa e de técnicas de análise de dados. Considerando o objetivo geral desta pesquisa e o paradigma funcionalista positivista que orienta este estudo, a pesquisa segue abordagem quantitativa. Na pesquisa quantitativa lida-se com variáveis mensuráveis, buscando encontrar as relações existentes entre si, por meio de uso de dados quantificáveis decorrentes da aplicação de instrumentos quantitativos que permitem obter respostas padronizadas. Neste sentido, a pesquisa quantitativa estuda fenômenos específicos medindo as variáveis de estudo

quantitativamente a fim de, por exemplo, descrever e explicar as variáveis envolvidas nos fenômenos em estudo, podendo estabelecer e explicar relações causais. Além dos procedimentos envolvidos no processo de desenvolvimento do modelo de mensuração de participação política, esta pesquisa se configura como quantitativa pelo uso de instrumentos quantitativos para a recolha de dados, assim como pela escolha de métodos de pesquisa quantitativa e de técnicas estatísticas de análise dos dados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e explicativa. A pesquisa descritiva se retém na descrição das características de um fenômeno ou evento em estudo, com vistas a estabelecer relações entre variáveis por meio de procedimentos padronizados de coleta de dados (GIL, 2008). No entanto, apesar de a maior parte de pesquisas descritivas se restringir na frequência com que uma característica ou variável ocorre em uma amostra, a essência desse tipo de pesquisa não se limita à simples descrição de fenômenos e eventos, podendo o pesquisador avançar examinando o porquê da existência dos padrões observados e suas implicações (BABBIE; MOUTON, 2001), se aproximando, desta forma, à pesquisa explicativa (GIL, 2008). Assim, a pesquisa descritiva é operacionalizada neste trabalho por meio de uso de estatística descritiva e inferencial, analisando a implementação das práticas de retenção de “membros” nas OSC’s e comparando a participação política de “membros” e “não membros” de OSC’s.

A pesquisa explicativa é inerente à identificação dos fatores que determinam a ocorrência de certos fenômenos (GIL, 2008), indicando causalidades entre características ou variáveis (BABBIE; MOUTON, 2001). A pesquisa explicativa está relacionada com a descritiva, haja vista que a identificação de relações de causalidade demanda a necessidade de descrição detalhada das variáveis que determinam um fenômeno (GIL, 2008). É neste contexto que examinamos as relações entre retenção de “membros” e participação política de “membros” de OSC’s.

Por outro lado, esta pesquisa classifica-se como aplicada, ao buscar gerar conhecimento que possa ser útil em determinado contexto, a partir de um problema prático. Desta forma, a fraca participação política dos cidadãos em Moçambique é um problema prático para o qual buscamos soluções úteis, por meio das OSC’s. Portanto, reconhecendo que as OSC’s têm o potencial de tornar os seus “membros” mais susceptíveis a participar nas prática políticas, isso pode ser aproveitado como um dos caminhos por meio do qual se pode viabilizar a participação política dos indivíduos, a médio e longo prazo, incentivando os cidadãos a se tornarem “membros” de OSC’s, dentro dos limites do Estado Democrático de Direito, com vistas a oportunizar o desenvolvimento de

habilidades específicas e de recursos políticos que propiciam a participação em atividades políticas. Após esta breve caracterização, passamos a descrever, na próxima seção, o contexto e os sujeitos da pesquisa.

4.4 Sujeitos da pesquisa

Nesta seção, apresentamos o contexto no qual desenvolvemos a pesquisa, os sujeitos nela envolvidos, incluindo aspectos inerentes à amostragem. Começamos por apresentar os sujeitos envolvidos na avaliação do instrumento de participação política que desenvolvemos nesta pesquisa; depois, avançamos para descrever os indivíduos a partir dos quais recolhemos os dados em cada uma das duas atividades de amostragem.

Entendendo que uma das etapas no desenvolvimento de escalas de mensuração é a avaliação do instrumento por especialistas, por meio da validação de conteúdo (grau em que os itens do construto são suficientemente representativos, relevantes e concisos) e validação da face (adequação dos itens para o construto e para os propósitos da mensuração) (COSTA, 2011), recorremos, para o efeito, aos membros do GETS do Programa de Pós-graduação em Administração da UFPB e a acadêmicos moçambicanos formados em Ciência Política, conhecidos pelo pesquisador. Consideramos ser relevante envolvermos os membros do GETS na avaliação dos itens do instrumento não somente devido à sua experiência no desenvolvimento de escalas de mensuração inerentes a, por exemplo, cidadania, voluntariado, participação cidadã, etc., mas, também, pelo seu domínio nestas e em outras temáticas ligadas às organizações do terceiro setor. Por outro lado, ao envolvermos acadêmicos moçambicanos formados em Ciência Política na avaliação do instrumento, fizemo-lo no sentido de termos a percepção de especialistas da área do conhecimento, ao mesmo tempo que são conhecedores do contexto do país quanto à participação política dos cidadãos. A escolha destes sujeitos da pesquisa foi baseada nos fundamentos da amostragem intencional, na qual os informantes são escolhidos em função do conhecimento especializado de que dispõem em relação a determinadas matérias.

Assim, de modo a fazermos validação de conteúdo e validação de face, enviamos o instrumento de 59 itens por e-mail (vide Apêndice E), em dois momentos: primeiro, aos membros do GETS, no dia 2 de julho de 2021; e depois aos acadêmicos moçambicanos, nos dias 4 e 5 de julho de 2021. No total, enviamos 21 e-mails, sendo dez para os membros do GETS e 11 para os

acadêmicos moçambicanos. A avaliação dos especialistas demandou exclusão, desagregação, reescrita e clarificação de alguns itens, tendo esta etapa culminado com um instrumento de 57 indicadores de participação política. Os resultados da avaliação do instrumento, assim como os encaminhamentos que se seguiram inerentes à avaliação dos especialistas, constam na seção 5.1, no próximo capítulo.

Depois de garantida a clareza, a adequação e a compreensão dos itens da escala para o que pretendemos medir, aplicamos o instrumento à primeira amostragem da pesquisa. Vale destacar que, tanto na primeira quanto na segunda atividade de amostragem, estabelecemos como critério de inclusão indivíduos com mais de 20 anos de idade em 2021 e 2022. Isto se justifica pelo fato de a votação, uma das dimensões da escala em desenvolvimento, ser exercida por cidadãos com o mínimo de 18 anos completos até a data da realização de eleições, considerando ainda que em Moçambique, as últimas eleições foram em outubro de 2019. A relevância disso reside na necessidade de ter de garantir que todos os elementos das duas amostras estivessem em circunstâncias de ser potenciais respondentes em todas as variáveis envolvidas na pesquisa.

Aplicamos o questionário à primeira amostragem no período compreendido entre 3 de setembro e 5 de novembro de 2021. Inicialmente, privilegiamos a recolha de dados usando *WhatsApp* e e-mail, por meio dos quais compartilhamos o *link* do questionário alojado na plataforma *Google Forms*, no qual todas as questões eram de preenchimento obrigatório. No entanto, após uma ampla divulgação do *link* (que incluía pedido de reencaminhamento) a várias pessoas que vivem em diversas províncias do país (dentre elas, professores universitários), até 4 de outubro havíamos tido apenas 145 respostas. Face a esta situação, decidimos fazer a coleta de dados presencialmente, por meio de questionários impressos. Nesta perspectiva, sabendo que os dados da primeira amostragem visavam realizar Análise Fatorial Exploratória (AFE), optamos por aplicar os questionários aos estudantes de graduação e mestrado, não somente em razão da facilidade de acesso e da sua capacidade de compreensão de questões, mas, também, por se aproximarem das características da população (COSTA, 2011), isto é, cidadãos no geral.

Levando em consideração que alguns estudantes de graduação ingressam na universidade com 18 ou 19 anos, decidimos coletar dados no 3º e 4º ano, de modo a obtermos informantes com idade superior a 20 anos, pelas razões que apresentamos anteriormente. Complementarmente, com vistas a termos maior variabilidade das faixas etárias nos estudantes da graduação, coletamos dados tanto nos estudantes do período laboral, assim como do pós-laboral, pois estes últimos têm tido

idades acima dos primeiros. Quanto aos estudantes de mestrado, incluímos todos na pesquisa, visto que todos são maiores de 20 anos.

A coleta de dados junto aos estudantes universitários ocorreu nas salas de aulas, o que exigiu pedido de autorização aos diretores de Faculdades⁴. Usando procedimentos não probabilísticos de amostragem por acessibilidade, coletamos dados de estudantes de oito Faculdades pertencentes a três universidades localizadas na cidade de Maputo, das quais duas públicas e uma privada. O preenchimento do questionário era sempre antecedido pela explicação de como se devia proceder na marcação das respostas, com base na escala de verificação de 10 pontos.

Compreendendo que o instrumento que utilizamos na primeira amostragem comporta 57 indicadores, considerando ainda que Hair et al. (2009) sugerem uma amostra mínima de cinco respondentes por item, a nossa pesquisa precisava de uma amostra mínima de 285 indivíduos. No entanto, durante a coleta de dados, alcançamos uma amostra de 566 sujeitos. Desta amostra, desconsideramos 13 questionários, a partir da análise visual, dado que dez deles estavam incompletos (com mais de 15 questões consecutivas deixadas em branco) e três haviam sido sinalizados com apenas uma opção de resposta, correspondente a “concordo totalmente”. Desta forma, a primeira amostragem obteve 553 questionários válidos.

Apesar de termos tomado a cautela de aplicarmos o questionário a estudantes do 3º e 4º ano de graduação, de modo a abrangermos informantes com mais de 20 anos de idade, identificamos 31 questionários preenchidos por indivíduos com 20 anos ou menos. Com o intuito de não enviesar a estrutura fatorial da matriz, decidimos pela exclusão das 31 observações em todas as análises. Desta forma, dos 553 questionários válidos, utilizamos 522 para as análises, o que corresponde a 9,1 sujeitos por item. Os detalhamentos das características sociodemográficas da primeira amostragem constam na seção 5.2 e o instrumento que usamos na primeira amostragem, no Apêndice F.

Realizamos a segunda atividade de amostragem de 14 de dezembro de 2021 a 5 de abril de 2022, aplicando o instrumento decorrente dos procedimentos da AFE com os dados da primeira amostra, tanto a “não membros” como a “membros” de OSC’s, com vistas a não somente validarmos a escala, mas, também, para as análises subsequentes. Quanto aos “não membros”, enviamos o *link* do questionário por *WhatsApp* e por e-mail, abrangendo indivíduos não inquiridos

⁴ Em Moçambique, “Faculdade” é uma unidade orgânica de uma Universidade, composta de vários cursos.

na primeira amostragem e vivendo em qualquer parte do país. No total, enviamos 146 e-mails, com base em correspondências anteriores. A par disso, selecionamos algumas instituições públicas, recorrendo a procedimentos não probabilísticos de amostragem por acessibilidade, e aplicamos o questionário a servidores públicos de nove organizações que responderam favoravelmente ao nosso pedido para a coleta de dados, apresentado por escrito. Fazem parte dessas organizações, institutos nacionais de prestação de serviços específicos, tutelados ou subordinados a certos ministérios, localizados na cidade de Maputo, assim como instituições do governo desta cidade.

Para os “membros”, enviamos o *link* do respectivo questionário a 137 endereços eletrônicos de OSC’s estabelecidas em várias partes do país, exceptuando a cidade de Maputo por termos preferido aplicar o questionário presencialmente. Vale destacar que encontramos esses endereços no website da “Joint”, uma rede de OSC’s moçambicanas. Por outro lado, aplicamos o questionário impresso a “membros” de 19 OSC’s moçambicanas, majoritariamente baseadas nas cidades de Maputo, apesar de também termos aplicado o questionário a algumas OSC’s instaladas na cidade da Matola (município da província de Maputo, que faz divisa com a cidade de Maputo). Para o efeito, selecionamos as OSC’s usando procedimentos não probabilísticos de amostragem por acessibilidade, de modo que foi possível recolher dados nas que responderam favoravelmente ao nosso pedido para a coleta de dados, feito por escrito.

Vale destacar que privilegiamos a coleta de dados na cidade de Maputo em virtude de concentrar maior número de OSC’s e de pessoas envolvidas nestas organizações. De acordo com os últimos dados divulgados em 2017, referentes a 2014 e 2015, a cidade de Maputo contava com 1.027 do total de 3.285 OSC’s que existiam nesse período, correspondendo a 31,3%. Em seguida, estava a província de Nampula, com 385 organizações (11,7%) e a de Sofala, com 360, isto é, 11% do total. No que diz respeito aos indivíduos envolvidos nessas organizações, a cidade de Maputo albergava 46.920 “membros” do total de 170.000 que existiam em todo o país, isto é, 27,6%. Em seguida, estavam as províncias de Sofala e Zambézia, com 13,4% e 11,1%, respectivamente (INE, 2017).

No total, alcançamos 652 respostas na segunda atividade de amostragem, das quais invalidamos 52 questionários impressos por terem sido devolvidos em branco ou com mais de dez itens não preenchidos. Todas as 600 observações atenderam ao requisito de idade superior a 20 anos, pelas razões que apresentamos anteriormente. Apesar de termos tido 600 observações válidas, usamos, para as análises, 550 delas, em virtude de termos identificado e excluído de todas as

análises 50 *outliers* multivariados, por meio do cálculo da “distância de Mahalanobis” (HAIR et al., 2009). Sabendo que o questionário de mensuração da participação política é constituído por 29 itens, as 550 observações correspondem a aproximadamente 19 respondentes por item, ultrapassando em mais de três vezes a amostra mínima de cinco respondentes por item, conforme sugerido por Hair et al. (2009). Das 550 observações, 249 são “membros” de OSC’s e 301 são “não membros”.

A partir do que descrevemos anteriormente, pode-se depreender que os informantes da pesquisa variam em função dos objetivos específicos. Para deixarmos isso mais claro, o Quadro 14 sintetiza os sujeitos envolvidos nesta pesquisa, de acordo com cada objetivo específico.

Quadro 14 – Síntese dos sujeitos de pesquisa

Nº	Objetivo específico	Sujeitos da pesquisa
1.	Desenvolver um modelo de mensuração da participação política e testá-lo a “membros” e “não membros” de OSC’s em Moçambique	• Membros do GETS • Acadêmicos moçambicanos formados em Ciência Política • Estudantes universitários e cidadãos comuns (1ª amostragem) • Membros de OSC’s e não membros (2ª amostra)
2.	Comparar a participação política de membros e não membros de OSC’s em Moçambique	• Membros de OSC’s • Não membros
3.	Analisar as práticas de retenção de membros nas OSC’s em Moçambique	• Membros de OSC’s
4.	Examinar as relações entre retenção de membros e participação política de membros de OSC’s em Moçambique	• Membros de OSC’s

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Apresentados o contexto e os sujeitos da pesquisa, assim como os critérios de seleção dos informantes da pesquisa, passamos para a seção dos instrumentos de coleta de dados.

4.5 Instrumentos de coleta de dados

Nesta seção, apresentamos os instrumentos de participação política e de retenção de “membros” de OSC’s que utilizamos na coleta dos dados. O primeiro instrumento desenvolvemos nesta pesquisa, a partir da revisão sistemática de literatura sobre tipologias de participação política (vide protocolo no Apêndice C). Usando o instrumento que elaboramos (Apêndice F), coletamos os dados na primeira atividade de amostragem junto a “não membros”, buscando, primeiramente, testar empiricamente o nosso modelo. Após realizarmos a AFE com esses dados, utilizamos o

instrumento dela decorrente (Apêndice K) para coletarmos os dados na segunda amostragem, aplicando-o tanto a “membros” como a “não membros”. Na posse dos dados, realizamos análise fatorial confirmatória (AFC) e outros procedimentos inerentes à validação da escala, por meio dos quais chegamos à escala final de participação política. Posteriormente, utilizamos o instrumento validado e os dados da segunda atividade de amostragem para compararmos a participação política de “membros” e “não membros”, assim como para examinarmos as relações entre retenção de “membros” e participação política.

Por meio de uma revisão sistemática da literatura (vide protocolo no Apêndice B), identificamos e adotamos o instrumento de retenção de “membros” de OSC’s, desenvolvido por Döckel (2003) e Döckel, Basson e Coetzee (2006) na África do Sul, país com o qual Moçambique partilha fronteira. A validade e a confiabilidade do modelo foram comprovadas por várias pesquisas, no mesmo contexto geográfico (DHANPAT et al., 2018; FERREIRA; MUJAJATI, 2017; FERREIRA; POTGIETER, 2018; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; SHIBITI, 2019; VAN DYK; COETZEE, 2012). Além disso, o modelo é constituído por fatores largamente apoiados pela literatura, designadamente: “remuneração”, “características do trabalho”, “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”, “apoio do supervisor”, “oportunidades de carreira” e “equilíbrio trabalho-vida” (DHANPAT et al., 2018; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; IMNA; HASSAN, 2015; KASHYAP; RANGNEKAR, 2014; KOSSIVI; XU; KALGORA, 2016; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012; SHIBITI, 2019; VAN DYK; COETZEE, 2012). O questionário que aplicamos aos “membros” das OSC’s agregou os dois instrumentos, subdividido em duas partes: a primeira era composta pelas questões sobre participação política e a segunda comportava as questões inerentes à retenção de “membros” (Apêndice J).

Em ambos os instrumentos, utilizamos a escala de verificação de 10 pontos, cujas questões, sob forma de afirmações, exigiram do respondente o grau de sua concordância, variando de discordância total (1) a concordância total (10). Apesar de as escalas de sete pontos tenderem a apresentar resultados satisfatórios, o certo é que um número maior de pontos é apropriado, na medida em que viabiliza o alcance da condição de normalidade das variáveis, essencial para análises multivariadas de dados (COSTA, 2011). Além disso, levamos em consideração que escalas “[...] com mais de 10 pontos dificultam a posição dos respondentes chegando a gerar uma grande quantidade de dados perdidos ou valores extremos” (COSTA, 2011, p. 163).

Além dos indicadores dos construtos, os dois instrumentos incluem dados sociodemográficos e outros itens de caracterização dos sujeitos, os quais intercalam blocos de questões constituídos por dez indicadores, dispostos de forma totalmente aleatória. Nessa disposição, misturamos itens de quase todas as dimensões do construto em cada bloco. Após apresentarmos os instrumentos da pesquisa, seguimos para a próxima seção, na qual descrevemos os procedimentos que usamos na análise dos dados.

4.6 Técnicas de análise dos dados

Nesta seção, apresentamos os detalhamentos dos procedimentos estatísticos de análise dos dados, de acordo com o desenho da pesquisa que consta no início deste capítulo. De modo a sermos mais específicos, optamos por apresentar esses procedimentos vinculando-os aos objetivos específicos, ressaltando que o primeiro e o segundo objetivos específicos correspondem ao quinto e sexto capítulo, respectivamente, enquanto o terceiro e quarto objetivos deram origem ao sétimo capítulo.

No quinto capítulo, utilizamos procedimentos da AFE, AFC e outros a si relacionados para testarmos a estrutura multifatorial da escala de participação política e validarmos o modelo, usando os dados da primeira e da segunda atividade de amostragem. Pelo fato de termos constatado que os dados da primeira amostragem tinham distribuição não-normal, por meio dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk* (RAZALI; WAH, 2011), iniciamos os procedimentos da limpeza da escala realizando a correlação de *Kendall (Tau-b)* dos itens, por dimensão. A opção por esta correlação é por ser melhor estimador em amostras com desvios de normalidade, comparativamente à correlação de Spearman (XU et al., 2013). Após isso, realizamos AFE usando o software IBM SPSS 25, agrupando todos os itens em simultâneo. A decisão sobre o número de fatores a ser retido foi com base nos autovalores maiores que 1 (sem estabelecer o número de fatores a ser retido) e utilizamos a rotação ortogonal por meio do método varimax, tendo optado por suprimir cargas com valores absolutos inferiores a 0,4. Além disso, calculamos a confiabilidade da escala por meio do Alfa de Cronbach.

Seguidamente, realizamos AFC com os dados da segunda atividade de amostragem, isto é, de “membros” e “não membros”, através do *software* R (pacote Lavaan). Implementamos a análise agregando todos os fatores ao mesmo tempo, utilizando o método de estimação *Diagonally*

Weighted Least Squares (DWLS), apropriado para dados categóricos (DISTEFANO; MORGAN, 2014; LI, 2016). Avaliamos o ajuste do modelo a partir dos seguintes índices: qui-quadrado (X^2), X^2 / gl , *Comparative Fit Index* (CFI), *Tucker-Lewis Index* (TLI), *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) e *Standardized Root Mean Residual* (SRMR). Complementarmente, analisamos a validade da escala final por meio da verificação da validade convergente, discriminante e da confiabilidade (alpha de Cronbach, confiabilidade composta e *Average Variance Extracted*).

Após validarmos a escala, usamos dados da segunda atividade de amostragem para compararmos a participação política de “membros” de OSC’s e “não membros”, no seguimento do segundo objetivo específico. Para o efeito, baseamo-nos, fundamentalmente, no teste não-paramétrico inferencial de Mann-Whitney, uma medida robusta e mais precisa, que nos forneceu a significância estatística das diferenças na participação política entre os dois grupos. Complementarmente, calculamos o tamanho de efeito, com vistas a obtermos a significância prática das diferenças entre os grupos, por meio da equação $r = \frac{Z}{\sqrt{N}}$, na qual Z é o escore -z do teste e N é o total das observações das duas amostras (FIELD, 2009). É útil explicarmos que optamos pelo teste não-paramétrico em virtude de terem sido violados os pressupostos de distribuição normal dos dados e da homogeneidade de variâncias, que os avaliamos por meio dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk* (RAZALI; WAH, 2011), e do teste de Levene, respectivamente.

No sétimo capítulo, começamos por avaliar a adequação do modelo de retenção de “membros” no contexto das OSC’s em Moçambique, realizando AFE e AFC utilizando os dados que coletamos nas OSC’s, com vistas a testarmos a plausibilidade da estrutura multidimensional do modelo de mensuração da retenção de “membros”, ao mesmo tempo que avaliamos a validade da escala por meio da verificação da validade convergente, discriminante e da confiabilidade (alpha de Cronbach, confiabilidade composta e *Average Variance Extracted*). Vale lembrar que adotamos esse modelo de Döckel (2003) e Döckel, Basson e Coetzee (2006), que o desenvolveram e o validaram na África do Sul.

Além disso, executamos a Modelagem de Equações Estruturais (MEE) usando o *software* R (pacote Lavaan) para analisarmos as relações estruturais entre as práticas de retenção de “membros” e os modos de participação política, testando as hipóteses que estabelecemos a partir do modelo teórico que desenvolvemos nesta pesquisa. Para o efeito, utilizamos como método de

estimação *Weighted Least Squares Mean and Variance Adjusted* (WLSMV), por termos constatado que tanto os dados do modelo de retenção de “membros” quanto os da escala de participação política tinham distribuição não-normal, a partir dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk* (RAZALI; WAH, 2011). Adicionalmente, com base no quadrado do coeficiente da correlação (r^2) das variáveis dos modelos estruturais, encontramos o coeficiente de determinação, que é o percentual do quanto a variável preditora influencia a variável explicada (FIELD, 2009; HAIR et al, 2009). A análise dos dados inicia no próprio capítulo, no qual percorremos os procedimentos que seguimos no desenvolvimento e na validação da escala de participação política.

5. DESENVOLVIMENTO DA ESCALA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Este capítulo percorre todos os procedimentos utilizados no desenvolvimento da escala de participação política dos cidadãos. Constituído por três seções, a primeira descreve os procedimentos que percorremos no processo da criação do modelo de mensuração da participação política dos cidadãos, que culminou com a aplicação do instrumento da pesquisa à primeira amostragem. A segunda diz respeito aos procedimentos de limpeza da escala, buscando encontrar a estrutura fatorial mais representativa dos dados da primeira amostragem. Iniciando com breve descrição das características da amostra, a seção segue apresentando os critérios que adotamos para AFE e para as correlação dos itens do instrumento, dimensão por dimensão. Após isso, a seção se detém nos procedimentos da AFE agregando todas as oito dimensões em simultâneo, culminando com a apresentação da estrutura fatorial mais representativa da matriz dos dados.

A última seção é inerente aos procedimentos da validação da escala com os dados da segunda amostragem, na qual demonstramos que a AFC confirma a plausibilidade da estrutura multidimensional da escala de participação política. Complementarmente, a seção apresenta a validade discriminante, convergente, bem como a confiabilidade do modelo.

5.1 Da construção da escala à sua aplicação na primeira amostragem

Nesta seção, descrevemos os procedimentos que percorremos no processo da criação da escala de participação política, tomando como referência Costa (2011). Iniciamos com uma revisão sistemática da literatura sobre tipologias de participação política (protocolo no Apêndice C), seguindo a recomendação PRISMA (MOHER et al., 2009) e a abordagem proposta por Donato e Donato (2019), por ser mais abrangente e completa, comparativamente às abordagens propostas por Bearman et al (2012), Gough (2007) e Sampaio e Mancini (2007). Nessa revisão, objetivamos definir claramente o construto; verificar a necessidade de criação de uma nova escala; e analisar a dimensionalidade do construto e sua natureza. Além de termos constatado que a literatura apresenta uma diversidade de dimensões que carecem de sistematização, a mensuração do fenômeno tem sido feita de forma parcial e diferenciada em vários estudos, ao não abranger as diversas dimensões envolvidas no fenômeno. Com base nestas lacunas e limitações, optamos por desenvolver um novo modelo de mensuração capaz de nos fornecer uma imagem mais abrangente da participação dos

cidadãos nas diversas práticas políticas, composta pelas seguintes oito dimensões: “atividade partidária”, “atividade de campanha”, “contato”, “protesto”, “votação”, “consumismo político”, “engajamento cívico” e “participação pela internet”.

A geração dos itens do instrumento foi com base na mesma revisão sistemática, cujos descritores nos permitiram recuperar 3.439 estudos (artigos e livros) nas bases de dados (*Web of Science*, *Scopus*, *Scielo* e *Google Scholar*), o que nos permitiu abranger as dimensões envolvidas no construto e prospectar o máximo possível de indicadores. Nesta fase, reescrevemos, (re)classificamos e (re)categorizamos os indicadores nas respectivas dimensões, culminando com um instrumento composto por 59 itens (Apêndice D). Seguidamente, enviamos aos especialistas o instrumento da pesquisa, por e-mail, para validação de conteúdo (verificação da relevância dos itens selecionados e da sua representatividade para o construto) e validação de face (avaliação da adequação dos itens para o domínio do construto e para o que se pretende medir) (COSTA, 2011), conforme atesta o Apêndice E. Vale lembrar que esses especialistas são os “membros” do GETS e acadêmicos moçambicanos formados em Ciência Política. As razões da escolha destes sujeitos estão devidamente fundamentadas na seção 4.4.

Dos dez e-mails que enviamos aos “membros” do GETS para avaliação do instrumento, foram nos retornados sete. Por outro lado, dos 11 questionários que enviamos aos acadêmicos moçambicanos, recebemos de volta apenas três. O Quadro 15 apresenta o perfil dos especialistas que fizeram a validação do instrumento.

Quadro 15- Perfil dos especialistas que validaram o instrumento

ID	Titulação	Formação
Esp_1	Doutor	Administração
Esp_2	Doutor	Administração
Esp_3	Doutor	Administração
Esp_4	Doutor	Ciência Política
Esp_5	Doutor	Ciência Política
Esp_6	Doutor	Ciência Política
Esp_7	Mestre	Administração
Esp_8	Mestre	Administração
Esp_9	Mestre	Administração
Esp_10	Mestre	Administração

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os resultados das avaliações dos especialistas foram apresentados e discutidos na reunião virtual do GETS, no dia 24 de agosto de 2021. Nesse encontro, estiveram presentes dez participantes, sendo sete “membros” do GETS (três doutores e quatro mestres) e três convidados,

estudantes de Administração na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Entendendo que parte dos avaliadores do instrumento consideraram que algumas questões eram dicotômicas (isto é, remetiam a respostas de sim/não, principalmente os itens da dimensão “votação”), houve necessidade de garantir que todas as questões viabilizassem respostas gradativas, conforme a escala de verificação de 10 pontos que adotamos na pesquisa. Complementarmente, a análise das avaliações dos especialistas demandou exclusão, desagregação, reescrita e clarificação de alguns itens. A partir deste trabalho, chegamos ao instrumento final composto por 57 itens, que depois o submetemos a um revisor linguístico. Assim, a versão final dos itens, após validação de conteúdo e face, e revisão linguística, consta no Quadro 16.

Quadro 16 - Itens de mensuração da participação política após validação de conteúdo e face

Código	Itens da dimensão “votação”
Vot1	Tenho votado para a eleição do Presidente da República
Vot2	Tenho votado para a eleição dos deputados da Assembleia da República
Vot3	Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Provincial
Vot4	Tenho votado para a eleição do Presidente do Município
Vot5	Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Municipal
Código	Itens da dimensão “atividade de campanha”
AC1	Tenho estado a concorrer como candidato eleitoral
AC2	Tenho estado a fazer campanha eleitoral voluntariamente
AC3	Tenho estado a influenciar nos outros a votar, durante o período de campanha eleitoral
AC4	Tenho estado a trabalhar para um candidato ou partido político, durante o período de campanha eleitoral
AC5	Tenho estado a participar em comícios políticos, durante o período de campanha eleitoral
AC6	Tenho estado a usar roupas ou objetos com uma mensagem política, durante o período de campanha eleitoral
Código	Itens da dimensão “atividade partidária”
AP1	Venho sendo membro de um partido político
AP2	Venho sendo membro de uma organização pertencente a partido político
AP3	Venho fazendo trabalho remunerado em um partido político ou candidato
AP4	Venho fazendo trabalho voluntário para partido político
AP5	Venho fazendo doação de dinheiro para um partido político
AP6	Venho fazendo doação de dinheiro para uma organização pertencente a partido político
AP7	Venho convocando outras pessoas para arrecadar dinheiro para uma organização política
Código	Itens da dimensão “contato”
Cont1	Ando contactando membros do Governo para discutir assuntos políticos
Cont2	Ando contactando membros do Governo Provincial para apresentar problemas da comunidade
Cont3	Ando contactando políticos para discutir assuntos políticos
Cont4	Ando contactando membros do Governo Distrital para apresentar problemas da comunidade
Cont5	Ando contactando funcionários públicos para discutir assuntos políticos
Cont6	Ando contactando membros do Governo Central para apresentar problemas da comunidade
Código	Itens da dimensão “protesto”
Prot1	Venho assinando petições, como protesto político
Prot2	Venho bloqueando trânsito em protesto político
Prot3	Venho participando em manifestações, como protesto político
Prot4	Venho interrompendo reuniões políticas, como protesto político
Prot5	Venho participando em greves, como protesto político

Prot6	Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político
Prot7	Venho ocupando espaços públicos, como protesto político
Prot8	Venho sabotando ou obstruindo estradas ou ferrovias, como protesto político
Prot9	Venho causando danos à propriedade, como protesto político
Código	Itens da dimensão “consumismo político”
CP1	Venho fazendo boicote a certos produtos, por motivações políticas ou ideológicas
CP2	Venho fazendo campanhas de boicote a certos produtos, por motivações políticas ou ideológicas
CP3	Venho fazendo boicote a certos produtos, por motivações éticas ou ambientais
CP4	Venho fazendo campanhas de boicote a certos produtos, por motivações éticas ou ambientais
CP5	Venho fazendo compra de certos produtos, por motivações políticas ou ideológicas
CP6	Venho fazendo campanhas para compra de certos produtos, por motivações políticas ou ideológicas
CP7	Venho fazendo compra de certos produtos, por motivações éticas ou ambientais
CP8	Venho fazendo campanhas para compra de certos produtos, por motivações éticas ou ambientais
Código	Itens da dimensão “engajamento cívico”
EC1	Tenho vindo a doar dinheiro para ações de caridade
EC2	Tenho vindo a arrecadar fundos para organização de caridade
EC3	Tenho vindo a arrecadar fundos para projeto local
EC4	Tenho vindo a escrever cartas para editor de jornal, revista, etc. sobre assuntos políticos
EC5	Tenho vindo a fazer trabalho voluntário em prol da minha comunidade
Código	Itens da dimensão “participação pela internet”
PI1	Costumo fazer mobilização política usando <i>mídia social</i> (<i>Facebook, Instagram, Youtube, etc.</i>)
PI2	Costumo contactar políticos ou funcionários públicos por meio de plataformas da <i>internet</i>
PI3	Costumo publicar assuntos políticos em espaços públicos <i>online</i>
PI4	Costumo incentivar, na <i>internet</i> , a compra de certos produtos, por motivos políticos, ideológicos, éticos ou ambientais
PI5	Costumo assinar petições <i>online</i>
PI6	Costumo participar de manifestações políticas <i>online</i>
PI7	Costumo doar dinheiro para fins políticos <i>online</i>
PI8	Costumo doar dinheiro para organizações de caridade, usando <i>internet</i>
PI9	Costumo arrecadar fundos para organizações de caridade, por meio da <i>internet</i>
PI10	Costumo boicotar certos produtos, na <i>internet</i> , por motivos políticos, ideológicos, éticos ou ambientais
PI11	Costumo participar em discussões sobre assuntos políticos <i>online</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Atendendo que o instrumento de mensuração de participação política comporta itens na forma de afirmações, ao mesmo tempo que comporta muitos itens de vários construtos, optamos pela escala de verificação de tipo *Likert*, de 10 pontos (isto é, de 1 a 10). Nela, as afirmações dos itens exigem do respondente o grau de sua concordância, variando entre discordância total (1) a concordância total (10). A preferência pela escala de verificação de 10 pontos está devidamente fundamentada na seção 4.5.

A partir dos itens do Quadro 16, compusemos o questionário que usamos na coleta de dados na primeira atividade de amostragem (Apêndice F). Além dos indicadores da participação política, o instrumento inclui dados sociodemográficos e outros itens de caracterização dos sujeitos, os quais intercalam blocos de questões constituídos por dez indicadores, dispostos de forma totalmente aleatória. Nessa disposição, misturamos itens de quase todas as dimensões em cada bloco de dez indicadores. O questionário inicia com o convite ao respondente para participar da pesquisa,

incluindo a apresentação do contexto e da finalidade da pesquisa, ao mesmo tempo que pede sinceridade e verdade ao informante, dando ainda garantias de não exposição da identidade do respondente na pesquisa. Após o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), segue uma breve explicação sobre a escala de verificação das alternativas de resposta.

Aplicamos o questionário à primeira amostragem, entre 3 de setembro e 5 de novembro de 2021, usando procedimentos não probabilísticos de amostragem por acessibilidade. Uma das estratégias de coleta de dados que empregamos foi a coleta mediada, que ocorreu sem a presença do pesquisador, por meio da qual enviamos o *link* do questionário alojado na plataforma *Google Forms* a várias pessoas que vivem em diversas províncias do país (dentre elas, professores universitários), usando *WhatsApp* e e-mail. A outra estratégia consistiu na aplicação do questionário impresso a estudantes de graduação (3º e 4º ano) e de mestrado, pertencentes a três universidades localizadas na cidade de Maputo. Os questionários impressos foram preenchidos nas salas de aulas e foram sendo recolhidos imediatamente após o seu preenchimento.

Levando em consideração que o instrumento da pesquisa era constituído por 57 indicadores de participação política, precisávamos de uma amostra mínima de 285 indivíduos para a primeira atividade de amostragem, conforme Hair et al. (2009) sugerem amostra mínima de cinco respondentes por item. No entanto, alcançamos uma amostra total de 566 indivíduos. Na posse dos dados da primeira amostragem, seguimos para a próxima seção, na qual retemo-nos nos procedimentos da limpeza da escala, em busca da estrutura fatorial que melhor representa os dados.

5.2 Primeira Amostragem: Estrutura Fatorial e Limpeza da Escala

Nesta seção, apresentamos todos os procedimentos de limpeza da escala, buscando encontrar a estrutura fatorial mais representativa para os dados. Iniciamos a seção fazendo uma breve descrição das características da amostra e análise exploratória preliminar dos dados. Depois disso, apresentamos os critérios que adotamos para os procedimentos da AFE e para as correlações dos itens do instrumento, dimensão por dimensão. Por último, realizamos AFE de todas as oito dimensões em conjunto, tendo encontrado uma estrutura constituída por seis fatores.

É relevante destacarmos que as 167 respostas que estavam alojadas no *Google Forms*, exportamos para o *Microsoft Excel* e depois as transferimos para *software* IBM SPSS 25, juntando-as às outras 399 respostas dos questionários que aplicamos presencialmente. Da amostra total de

566 observações, excluímos 44 questionários, dos quais 13 incompletos e 31 preenchidos por indivíduos com 20 anos ou menos (para detalhes a respeito, vide a seção 4.4). Com vistas a termos certeza da validade dos 522 casos restantes, analisamos a presença de valores faltantes na base de dados, através de *missing values analysis*, não tendo encontrado nenhum caso. Assim, as análises inerentes à primeira amostragem se basearam em 522 observações válidas, correspondendo a 9,1 sujeitos por item, o que atende plenamente à sugestão de Hair et. al. (2009) de a amostra ter de corresponder, no mínimo, a cinco respondentes por item. Ao analisarmos as entradas, constatamos que, com exceção do indicador Prot6 (Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político), cujas respostas variaram de 1 a 7, os restantes itens receberam 1 como resposta mínima e 10 como a máxima.

A primeira amostra é caracterizada por certo equilíbrio de gênero (54,4% de homens e 45,6% de mulheres) e de indivíduos com renda familiar abaixo e acima de três salários mínimos, isto é, 45% e 55%, respectivamente. Os jovens, com idades compreendidas entre 21 e 35 anos, foram predominantes na amostra, representando 73,8%. Quanto à escolaridade, a maior parte dos respondentes tinha nível médio (68,4%), em se tratando de estudantes universitários. A Tabela 1 apresenta os detalhes da caracterização da amostra.

Tabela 1- Caraterísticas sociodemográficas da primeira amostragem

Varável	Características	Frequência	Porcentagem
Sexo	Masculino	284	54,4%
	Feminino	238	45,6%
Idade	Mais de 20 anos até 35 anos	385	73,8%
	Mais de 35 até 45 anos	103	19,7%
	Mais de 45 anos	34	6,5%
Escolaridade	Básico (10 ^a classe ou equivalente)	1	0,2%
	Médio (12 ^a classe ou equivalente)	357	68,4%
	Superior (graduação)	134	25,7%
	Pós-Graduação (mestrado/doutorado)	30	5,7%
Renda	Até 4.829 Mt ⁵ (salário mínimo)	67	12,8%
	Acima de 4.829 Mt até 14.487 Mt	168	32,2%
	Acima de 14.487 Mt até 28.974 Mt	112	21,5%
	Acima de 28.974 Mt até 43.461 Mt	77	14,8%
	Acima de 43.461 Mt	98	18,8%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A análise exploratória dos dados culminou com a extração das estatísticas descritivas, especificamente, média, desvio padrão, variância, assimetria, curtose, além de valores mínimos e

⁵ Metical (Mt) é a unidade monetária oficial de Moçambique

máximo dos itens (Apêndice G). As médias de cada indicador estão dentro dos parâmetros da escala de verificação, sendo que a menor média foi de 1,30 da variável Prot6 (Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político) e a maior foi de 8,06 do item Vot1 (Tenho votado para a eleição do Presidente da República). As médias destes dois itens podem ser um indicativo da possibilidade de exclusão dos indicadores, mas tudo ficou dependente do seu comportamento nos procedimentos da análise fatorial. Complementarmente, o desvio padrão não apresenta variações que indicassem exclusão de algum item e os valores de assimetria e curtose não apresentam distorções ou itens que possam demandar a sua exclusão.

Após esta breve análise exploratória preliminar dos dados, seguimos para os procedimentos da AFE. Começamos por avaliar a normalidade dos dados, com vistas à tomada de decisão sobre o tipo de correlação a realizar em cada uma das oito dimensões. Avaliamos a normalidade dos dados por meio dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk* (RAZALI; WAH, 2011). Os resultados demonstraram que todas as variáveis têm distribuição não-normal ($p < 0,001$). Rejeitada a hipótese de normalidade dos dados, optamos por realizar a correlação não paramétrica de *Kendall (Tau-b)*, por ser melhor estimador em amostras com desvios de normalidade, comparativamente à correlação de *Spearman* (XU et al., 2013).

É relevante destacarmos que realizamos AFE agregando todas as variáveis do instrumento em simultâneo. A AFE foi precedida por um conjunto de análises feitas dimensão por dimensão. Especificamente, avaliamos a adequação das dimensões para realização da AFE, por meio dos testes de esfericidade de Bartlett e KMO; análise de correlação; e cálculo da confiabilidade através do coeficiente alfa de Cronbach. No Quadro 17 apresentamos os critérios que utilizamos nos procedimentos da AFE.

Quadro 17 - Critérios utilizados nos procedimentos da AFE

Item	Referência	Autor
KMO	$> 0,7$ e $\leq 0,8$: Bom $> 0,80$ e $0,90$: Ótimo e excelente	Hutcheson e Sofroniou (1999)
Teste de esfericidade de Bartlett	$p < 0,05$	Tabachnick e Fidell (2007)
Alfa de Cronbach	$\geq 0,70$	Costa (2011); Hair et al. (2009)
Correlação	$> 0,3$ e $\leq 0,9$ ($p < 0,05$)	Costa (2011)
Comunalidades	$> 0,5$	Hair et al. (2009)
Carga fatorial	$\geq 0,40$	Costa (2011)
Variância total extraída	$> 50\%$	Costa (2011)

Fonte: Costa (2011); Hair et al. (2009); Hutcheson e Sofroniou (1999); Tabachnick e Fidell (2007)

A seguir, iniciamos a discussão das dimensões e apresentamos as decisões que tomamos para a manutenção ou a exclusão dos indicadores do instrumento. Para começar, avaliamos a adequação da amostra para os procedimentos da AFE, com a dimensão “votação”. Esta dimensão refere-se à participação dos cidadãos nas eleições que ocorrem a nível nacional, do estado (província) e município. Desta forma, a dimensão inclui cinco indicadores inerentes à eleição de presidente da República, deputados da Assembleia da República, membros da Assembleia Provincial, presidente do Município e membros da Assembleia Municipal. Os testes de esfericidade de Bartlett (893,989, $gl = 10$, $p < 0,001$) e KMO (0,778) sugeriram que a amostra era adequada para a realização de AFE dos itens da dimensão. Complementarmente, extraímos o coeficiente alfa de Cronbach para os cinco itens e encontramos o valor de 0,805, o que demonstra boa consistência interna do conjunto dos itens.

Avançamos realizando a correlação de *Kendall* dos itens da dimensão “votação”, pelas razões que apresentamos anteriormente. A partir da estrutura da correlação dos itens da dimensão “votação” (Tabela 2), pode-se observar que os valores foram estatisticamente significativos ($p < 0,001$). Embora as correlações tenham sido estatisticamente não nulas, o item *Vot1* (Tenho votado para a eleição do Presidente da República) chama atenção por apresentar valores de correlação abaixo do ponto de corte que estabelecemos nesta pesquisa, o que sinaliza possibilidade de exclusão. De todo modo, não demos nenhuma consideração imediata a este resultado, dado que, em seguida, realizamos AFE de todos os itens do instrumento, conjuntamente, além da relevância do indicador na dimensão e no objeto da pesquisa.

Tabela 2 - Correlação dos itens da dimensão “votação”

	Vot1	Vot2	Vot3	Vot4	Vot5
Vot1	-				
Vot2	,23**	-			
Vot3	,21**	,54**	-		
Vot4	,38**	,40**	,33**	-	
Vot5	,21**	,54**	,57**	,47**	-

Nota: ** $p < 0,01$

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Outra dimensão de participação política é “atividade de campanha”. Ela diz respeito a um conjunto de ações políticas relacionadas ao período de campanha eleitoral, que se estendem desde concorrer às eleições como candidato, passando pela influência do comportamento dos eleitores, incluindo trabalhar para um candidato eleitoral ou partido político. No primeiro instrumento, a

dimensão envolveu seis atividades políticas. A matriz de correlação dos itens da dimensão se mostrou adequada para realização da AFE, com KMO = 0,821 e teste de esfericidade de Bartlett (920,588, $gl = 15$) estatisticamente significativo ($p < 0,001$). Ao procedermos a verificação do coeficiente alfa de Cronbach para os seis itens, encontramos um valor de 0,788, considerado bom.

A correlação de *Kendall* do conjunto dos indicadores da dimensão “atividade de campanha” demonstrou que o item AC1 (Tenho estado a concorrer como candidato eleitoral) apresenta valores abaixo de 0,3 com os demais itens, sinalizando possível necessidade de exclusão, dependendo ainda de outros resultados dos procedimentos da AFE de toda a matriz do instrumento. A Tabela 3 apresenta a correlação do conjunto dos itens da dimensão sob análise, na qual se pode observar que todos os valores são estatisticamente significativos ($p < 0,001$).

Tabela 3- Correlação dos itens da dimensão “atividade de campanha”

	AC1	AC2	AC3	AC4	AC5	AC6
AC1	-					
AC2	,28**	-				
AC3	,13**	,40**	-			
AC4	,26**	,41**	,32**	-		
AC5	,20**	,56**	,39**	,54**	-	
AC6	,070**	,42**	,35**	,39**	,48**	-

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto à dimensão “atividade partidária”, ela diz respeito às ações políticas inerentes à condição de membro de partido político ou ativista de organizações sócio-políticas, incluindo realização de atividades e doação de dinheiro em prol dessas organizações. Esta variável foi mensurada por sete indicadores. O teste de adequação da amostra dos itens da variável para AFE apresentou ótimo resultado, com KMO = 0,828 e teste de esfericidade de Bartlett (1379, 083, $gl = 21$, $p < 0,001$). Além disso, os itens demonstram boa consistência interna, com coeficiente alfa de Cronbach de 0,805, que se considera ótimo.

Ao calcularmos a correlação de *Kendall* dos itens da dimensão sob análise, verificamos que os itens AP1 (Venho sendo membro de um partido político) e AP2 (Venho sendo membro de uma organização pertencente a partido político) apresentam correlações abaixo ou próximas do limite que estabelecemos, apresentando-se como candidatos à exclusão. A estrutura da correlação dos itens da dimensão “atividade partidária” consta na Tabela 4, na qual podemos observar que os valores foram estatisticamente significativos ($p < 0,001$).

Tabela 4 - Correlação dos itens da dimensão “atividade partidária”

	AP1	AP2	AP3	AP4	AP5	AP6	AP7
AP1	-						
AP2	,49**	-					
AP3	,19**	,31**	-				
AP4	,44**	,48**	,41**	-			
AP5	,30**	,43**	,51**	,45**	-		
AP6	,29**	,40**	,46**	,50**	,67**	-	
AP7	,21**	,27**	,44**	,44**	,53**	,55**	-

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Analizamos agora a dimensão “contato”, que é composta de atividades que são direcionadas por cidadãos a políticos, membros de governo central, estadual ou distrital e funcionários públicos para discutir assuntos políticos ou certos problemas relacionados à comunidade onde vivem, na tentativa de influenciar decisões e resultados políticos. Seis itens compunham este construto na primeira amostragem. A matriz de correlação dos itens foi adequada para realização da AFE, com KMO = 0,845 e teste de esfericidade de Bartlett (1382,498, gl = 15) estatisticamente significativo ($p < 0,001$). O coeficiente alfa de Cronbach apresentou uma ótima precisão, de 0,859, o que demonstra que os itens da dimensão se agrupam entre si. Estes resultados corroboraram com a correlação de *Kendall* do conjunto dos seis itens (Tabela 5), em que todos os valores se situaram dentro dos parâmetros que definimos.

Tabela 5 - Correlação dos itens da dimensão “contato”

	Cont1	Cont2	Cont3	Cont4	Cont5	Cont6
Cont1	-					
Cont 2	,48**	-				
Cont 3	,67**	,53**	-			
Cont 4	,46**	,59**	,49**	-		
Cont 5	,54**	,48**	,63**	,49**	-	
Cont 6	,48**	,50**	,48**	,54**	,49**	-

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Outra dimensão da participação política é “protesto” político, que é um dos meios pelo qual os cidadãos fazem suas opiniões serem ouvidas por atores específicos, expressando suas demandas, interesses e preferências. Os protestos constituem um meio através do qual os cidadãos demonstram sua objeção em relação a certas decisões tomadas por determinados atores políticos ou em relação a questões específicas consideradas inadequadas para os cidadãos ou para a sociedade. As atividades de “protesto” variam desde ações políticas brandas e pacíficas (por exemplo, assinar petições, participar de manifestações) a atos de hostilidade e violência, isto é, protesto radical (por exemplo, bloqueio de trânsito, danos à propriedade, etc.) (BEAN, 1991; DOBRATZ; WALDNER;

BUZZELL, 2016). Este construto foi mensurado por nove indicadores na primeira amostragem. A fatorabilidade dos itens da dimensão demonstrou adequação da matriz para a realização da AFE: testes de esfericidade de Bartlett (1778,170, $gl = 36$, $p < 0,001$) e KMO = 0,844, sendo ótimo. Adicionalmente, verificamos a confiabilidade dos itens da dimensão por meio do coeficiente alfa de Cronbach, tendo observado um valor de 0,810, que se considera ótimo.

Por meio da correlação de *Kendall* do conjunto dos nove itens, verificamos que os indicadores Prot1(Venho assinando petições, como protesto político) e Prot9 (Venho causando danos à propriedade, como protesto político) apresentam valores abaixo ou próximos do limite que estabelecemos, podendo ser candidatos à exclusão, dependendo do seu comportamento nos procedimentos da AFE na matriz completa. Na Tabela 6, apresentamos a estrutura da correlação dos itens da dimensão sob análise, na qual se observa que todos os valores foram estatisticamente não nulos ($p < 0,001$).

Tabela 6- Correlação dos itens da dimensão “protesto político”

	Prot1	Prot2	Prot3	Prot4	Prot5	Prot6	Prot7	Prot8	Prot9
Prot1	-								
Prot2	,32**	-							
Prot3	,40**	,43**	-						
Prot4	,30**	,48**	,39**	-					
Prot5	,354**	,37**	,54**	,43**	-				
Prot6	,27**	,44**	,36**	,55**	,45**	-			
Prot7	,28**	,36**	,42**	,53**	,50**	,66**	-		
Prot8	,23**	,39**	,39**	,46**	,48**	,60**	,60**	-	
Prot9	,27**	,31**	,33**	,50**	,44**	,59**	,63**	,62**	-

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Avançando com as análises, passamos agora para a dimensão “consumismo político”, que se refere ao boicote ou compra deliberadamente seletiva de certos produtos, marcas e serviços por considerações políticas, ideológicas, éticas e ambientais (EKMAN; AMNÅ, 2012; GUNDELACH, 2020; STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005; VAN DETH, 2009, 2014). Constituído por oito indicadores, os testes de esfericidade de Bartlett (1286,305, $gl = 28$, $p < 0,001$) e KMO (0,762) sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação dos itens desta dimensão. O coeficiente alfa de Cronbach da dimensão foi de 0,789, indicando que os itens têm boa consistência interna.

Com exceção dos itens CP4 (Venho fazendo campanhas de boicote a certos produtos, por motivações éticas ou ambientais) e CP5 (Venho fazendo compra de certos produtos, por motivações políticas ou ideológicas), que apresentaram valores próximos ao ponto de corte, os restantes indicadores tiveram, ao menos, um valor abaixo de 0,3. Estes resultados podem sugerir a

exclusão da dimensão, mas tudo fica dependente da forma como os oito itens vão se comportar nos procedimentos da análise fatorial. A estrutura da correlação de *Kendall* do conjunto dos itens da dimensão “consumismo político” consta na Tabela 7, na qual se pode observar que os valores foram estatisticamente significativos ($p < 0,001$).

Tabela 7- Correlação dos itens da dimensão consumismo político

	CP1	CP2	CP3	CP4	CP5	CP6	CP7	CP8
CP1	-							
CP2	,60**	-						
CP3	,33**	,39**	-					
CP4	,36**	,38**	,59**	-				
CP5	,38**	,42**	,30**	,38**	-			
CP6	,39**	,42**	,27**	,34**	,60**	-		
CP7	,20**	,21**	,37**	,41**	,35**	,33**	-	
CP8	,27**	,22**	,35**	,38**	,36**	,38**	,54**	-

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Agora passamos a analisar a dimensão “engajamento cívico”, que diz respeito às ações políticas dos cidadãos voltadas para ajudar os outros (EKMAN; AMNÅ, 2012) ou para promover mudanças de interesse público na comunidade onde vivem. Configura-se como ação individual ou coletiva voltada para ajudar os outros ou para a melhoria das condições locais. Assim, o “engajamento cívico” busca solucionar problemas locais e melhorar condições da sociedade ou de certos grupos da comunidade (EKMAN; AMNÅ, 2012). Na primeira amostragem, esta dimensão era constituída por cinco itens. A matriz de correlação se mostrou adequada para realização da AFE, com KMO=0,761 e teste de esfericidade de Bartlett (434,298, $gl=10$), estatisticamente significativo ($p < 0,001$). Ao extraímos o coeficiente alfa de Cronbach para os cinco itens, encontramos o valor de 0,704, que se considera bom.

Ao calcularmos a correlação de *Kendall* dos itens da dimensão sob análise, verificamos que todos eles tiveram, ao menos, um valor abaixo do ponto de corte que estabelecemos, o que indicia a possibilidade de exclusão da dimensão, dependendo da forma como vai se manifestar nos procedimentos da AFE da matriz de todo o instrumento. A correlação do conjunto dos itens da dimensão “engajamento cívico” consta na Tabela 8, a partir da qual se pode constatar que todos os valores foram estatisticamente não nulos ($p < 0,001$).

Tabela 8 - Correlação dos itens da dimensão “engajamento cívico”

	EC1	EC2	EC3	EC4	EC5
EC1	-				
EC2	,35**	-			
EC3	,25**	,45**	-		
EC4	,11**	,24**	,34**	-	
EC5	,28**	,31**	,34**	,22**	-

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A última dimensão é “participação pela *internet*”, que consiste no uso das plataformas baseadas na internet (por exemplo, *Facebook*, *Instagram*, *Youtube*, etc.) para fins políticos, com vistas a influenciar resultados e decisões políticas. Através dos meios de comunicação em massa e das plataformas de mídia social, o uso da internet constitui um dos canais que viabiliza a participação dos cidadãos em uma diversidade de ações políticas, ampliando, assim, o escopo e as formas de participação (KIM; HOEWE, 2020; VAN DETH, 2015). Esta dimensão foi mensurada por 11 indicadores na primeira coleta de dados. A matriz de correlação se mostrou adequada para realização da AFE, com KMO = 0,814 e teste de esfericidade de Bartlett (1163,177, gl = 55) estatisticamente significativo ($p < 0,001$). Além disso, o coeficiente alfa de Cronbach demonstrou que o conjunto dos itens na primeira amostragem tem consistência interna de 0,782.

Apesar de os coeficientes da correlação de *Kendall* terem sido estatisticamente significativos ($p < 0,001$), todos os itens desta dimensão “participação pela *internet*” apresentaram valores abaixo do limite que estabelecemos nesta pesquisa, conforme atesta a Tabela 9. Além de ser constituído por ações políticas que não têm correspondência nas formas de participação política *offline*, a dimensão sob análise agrega muitos itens de outras dimensões que também podem ser desempenhadas *offline*. Provavelmente, os valores da correlação abaixo de 0,3 podem sinalizar que os itens não estejam mensurando o mesmo construto. Diante desta situação, a dimensão é forte candidata à exclusão da escala, mas tal decisão fica dependente do comportamento dos indicadores da dimensão nos procedimentos da AFE, no conjunto de todos os fatores.

Tabela 9 - Correlação dos itens da dimensão “participação pela internet”

	PI1	PI2	PI3	PI4	PI5	PI6	PI7	PI8	PI9	PI10	PI11
PI1	-										
PI2	,36	-									
PI3	,402	,34	-								
PI4	,20	,20	,25	-							
PI5	,22	,18	,3	,21	-						
PI6	,27	,35	,39	,28	,38	-					
PI7	,31	,35	,31	,29	,21	,38	-				
PI8	,22	,25	,20	,26	,25	,27	,33	-			
PI9	,26	,23	,27	,28	,26	,33	,30	,57	-		
PI10	,20	,24	,21	,31	,23	,39	,33	,25	,29	-	
PI11	,30	,36	,48	,22	,32	,41	,29	,29	,37	,30	-

Nota: $p < 0,01$

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Chegados aqui, concluímos o processo da análise da adequação da amostra para os procedimentos da AFE, assim como da análise da correlação dos itens de cada uma das oito dimensões. Todas as dimensões estão adequadas para a realização da AFE e os respectivos itens apresentam boa consistência interna. No entanto, constatamos que alguns itens apresentaram correlações abaixo de 0,3 dentro da dimensão, sendo que em uma das dimensões todos os itens apresentaram valores de correlação abaixo do limite que estabelecemos. Estes resultados indiciam a necessidade de exclusão desses itens, mas tal decisão ficou dependente da forma como se comportaram nos procedimentos da AFE. A seguir, passamos para a fase da AFE, com todas as variáveis ao mesmo tempo. Nesta fase, iniciamos com a análise da fatorabilidade da matriz dos dados, para depois realizarmos todos os procedimentos inerentes à AFE, tomando como critérios os parâmetros que definimos no Quadro 17.

A matriz de correlação dos 57 itens do instrumento que aplicamos à primeira amostragem mostrou-se adequada para realização da AFE, com ótimo KMO (0,915) e teste de esfericidade de Bartlett (15556,774, $gl = 1596$) estatisticamente significativo ($p < 0,001$). Complementarmente, calculamos o coeficiente alfa de Cronbach para todo o conjunto da matriz, tendo encontrado coeficiente de 0,937, o que significa que o instrumento tem ótima consistência interna.

Realizamos AFE usando o *software* IBM SPSS 25, agrupando todos os itens em simultâneo, com o objetivo de encontrarmos a estrutura fatorial mais representativa dos dados da primeira amostragem. Implementamos a análise utilizando componentes principais como método de extração. A decisão sobre o número de fatores a ser retido foi com base nos autovalores maiores que 1 (*Eigenvalues* >1) e utilizamos a rotação ortogonal por meio do método *varimax*. No que se refere as cargas fatoriais, optamos por suprimir cargas com valores absolutos inferiores a 0,4.

A matriz da componente rotativa da primeira rodada da análise fatorial gerou 12 fatores (Apêndice H) que, ao todo, somaram uma variância de explicação do fenômeno de 63,01%. Na Tabela 10, apresentamos as comunalidades, cargas fatoriais e alfa de Cronbach se item excluído, na qual se pode observar que nem todos os itens reuniram os requisitos que estabelecemos nesta pesquisa.

Tabela 10 - Primeira rodada da AFE: Comunalidades, carga fatorial e Alfa de Cronbach

Item	Comunalidade	Carga fatorial	Alfa se item excluído
AC1	,637	,753	,936
AC2	,614	,711	,935
AC3	,470	,528	,936
AC4	,702	,705	,935
AC5	,694	,733	,934
AC6	,638	,728	,936
AP1	,578	,691	,935
AP2	,608	,687	,935
AP3	,606	,453	,936
AP4	,748	,789	,935
AP5	,644	*	,935
AP6	,731	**	,935
AP7	,702	,649	,935
Cont1	,686	,650	,935
Cont2	,673	,637	,934
Cont3	,716	,669	,935
Cont4	,638	,602	,935
Cont5	,684	,565	,935
Cont6	,545	,512	,935
CP1	,538	,506	,936
CP2	,655	*	,936
CP3	,733	,763	,936
CP4	,670	,682	,936
CP5	,616	,494	,935
CP6	,650	*	,935
CP7	,648	,677	,936
CP8	,666	,707	,936
EC1	,587	,675	,937
EC2	,617	,706	,936
EC3	,524	,519	,935
EC4	,488	,512	,935
EC5	,503	,454	,936
PI1	,562	,498	,935
PI2	,484	***	,935
PI3	,654	,634	,935
PI4	,570	,616	,936
PI5	,546	***	,936
PI6	,667	,691	,936
PI7	,668	*	,935
PI8	,581	,689	,936
PI9	,687	,658	,935
PI10	,533	,550	,936

Item	Comunalidade	Carga fatorial	Alfa se item excluído
PI11	,651	,628	,935
Prot1	,527	,502	,936
Prot2	,566	,409	,936
Prot3	,731	,743	,936
Prot4	,662	,575	,936
Prot5	,746	,722	,935
Prot6	,713	,791	,936
Prot7	,653	,665	,936
Prot8	,690	,751	,936
Prot9	,658	,750	,936
Vot1	,497	,514	,938
Vot2	,674	,786	,937
Vot3	,670	,769	,937
Vot4	,593	,737	,937
Vot5	,722	,799	,937

Número de observações: 522
Variância explicada: 63,01%
Alfa de Cronbach: 0,937

Notas: * Carga fatorial em duas dimensões

** Carga fatorial em três dimensões

*** Carga fatorial suprimida (< 0,4)

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A primeira rodada dos dados demandou a necessidade de excluirmos alguns indicadores, com vistas a melhorarmos o instrumento para a segunda amostragem. Depois de cada exclusão, fizemos novo processamento dos dados, com base no qual tomamos as decisões subsequentes na limpeza da escala. Este processo culminou com a exclusão de 28 dos 57 itens que constituíam o instrumento que aplicamos à primeira amostragem. No Quadro 18, apresentamos a sequência que seguimos na exclusão dos itens após a primeira rodada da AFE.

Quadro 18 – Sequência da exclusão dos itens após a primeira rodada da AFE

Rodada	Item excluído	Razões da exclusão	Variância explicada após exclusão
2 ^a	AC3	Comunalidade baixa	63,44%
3 ^a	PI1, PI2, PI3, PI4, PI5, PI6, PI7, PI8, PI8, PI9, PI10 e PI11	Itens da dimensão carregaram em mais de seis fatores	63,73%
4 ^a	CP1, CP2, CP3, CP4, CP5, CP6, CP7 e CP8	Itens da dimensão carregaram em mais de três fatores	60,15%
5 ^a	EC4	Comunalidade baixa	60,83%
6 ^a	AP6	Carregou em dois fatores	60,99%
7 ^a	Prot7	Carregou em dois fatores	61,01%
8 ^a	Cont1	Carregou em dois fatores	61,22%
9 ^a	AP3	Carregou em dois fatores	61,69%
10 ^a	AC1 e AP7	Carregaram isoladamente em outro fator	60,00%
11 ^a	AP5	Comunalidade baixa	60,69%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No segundo processamento dos dados, excluímos o item AC3 (Tenho estado a influenciar nos outros a votar, durante o período de campanha eleitoral) por ter apresentado a comunalidade mais baixa (0,470) no conjunto dos itens que tiveram comunalidade $<0,5$. Este item apresentou um valor abaixo e outros valores de correlação próximos do ponto do corte. A análise da fatorabilidade demonstrou adequação da matriz para os procedimentos da análise fatorial, com KMO indicando o valor de 0,914 e teste de esfericidade de Bartlett (15303,119, $gl = 1540$, $p < 0,001$), estatisticamente significativo. Adicionalmente, calculamos a confiabilidade da matriz, tendo encontrado coeficiente alfa de Cronbach de 0,936, que se considera ótimo. A matriz da componente rotativa da segunda rodada continuou apresentando 12 fatores que, ao todo, representavam uma variância total explicada de 63,44%.

Após a segunda rodada dos dados, verificamos que apenas o item PI2 (Costumo contactar políticos ou funcionários públicos por meio de plataformas da *internet*) apresentava comunalidade baixa, ao mesmo tempo que apresentava carga fatorial inferior a 0,4, situação que se verificava desde o primeiro processamento, juntamente com o item PI5 (Costumo assinar petições *online*), ambos da dimensão “participação pela internet”. Além disso, também verificamos que na segunda rodada da matriz, os 11 itens desta dimensão continuavam a carregar em mais de seis fatores e, por isso, estavam atrapalhando a extração dos fatores. Consideramos que esta situação está relacionada ao fato de a dimensão agregar várias ações políticas de outros fatores, que também podem ser desempenhadas por meio de plataformas baseadas na *internet*. A este respeito, Theocharis (2015) havia referido que as ações políticas *online* não são estruturalmente diferentes das formas de participação política *offline*. Consequentemente, a AFE pode ter dividido os itens da dimensão sob análise devido à sua semelhança com itens de outras dimensões.

Outrossim, o fato de todos os indicadores da dimensão “participação pela *internet*” terem apresentado coeficientes de correlação abaixo do limite que estabelecemos, evidencia que eles não estavam medindo o mesmo construto. Assim, decidimos excluir todos os itens da dimensão. Na verdade, embora alguns estudos considerem o uso de plataformas baseadas na internet como um modo de participação política (LEE; FU, 2019; SIONGERS et al., 2019; THEOCHARIS, 2015), o efeito da internet na participação política é mínimo (DOBRATZ; WALDNER; BUZZELL, 2016).

Com a exclusão de todos os itens da dimensão “participação pela *internet*”, o teste de adequação da amostra dos restantes itens apresentou KMO = 0,908 e teste de esfericidade de Bartlett (11894,444, $gl = 990$, $p < 0,001$), estatisticamente não nulo. Além disso, os itens da matriz

demonstraram ótima consistência interna, com coeficiente alfa de Cronbach de 0,921. Os dez fatores gerados explicavam 63,73% do fenômeno.

Os resultados da terceira rodada dos dados demonstraram que os oito itens da dimensão “consumismo político” continuavam se desagregando em mais de três fatores, o que estava atrapalhando a extração dos fatores. A desagregação dos itens desta dimensão pode ser reflexo da sua fraca correlação, dado que todos apresentaram valores abaixo ou próximos a 0,3. Na verdade, “consumismo político” é modo emergente de participação política cada vez mais crescente em países com democracias estabelecidas (GUNDELACH, 2020; STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005), o que não é o caso de Moçambique. Desta forma, decidimos excluir todos os itens da dimensão na quarta rodada. Com a exclusão da dimensão, a matriz de componente rotativa sugeriu sete fatores que, ao todo, apresentavam uma variância de 60,15%. Os restantes itens continuaram adequados para a AFE: KMO (0,907); teste de esfericidade de Bartlett (9539,150, gl = 666, $p < 0,001$), estatisticamente significativo; e alfa de Cronbach de 0,909.

Após o quarto processamento dos dados, observamos que o item Vot1 (Tenho votado para a eleição do Presidente da República) apresentava a comunalidade mais baixa (0,375) no conjunto dos itens com comunalidades $< 0,5$. Contudo, optamos pela sua manutenção para as outras rodadas, não somente pela sua importância na dimensão “votação” e pela relação direta que tem com a participação política de cidadãos (objeto de estudo da tese), mas também porque, no contexto da pesquisa a partir do qual estamos a desenvolver a escala, o presidente da república é eleito por sufrágio universal direto. Embora Hair et al. (2009) não sejam favoráveis à manutenção de indicadores com comunalidade abaixo de 0,5, eles afirmam, por outro lado, que se pode ignorar o valor do indicador e se interpretar a solução em razão da subjetividade subjacente à AFE.

Seguimos com os procedimentos da análise fatorial excluindo o item EC4 (Tenho vindo a escrever cartas para editor de jornal, revista, etc. sobre assuntos políticos) na quinta rodada dos dados, devido à comunalidade baixa (0,415), o que pode estar relacionado com correlações bastante fracas com outros itens da sua dimensão. Os sete fatores gerados representavam uma variância de 60,833% de explicação do fenômeno. Com a sua exclusão, os itens restantes continuam adequados para AFE, apresentando 0,905 de KMO, teste de esfericidade de Bartlett (9284,829, gl = 630, $p < 0,001$), estatisticamente significativo, e coeficiente alfa de Cronbach de 0,91.

Não obstante o item Vot1 (Tenho votado para a eleição do Presidente da República) ter voltado a apresentar comunalidade mais baixa, decidimos pela sua manutenção, pelas mesmas

razões que expomos anteriormente. De igual modo, optamos por não excluir o item Prot1 (Venho assinando petições, como protesto político), mesmo com a sua baixa comunalidade, devido à sua relevância na dimensão “protesto”. Assim, avançamos na exclusão de quatro itens, um a um, que carregaram em dois fatores. Excluímos primeiro o item AP6 (Venho fazendo doação de dinheiro para uma organização pertencente a partido político) no sexto processamento, tendo a matriz dos dados apresentado 60,994% de variância total explicada. A amostra dos demais itens continuou adequada para AFE.

Em segundo lugar, excluímos o item Prot7 (Venho ocupando espaços públicos, como protesto político) na sétima rodada dos dados, por ter carregado em dois fatores. Com a sua exclusão, o modelo passou a ter 61,01% de explicação do fenômeno. A matriz dos itens restantes continuou dentro dos parâmetros que estabelecemos. Seguidamente, excluímos o item Cont1 (Ando contactando membros do Governo para discutir assuntos políticos) no oitavo processamento dos dados, tendo a matriz de componente rotativa apresentado uma variância total explicada de 61.222%. O último item que excluímos por ter carregado em dois fatores foi o AP3 (Venho fazendo trabalho remunerado em um partido político ou candidato), na nona rodada dos dados. Com a exclusão deste item, a variância de explicação do fenômeno passou a ser de 61,69%. A matriz dos demais itens continuou adequada para análise fatorial, com KMO=0,897; teste de esfericidade de Bartlett (7504,570, gl = 496, $p < 0,001$), estatisticamente significativo; e coeficiente alfa de Cronbach de 0,894.

No décimo processamento dos dados, excluímos, simultaneamente, dois itens: AC1 (Tenho estado a concorrer como candidato eleitoral), por ter carregado isoladamente e constituído um fator por si só; e AP7 (Venho convocando outras pessoas para arrecadar dinheiro para uma organização política), por ter carregado isoladamente em outro fator e sem possibilidade de ser ajustado aos itens de outras dimensões com os quais carregaram no mesmo fator, devido à discrepância do que medem. Com a exclusão destes itens, a estrutura fatorial reduziu de sete para seis fatores, que juntos explicavam 60,004% do fenômeno. A matriz dos outros itens apresentou KMO de 0,895, teste de esfericidade de Bartlett (6946,936, gl = 435, $p < 0,001$), estatisticamente significativo, e coeficiente alfa de Cronbach de 0,89.

Na última rodada dos dados, excluímos o item AP5 (Venho fazendo doação de dinheiro para um partido político) por ter apresentado comunalidade baixa. Assim, com esta exclusão, chegamos no final da etapa da AFE com 29 itens. A AFE sugeriu a retenção de seis fatores como

sendo os mais representativos para os dados, com 60,69% de variância de explicação do fenômeno. O cálculo da confiabilidade do conjunto dos itens pelo alfa de Cronbach apresentou coeficiente de 0,887, que se considera ótimo. A confiabilidade da matriz não é influenciada significativamente com a exclusão de qualquer um dos 29 itens. A Estrutura fatorial da matriz pode ser observada na Tabela 11, juntamente com as comunalidades e alfa de Cronbach se item excluído.

Tabela 11 - Estrutura fatorial, comunalidades e alfa dos itens selecionados da primeira amostra

Item	Estrutura fatorial						Comunalidade	Alfa se item excluído
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6		
AC2	,731						,614	,879
AC4	,732						,635	,880
AC5	,737						,699	,877
AC6	,704						,512	,883
AP1	,709						,563	,880
AP2	,713						,579	,881
AP4	,815						,724	,879
Cont2		,625					,607	,880
Cont3		,686					,639	,882
Cont4		,681					,631	,880
Cont5		,683					,632	,882
Cont6		,678					,579	,882
EC1					,730		,545	,887
EC2					,737		,616	,884
EC3					,621		,526	,883
EC5					,535		,500	,882
Prot1						,694	,524	,886
Prot2			,539				,540	,886
Prot3						,750	,684	,884
Prot4			,672				,555	,885
Prot5						,670	,693	,884
Prot6			,802				,703	,886
Prot8			,754				,641	,886
Prot9			,752				,673	,886
Vot1				,514			,355	,889
Vot2				,798			,662	,885
Vot3				,776			,670	,884
Vot4				,732			,578	,886
Vot5				,807			,720	,882

Número de observações: 522

Variância explicada: 60,69%

Alfa de Cronbach: 0,887

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Excetuando uma rodada da AFE, a variável Vot1 (Tenho votado para a eleição do Presidente da República) apresentou comunalidade abaixo de 0,5 nas outras, mas nunca deixou de carregar no respectivo fator. Insistimos na sua manutenção pelas razões que apresentamos após o terceiro processamento dos dados. No entanto, se tivéssemos optado pela sua exclusão depois da

última rodada dos dados, por comunalidade baixa, a variância total explicada aumentaria para 62,032%. Deixamos a decisão final sobre o item para a AFC.

A partir da Tabela 11, é oportuno tecermos três principais considerações. Primeiro, os itens das dimensões “contato” (fator 2), “votação” (fator 4) e “engajamento cívico” (fator 5) carregaram nos seus respectivos fatores em todas as rodadas que realizamos.

Segundo, os itens da dimensão “atividade partidária” carregaram na dimensão “atividade de campanha” (fator 1), situação que se verificou desde o primeiro processamento dos dados. Encontramos em Ekman e Amnå (2012) uma possível explicação deste resultado, ao fazerem alusão ao fato de a atividade “ser membro de um partido político” pertencer à dimensão “atividade de campanha”, o que também pode-se aplicar a “ser membro de uma organização pertencente a partido político”. Quanto a “fazer trabalho voluntário para partido político”, talvez os respondentes da primeira amostra pratiquem esta atividade “durante o período de campanha eleitoral”, ou tenham entendido a questão nesta perspectiva e, por isso, os dados remeteram o item à dimensão “atividade de campanha”. Por outro lado, consideramos que os sujeitos da primeira amostra relacionaram os itens AP1 (Venho sendo membro de um partido político), AP2 (Venho sendo membro de uma organização pertencente a partido político) e AP4 (Venho fazendo trabalho voluntário para partido político) ao fator “atividade de campanha”, possivelmente pelo entendimento de que estes indicadores podem estar relacionados à criação e ao fortalecimento da base de apoio de um partido político.

Terceiro, os itens da dimensão “protesto” político se dividiram em dois fatores (3 e 6). Ao analisarmos cada atividade política da dimensão, depreendemos que as variáveis que se agruparam entre si têm características comuns: enquanto os itens que carregaram no fator 3 são formas de protesto radical ou “violento” (BEAN, 1991; DOBRATZ; WALDNER; BUZZELL, 2016), os que carregaram no fator 6 são formas moderadas de protesto. Este resultado encontra sustentação em Bean (1991), que, no estudo sobre participação e protesto político, com evidências da Austrália, os seus dados resultaram em duas dimensões de protesto: protesto brando (por exemplo, coletar assinaturas para uma petição, escrever para editor de jornal) e protesto radical (por exemplo, interromper uma reunião política, tentar bloquear trânsito).

Desta forma, nomeamos o fator 3 por “protesto radical” e o fator 6 por “protesto moderado”. Face a esta designação, recodificamos os itens destas duas novas dimensões (sem alterar o número que ostentavam), de modo que renomeamos os do fator “protesto radical” como “PrR” e os

indicadores do “protesto moderado” como “PrM”. Assim, os itens Prot1, Prot3 e Prot5 passaram a ser designados por PrM1, PrM2 e PrM3, respectivamente. Já os itens Prot2, Prot4, Prot6, Prot8 e Prot9 passamos a designá-los de PrR2, PrR4, PrR6, PrR8 e PrR9, respectivamente.

Outro aspecto adicional importante é de termos decidido reescrever os itens EC2 (Tenho vindo a arrecadar fundos para organização de caridade) e EC3 (Tenho vindo a arrecadar fundos para projeto local) para melhor entendimento, sem alterar o seu significado inicial. Estes itens, passaram a ter a seguinte redação: “Tenho vindo a angariar fundos para uma organização de caridade” e “Tenho vindo a angariar fundos para implementação de um projeto local”, respectivamente. No Quadro 19, sistematizamos as variáveis e as dimensões recomendadas pela AFE, que irão compor o instrumento para a segunda atividade de amostragem.

Quadro 19 - Itens selecionados para a segunda amostragem

Fator	Código do item	Item
Atividade de campanha	AC2	Tenho estado a fazer campanha eleitoral voluntariamente
	AC4	Tenho estado a trabalhar para um candidato ou partido político, durante o período de campanha eleitoral
	AC5	Tenho estado a participar em comícios políticos, durante o período de campanha eleitoral
	AC6	Tenho estado a usar roupas ou objetos com uma mensagem política, durante o período de campanha eleitoral
	AP1	Venho sendo membro de um partido político
	AP2	Venho sendo membro de uma organização pertencente a partido político
	AP4	Venho fazendo trabalho voluntário para partido político
Contato	Cont2	Ando contactando membros do Governo Provincial para apresentar problemas da comunidade
	Cont3	Ando contactando políticos para discutir assuntos políticos
	Cont4	Ando contactando membros do Governo Distrital para apresentar problemas da comunidade
	Cont5	Ando contactando funcionários públicos para discutir assuntos políticos
	Cont6	Ando contactando membros do Governo Central para apresentar problemas da comunidade
Engajamento cívico	EC1	Tenho vindo a doar dinheiro para ações de caridade
	EC2	Tenho vindo a angariar fundos para uma organização de caridade
	EC3	Tenho vindo a angariar fundos para implementação de um projeto local
	EC5	Tenho vindo a fazer trabalho voluntário em prol da minha comunidade
Protesto moderado	PrM1	Venho assinando petições, como protesto político
	PrM3	Venho participando em manifestações, como protesto político
	PrM5	Venho participando em greves, como protesto político
Protesto radical	PrR2	Venho bloqueando trânsito em protesto político
	PrR4	Venho interrompendo reuniões políticas, como protesto político
	PrR6	Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político
	PrR8	Venho sabotando ou obstruindo estradas ou ferrovias, como protesto político
	PrR9	Venho causando danos à propriedade, como protesto político
Votação	Vot1	Tenho votado para a eleição do Presidente da República

Fator	Código do item	Item
	Vot2	Tenho votado para a eleição dos deputados da Assembleia da República
	Vot3	Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Provincial
	Vot4	Tenho votado para a eleição do Presidente do Município
	Vot5	Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Municipal

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Vale destacar que o instrumento da pesquisa aplicado à primeira amostra era constituído por oito dimensões. No entanto, os procedimentos da AFE, assim como as decisões que fomos tomando na limpeza da escala, culminaram com seis dimensões. Enquanto três das oito dimensões iniciais foram confirmadas pela análise fatorial, duas agruparam-se, uma dividiu-se em duas e as outras duas excluímos por terem apresentado cargas fatoriais em mais de três fatores. No Quadro 20, apresentamos as oito dimensões iniciais, o que aconteceu com elas durante a limpeza da escala, assim como as dimensões finais.

Quadro 20 - Dimensões iniciais e após AFE com primeira amostra

Dimensões iniciais	Observações	Dimensões finais
Votação	Confirmada pela AFE	Votação
Contato	Confirmada pela AFE	Contato
Engajamento cívico	Confirmada pela AFE	Engajamento cívico
Atividade de campanha	Agruparam-se e formaram único fator	Atividade de campanha
Atividade partidária		
Protesto	Dividiu-se em dois fatores	Protesto moderado Protesto radical
Consumismo político	Dimensão excluída	----
Participação pela <i>internet</i>	Dimensão excluída	----

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Além dos procedimentos da análise fatorial, a literatura sustenta a nossa decisão de excluirmos a dimensão “participação pela *internet*” (DOBRATZ; WALDNER; BUZZELL, 2016; THEOCHARIS, 2015) e a dimensão “consumismo político” (GUNDELACH, 2020; STOLLE; HOOGE; MICHELETTI, 2005), conforme fizemos alusão anteriormente. Sabendo que a AFE culminou com a retenção de seis dimensões, contrariamente às oito que concebemos inicialmente, isso tem implicações nas hipóteses da pesquisa que formulamos anteriormente, dado que relacionamos as práticas de retenção de “membros” das OSC’s com cada uma das oito dimensões (seção 3.3). Portanto, no capítulo 7, passaremos a analisar as relações entre retenção de “membros” de OSC’s com cada uma das dimensões de participação política que forem confirmadas pela análise fatorial.

Após os procedimentos da limpeza da escala, aplicamos o instrumento para a segunda amostragem, partindo do entendimento de que os procedimentos da AFE não são suficientes para conduzir aos itens finais válidos para a mensuração do construto. Na seção que se segue, nos retemos nos procedimentos para a validação da escala de participação política.

5.3 Segunda Amostragem: Validação da Escala

Com o fito de validarmos o modelo de mensuração de participação política dos cidadãos, realizamos a segunda atividade de amostragem, aplicando o questionário decorrente dos procedimentos da AFE a “membros” e “não membros” das OSC’s. Enquanto para os “não membros” aplicamos o questionário que consta no Apêndice I, para os “membros” das OSC’s aplicamos o que consta no Apêndice J, pelo fato deste agregar tanto o instrumento de mensuração da retenção de “membros” de OSC’s quanto o de participação política.

Além dos 29 itens, o questionário aplicado a cada grupo inclui questões sociodemográficas e outras de caracterização dos sujeitos, que intercalam blocos dos indicadores de mensuração da participação política. Cada bloco de questões é composto por itens de quase todas as dimensões, agregados de forma totalmente aleatória. O questionário inicia com apresentação do pesquisador, seguida do convite ao respondente para participar da pesquisa, do contexto e da finalidade da pesquisa, ao mesmo tempo que pede sinceridade e verdade ao informante e dá garantias de não exposição da identidade do respondente e da organização à qual pertence. Após o TCLE, segue uma breve explicação sobre a escala de verificação das alternativas de resposta.

A coleta dos dados decorreu no período compreendido entre 14 de dezembro de 2021 e 5 de abril de 2022, usando como estratégias a partilha do *link* do *Google Forms* de cada questionário para o respectivo grupo de informantes (todas as questões eram de preenchimento obrigatório) e a aplicação dos questionários impressos, sem a presença do pesquisador. Especificamente para os “não membros” de OSC’s, enviamos o *link* do questionário por *WhatsApp* e por e-mail, abrangendo indivíduos não inquiridos na primeira amostragem e vivendo em qualquer parte do país. No total, enviamos 146 e-mails, com base em correspondências anteriores. A par disso, selecionamos algumas instituições públicas, recorrendo a procedimentos não probabilísticos de amostragem por acessibilidade, e aplicamos o questionário a servidores públicos de nove organizações que responderam favoravelmente ao nosso pedido para a obtenção de dados, apresentado por escrito.

Fazem parte dessas organizações institutos nacionais de prestação de serviços específicos, tutelados ou subordinados a certos ministérios, localizados na cidade de Maputo, assim como instituições do governo desta cidade.

No que diz respeito aos “membros”, enviamos o *link* do respectivo questionário a 137 endereços eletrônicos de OSC’s que operam em várias partes do país, exceptuando a cidade de Maputo. Vale destacar que encontramos esses endereços no *website* da “Joint”, uma rede de OSC’s moçambicanas. Complementarmente, aplicamos o questionário impresso a “membros” de 19 OSC’s moçambicanas, baseadas nas cidades de Maputo e Matola (município da província de Maputo, que faz divisa com a cidade de Maputo). Para o efeito, selecionamos as OSC’s usando procedimentos não probabilísticos de amostragem por acessibilidade, tendo sido possível recolher dados nas que responderam favoravelmente ao nosso pedido para a coleta de dados, feito por escrito. Os dados da segunda atividade de amostragem estão sintetizados na Tabela 12.

Tabela 12 - Síntese dos dados recolhidos na segunda amostragem

	Não membros	Membros	Total
Respostas obtidas presencialmente	253	234	487
Respostas obtidas <i>online</i>	135	30	165
Total de observações obtidas	388	264	652
Observações inválidas	35	17	52
Observações válidas	353	247	600

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Na segunda atividade de amostragem, alcançamos um total de 652 respostas, das quais 600 é que são válidas. Dos 52 questionários inválidos, 35 são dos “não membros” de OSC’s (7 deles devolvidos em branco e 28 com mais de 10 itens não preenchidos) e 17 são dos “membros” (4 devolvidos em branco e 13 com mais de 10 itens não preenchidos). Entendendo que o questionário de mensuração da participação política é constituído por 29 itens, as 600 observações válidas correspondem a 20,6 respondentes por item, ultrapassando em quatro vezes a amostra mínima de cinco respondentes por item, conforme sugerido por Hair et al. (2009). Antes de avançarmos para as análises, é relevante destacarmos que transferimos as 165 respostas que estavam alojadas no *Google Forms* para o *Microsoft Excel* e, depois, para o *software* IBM SPSS 25, juntando-as a outras 435 respostas válidas dos questionários que aplicamos presencialmente. Todas as 600 observações atenderam ao requisito de idade superior a 20 anos. Definimos este critério como forma de garantir que todos os sujeitos estivessem em circunstâncias de responder aos indicadores de todas as

dimensões, sobretudo na dimensão votação, visto que a idade mínima para votar, em Moçambique, é 18 anos, considerando, ainda, que as últimas eleições foram realizadas em 2019.

Para termos certeza da validade dos casos da amostra, analisamos a presença de valores faltantes na base de dados, através de *missing values analysis*, não tendo encontrado nenhum caso. Adicionalmente, procuramos identificar os *outliers* na matriz dos dados, no SPSS, calculando a “distância de Mahalanobis”. Este procedimento permitiu-nos identificar e excluir, de todas as análises subsequentes, 50 *outliers* multivariados, isto é, por terem apresentado valor de *Probability_MD* < 0,001 (HAIR et al., 2009). Apresentamos, na Tabela 13, os sujeitos *outliers* multivariados presentes na base de dados.

Tabela 13 – ID dos *Outliers* na matriz dos dados da 2ª amostra

2	12	37	109	199	234	287	334	388	566
3	19	46	115	200	235	299	338	403	577
6	21	80	136	225	249	301	343	406	581
7	33	91	187	226	253	302	354	419	584
11	36	95	194	228	276	309	361	519	596

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Após excluirmos os 50 *outliers*, ficamos com 550 observações para as análises. Ao analisarmos as entradas, constatamos que, com exceção dos indicadores da dimensão “protesto radical”, cujas respostas variaram de 1 a 8, os restantes itens receberam 1 como resposta mínima e 10 como máxima (vide Apêndice K). Sabendo que a segunda amostra é composta de “membros” e “não membros” de OSC’s, registramos certo equilíbrio nos dois grupos, com 45,3% representando os “membros” e 54,7% sendo os “não membros”. É relevante destacarmos que na amostra dos “não membros”, alguns deles identificaram-se como sendo “membros” de OSC’s, tendo os considerado como tal, tanto no questionário que lhes foi entregue quanto nas análises que exigem esta diferenciação.

A segunda amostra é igualmente caracterizada por equilíbrio de gênero (51,1% de homens e 48,9% de mulheres), sendo ainda constituída por indivíduos com idades superiores a 30 anos, pois a faixa etária de mais de 20 até 30 anos representa apenas 24%. Isto era expectável, dado que a amostra é constituída, fundamentalmente, por servidores públicos e “membros” de OSC’s. Tendo em vista que dois terços do total dos sujeitos possuem formação superior e pós-graduação (isto é, 64,8%), e mais de 50% têm renda familiar mensal acima de seis salários mínimos, isso confere à amostra uma característica especial: é composta por indivíduos com alto nível educacional e de

renda. Quanto ao estado civil, os que vivem em união estável e os casados predominam na amostra, constituindo 61,3% da amostra. Os outros detalhes das características da segunda amostra constam na Tabela 14.

Tabela 14 - Características sociodemográficas da segunda amostragem

Variável	Características	Frequência	Porcentagem
Filiação nas OSC's	Membros	249	45,3%
	Não Membros	301	54,7%
Sexo	Masculino	311	51,8%
	Feminino	289	48,2%
Idade	Mais de 20 anos até 30 anos	132	24%
	Mais de 30 até 40 anos	192	34,9%
	Mais de 40 até 50 anos	162	29,5%
	Mais de 50 anos	64	11,6%
Escolaridade	Primário (até 7ª classe)	1	,2%
	Básico (10ª classe ou equivalente)	16	2,9%
	Médio (12ª classe ou equivalente)	177	32,2%
	Graduação (bacharelado/licenciatura)	244	44,4%
	Pós-Graduação (mestrado/doutorado)	112	20,4%
Renda familiar mensal	Até 4.829 Mt (salário mínimo)	24	4,4%
	Acima de 4.829 Mt até 14.487 Mt	118	21,5%
	Acima de 14.487 Mt até 28.974 Mt	115	20,9%
	Acima de 28.974 Mt até 43.461 Mt	107	19,5%
Estado civil	Acima de 43.461 Mt	186	33,8%
	Solteiro(a)	185	33,6%
	União de facto (União estável)	149	27,1%
	Casado(a)	188	34,2%
	Divorciado(a)/Separado(a)	16	2,9%
	Viúvo(a)	12	2,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Em termos de abrangência, todas as províncias do país estão representadas na pesquisa, umas mais que outras. Especificamente, a maior parte dos dados adveio da província de Maputo-cidade, com 56,9%, seguida da província de Maputo, com 34,5% dos dados. A maior representatividade da província de Maputo na amostra se deveu não somente por termos recolhido dados, presencialmente, em algumas OSC's localizadas na sua capital (Matola), mas, também, porque alguns servidores públicos e “membros” das OSC's que trabalham na cidade de Maputo residem na cidade da Matola, município que faz divisa com a cidade de Maputo. Além disso, o questionário *online* também foi responsável pela representação da província de Maputo, incluindo das restantes províncias. A Tabela 15 apresenta a proveniência geográfica dos dados da amostra.

Tabela 15 - Proveniência geográfica dos dados da segunda amostra

Província	Frequência	Porcentagem
Maputo-cidade	313	56,9%

Província	Frequência	Porcentagem
Maputo	190	34,5%
Gaza	13	2,4%
Inhambane	2	,4%
Sofala	7	1,3%
Manica	2	,4%
Tete	11	2%
Zambézia	5	,9%
Nampula	3	,5%
Cabo Delgado	2	,4%
Niassa	2	,4%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao extraírmos as estatísticas descritivas, verificamos que as médias de cada indicador estão dentro dos parâmetros da escala de verificação, sendo que a menor média foi de 1,30 da variável PrR6 (Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político) e a maior foi de 8,19 do item Vot1 (Tenho votado para a eleição do Presidente da República). Apesar destas médias serem indicativo da possibilidade de exclusão dos indicadores, vale destacar que estes se comportaram da mesma forma na primeira amostra. Além da média, extraímos o desvio padrão, a variância, a assimetria, a curtose e os valores mínimos e máximos dos itens (vide Apêndice K).

Após esta análise exploratória preliminar dos dados, avaliamos a normalidade dos dados por meio dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk* (RAZALI; WAH, 2011), para, depois, avançarmos para os procedimentos da AFE. Os resultados destes testes demonstraram que todas as variáveis não estavam normalmente distribuídas ($p < 0,001$). Realizamos AFE agregando todas as variáveis simultaneamente, com base nos critérios que estabelecemos no Quadro 17. A análise da fotorabilidade da matriz dos dados demonstrou adequação da amostra para AFE, com KMO excelente de 0,918 e teste de esfericidade de Barlett (12797,567, $gl = 406$, $p < 0,001$) estatisticamente significativo. Complementarmente, calculamos a confiabilidade da matriz, tendo encontrado coeficiente alfa de Cronbach de 0,893, o que significa que o instrumento tem ótima consistência interna. Seguimos realizando AFE usando o *software* IBM SPSS 25, agrupando todas as variáveis ao mesmo tempo e usando o mesmo método de extração e as mesmas decisões que tomamos na análise fatorial que realizamos com os dados da primeira amostra.

A matriz da componente rotativa da primeira rodada gerou cinco fatores que, juntos, correspondem a uma variância total explicada de 71,479%. Nesta rodada, todas as variáveis reuniram os requisitos que estabelecemos, apresentando comunalidades acima de 0,5 e cargas fatoriais maiores que 0,4. No entanto, constatamos que o item PrM1 (Venho assinando petições,

como protesto político) carregou em dois fatores na estrutura fatorial, o que demandou a sua exclusão.

Ao excluirmos o item PrM1 no segundo processamento dos dados, o teste de adequação da amostra dos demais itens apresentou excelente KMO de 0,912 e teste de esfericidade de Bartlett (12365,364, gl = 378) estatisticamente não nulo ($p < 0,001$). Adicionalmente, a confiabilidade da matriz, calculada pelo alfa de Cronbach, apresentou coeficiente de 0,889. A AFE sugeriu a retenção de cinco fatores como sendo os mais representativos dos dados, com 72,113% de explicação do fenômeno. Após eliminarmos o item acima, não mais foi necessário realizarmos outra rodada, dado que nenhuma variável apresentou comunalidade abaixo de 0,5 e cada uma delas carregou apenas em um fator, conforme pode-se observar na Tabela 16. Além disso, a confiabilidade da matriz não é influenciada com a exclusão de nenhum dos itens. Desta forma, chegamos à solução final da AFE com os dados da segunda amostra, composta por 28 itens de mensuração de participação política.

Tabela 16 - Estrutura fatorial, comunalidades e alfa dos itens selecionados da segunda amostra

Item	Estrutura fatorial					Comunalidade	Alfa se item excluído
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5		
AC2		,790				,665	,888
AC4		,820				,687	,886
AC5		,829				,704	,887
AC6		,806				,654	,888
AP1		,739				,603	,892
AP2		,774				,608	,887
AP4		,859				,750	,886
Cont2			,788			,773	,883
Cont3			,785			,773	,882
Cont4			,834			,839	,881
Cont5			,770			,777	,882
Cont6			,829			,836	,882
EC1					,724	,580	,886
EC2					,824	,735	,885
EC3					,759	,685	,885
EC5					,663	,533	,885
PrM3	,664					,623	,885
PrM5	,677					,643	,885
PrR2	,882					,828	,887
PrR4	,885					,858	,887
PrR6	,907					,832	,888
PrR8	,894					,872	,887
PrR9	,919					,910	,887
Vot1				,733		,575	,885
Vot2				,837		,718	,886
Vot3				,669		,555	,885
Vot4				,860		,781	,883
Vot5				,865		,792	,883

Número de observações: 550

Variância explicada: 72,113%

Alfa de Cronbach: 0,889

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A estrutura fatorial da matriz dos dados da segunda amostra sugeriu cinco fatores, no lugar de seis gerados pelos dados da primeira amostra. Essa redução deveu-se ao fato de os itens da dimensão “protesto moderado” e “protesto radical” terem se agrupado no mesmo fator, tal como havíamos categorizado-os na dimensão “protesto”, inicialmente, com base na revisão sistemática da literatura e na avaliação de especialistas, na etapa de validação de conteúdo e validação de face do instrumento. Consideramos que o comportamento desses itens se deveu às características distintas das duas amostras: enquanto a primeira foi constituída por estudantes universitários, majoritariamente na faixa etária de 21 a 35 anos, representando 73,8%, a segunda amostra foi constituída por 76,5% de indivíduos cujas idades se situam acima dessa faixa etária, além de serem servidores públicos e “membros” de OSC’s. Assim, voltamos a designar o fator 1 de “protesto”, que carregou em si os itens das dimensões “protesto moderado” e “protesto radical”. Esta designação, incluindo os respectivos itens, está de acordo com vários estudos (EKMAN; AMNÅ, 2012; KIM; HOEWE, 2020; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; QUARANTA, 2012; TALÒ; MANNARINI, 2015; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; VAN DETH, 1986, 2016; VISSERS; STOLLE, 2014).

Os fatores 2, 3, 4 e 5 carregaram os mesmos itens da AFE dos dados da primeira amostra, os quais correspondem às dimensões “atividade de campanha”, “contato”, “votação” e “engajamento cívico”, respectivamente. Os itens finais da AFE com base na matriz dos dados da segunda amostra podem ser vistos no Quadro 21, adiante. Realizada a AFE, seguimos para os procedimentos da AFC, em direção à escala final.

Realizamos AFC com vistas a testarmos a plausibilidade da estrutura multidimensional do modelo de mensuração da participação política, por meio do *software R* (pacote Lavaan). Implementamos a análise agregando todos os fatores ao mesmo tempo, utilizando o método de estimação *Diagonally Weighted Least Squares* (DWLS), apropriado para dados categóricos (DISTEFANO; MORGAN, 2014; LI, 2016). Avaliamos o ajuste do modelo a partir dos seguintes índices: qui-quadrado (X^2), X^2/gl , *Comparative Fit Index* (CFI), *Tucker-Lewis Index* (TLI), *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) e *Standardized Root Mean Residual* (SRMR). Para análise destes índices, nos baseamos nos critérios que constam da Tabela 17.

Tabela 17 - Índices de ajuste do modelo

Índices	Critérios de análise
X^2	$p > 0,05$
X^2/gl	≤ 5 , preferencialmente ≤ 3
CFI	$\geq 0,90$, preferencialmente $> 0,95$
TLI	$\geq 0,90$, preferencialmente $> 0,95$
RMSEA	$\leq 0,08$, preferencialmente $\leq 0,06$; intervalo de confiança (limite superior) $\leq 0,10$
SRMR	< 1

Fonte: Brown (2015)

Embora o teste X^2 tenha sido estatisticamente significativo ($p < 0,001$), todas as outras medidas de ajustamento demonstram ajuste ótimo do modelo. Vale destacar que, mesmo sendo desejável ter amostras grandes para aumentar a precisão da estimativa dos parâmetros, a verdade é que quanto maior for o tamanho da amostra (mais de 500 observações), o valor do teste X^2 também aumenta e o p-valor resultante é estatisticamente significativo (HAIR et al., 2009; IACOBUCCI, 2010). Assim, modelos baseados em amostras grandes tendem a ter o teste X^2 estatisticamente significativo (BROWN, 2015). Adicionalmente, o teste X^2 não somente é significativo por ser sensível ao tamanho da amostra (IACOBUCCI, 2010), mas também quando o número de variáveis for maior (HAIR et al., 2009). Desta forma, julgamos que o teste X^2 do nosso modelo pode ter sido estatisticamente significativo por ter se baseado em uma amostra grande (550 observações) e ser composto por muitas variáveis, isto é, 28. Nos casos de modelos com teste X^2 estatisticamente nulo, Hair et al. (2009) recomendam analisar os outros índices de ajuste, em razão do viés decorrente de grandes amostras, ao mesmo tempo que Iacobucci (2010) e Brown (2015) sugerem que o mais importante é que a razão X^2/gl tenha de ser igual a 3 ou menos. Os resultados da AFC do modelo podem ser observados na Tabela 18.

Tabela 18 - Índices de ajuste do modelo multifatorial de participação política

X^2 (gl)	X^2/gl	CFI	TLI	SRMR	RMSEA (90% IC)
890,719 (340) ***	2,6	0,988	0,986	0,065	0,054 (0,050 – 0,059)

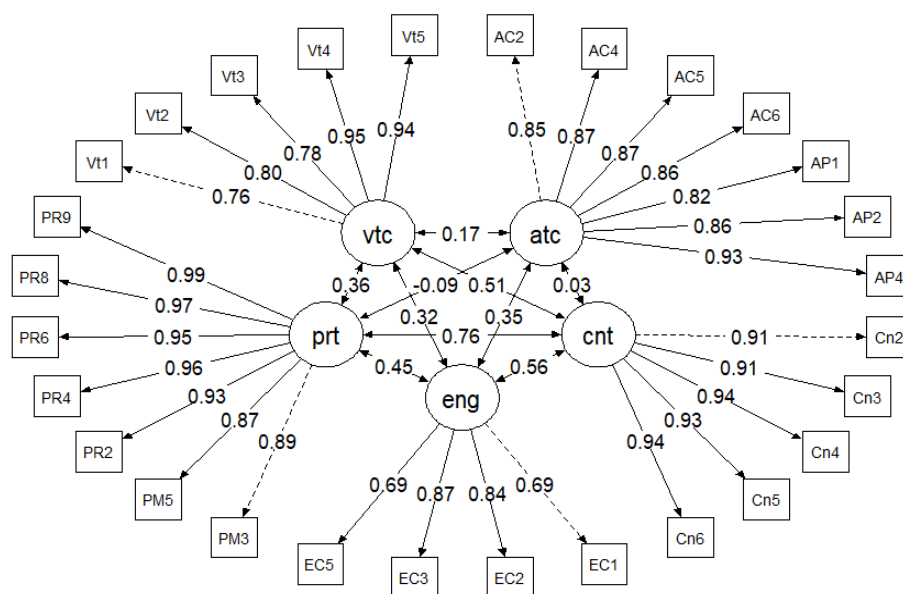
Nota: *** $p < 0,001$

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os resultados da Tabela 18 indicam que a razão X^2/gl é menor que 3; os valores de CFI e TLI estão acima de 0,95; o valor de RMSEA é menor que 0,06, com limite superior de intervalo de confiança menor que 0,10; e o valor de SRMR é menor que 1, estando mais próximo de zero, o que indica bom ajuste do modelo (BROWN, 2015). Atendendo aos critérios definidos por este autor, que constam da Tabela 18, estes resultados sugerem aceitabilidade do modelo, com ajuste ótimo.

Vale destacar, por outro lado, que não obstante o *software* tivesse sugerido melhorias no modelo, por meio de covariâncias dos erros associados ao item AC2 com os de outros três itens do mesmo fator (AC4, AP1 e AP2), com índices acima de 3,84 (BROWN, 2015), decidimos não criar outro modelo, não somente porque as medidas de ajustamento indicaram ajuste ótimo do modelo inicial, mas, também, porque o segundo modelo iria apenas incrementar, de forma insignificante, o TLI, que passaria de 0,986 para 0,987, mantendo-se as outras medidas de ajustamento inalteráveis. Fundamentalmente, não é recomendado procurar melhorar modelos apenas com os índices de modificação, dado que tal procedimento é incoerente com a base teórica de AFC e de Modelagem de Equações Estruturais em geral (HAIR et al., 2009). Assim, aceitamos o modelo inicial como adequado para medir a participação política, representado pelo diagrama da Figura 4.

Figura 4 - Diagrama da AFC da Participação política



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Seguindo com as análises, verificamos as cargas fatoriais padronizadas dos itens e a sua significância. Conforme representado na Tabela 19, pode-se constatar que as variáveis apresentam cargas fatoriais bem acima do critério que estabelecemos nesta pesquisa, com cargas fatoriais elevadas nos seus respectivos fatores, estatisticamente significativas ($p < 0,001$).

Tabela 19 - Cargas fatoriais da AFC do modelo de participação política

Fator	Item	Carga fatorial	p-valor	Fator	Item	Carga fatorial	p-valor
Atividade de campanha	AC2	,845	***	Protesto	PrM3	,889	***
	AC4	,871	***		PrM5	,874	***
	AC5	,874	***		PrR2	,929	***
	AC6	,874	***		PrR4	,961	***
	AP1	,819	***		PrR6	,954	***
	AP2	,856	***		PrR8	,974	***
	AP4	,933	***		PrR9	,994	***
Contato	Cont2	,908	***	votação	Vot1	,757	***
	Cont3	,909	***		Vot2	,801	***
	Cont4	,945	***		Vot3	,781	***
	Cont5	,927	***		Vot4	,947	***
	Cont6	,937	***		Vot5	,942	***
Engajamento cívico	EC1	,687	***				
	EC2	,838	***				
	EC3	,871	***				
	EC5	,694	***				

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Complementarmente à AFC, analisamos a validade da escala final por meio da verificação da validade convergente, discriminante e da confiabilidade. Avaliamos a fidedignidade do modelo por meio da análise dos coeficientes *alpha* de Cronbach, da confiabilidade composta (CC), assim como da verificação da *Average Variance Extracted* (AVE). Calculamos a CC e a AVE na planilha do *Excel*, tomando como base as cargas fatoriais de cada dimensão. Enquanto para a CC usamos como critério de avaliação valores $\geq 0,7$ (HAIR et al., 2009), para a avaliação da variância extraída e do coeficiente *alpha* continuamos tomando como base os pontos de corte que estabelecemos anteriormente.

No que diz respeito à validade discriminante, testamo-la avaliando a correlação entre as dimensões que compõem a escala, verificando se a variância compartilhada é menor que a variância extraída do respectivo construto. Na validade convergente, procuramos verificar o quanto as variáveis do mesmo construto estão relacionadas e convergentes, sendo que maiores valores indicam maior vinculação e são evidência de maior validade convergente. Para o efeito, calculamos estes valores por meio da raiz quadrada da AVE (COSTA, 2011). Os resultados das análises de validade convergente, discriminante e confiabilidade constam na Tabela 20.

Tabela 20 - Validade convergente, discriminante e confiabilidade do modelo de participação política

Construto	1	2	3	4	5
1. Atividade de campanha	0,867				
2. Contato	0,030	0,925			
3. Engajamento cívico	0,347	0,562	0,777		
4. Protesto	-0,092	0,764	0,448	0,940	
5. Votação	0,169	0,509	0,320	0,362	0,849
<i>Alfa</i>	0,906	0,937	0,787	0,928	0,873
<i>CC</i>	0,955	0,967	0,858	0,981	0,928
<i>AVE</i>	0,753	0,856	0,604	0,884	0,722

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao observar a Tabela 20, verifica-se que as variâncias extraídas estão acima de 0,5, satisfazendo o critério que estabelecemos. Na diagonal principal, os valores em negrito (raiz quadrada da AVE) demonstram que os itens de cada construto estão bastante vinculados e são convergentes entre si, com valores muito acima de 0,7, o que atesta a validade convergente do modelo. Sabendo que as variâncias compartilhadas, isto é, a correlação entre as dimensões da escala, são menores que as variâncias extraídas das respectivas dimensões, depreende-se que a medida alcançou validade discriminante nas suas cinco dimensões. Adicionalmente, a análise da fidedignidade do modelo indicou que o coeficiente *alpha* de Cronbach é muito maior que 0,7, ao mesmo tempo que a fidedignidade composta apresentou bons coeficientes, acima de 0,8 em todas as dimensões. Isto significa que as variáveis de cada construto possuem consistência interna.

Portanto, a AFC confirmou a plausibilidade da estrutura multifatorial da escala, dado que os índices de ajustamento demonstraram ajuste ótimo do modelo. Além disso, o modelo alcançou validade convergente e validade discriminante, ao mesmo tempo que a análise da fidedignidade do modelo, por meio do coeficiente *alpha* de Cronbach e da fidedignidade composta, demonstrou possuir boa consistência interna.

Conforme demonstramos anteriormente, a AFC foi precedida pela AFE, com base na qual a matriz da componente rotativa sugeriu cinco fatores, no lugar dos seis gerados pelos dados da primeira amostra. As dimensões “atividade de campanha”, “contato”, “votação” e “engajamento cívico” mantiveram-se e carregaram os mesmos itens da AFE baseada nos dados da primeira amostra. No entanto, as dimensões “protesto moderado” e “protesto radical” voltaram a se agrupar, formando a dimensão “protesto”, tal como havíamos identificado na revisão sistemática da literatura sobre tipologias de participação política, cujo protocolo consta no Apêndice C. Julgamos

que o comportamento desta dimensão nas duas amostras pode estar relacionado às características sociodemográficas bastante distintas nas duas amostras, conforme explicamos anteriormente.

O modelo validado pela AFC é o culminar de um longo e complexo processo que iniciou com uma revisão sistemática da literatura sobre tipologias de participação política, a partir da qual propusemos um modelo de mensuração. Este modelo foi composto por oito dimensões de participação política, designadamente: “atividade de campanha”, “atividade partidária”, “contato”, “protesto”, “engajamento cívico”, “votação”, “consumismo político” e “participação pela *internet*”. Ao testarmos o modelo empiricamente, por meio de duas amostras, os procedimentos da análise fatorial recomendaram a retenção de cinco fatores como sendo os mais representativos dos dados. Enquanto os itens da dimensão “atividade partidária” carregaram no fator “atividade de campanha”, as dimensões “consumismo político” e “participação pela *internet*” não foram confirmadas pelas matrizes dos dados, o que diverge com a base teórica-conceitual subjacente à construção do modelo de mensuração. Consideramos que a não retenção das dimensões “atividade partidária”, “consumismo político” e “participação pela *internet*” pode estar relacionado ao contexto geográfico onde coletamos os dados, não a falhas de operacionalização metodológica, considerando o rigor que seguimos na construção da escala. A seguir, passamos a caracterizar cada uma das dimensões sugeridas pela análise fatorial a partir das matrizes dos dados das duas amostras.

“Atividade de campanha” envolve todo o conjunto de ações políticas relacionadas ao período de campanha eleitoral, que incluem a busca do apoio dos eleitores por meio da influência do seu comportamento eleitoral, com vistas a votar em um candidato e/ou em um partido político. Especificamente, a “atividades de campanha” consiste de um vasto conjunto de atividades políticas nas quais os cidadãos se envolvem durante o período de campanha eleitoral, tais como fazer campanha eleitoral voluntariamente, trabalhar para um candidato durante a campanha, participar de reuniões ou comícios políticos, usar roupas ou distintivos com mensagem política, fazer trabalho voluntário para um partido político, além de ser membro de partido político e de organização pertencente a um partido político (BEAN, 1991; KALAYCIOGLU; TURAN, 1981; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TALÒ; MANNARINI, 2015; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VAN DETH, 1986).

A dimensão “contato” diz respeito às ações políticas direcionadas por cidadãos buscando influenciar decisões e resultados políticos. Tais ações consistem não somente em apresentar e

discutir as opiniões dos cidadãos sobre questões políticas, com políticos, mas também consistem em apresentar certos problemas relacionados à comunidade, especificamente, para funcionários públicos, membros de governo distrital/municipal, estadual ou federal, na tentativa de obter soluções políticas (BEAN, 1991; EKMAN; AMNÅ, 2012; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TALÒ; MANNARINI, 2015; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VAN DETH, 1986, 2016).

“Engajamento cívico” consiste no envolvimento político dos cidadãos a nível da comunidade, com o objetivo de promover mudanças de interesse público, através de ações políticas voltadas à busca de soluções para problemas locais, assim como para a melhoria de condições locais ou de certos grupos da comunidade. Concretamente, o “engajamento cívico” integra ações ligadas à doação de dinheiro para caridade, arrecadação de fundos para organizações de caridade e para implementação de projetos comunitários locais, ao mesmo tempo que envolve realizar trabalho voluntário para ajudar a resolver problemas da comunidade local (BEAN, 1991; EKMAN; AMNÅ, 2012; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TALÒ; MANNARINI, 2015; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VAN DETH, 1986; ZÚÑIGA; COPELAND; BIMBER, 2014).

“Protesto” político é um meio pelo qual os cidadãos demonstram objeção em relação a alguma política ou a certas decisões tomadas por determinados atores políticos, demandando a necessidade de mudança. Desta forma, as atividades de “protesto” político significam desaprovação em relação a certas políticas, a questões específicas consideradas inadequadas para os cidadãos ou para a sociedade. O “protesto” político compreende um vasto conjunto de ações políticas, tais como manifestações, greves, bloqueio do trânsito, interrupção de reuniões políticas, ocupação de edifícios ou fábricas, danos à propriedade, assim como sabotagem ou obstrução de estradas ou ferrovias (BEAN, 1991; EKMAN; AMNÅ, 2012; IVALDI; BONATTI; SOLIANI, 2017; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; QUARANTA, 2012; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VAN DETH, 1986).

O comparecimento às urnas, durante os processos eleitorais, representa um dos aspectos cruciais nos sistemas democráticos. A dimensão “votação” concerne à participação dos cidadãos nos processos eleitorais (BEAN, 1991; KALAYCIOGLU; TURAN, 1981; KIM; HOEWE, 2020; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018). No entanto, há que não perder de vista que os indicadores desta dimensão podem diferir de país para país, em função do tipo de eleições existentes, assim como dos órgãos

que são constituídos a partir dessas eleições. Por exemplo, no contexto moçambicano, a partir do qual desenvolvemos o nosso modelo de participação política, realizam-se eleições para eleger o presidente da República, os deputados da Assembleia da República e para os membros das Assembleias Provinciais, por um lado, e para eleger os presidentes dos municípios e os membros das Assembleias Municipais, por outro.

Em suma, estas são as cinco dimensões que compõem a escala validada nesta pesquisa. Trata-se de uma escala multidimensional constituída por 28 itens, distribuídos da seguinte forma pelos cinco fatores: “atividade de campanha” (sete itens); “contato” (cinco itens); “engajamento cívico” (quatro itens); “protesto” (sete itens); e “votação” (cinco itens). O Quadro 21 apresenta a escala final de participação política.

Quadro 21 - Escala final de participação política

Fator	Código	Item
Atividade de campanha	AC2	Tenho estado a fazer campanha eleitoral voluntariamente
	AC4	Tenho estado a trabalhar para um candidato ou partido político, durante o período de campanha eleitoral
	AC5	Tenho estado a participar em comícios políticos, durante o período de campanha eleitoral
	AC6	Tenho estado a usar roupas ou objetos com uma mensagem política, durante o período de campanha eleitoral
	AP1	Venho sendo membro de um partido político
	AP2	Venho sendo membro de uma organização pertencente a partido político
	AP4	Venho fazendo trabalho voluntário para partido político
Contato	Cont2	Ando contactando membros do Governo Provincial para apresentar problemas da comunidade
	Cont3	Ando contactando políticos para discutir assuntos políticos
	Cont4	Ando contactando membros do Governo Distrital para apresentar problemas da comunidade
	Cont5	Ando contactando funcionários públicos para discutir assuntos políticos
	Cont6	Ando contactando membros do Governo Central para apresentar problemas da comunidade
Engajamento cívico	EC1	Tenho vindo a doar dinheiro para ações de caridade
	EC2	Tenho vindo a angariar fundos para uma organização de caridade
	EC3	Tenho vindo a angariar fundos para implementação de um projeto local
	EC5	Tenho vindo a fazer trabalho voluntário em prol da minha comunidade
Protesto	PrM3	Venho participando em manifestações, como protesto político
	PrM5	Venho participando em greves, como protesto político
	PrR2	Venho bloqueando trânsito em protesto político
	PrR4	Venho interrompendo reuniões políticas, como protesto político
	PrR6	Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político
	PrR8	Venho sabotando ou obstruindo estradas ou ferrovias, como protesto político
	PrR9	Venho causando danos à propriedade, como protesto político
Votação	Vot1	Tenho votado para a eleição do Presidente da República
	Vot2	Tenho votado para a eleição dos deputados da Assembleia da República
	Vot3	Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Provincial
	Vot4	Tenho votado para a eleição do Presidente do Município
	Vot5	Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Municipal

Fonte: Dados da pesquisa (2022)Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Após percorrermos todos os procedimentos de construção, limpeza e validação de escala, chegamos ao final deste capítulo com uma medida consolidada, o que contribui para o alcance do primeiro objetivo específico desta pesquisa, que é o de “desenvolver um modelo de mensuração da participação política e testá-lo a ‘membros’ e ‘não membros’ de OSC’s em Moçambique”. Considerando que os resultados da pesquisa sugeriram a retenção de cinco fatores, isso tem implicações nas hipóteses da pesquisa que formulamos anteriormente. Entendendo que cada hipótese relaciona as práticas de retenção de “membros” com cada uma das dimensões de participação política, passamos a ter cinco hipóteses por testar, nas quais passamos a examinar as relações entre retenção de “membros” e “atividade de campanha”; “contato”; “engajamento cívico”; “protesto”; e “votação”. Os encaminhamentos sobre as hipóteses seguem no capítulo 7.

A aplicação da escala final em outras pesquisas demanda estabelecimento de certas normas e recomendações para o seu uso (COSTA, 2011). Evidenciamos que o instrumento deve ser utilizado para medir a participação política dos cidadãos. Se se pretender aferir o quanto os cidadãos participam em ações políticas, sugerimos o uso das cinco dimensões da medida. No entanto, é possível realizar estudos usando certas dimensões de interesse. Em qualquer dos casos, é necessário que os respondentes sejam indivíduos alfabetizados, em se tratando de questionário. Caso contrário, deverá se criar condições para que as questões sejam lidas por forma a que o respondente possa informar a sua resposta, a qual deve ser sinalizada pelo pesquisador no questionário. Esta tarefa deve ser feita com bastante cautela, tomando em consideração a escala de verificação de 10 pontos.

Quanto à escala de verificação, recomendamos fortemente o uso da escala de 10 pontos (isto é, de 1 a 10) que, além de poder viabilizar o alcance da condição de normalidade das variáveis, essencial para análises multivariadas de dados (COSTA, 2011), também pode ser útil na interpretação dos resultados. Nesta escala, os enunciados dos itens devem ser avaliados de acordo o grau de concordância, sendo que o 1 corresponde a “discordo totalmente” e o 10 a “concordo totalmente”. Para interpretar as médias aritméticas, sugerimos o uso dos seguintes parâmetros: médias variando de 1 a 4,99 correspondem à participação política de “intensidade baixa”; de 5 a 6,99 indicam “intensidade moderada”; 7 a 7,99 significam intensidade “moderada-alta”; 8 a 8,99 equivalem à “intensidade elevada”; e médias variando de 9 a 10 representam “intensidade muito elevada”.

Optamos por estes parâmetros não somente por não termos encontrado na literatura de estatística uma indicação nesse sentido, mas, também, porque não existem questões invertidas no modelo que desenvolvemos e validamos nesta pesquisa. Além disso, levamos em consideração a classificação de aproveitamento escolar utilizado no sistema educacional, no qual, por exemplo, a nota sete confere aprovação regular do aluno no Brasil e, correspondentemente, equivale a desempenho “Bom” em Moçambique (isto é, nota 14, na escala de 0 a 20). Assim, no nosso modelo, o parâmetro de 7 a 7,99 representa engajamento político moderado-alto.

Ao aplicar o questionário, os itens devem ser dispostos em quatro blocos de questões, de sete variáveis cada, os quais devem ser formados por itens de todas as cinco dimensões, agregados de forma aleatória. Cada bloco deve ser intercalado por questões sociodemográficas e outras de caracterização dos sujeitos. O preenchimento do questionário pode demorar três minutos.

Especificamente à dimensão “votação”, chamamos atenção à necessidade de se fazerem adaptações necessárias aos enunciados das respectivas variáveis, de modo a adequá-las ao tipo de eleições existentes no contexto político ao qual se vai aplicar o questionário, assim como aos órgãos que são constituídos a partir dessas eleições. Isso pode ser feito realizando correspondência dos itens desta dimensão ao contexto da pesquisa. Por outro lado, em contextos políticos onde existe Senado e onde os governadores e vice-governadores estaduais são eleitos, haverá a necessidade de incluir este tipo de questões, pois tais eleições não existem no contexto a partir do qual desenvolvemos o modelo. Finalmente, reconhecemos que o modelo de mensuração de participação política precisa de ser aplicado em diferentes contextos políticos, com vistas a continuar a avaliar a qualidade psicométrica do instrumento.

Com estas normas e recomendações para uso da escala em outras pesquisas, encerramos o quinto capítulo, no qual percorremos os procedimentos de desenvolvimento do modelo de mensuração da participação política. No próximo capítulo, buscamos comparar a participação política de “membros” e “não membros” das OSC’s em Moçambique.

6. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA COMPARADA: DIFERENÇAS ENTRE “MEMBROS” E “NÃO MEMBROS” DAS OSC’s

Neste capítulo, comparamos a participação política de “membros” de OSC’s e de “não membros”, de modo a verificarmos a existência de diferenças nos dois grupos e testarmos a premissa de que membros de OSC’s são mais propensos a participar em diversas práticas políticas (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; LEE; GLASURE, 2007; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015). Para o efeito, comparamos as médias de participação política de “membros” e “não membros” de OSC’s e, fundamentalmente, realizamos o teste não-paramétrico inferencial de Mann-Whitney com vistas a instigarmos a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos. Para estas análises, utilizamos os dados da segunda atividade de amostragem que os coletamos com base na escala que desenvolvemos e validamos nesta pesquisa.

Duas seções compõem este capítulo. Na primeira, analisamos o perfil dos informantes de cada um dos grupos, com base nas variáveis sociodemográficas e outras de caracterização dos sujeitos e das OSC’s abrangidas nesta pesquisa. Nesta seção, constatamos que as amostras dos “membros” e “não membros” têm o mesmo perfil sociodemográfico, podendo-se considerar que as duas amostras independentes são bastante próximas uma da outra, no que concerne a este perfil.

Na segunda seção, testamos empiricamente o pressuposto de que os “membros” de OSC’s são mais susceptíveis a participar em diversas atividades políticas quando comparados aos “não membros”. Além de compararmos as duas amostras independentes utilizando medidas descritivas de posição, dispersão e formato, baseamo-nos, sobretudo, no teste não-paramétrico inferencial de Mann-Whitney, com o intuito de investigarmos a existência de diferenças estatisticamente significativas entre “membros” e “não membros”. No geral, os resultados do teste de Mann-Whitney indicam que há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos na participação política, com os “membros” de OSC’s apresentando maior desempenho comparativamente aos “não membros”. Com estes resultados, ficou confirmada a premissa de que os “membros” são mais propensos a participar em diversas práticas políticas, quando comparados aos “não membros”. A seguir, iniciamos com as análises do capítulo apresentando o perfil dos sujeitos das duas amostras, incluindo outras características relevantes.

6.1 Caracterização dos “membros” e “não membros” de OSC’s

Nesta seção, retemo-nos na análise das variáveis sociodemográficas, assim como na caracterização dos sujeitos, das duas amostras independentes. Vale lembrar que os sujeitos das amostras, os procedimentos que utilizamos para a obtenção dos dados, assim como os resultados da análise da presença de valores faltantes e dos *outliers* na base de dados, são os mesmos que apresentamos na seção 5.3 do capítulo anterior. As duas amostras independentes totalizam 550 observações válidas, das quais 249 são “membros” de OSC’s e 301 são “não membros”. Assim, registra-se certo equilíbrio nos dois grupos, com o primeiro representando 45,3%, e o último, 54,7%.

Sabendo que mais de três quartos têm muito mais de um ano de adesão às OSC’s, julgamos que a amostra é adequada para testarmos a premissa de que “membros” de OSC’s são mais propensos a participar em diversas práticas políticas (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; LEE; GLASURE, 2007; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015).

Outro aspecto adicional importante, específico das OSC’s, diz respeito à diversidade das áreas de atuação mais predominantes das que foram abrangidas nesta pesquisa. Usando critérios não probabilísticos de amostragem por acessibilidade, a maior parte das organizações nas quais foi possível recolhermos dados atuam nas áreas de educação/saúde/assistência social (45,8%), seguida de monitoria/advocacia da governação (23,7%). As outras áreas são: direitos humanos/democracia (11,6%); meio ambiente/recursos naturais (11,6%); pesquisa e consultoria (3,6%); e fortalecimento da sociedade civil (3,6%). A partir destes dados, entende-se que as organizações que lidam com questões relacionadas à democracia representam apenas 11,6%, garantindo-se, deste modo, que os resultados não sejam enviesados pela área de atuação das OSC’s, especificamente no que diz respeito à propensão dos “membros” a participar nas práticas políticas.

As duas amostras apresentam certo equilíbrio de gênero, acontecendo o mesmo dentro de cada grupo. Observamos ainda que, na amostra dos “membros”, as mulheres são a maioria, perfazendo 54,2%, enquanto na dos “não membros” elas constituem 44,5%. Em termos de idade, a faixa etária de mais de 20 anos até 30 é a minoria em ambos os grupos, o que significa que em cada uma das amostras predominam indivíduos com idades bem acima de 30 anos. Estes resultados fazem sentido considerando que a amostra dos “membros” é largamente constituída por sujeitos

com vasta experiência de adesão às OSC's, por um lado, e a de “não membros” é composta por servidores públicos.

Em termos de escolaridade, as duas amostras apresentam as mesmas características, com pouco mais de dois terços dos “membros” com nível superior e de pós-graduação, ao mesmo tempo que dois terços dos “não membros” possuem esta particularidade. No que diz respeito à renda, as duas amostras apresentam características bastante próximas, com a predominância de indivíduos com mais de seis salários mínimos, os quais representam 56,6% do grupo dos “membros” e 50,5% no dos “não membros”. O fato de em cada uma das amostras predominar indivíduos com formação superior e pós-graduação, assim como indivíduos com renda familiar mensal acima de seis salários mínimos, confere aos dois grupos uma característica especial: ambas as amostras são compostas por indivíduos com alto nível educacional e com níveis altos de renda.

Quanto ao estado civil, predomina nas duas amostras indivíduos que vivem em união estável e casados. Atendendo às características sociodemográficas que acabamos de apresentar, pode-se compreender que as duas amostras têm o mesmo perfil sociodemográfico. A partir deste pressuposto, pode-se considerar que as análises comparativas nas quais nos detemos neste capítulo partem de amostras bastante próximas uma da outra, no que concerne a este perfil. Outros detalhes destas características podem ser observados na Tabela 21.

Tabela 21 - Características sociodemográficas de “membros” de OSC's e não membros”

Variável	Características	Membros (N=249)		Não Membros (N=301)	
		Freq.	%	Freq.	%
Sexo	Masculino	114	45,8%	167	55,5%
	Feminino	135	54,2%	134	44,5%
Idade	Mais de 20 anos até 30 anos	84	33,7%	48	15,9%
	Mais de 30 até 40 anos	77	30,9%	115	38,2%
	Mais de 40 até 50 anos	55	22,1%	107	35,5%
	Mais de 50 anos	33	13,3%	31	10,3%
Escolaridade	Primário (até 7ª classe)	1	0,4%	0	0%
	Básico (10ª classe ou equivalente)	15	6%	1	0,3%
	Médio (12ª classe ou equivalente)	76	30,5%	101	33,6%
	Graduação (bacharelado/licenciatura)	121	48,6%	123	40,9%
	Pós-Graduação (mestrado/doutorado)	36	14,5%	76	25,2%
Renda Familiar mensal	Até 4.829 Mt (salário mínimo)	11	4,4%	13	4,3%
	Acima de 4.829 Mt até 14.487 Mt	38	15,3%	80	26,6%
	Acima de 14.487 Mt até 28.974 Mt	59	23,7%	56	18,6%
	Acima de 28.974 Mt até 43.461 Mt	57	22,9%	50	16,6%
	Acima de 43.461 Mt	84	33,7%	102	33,9%
Estado civil	Solteiro(a)	109	43,8%	76	25,2%
	União de facto (União estável)	60	24,1%	89	29,6%
	Casado(a)	61	24,5%	127	42,2%

Variável	Características	Membros (N=249)		Não Membros (N=301)	
		Freq.	%	Freq.	%
	Divorciado(a)/Separado(a)	9	3,6%	7	2,3%
	Viúvo(a)	10	4%	2	0,7%
Tempo de filiação à OSC's	1 ano	39	15,7%		
	Entre 2 e 5 anos	111	44,6%		
	Entre 6 e 10 anos	41	16,5%		
	Mais de 10 anos	58	23,3%		
Área de atuação da OSC's	Monitoria/advocacia da governação	59	23,7%		
	Direitos humanos/democracia	29	11,6%		
	Meio ambiente/recursos naturais	29	11,6%		
	Educação/saúde/assistência social	114	45,8%		
	Pesquisa/consultoria	9	3,6%		
	Fortalecimento da sociedade civil	9	3,6%		

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As estatísticas descritivas de cada um dos grupos indicam que as médias de cada indicador estão dentro dos parâmetros da escala de verificação. A menor média verificou-se no grupo dos “não membros”, no valor de 1,14, no item PrR9 (Venho causando danos à propriedade, como protesto político), sendo que os “membros” apresentaram a maior média, isto é, 8,76, no item Vot1 (Tenho votado para a eleição do Presidente da República). Sobre o parâmetro das respostas, o grupo dos “não membros” registrou o menor, com cinco itens da dimensão “protesto” recebendo respostas que variam de 1 a 5, a saber: PrP2 (Venho bloqueando trânsito em protesto político), PrR4 (Venho interrompendo reuniões políticas, como protesto político), PrR6 (Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político), PrR8 (Venho sabotando ou obstruindo estradas ou ferrovias, como protesto político) e PrR9 (Venho causando danos à propriedade, como protesto político). Quanto aos “membros” de OSC's, o menor parâmetro de respostas verificou-se na mesma dimensão, variando de 1 a 7, em três itens, nomeadamente PrR4, PrR8 e PrR9, cujos respectivos enunciados acabamos de apresentar. Após esta breve análise exploratória preliminar dos dados, seguimos para a próxima seção, na qual examinamos as diferenças na participação política entre “membros” e “não membros”.

6.2 Análise da participação política: diferenças entre “membros” e “não membros”

Esta pesquisa parte do pressuposto de que a filiação às OSC's torna os seus “membros” mais propensos a participar de diversas práticas políticas (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; LEE; GLASURE, 2007;

WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), o que os diferencia, em tese, dos “não membros”. Tal situação sucede porque a filiação às OSC’s oportuniza o desenvolvimento de habilidades cívicas, de valores e de competências democráticas, assim como de outros recursos políticos que estimulam a participação política (AYALA, 2000; DORE; JACKSON, 2020; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015). Face a isso, partimos da premissa de que os “membros” apresentam maior desempenho na participação política do que os “não membros”. É neste sentido que nesta seção buscamos testar empiricamente este pressuposto, comparando a participação política de “membros” e “não membros”, utilizando dados da segunda atividade de amostragem que coletamos com base no modelo de mensuração que desenvolvemos nesta pesquisa.

Além de utilizarmos estatísticas descritivas de posição (média aritmética simples e quartis), dispersão (variância e desvio-padrão) e formato (assimetria e curtose), baseamo-nos, sobretudo, no teste não-paramétrico de Mann-Whitney, uma medida robusta que nos permitiu obtermos resultados mais precisos sobre a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos. Com vistas a padronizarmos a interpretação dos resultados das médias aritméticas, convencionamos os parâmetros que constam no Quadro 22, cuja fundamentação pela sua escolha apresentamos nas recomendações de uso da escala de participação política, no final do capítulo anterior.

Quadro 22 – Parâmetros de interpretação das médias aritméticas

Parâmetro	Interpretação
1 a 4,99	Intensidade baixa
5 a 6,99	Intensidade moderada
7 a 7,99	Intensidade moderada alta
8 a 8,99	Intensidade elevada
9 a 10	Intensidade muito elevada

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Quanto ao teste estatístico, é importante explicarmos que, antes de decidirmos sobre qual a usar, avaliamos a normalidade dos dados das duas amostras, por meio dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk* (RAZALI; WAH, 2011), e realizamos o teste de Levene, isto é, de homogeneidade de variâncias (FIELD, 2009). Os resultados dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk* demonstram que todas as variáveis têm distribuição não-normal ($p < 0,001$). O teste de Levene apontou que das 28 variáveis, 26 delas não acataram a hipótese de homogeneidade de variâncias, por serem significativamente diferentes ($p < 0,001$). Os dois itens nos quais o teste de Levene indicou que as variâncias são aproximadamente iguais ($p > 0,05$) são o EC1 (tenho vindo a

doar dinheiro para ações de caridade) e *Vot3* (tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Provincial). Em virtude de terem sido violados os pressupostos de distribuição normal dos dados e da homogeneidade de variâncias, somos compelidos a utilizar procedimentos estatísticos não-paramétricos para avaliarmos as diferenças na participação política entre as duas amostras independentes. Assim, optamos por realizar o teste de Mann-Whitney, equivalente do teste paramétrico *t* de *Student* para amostras independentes (FIELD, 2009).

Vale destacar que o teste de Mann-Whitney não se baseia nos escores brutos dos sujeitos, mas nos escores transformados em postos (*ranks*), o que significa que o grupo com os escores mais altos apresentará também os postos mais altos. Assim, o grupo com menor média de postos quer dizer que apresenta menor número de postos, sendo que o grupo com a maior média apresenta número de postos elevado. Contudo, considera-se que há diferenças nas médias dos dois grupos quando o teste de Mann-Whitney for estatisticamente significativo (FIELD, 2009). Neste caso, o grupo com maior desempenho é o que apresenta a maior média de escores de *rank*, a $p < 0,05$. Por outro lado, quando a significância do teste for maior que 0,05, considera-se que não há diferenças estatisticamente significativas entre as duas amostras.

Em adição, calculamos o tamanho de efeito, de modo a verificarmos o quanto de fato as diferenças entre as duas amostras têm de significância prática, além da significância estatística. Ou seja, o tamanho de efeito indica o poder estatístico da diferença de grupos (HAIR et al., 2009). Especificamente para o teste de Mann-Whitney, o tamanho de efeito é calculado por meio da equação $r = \frac{Z}{\sqrt{N}}$, onde *Z* é o escore $-z$ do teste e *N* é o total das observações das duas amostras. Para interpretarmos o tamanho de efeito, consideramos os seguintes pontos de corte: valores de 0,1 correspondem a um efeito pequeno; 0,3 representa um efeito médio; e 0,5 significa efeito grande (FIELD, 2009).

Com o intuito de garantirmos uma melhor apresentação dos conteúdos, subdividimos esta seção em sete subseções. Na primeira, fazemos a apresentação e a discussão dos resultados das estatísticas descritivas de posição, dispersão e formato dos cinco fatores, em cada um dos grupos. Da segunda a sexta subseção, apresentamos e discutimos os resultados das médias aritméticas e do teste de Mann-Whitney, comparando o engajamento político de “membros” e “não membros” nas variáveis de cada fator. Vale destacar que, em se tratando de uma medida robusta e mais precisa comparativamente às médias aritméticas, discutimos com maiores detalhes os resultados do teste e não das médias, atendendo que é o teste de Mann-Whitney que nos vai fornecer a significância

estatística das diferenças na participação política entre “membros” e “não membros”. Além disso, é com base nos resultados do teste que verificamos a significância prática das diferenças na participação política entre os dois grupos, calculando o tamanho de efeito. Com base nas discussões feitas nas anteriores cinco subseções, sintetizamos, na sétima subseção, os achados das diferenças na participação política entre ambos os grupos e testamos o pressuposto de que “membros” de OSC’s são mais susceptíveis a participar em diversas práticas políticas.

Iniciamos a análise dos dados apresentando e discutindo as estatísticas descritivas dos cinco fatores de participação política, a seguir. Voltamos a lembrar que a amostra dos “membros” de OSC’s é constituída por 249 indivíduos, enquanto a dos “não membros” é composta por 301 observações.

6.2.1 Apresentação e discussão dos resultados das estatísticas descritivas das dimensões

Nesta subseção, fazemos as análises comparativas das duas amostras com base nos resultados das estatísticas descritivas, por dimensão. Especificamente, analisamos as medidas de posição (média aritmética simples e quartis), dispersão (variância e desvio-padrão) e formato (assimetria e curtose) de cada fator e grupo. Lembramos que os detalhamentos das diferenças dos grupos na participação política ficam reservados para as análises dos itens por dimensão, nas cinco subseções a seguir a esta, por meio dos resultados do teste de Mann-Whitney. Os resultados das estatísticas descritivas por dimensão e por grupo estão representados na Tabela 22, na qual pode-se observar que, no geral, os “membros” apresentam maior desempenho quando comparados aos “não membros”.

Tabela 22 – Análise da participação política de “membros” e “não membros” por dimensão

Dimensão	Média Arit. (x)	Quartis			Variância	Desvio padrão	Assim.	Curtose
		25	50	75				
Membros (N=249)								
Atividade de campanha	2,48	1,00	1,43	3,43	4,51	2,13	1,78	2,77
Contato	3,48	1,00	2,60	5,60	6,94	2,63	0,81	-0,65
Engajamento cívico	4,45	2,25	4,25	6,50	6,00	2,45	0,24	-1,01
Protesto	2,14	1,00	1,57	2,57	2,46	1,57	1,88	3,04
Votação	7,21	5,80	8,00	9,40	6,19	2,49	-0,84	-0,39
Não Membros (N=301)								
Atividade de campanha	3,09	1,00	2,29	4,21	5,64	2,38	1,22	0,59
Contato	1,77	1,00	1,00	1,70	2,45	1,57	2,83	8,81
Engajamento cívico	2,98	1,25	2,75	4,00	3,56	1,89	0,99	0,55
Protesto	1,25	1,00	1,00	1,14	0,50	0,71	3,69	13,37
Votação	6,08	3,90	6,20	8,20	7,34	2,71	-0,21	-1,10

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Sabendo que as duas amostras são majoritariamente constituídas por indivíduos com alto nível educacional, o que é confirmado, em parte, pelo padrão de níveis altos de renda mensal, pode-se considerar que os respondentes não enfrentaram problemas de compreensão das perguntas do questionário, por isso, os resultados da Tabela 22 retratam o nível de engajamento político dos sujeitos dos dois grupos. Com exceção da dimensão “votação”, que apresenta média de intensidade moderada nos “não membros” e intensidade moderada-alta nos “membros”, todas as médias das outras dimensões são de intensidade baixa nas duas amostras, podendo-se entender que, no geral, os sujeitos das duas amostras são politicamente menos participativos. O baixo desempenho na participação política nos dois grupos é consistente com a relevância empírica desta pesquisa, que aponta o fraco engajamento político dos moçambicanos em diversas práticas políticas.

Considerando o contexto da introdução da democracia multipartidária no país relacionado, com o fim dos 16 anos da guerra civil que opunha a Renamo e o governo liderado pela Frelimo (ALDEN, 2001; GEFFRAY, 1991; GENTILI, 2013; MINTER, 1998; ROCCA, 1998), inicialmente marcado pela realização das primeiras eleições democráticas multipartidárias em 1994, é provável que, na percepção de muitos cidadãos, incluindo os mais escolarizados como os sujeitos das amostras desta pesquisa, seja de que participar na eleição dos dirigentes e dos titulares de órgãos de nível nacional, provincial e municipal é a prática política mais importante que qualquer outra, daí a razão de a “votação” ter recebido as médias mais altas. Portanto, devido às circunstâncias por meio das quais foi introduzido o sistema democrático no país, com a realização das primeiras eleições sendo o expoente mais saliente que, de alguma forma, pareceu ser a garantia do calar definitivo das armas, aliado ao fato de a democracia ainda estar no processo de maturação, pode ser a razão que explica que a dimensão “votação” tenha tido maior realização que qualquer outra. Além disso, também é possível que o fraco engajamento nas outras dimensões seja porque os cidadãos não têm consciência de que participar no processo político impacta nas decisões políticas que afetam o curso de suas vidas.

Verificamos ainda que, apesar da dispersão dos dados indicar a presença de certa variância nas duas amostras, eles não estão muito distantes da média aritmética das dimensões, principalmente no grupo dos “não membros”. Esta constatação é também corroborada pelo desvio-padrão, cujos valores indicam que os pontos de dados tendem a estar próximos da média. Em relação ao formato, os dados confirmam variedade de respostas, mas com duas particularidades nos dois grupos: enquanto na dimensão “votação” os escores apresentam maior assimetria à direita

(assimetria negativa) e maior achatamento da curva, nos restantes fatores os escores das duas amostras apresentam maior assimetria à esquerda (assimetria positiva) e maior achatamento da curva.

Observamos a existência de um certo padrão na ordenação hierárquica das médias em quatro fatores, inclusive nos respectivos quartis. Tanto os “membros” quanto os “não membros” apresentam médias ascendentes na seguinte ordem dos fatores: “protesto”, “contato”, “engajamento cívico” e “votação”. Em adição aos argumentos que apresentamos anteriormente, estes resultados podem indicar que a maior parte dos sujeitos encara a participação política democrática como exercício de voto, dado que a dimensão “votação” foi a que recebeu maior desempenho em ambos os grupos. A segunda dimensão que apresentou maior realização dos sujeitos das duas amostras é “engajamento cívico”, indicando que os dois grupos privilegiam participar em ações políticas a nível das suas comunidades, com vistas a melhorar as condições de vida local.

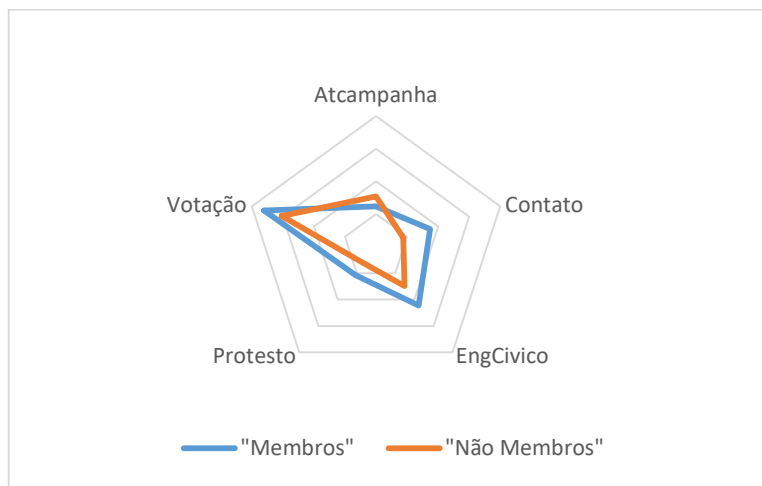
Em outra perspectiva de análise, pode ser que os dois grupos apresentem maior desempenho nas dimensões “votação” e “engajamento cívico” pela facilidade de acesso às suas formas de participação, quando comparadas às dimensões “contato” e “protesto”. Queremos com isto dizer que as ações políticas daquelas duas dimensões são facilmente acessadas pelos cidadãos e estão ao seu dispor, além de os resultados das suas ações poderem ser conferidos diretamente. Em contrapartida, a realização das atividades de “contato” e “protesto” político não depende apenas da vontade dos cidadãos, mas, também, dos atores para os quais são dirigidas. Para o “contato” político, é necessário que haja anuência e disposição dos funcionários públicos, políticos, membros dos Governos Distrital, Provincial e Central para os cidadãos discutirem com eles assuntos políticos ou para lhes apresentar os problemas da comunidade. O “protesto” político é a dimensão com o menor desempenho, em ambos os grupos, possivelmente pelo fato de a sua realização carecer de autorização das autoridades governamentais, que não raras vezes os cidadãos veem os seus pedidos rejeitados, além da forte repressão que caracteriza a atuação policial contra manifestantes (CHAIMITE, 2014) e grevistas ilegais, por exemplo. Não estamos, contudo, tentando justificar a aparente passividade dos moçambicanos em participar em ações políticas de “protesto”, mas demonstrando o quão difícil pode ser aceder a este modo de participação política.

Ambos os grupos coincidem nos fatores nos quais registram as médias dos extremos, ou seja, as menores médias recaem sobre o fator “protesto” e as maiores verificam-se na dimensão “votação”. Os “não membros” apresentam a menor média dos dois grupos na dimensão “protesto”,

de 1,25, sendo que a maior média deles verifica-se no fator “votação”, com o valor de 6,8. Quanto aos “membros”, a menor deles é de 2,14, também no fator “protesto” político, e a maior média deles é de 7,21, na dimensão “votação”. A partir destes resultados, pode-se compreender que os dois grupos têm desempenho que varia de intensidade moderada a moderada-alta na “votação” e envolvimento bastante baixo nas atividades de “protesto” político. Conforme argumentamos anteriormente, a maior realização na “votação” pode ser pela facilidade para acessar as atividades políticas da dimensão e pelas circunstâncias da introdução do sistema democrático no país, inicialmente difundido por meio das eleições. O fraco engajamento político no “protesto” pode estar relacionado com as dificuldades de acessar a este modo de participação, compreendendo que a sua realização carece de autorização, ao mesmo em tempo que se desencoraja severamente a realização de protestos “ilegais”.

Os resultados que apresentamos na Tabela 22 indicam, ainda, que os “membros” de OSC’s exibiram maior desempenho quando comparados aos “não membros” em quatro das cinco dimensões, designadamente: “contato”, engajamento cívico”, “protesto” e “votação”. Os “não membros” apresentaram maior desempenho apenas na dimensão “atividade de campanha”, o que significa que, em média, são os que mais se filiam a partidos e a organizações sociais de partidos políticos, assim como são os que mais realizam as atividades inerentes a campanhas eleitorais. Julgamos ser expectável que os “membros” não sejam os mais fervorosos na “atividade de campanha” visto que as OSC’s abrangidas nesta pesquisa são apolíticas. Em média, depreende-se que, no geral, os “membros” tendem a ser mais propensos a participar em diversas práticas políticas do que os “não membros”, conforme ilustra a Figura 5. A disposição dos “membros” para se engajar em diversos modos de participação política decorre do fato de as OSC’s serem espaços de socialização política que promovem normas, valores e atitudes democráticas, desenvolvendo nos “membros” não somente habilidades e virtudes cívicas, mas, também, capacidades e habilidades individuais para participação ativa em diversas ações políticas (BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; ENCARNACIÓN, 2017; FUNG, 2003; JAYSAWAL, 2013; UHLIN, 2009).

Figura 5 – Sobreposição das médias aritméticas de participação política dos grupos por fator



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Após analisarmos as estatísticas descritivas por dimensão e por grupo, seguimos para apresentarmos e discutirmos os resultados dos itens de participação política por fator, com base nas médias aritméticas e, fundamentalmente, no teste de Mann-Whitney. A seguir, apresentamos e discutimos os resultados dos itens da dimensão “atividade de campanha”.

6.2.2 Apresentação e discussão dos resultados da dimensão “Atividade de campanha”

Nesta subseção, analisamos os resultados da dimensão “atividade de campanha”, buscando comparar o engajamento político de “membros” e “não membros” nos itens do fator, em dois momentos. No primeiro, avaliamos os resultados das estatísticas descritivas, principalmente das médias aritméticas, tendo em vista que o propósito principal do capítulo é de comparar a participação política dos dois grupos. No segundo momento, examinamos os resultados do teste de Mann-Whitney de cada um dos itens que compõem o fator. Voltamos a destacar que vamos nos ater com mais detalhes na análise dos resultados do teste que, além de ser robusto e viabilizar resultados mais precisos, é com base nele que calculamos o tamanho de efeito das diferenças dos grupos.

A dimensão em análise é composta por sete indicadores. A Tabela 23 apresenta os resultados das estatísticas descritivas, a partir da qual se pode verificar que, aparentemente, as médias dos “não membros” se sobrepõem às dos “membros” de OSC’s em todos os itens do fator “atividade de campanha”, inclusive nos quartis, a partir do segundo.

Tabela 23 – Análise dos itens da dimensão “atividade de campanha” por grupos

Dimensão/Variável	Média Arit. (x)	Quartis			Variância	Desvio padrão	Assim.	Curtose
		25	50	75				
Membros (N=249)								
Atividade de campanha	2,48	1,00	1,43	3,43	4,51	2,13	1,78	2,77
AC2	3,11	1,00	2,00	5,00	7,45	2,73	1,13	0,17
AC4	2,22	1,00	1,00	3,00	4,79	2,19	2,10	3,79
AC5	2,7	1,00	1,00	4,00	6,22	2,49	1,34	0,76
AC6	2,53	1,00	1,00	4,00	5,97	2,44	1,47	1,18
AP1	2,88	1,00	1,00	5,00	8,401	2,90	1,37	0,58
AP2	2,07	1,00	1,00	2,00	4,89	2,21	2,44	5,32
AP4	1,84	1,00	1,00	1,00	4,01	2,00	2,88	7,92
Não Membros (N=301)								
Atividade de campanha	3,09	1,00	2,29	4,21	5,64	2,38	1,22	0,59
AC2	3,23	1,00	1,00	5,00	9,76	3,13	1,09	-0,29
AC4	2,41	1,00	1,00	3,00	6,78	2,60	1,80	2,09
AC5	3,21	1,00	1,00	5,00	9,96	3,16	1,18	-0,06
AC6	3,12	1,00	1,00	5,50	10,62	3,26	1,16	-0,26
AP1	4,67	1,00	4,00	9,00	14,64	3,83	0,33	-1,63
AP2	2,69	1,00	1,00	3,50	9,35	3,06	1,58	0,94
AP4	2,3	1,00	1,00	2,00	6,67	2,58	1,95	2,54

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Observando a Tabela 23, verifica-se que, no geral, as médias de todos os itens são de baixa intensidade nos dois grupos, podendo-se depreender que os sujeitos das duas amostras envolvem-se com menor intensidade no que se refere a fazer campanha eleitoral voluntariamente, trabalhar para um candidato durante a campanha eleitoral, participar de reuniões ou comícios políticos, usar roupas ou objetos com mensagem política favorável a um candidato ou partido político, fazer trabalho voluntário para um partido político e ser membro de partido político e de organização pertencente a um partido político.

O fraco engajamento político dos moçambicanos na “atividade de campanha” pode ser indício de falta de interesse ou desilusão com a política, num contexto em que são cada vez mais sonantes reclamações de que os políticos ascendem ao poder com o objetivo de terem acesso a recursos do Estado, beneficiar-se de privilégios exclusivos e, conseqüentemente, satisfazer os seus próprios interesses em detrimento dos interesses do povo e do estado (HONWANA, 2020). Além disso, a ausência de projetos e narrativas alternativas de (re)construção do Estado, assim como a ineficiência dos planos de desenvolvimento na melhoria das condições de vida das populações, podem estar retraindo a participação dos cidadãos no processo político. Outro aspecto não menos importante que pode estar aumentando a desilusão e o descrédito dos moçambicanos com a política foi a descoberta do escândalo da dívida de 2,2 mil milhões de dólares norte-americanos, contraída ilegalmente por três empresas (Proindicus, Ematum e MAM) com garantias do Estado em 2013 e

2014, sem autorização da Assembleia da República e sem conhecimento dos parceiros internacionais, com o agravante de parte do valor ter sido usada em esquemas de corrupção envolvendo elites próximas ao governo, incluindo funcionários sêniores dos serviços de inteligência do Estado (KROLL, 2017).

Analisando os resultados das médias por item, constatamos que o item AP1 (Venho sendo membro de um partido político) se destacou nos “não membros” como sendo a ação política mais praticada, com 4,67, seguido do item AC2 (Tenho estado a fazer campanha eleitoral voluntariamente), com a média de 4,23. Para os “membros”, os resultados demonstram o inverso, ou seja, eles apresentam a maior média no item AC2, de 3,11, seguido do AP1, com a média de 2,88. Estes resultados podem indiciar uma sociedade civil partidarizada, quando os seus membros se destacam na realização de campanhas eleitorais e na filiação a partidos políticos. Aliás, a partidarização da sociedade civil moçambicana também foi constatada por Chichava e Chaimite (2015) que, dada atuação parcial de algumas OSC's com voz política, consideram que parte delas estão ao serviço de interesses dos dois partidos com maior representação na Assembleia da República, o que dá a percepção de que existe uma sociedade civil a favor da Frelimo e outra da Renamo.

Na verdade, alguns “membros” de OSC's moçambicanas, principalmente os que ocupam cargos executivos de maior destaque, têm tido uma relação promíscua com os maiores partidos políticos com representação na Assembleia da República como mecanismo para esses partidos manterem certa influência na sociedade civil. Constitui exemplo disso o caso de Anastácio Chembeze, líder do Observatório Eleitoral, acusado de atuação parcial por outras OSC's que participaram na monitoria das eleições de 2009, o que fez com que o Observatório fosse conotado como estando ao serviço da Frelimo (CHICHAVA; CHAIMITE, 2015). Mais do que isso, a ingerência de partidos políticos na sociedade civil, sobretudo da Frelimo, é uma tentativa de controle de certo grupo de OSC's com voz política, acusado de estar a serviço de agendas dos seus financiadores externos. Conforme também sustenta Honwana (2020), a relação estado-sociedade civil é marcada por momentos de tensão permanente, em que as OSC's com voz política são vistas como ameaça ao partido no poder, muitas vezes rotuladas como estando a serviço de interesses externos que podem ameaçar a soberania nacional. Paralelamente, a Frelimo tem cooptado alguns líderes de OSC's, aliciando-os para se tornarem membros do partido com promessas de obterem benefícios dentro do sistema político, com vistas a manter certo controle da sociedade civil.

Após compararmos as médias aritméticas, seguimos com as análises realizando o teste de Mann-Whitney com o objetivo de investigarmos as diferenças na participação política entre “membros” e “não membros” nos itens do fator “atividade de campanha”. É por meio deste teste que temos a significância estatística das diferenças entre os grupos e, por isso, baseamo-nos nele para aferirmos em que medida a participação política se difere nos dois grupos. A Tabela 24 apresenta os resultados do teste de Mann-Whitney, bem como algumas medidas descritivas (média aritmética e desvio-padrão) que, apesar de as termos apresentado anteriormente, podem ser necessárias para complementarem as análises dos resultados do teste.

Tabela 24 – Teste Mann-Whitney do fator “atividade de campanha”

		Dimensão/Variável							
		AtCam	AC2	AC4	AC5	AC6	AP1	AP2	AP4
Média Arit. (x)	Membros	2,48	3,11	2,22	2,70	2,53	2,88	2,07	1,84
	Não Membros	3,09	3,23	2,41	3,21	3,12	4,67	2,69	2,30
Desvio padrão	Membros	2,13	2,73	2,19	2,49	2,44	2,90	2,21	2,00
	Não Membros	2,34	3,13	2,60	3,16	3,26	3,83	3,06	2,58
Média do rank	Membros	248,44	280,22	281,50	267,33	267,71	239,08	271,97	268
	Não Membros	297,89	271,59	270,54	282,26	281,94	305,63	278,42	281,70
Estatística do teste	U	30735,5	36299	35980,5	35440,5	35536	28406,5	36596,5	35607,5
	Z	-3,699	-,690	-,963	-1,219	-1,229	-5,294	-,584	-1,309
	Sig.	,000	,490	,336	,223	,219	,000	,559	,191

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Observando a terceira coluna da Tabela 24, verifica-se que o teste não-paramétrico de Mann-Whitney indicou que há diferenças estatisticamente significativas entre “membros” e “não membros” no fator “atividade de campanha”, quando considerado todo o conjunto dos sete itens em simultâneo, sendo que os “não membros”, por terem apresentado a maior média dos *ranks*, exibiram maior desempenho no fator quando comparados aos “membros” de OSC’s ($U = 30735,5$, $z = -3,699$, $p < 0,001$). Entretanto, o tamanho de efeito é pequeno ($r = 0,16$), indicando que a magnitude das diferenças entre os dois grupos é menor. Para efeitos de esclarecimento, voltamos a lembrar que para o teste de Mann-Whitney, o tamanho de efeito é calculado pela equação $r = \frac{Z}{\sqrt{N}}$, onde Z é o escore “-z” do teste e N é o total das observações das duas amostras (FIELD, 2009). Assim, baseando-se no escore “-z” do resultado do teste, considerando ainda que as duas amostras totalizam 550 observações, o tamanho de efeito do fator em análise é determinado da seguinte forma: $r = \frac{-3,699}{\sqrt{550}} = 0,16$. É com base na equação acima que vamos determinar o tamanho de efeito de todos os resultados do teste de Mann-Whitney.

Não obstante o resultado do teste ter apontado diferenças estatisticamente significativas entre ambos os grupos no fator “atividade de campanha”, quando considerados todos os itens simultaneamente, o teste de cada item mostrou que não há diferenças significativas entre os grupos em seis dos sete itens do fator. Este contraste pode se dar devido o tamanho de efeito pequeno das diferenças dos grupos no resultado do teste do fator. Assim, para examinarmos as diferenças entre os grupos, vamos nos basear nos resultados do teste de cada um dos itens que compõem o fator, conforme se segue.

No item AC2 (Tenho estado a fazer campanha eleitoral voluntariamente), o resultado do teste demonstrou que não há diferenças estatisticamente significativas entre “membros” e “não membros” ($U = 36299$, $z = -0,690$, $p = 0,490$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,03$). Considerando a inexistência de diferenças na participação política entre os dois grupos e as médias aritméticas de baixa intensidade, pode-se depreender que os sujeitos das duas amostras se engajam menos realização de campanhas eleitorais voluntariamente a favor de um candidato e/ou de um partido político. Estes resultados são consistentes com o inquérito do *Afrobarometer* conduzido em todo o país, que indicou que 76% dos sujeitos abrangidos pelo estudo nunca haviam tentado influenciar os outros para votar em um candidato presidencial ou partido político (IPSOS MOZAMBIQUE, 2016).

Sem descurar certo tipo de desinteresse, também há que considerar que a fraca realização da atividade política em análise pode dever-se à violência eleitoral que tem caracterizado o período de campanhas eleitorais em Moçambique, devido à intolerância política e ao antagonismo acentuado entre os simpatizantes de partidos políticos que tende a aumentar durante as campanhas eleitorais. Em várias regiões do país registram-se episódios de agressões verbais ou físicas de membros ou simpatizantes de partidos políticos a cada eleição. Diante do cenário violento que tem caracterizado o ambiente de campanhas eleitorais, é possível que os cidadãos que não apoiam tal postura ou que têm medo da violência tenham receio de realizar campanhas eleitorais voluntariamente. Aliás, Jacobs e Isbell (2020) encontraram que 95% dos sujeitos da sua pesquisa temem pela violência durante o período de campanhas eleitorais de alguma forma, um pouco ou muito, o que é consistente com os nossos argumentos.

Para o item AP1 (Venho sendo membro de um partido político), o teste de Mann-Whitney apontou que há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, em que os “não membros” apresentam maior desempenho quando comparados aos “membros” ($U = 28406,5$, $z =$

-5,294, $p < 0,001$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,23$). Devido à relação existente entre os itens AC2 e AP1, partindo do entendimento de que para alguém se engajar em campanhas eleitorais é porque é membro de um partido político (sobretudo no contexto moçambicano), procuramos comparar os resultados do teste dos dois itens. A partir destes resultados, verificamos, por um lado, que os “membros” se equiparam aos “não membros” na realização de campanhas eleitorais voluntariamente (item AC2), mas aqueles apresentaram baixo desempenho como membros de partidos políticos (item AP1). Por outro, constatamos que os “não membros” exibiram maior realização como membros de partido político, mas que o seu desempenho na realização de campanhas eleitorais voluntariamente se equipara ao dos “membros”.

Entendemos que era suposto que militantes de partidos políticos pudessem se destacar na realização de campanhas eleitorais com vistas a garantirem vitória do seu partido e candidato eleitoral, ao mesmo tempo que consideramos ser contraproducente que “membros” de OSC’s tenham o mesmo desempenho na realização de campanhas eleitorais com os que militam partidos políticos. Assim, depreende-se que membros de partidos políticos têm a mesma disposição para realizar campanhas eleitorais voluntariamente com os “membros” de organizações cívicas.

Esta conclusão levanta dois cenários. O primeiro é o da possibilidade de os “membros” de OSC’s serem tão apoiantes de partidos políticos como os “não membros”, o que indicia a sua partidarização e corrobora com Chichava e Chaimite (2015) sobre a partidarização da sociedade civil moçambicana. No segundo cenário, pode ser que os partidos políticos tenham base de apoio fraca, quando os seus membros apresentam engajamento na realização de campanhas eleitorais igual ao dos “membros” de OSC’s que, presumivelmente, não militam partidos políticos.

No item AC4 (Tenho estado a trabalhar para um candidato ou partido político, durante o período de campanha eleitoral), o teste de Mann-Whitney apontou que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($U = 35980,5$, $z = -0,963$, $p = 0,336$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,04$). A partir deste resultado, entende-se que a filiação nas OSC’s não conduz ao aumento da disposição dos seus “membros” para trabalhar para um candidato ou partido político, durante o período de campanha eleitoral, dado que o engajamento político dos “membros” nesta atividade se equipara ao dos “não membros”. Na verdade, somos de entendimento de que o desenvolvimento dessa capacidade está fora do que se espera da atuação das OSC’s na sociedade, considerando, por exemplo, o seu papel no fornecimento de espaço para

o pluralismo, a promoção da transparência e da responsabilidade na estrutura de governança, assim como na defesa de melhores opções de políticas (JAYSAWAL, 2013).

Para o item AC5 (Tenho estado a participar em comícios políticos, durante o período de campanha eleitoral), o teste demonstrou não existir diferenças estatisticamente significativas entre “membros” e “não membros” ($U = 35440,5$, $z = -1,219$, $p = 0,223$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,05$). Este resultado revela que a filiação em OSC's não encoraja a participação de “membros” em comícios políticos, os quais apresentam nível de engajamento político não diferenciado com os “não membros”, o que é corroborado pelas médias aritméticas dos sujeitos das duas amostras, que são de intensidade baixa para os dois grupos. Desta forma, entende-se que ambos os grupos apresentam níveis baixos de comparecimento aos comícios políticos, o que ratifica o estudo conduzido pelo *Afrobarometer*, o qual revelou que 67% dos inquiridos a nível nacional não participaram de nenhum comício de campanha nas eleições gerais de 2014 (IPSOS MOZAMBIQUE, 2018). À semelhança do que argumentamos anteriormente, pode ser que o fraco engajamento em comícios políticos seja explicado pela violência eleitoral que tem caracterizado as campanhas eleitorais em Moçambique, o que pode estar a retrair os cidadãos que não se veem nas agressões e nos confrontos entre membros e simpatizantes de partidos políticos. Em Moçambique, o medo de intimidação ou da violência durante o período de campanhas eleitorais aumentou de 22% em 2012 para 33% em 2018 (JACOBS; ISBELL, 2020).

Quanto ao item AC6 (Tenho estado a usar roupas ou objetos com uma mensagem política, durante o período de campanha eleitoral), o resultado do teste de Mann-Whitney também mostrou que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($U = 35536$, $z = -1,229$, $p = 0,219$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,05$). Especificamente para os “membros”, este resultado demonstra que as OSC's não estimulam a disposição para uso de roupas ou objetos com mensagem política porque esse uso significaria parcialidade assumida abertamente, o que podia ser considerado como contrário à essência da sociedade civil como espaço que promove aspectos cruciais da democracia, tais como pluralismo, respeito pela diversidade (BOULDING, 2010; JAYSAWAL, 2013) e imparcialidade, apesar de haver indícios da partidarização da sociedade civil moçambicana (CHICHAVA; CHAIMITE, 2015), conforme argumentamos anteriormente. Quanto aos “não membros”, o fato de não terem apresentado desempenho diferenciado dos “membros” foi provavelmente influenciado pelo seu perfil ocupacional que, sendo servidores públicos, pode ser encarado com certo ceticismo usar roupas ou objetos com uma mensagem política.

No item AP2 (Venho sendo membro de uma organização pertencente a um partido político), o teste de Mann-Whitney indicou que não há diferenças estatisticamente significativas entre “membros” e “não membros” ($U = 36596,5$, $z = -0,584$, $p = 0,559$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,02$). Com base neste resultado, fica evidente que a adesão às OSC's não propicia o pertencimento a organizações sociais de partidos políticos como membros, o que pode fazer sentido se se considerar que geralmente as OSC's são apolíticas e, por isso, não promovem simpatias a favor de certos partidos políticos e suas respectivas organizações sócio-políticas, porque isso seria contrário à promoção da democracia pluralista na sociedade.

Finalmente, no item AP4 (Venho fazendo trabalho voluntário para partido político), o teste indicou que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($U = 35607,5$, $z = -1,309$, $p = 0,191$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,06$). De igual forma, este achado revela que a disposição para realizar trabalho voluntário para partidos políticos pode não ser uma habilidade que se adquire pela filiação às OSC's, atendendo que, no geral, a função democrática que constitui a gênese das OSC's não se compadece com a atuação tendente a beneficiar a certos partidos políticos em detrimento de outros. Sabendo que o item recebeu as médias mais baixas do fator “atividade de campanha” nos dois grupos (abaixo de 2,5), significa que mesmo os “não membros” têm tido fraco engajamento na realização de trabalho voluntário para partidos políticos.

Apesar de as médias aritméticas dos itens no fator terem indicado que os “não membros” tiveram maior desempenho nas ações políticas da dimensão em relação aos “membros”, o teste de Mann-Whitney não confirmou este resultado, dado que, em seis dos sete itens da dimensão, o teste apontou que não houve diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, a $p > 0,05$. A única variável do fator que o teste apontou que há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos foi o AP1 (Venho sendo membro de um partido político), com os “não membros” apresentando maior implementação quando comparados aos “membros”.

Compreendendo que os “membros” das OSC's não se evidenciaram na implementação de nenhum item da dimensão “atividade de campanha”, isso pode estar relacionado com as características dos indicadores, que dizem respeito às ações desempenhadas como membros de partidos políticos e de organizações pertencentes a partidos a partidos, assim como à busca de apoio dos eleitores por meio da influência do seu comportamento eleitoral com vistas a votar em um candidato e/ou em um partido político. Possivelmente, este resultado decorre do fato de, no geral, as OSC's não inculcarem nos seus “membros” virtudes cívicas e habilidades políticas capazes de

os estimular a desempenhar as ações políticas desta dimensão, dado que elas promovem e aprofundam aspectos cruciais da democracia tais como pluralismo, respeito pela diversidade (BOULDING, 2010; JAYSAWAL, 2013) e imparcialidade. Após apresentarmos e discutirmos os resultados das médias aritméticas e do teste de Mann-whitney dos itens do fator, avançamos para analisarmos os resultados dos itens da dimensão “contato”.

6.2.3 Apresentação e discussão dos resultados da dimensão “Contato”

Nesta subseção, analisamos os resultados da dimensão “contato”, comparando a participação política entre os dois grupos nos itens do fator. Começamos por examinar os resultados das estatísticas descritivas, com destaque para as médias aritméticas, atendendo ao propósito principal do capítulo, que é o de comparar o engajamento político entre “membros” e “não membros”. Por fim, analisamos os resultados do teste de Mann-Whitney de cada um dos itens que compõem o fator. Vale lembrar que nos deteremos com mais detalhes na análise dos resultados do teste que, além de ser robusto e viabilizar resultados mais precisos, é com base nele que calculamos o tamanho de efeito das diferenças dos grupos. As estatísticas descritivas dos itens da dimensão constam na Tabela 25, a partir da qual se pode verificar que, em média, os “membros” tiveram maior desempenho em todos os cinco itens do fator, quando comparados aos “não membros”.

Tabela 25 – Análise dos itens da dimensão “contato” por grupos

Dimensão/Variável	Média Arit. (x)	Quartis			Variância	Desvio padrão	Assim.	Curtose
		25	50	75				
Membros (N=249)								
Contato	3,48	1,00	2,60	5,60	6,94	2,63	0,81	-0,65
Cont2	4,07	1,00	4,00	6,00	9,04	3,01	0,51	-1,10
Cont3	2,89	1,00	1,00	5,00	6,59	2,57	1,17	0,17
Cont4	3,88	1,00	3,00	6,00	9,70	3,11	0,71	-0,89
Cont5	2,92	1,00	1,00	5,00	7,47	2,73	1,23	0,18
Cont6	3,66	1,00	2,00	6,00	10,30	3,21	0,76	-0,95
Não Membros (N=301)								
Contato	1,77	1,00	1,00	1,70	2,45	1,57	2,83	8,81
Cont2	1,89	1,00	1,00	2,00	3,63	1,91	2,41	5,42
Cont3	1,66	1,00	1,00	1,00	3,03	1,74	3,18	10,43
Cont4	1,87	1,00	1,00	1,00	4,17	2,04	2,50	5,49
Cont5	1,65	1,00	1,00	1,00	2,73	1,65	2,95	9,20
Cont6	1,75	1,00	1,00	1,00	3,45	1,86	2,70	6,86

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As médias aritméticas dos itens da dimensão são de intensidade baixa nos dois grupos, sendo que os “não membros” apresentam as médias muito mais baixas nos cinco indicadores, todas

menores a 2. Se levarmos em consideração que os sujeitos de cada uma das amostras possuem alto nível educacional, julgamos que eles estão capacitados e suficientemente informados para exercerem as atividades políticas do fator “contato”, por isso, estes resultados retratam fielmente o seu nível de engajamento político nesta dimensão. Além disso, o fraco engajamento político dos moçambicanos nas atividades de “contato” político é sustentado por diversos estudos (IPSOS MOZAMBIQUE, 2018; JAUANA, 2010; SHENGA, 2012; SHENGA; MATTES, 2009), conforme veremos ao longo desta subseção.

Verificamos que os “não membros” tiveram como menor média 1,75, no item Cont6 (Ando contactando membros do Governo Central para apresentar problemas da comunidade); a maior média deles foi, de 1,89, no item Cont2 (Ando contactando membros do Governo Provincial para apresentar problemas da comunidade). Para os “membros” de OSC’s, a atividade política menos realizada foi do item Cont3 (Ando contactando políticos para discutir assuntos políticos), que obteve a média de 2,89, sendo que a que teve maior desempenho foi a do item Cont2, com a média de 4,07, indicando, aparentemente, que eles realizam mais ações de contato a membros de Governos Provinciais para apresentarem problemas das suas comunidades. Embora alguns leitores possam considerar que a ação de “contatar políticos para discutir assuntos políticos” pode ter sido menos implementada pelo fato de as OSC’s que exercem atividades relacionadas com democracia e governação representam apenas 35,3%, o certo é que “membros” de qualquer tipo de OSC’s geralmente apresentam competência política elevada porque desenvolvem neles a capacidade para engajamento em diversas atividades políticas (LEE; GLASURE, 2007; ULZURRUN, 2002).

As médias de intensidade baixa nas duas amostras são indicativo de que os moçambicanos demonstram comportamento político bastante passivo no que se refere a contatar políticos e funcionários públicos para discutir assuntos políticos, assim como no contato a membros dos Governos Central, Provincial e Distrital para apresentarem problemas das suas comunidades. Shenga e Mattes (2009) haviam chegado a este resultado, quando constataram que os moçambicanos apresentam níveis extremamente baixos de “contato” com políticos e funcionários públicos, com apenas 7% dos participantes da pesquisa afirmando terem pelo menos contactado um deputado no ano anterior e 15% referindo terem contactado um funcionário de um ministério.

Adicionalmente, o estudo conduzido por Jauana (2010) sobre a participação política de cidadãos de um dos bairros da cidade da Matola (Moçambique) também apontou que os sujeitos da pesquisa nunca haviam contactado políticos (especificamente, presidente do município e

membros da Assembleia Municipal) e funcionários do Conselho Municipal. O fraco engajamento nas atividades de “contato” significa que os moçambicanos interagem extremamente pouco com políticos e membros de governo a diversos níveis, assim como com funcionários públicos, a fim de tentar influenciar decisões políticas. Realizar atividades de “contato” político é inerente à condição de cidadão e ao exercício da cidadania política que, de forma voluntária e deliberada, procura-se persuadir atores políticos a tomarem decisões de interesse público. É participando no processo político que se exerce o elemento político da cidadania, a partir do qual os cidadãos fazem demandas aos atores políticos, influenciam as decisões políticas que afetam o curso de suas vidas, ao mesmo tempo que conferem legitimidade à autoridade do poder político.

Consideramos ser um paradoxo que cidadãos elejam atores políticos com os quais não interagem durante a vigência dos seus mandatos. O inverso também é possível, isto é, que dirigentes eleitos não se comuniquem com os que lhes elegeram, o que pode retrair quaisquer tentativas de os cidadãos se aproximarem a eles para discutir assuntos políticos ou para apresentar problemas das suas comunidades, se é que os conhecem. De toda forma, é bastante crítico que num contexto democrático haja níveis bastante baixos de interação de cidadãos com os seus representantes políticos e funcionários públicos para apresentarem demandas que afligem as suas comunidades ou para apresentarem suas opiniões sobre certos assuntos políticos.

Ao analisarmos as médias dos dois grupos, observamos que os “membros” de OSC’s apresentam médias maiores, quando comparados aos “não membros”, inclusive nos quartis, o que quer dizer que eles participam mais em ações políticas do fator “contato”, mas dentro do parâmetro de médias de intensidade baixa. Com vistas a termos precisão na comparação das duas amostras, realizamos o teste de Mann-Whitney, com o objetivo de investigarmos se as diferenças na participação política nos itens do fator são estatisticamente significativas entre “membros” e “não membros”. A Tabela 26 apresenta os resultados do teste, assim como algumas estatísticas descritivas (média aritmética e desvio-padrão) que, apesar de as termos apresentado anteriormente, podem ser necessárias para complementarem as análises dos resultados do teste.

Tabela 26 – Teste Mann-Whitney do fator “contato”

		Dimensão/Variável					
		Contato	Cont2	Cont3	Cont4	Cont5	Cont6
Média Arit. (x)	Membros	3,48	4,07	2,89	3,88	2,92	3,66
	Não Membros	1,77	1,89	1,66	1,87	1,65	1,75
Desvio padrão	Membros	2,63	3,01	2,57	3,11	2,73	3,21
	Não Membros	1,57	1,91	1,74	2,04	1,65	1,86
Média do rank	Membros	338,49	341,85	319,54	338,92	316,27	328,21
	Não Membros	223,39	220,61	239,07	223,03	241,78	231,90
Estatística do teste	U	21789,50	20952,50	26509	21682	27324	24350
	Z	-8,895	-9,858	-7,196	-9,657	-6,740	-8,413
	Sig.	,000	,000	,000	,000	,000	,000

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os resultados do teste indicam que há diferenças estatisticamente significativas entre as duas amostras no fator “contato” quando considerados todos os cinco itens simultaneamente, com os “membros” das OSC’s apresentando maior desempenho em todo o conjunto dos itens do fator ($U = 21789,500$, $z = -8,895$, $p < 0,001$). Sabendo que o tamanho de efeito das diferenças entre ambos os grupos é médio ($r = 0,38$), significa que os “membros” se destacaram bastante na realização dos indicadores da dimensão quando comparados aos “não membros”. A seguir, examinamos os resultados do teste de cada um dos cinco itens que compõem o fator.

No item Cont2 (Ando contatando membros do Governo Provincial para apresentar problemas da comunidade), o resultado do teste apresentou diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, indicando que os “membros” de OSC’s praticam mais esta ação política quando comparados aos “não membros” ($U = 20952,500$, $z = -9,858$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito médio ($r = 0,42$). Com base neste tamanho de efeito das diferenças entre as duas amostras, entende-se que os “membros” se destacaram bastante no “contato a membros de Governo provincial” relativamente aos “não membros”. A disposição dos “membros” em contatar membros do Governo Provincial pode ser explicada pelo fato de as OSC’s habilitá-los a demonstrar interesse sobre assuntos públicos, ao mesmo tempo que os ensina habilidades cívicas que podem ser usadas para interagir com representantes do poder público, tais como discutir questões da vida pública, redigir cartas e fazer discursos públicos, conforme também argumentado por Fung (2003).

Quanto ao item Cont3 (Ando contatando políticos para discutir assuntos políticos), o teste de Mann-Whitney indicou que há diferenças estatisticamente significativas entre ambos os grupos, nas quais os “membros” exibiram maior desempenho em relação aos “não membros” ($U = 26509$, $z = -7,196$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito médio ($r = 0,31$). Na verdade, os cidadãos comuns têm sido indiferentes no contato a políticos, o que também é sustentado pelo estudo conduzido pelo *Afrobarometer*, no qual 76% dos moçambicanos que participaram da pesquisa não haviam

contatado pelo menos um político, especificamente, um deputado da Assembleia da República sobre algum problema importante ou para dar sua opinião sobre assuntos políticos (IPSOS MOZAMBIQUE, 2018).

Os dois grupos tiveram diferenças estatisticamente significativas no item Cont4, no qual os “membros” destacaram-se bastante no “contato a membros de governos distritais para lhes apresentar problemas das suas comunidades”, quando comparados aos “não membros” ($U = 21682$, $z = -9,657$, $p < 0,001$), o que é comprovado pelo tamanho de efeito médio ($r = 0,41$). A baixa realização desta atividade política por parte de cidadãos comuns também foi encontrada no estudo de Shenga (2012), no qual constatou-se que 79% dos moçambicanos participantes da pesquisa nunca haviam contatado um membro de governo distrital sobre algum problema importante ou para lhes dar a sua opinião.

A propensão dos “membros” a participar no “contato a membros de governos distritais para lhes apresentar problemas das suas comunidades” decorre do fato de as OSC’s viabilizarem ações coletivas que buscam o bem comum e que, conseqüentemente, propiciam a busca de soluções para problemas da comunidade. Assim, a busca dessas soluções passa a ser encarada como compromisso coletivo que favorece o “contato” a entidades locais, num esforço colaborativo para melhorar as condições de vida a nível local.

No item Cont5 (Ando contatando funcionários públicos para discutir assuntos políticos), o teste de Mann-Whitney indicou que há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, no qual os “membros” exibiram maior engajamento político ($U = 27324$, $z = -6,740$, $p < 0,001$). Entretanto, o tamanho de efeito das diferenças foi pequeno ($r = 0,29$). Resultados que demonstram que os “não membros” tendem a se engajar menos na realização desta atividade política haviam sido encontrados no estudo do *Afrobarometer*, indicando que 69% dos inquiridos não haviam contatado um funcionário de uma agência governamental sobre algum problema importante ou para dar sua opinião (IPSOS MOZAMBIQUE, 2018).

O último item do fator “contato” é Cont6 (Ando contactando membros do Governo Central para apresentar problemas da comunidade), cujo teste Mann-Whitney mostrou haver diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, com os “membros” das OSC’s apresentando maior desempenho quando comparados aos “não membros” ($U = 24350$, $z = -8,413$, $p < 0,001$). Compreendendo que o tamanho de efeito das diferenças entre as duas amostras é médio ($r = 0,36$), os “membros” se destacaram bastante na implementação deste indicador, o que significa que as

OSC's criam capacidades e habilidades individuais que estimulam os seus "membros" a realizar atividade de "contato" a membros do Governo Central para apresentarem problemas das suas comunidades. Tal situação é possível porque as OSC's oportunizam interações diversas relativamente intensas, quer entre "membros", quer com diversas partes interessadas que, ao trabalharem juntos na entrega dos serviços providos pela organização, os "membros" não somente se conscientizam dos problemas existentes na comunidade, como também se predispõem e se mobilizam para seu enfrentamento (BOULDING, 2010; FUNG, 2003), contatando entidades que podem ajudar na busca de soluções. Adicionalmente, as organizações cívicas habilitam os seus "membros" a serem criticamente engajados na procura de soluções para problemas de interesse público, desenvolvendo neles o potencial para mobilizarem aptidões necessárias para a busca de melhores condições para as comunidades.

Os resultados do teste de Mann-Whitney, tanto do fator quando considerados todos os itens simultaneamente, como de cada um dos cinco itens, apontam a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, com os "membros" exibindo melhor implementação em todos os itens, com tamanho de efeito médio em quatro itens e efeito pequeno em um. Estes resultados ratificam os achados do estudo realizado por Wallman Lundâsen (2015) na Suécia, que encontrou que as OSC's têm maior probabilidade de mobilizar os seus "membros" a realizar atividades de "contato" político, na medida em que contribuem para a formação da cultura política e, conseqüentemente, influenciam o modo como os seus "membros" se envolvem em um tipo específico de participação política por meio de "contato".

Assim, esta pesquisa trouxe mais evidências que comprovam que a filiação nas OSC's estimula o engajamento político dos "membros" em atividades de "contato" político, dado que se lidam com um conjunto diversificado de assuntos relacionados com a sociedade, os quais lhes capacitam e lhes encorajam a fazer demandas a políticos, funcionários públicos e membros de governo em diversos níveis, tanto para discutirem assuntos políticos, quanto para exporem problemas das comunidades. Após apresentarmos e discutirmos os resultados das médias aritméticas e do teste de Mann-whitney dos itens do fator, avançamos para analisarmos os resultados dos itens da dimensão "engajamento cívico".

6.2.4 Apresentação e discussão dos resultados da dimensão “Engajamento cívico”

Nesta subseção, analisamos os resultados da dimensão “engajamento cívico”, comparando a participação de “membros” e “não membros” nas ações políticas do fator. Por um lado, avaliamos os resultados das estatísticas descritivas, com destaque para as médias aritméticas, considerando que a finalidade do capítulo é comparar a participação política dos dois grupos. Por outro, examinamos os resultados do teste de Mann-Whitney de cada um dos quatro itens que compõem o fator. Vale lembrar que retemo-nos com mais detalhes na análise dos resultados do teste que, além de ser robusto e viabilizar resultados mais precisos, é com base nele que calculamos o tamanho de efeito das diferenças dos grupos.

O engajamento cívico, visto da perspectiva do envolvimento ativo dos cidadãos ao nível da comunidade local, se configura como ação individual ou coletiva voltada para ajudar os outros ou para a melhoria das condições locais. Desta forma, o engajamento cívico consiste na busca de soluções para problemas locais ou pela melhoria de condições de certos grupos da comunidade (EKMAN; AMNÅ, 2012). Iniciamos as análises da dimensão apresentando as medidas descritivas na Tabela 27, na qual pode-se observar que os “membros” tiveram maior desempenho em todos os cinco itens do fator, quando comparados aos “não membros”.

Tabela 27 – Análise dos itens da dimensão “engajamento cívico” por grupos

Dimensão/Variável	Média Arit. ($\bar{x}$)	Quartis			Variância	Desvio padrão	Assim.	Curtose
		25	50	75				
Membros (N=249)								
Engajamento cívico	4,45	2,25	4,25	6,50	6,00	2,45	0,24	-1,01
EC1	4,10	1,00	4,00	6,00	7,39	2,72	0,51	-0,68
EC2	3,67	1,00	3,00	6,00	8,43	2,90	0,66	-0,87
EC3	4,06	1,00	3,00	7,00	9,88	3,14	0,54	-1,16
EC5	5,98	3,50	6,00	8,50	9,59	3,10	-0,41	-1,06
Não Membros (N=301)								
Engajamento cívico	2,98	1,25	2,75	4,00	3,56	1,87	0,99	0,55
EC1	3,07	1,00	1,00	5,00	6,97	2,64	0,97	-0,35
EC2	2,17	1,00	1,00	3,00	4,30	2,07	1,77	2,22
EC3	2,32	1,00	1,00	3,00	6,05	2,46	1,81	2,14
EC5	4,38	1,00	4,00	7,00	11,72	3,42	0,45	-1,32

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As médias de quase todos os itens nos dois grupos são de intensidade baixa, com exceção do item EC5 (Tenho vindo a fazer trabalho voluntário em prol da minha comunidade), no qual os membros tiveram desempenho moderado. Este padrão de médias é indicativo de que, no geral, tanto os “membros” quanto os “não membros” tendem a se engajar menos em ações políticas que

visam promover mudanças de interesse público ao nível das suas comunidades, por meio de ações voltadas para a busca de soluções para problemas locais, bem como para a melhoria de condições locais ou de certos grupos da comunidade.

A partir da Tabela 27, verificamos que há coincidência nos itens nos quais os dois grupos tiveram desempenho nos extremos, em termos de média. Portanto, enquanto os “membros” registraram desempenho de 3,67 no item EC2 (Tenho vindo a angariar fundos para uma organização de caridade), os “não membros” tiveram 2,17; no item EC5 (Tenho vindo a fazer trabalho voluntário em prol da minha comunidade), os “não membros” obtiveram a média de 4,38, enquanto os “membros” conseguiram um desempenho de 5,98. Este resultado indica que os moçambicanos têm realizado, com maior intensidade, trabalho voluntário, visando melhorar as condições das suas comunidades mais que qualquer outro indicador da dimensão. Considerando o alto perfil educacional e de renda dos sujeitos das duas amostras, não deixa de ser paradoxal que os dois grupos não participem grandemente nas atividades políticas relacionadas com doação de dinheiro para ações de caridade e angariação de fundos para organizações de caridade ou implementação de projetos locais. Lamentavelmente, foram-nos escassos estudos empíricos realizados tanto no contexto geográfico da pesquisa como em outro, o que podia ter nos permitido confrontar os resultados que acabamos de apresentar. Na verdade, trabalhos empíricos sobre engajamento cívico são escassos, tendo em vista que compusemos os indicadores da dimensão usando pesquisas teóricas, por meio da revisão sistemática da literatura sobre tipologias de participação política, cujo protocolo pode ser visto no Apêndice C.

Constatamos que os “membros” de OSC’s tiveram maior desempenho em todos os itens do fator, ao apresentarem médias maiores em relação aos “não membros”, inclusive nos quartis, principalmente a partir do segundo. Em média, os “membros” apresentam melhor realização nos itens do fator “engajamento cívico” na medida em que a filiação às OSC’s oportuniza a interação dos “membros” entre si, com novas pessoas e com diversas partes interessadas que, ao trabalharem juntos, se conscientizam dos assuntos sociais, políticos, bem como dos problemas comuns existentes na comunidade (BOULDING, 2010; KIM, 2004), o que lhes estimula a se engajar em ações políticas que visam promover mudanças de interesse público, incluindo ao nível das suas comunidades.

De modo a obtermos resultados mais precisos, realizamos o teste de Mann-Whitney com o objetivo de investigarmos as diferenças na participação política de “membros” e “não membros”

no fator “engajamento cívico”. Apresentamos os resultados do teste na Tabela 28, incluindo algumas estatísticas descritivas (média aritmética simples e desvio-padrão) que, apesar de as termos apresentado anteriormente, podem ser necessárias para complementar as análises dos resultados do teste.

Tabela 28 – Teste Mann-Whitney do fator “engajamento cívico”

		Dimensão/Variável				
		<i>EngCiv</i>	EC1	EC2	EC3	EC5
Média	Membros	4,45	4,10	3,67	4,06	5,98
Arit. (x)	Não Membros	2,98	3,07	2,17	2,32	4,38
Desvio	Membros	2,45	2,72	2,90	3,14	3,10
padrão	Não Membros	1,89	2,64	2,07	2,46	3,42
Média do	Membros	328,61	309,89	320,42	328,40	315,69
rank	Não Membros	231,56	247,05	238,34	231,74	242,25
Estatística do teste	<i>U</i>	24249	28912,50	26289	24302	27466,5
	<i>Z</i>	-7,154	-4,791	-6,683	-7,828	-5,493
	<i>Sig.</i>	,000	,000	,000	,000	,000

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir da Tabela 28, pode-se observar que o teste de Mann-Whitney demonstrou haver diferenças estatisticamente significativas nas médias dos “membros” e “não “membros” no conjunto dos itens do fator “engajamento cívico”, no qual os “membros” exibiram maior desempenho no fator em relação aos “não membros” ($U = 24249$, $z = -7,154$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito médio ($r = 0,31$). Ao observarmos os resultados dos itens que formam o fator, notamos que o teste de cada item aponta que há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($p < 0,001$), com os membros apresentando melhor implementação em todas as variáveis.

A disposição dos “membros” de participar no “engajamento cívico” deve-se ao fato de a adesão às OSC’s aumentar o sentido de pertença a uma comunidade e da conscientização de que o bem-estar da comunidade depende da contribuição dos cidadãos que, conseqüentemente, viabiliza ações coletivas que buscam o bem comum. Assim, ser “membro” propicia ação coletiva em busca de soluções para problemas comuns vivenciados na sociedade, ao mesmo tempo que fortalece os vínculos e laços solidários que geram confiança social, cooperação, troca e reciprocidade entre os indivíduos (PUTNAM, 2000). Seguimos analisando os resultados de cada um dos quatro itens do fator.

O teste de Mann-Whitney indicou que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos no item EC1 (Tenho vindo a doar dinheiro para ações de caridade), sendo que

os “membros” exibiram maior desempenho quando comparados aos “não membros” ($U = 28912,500$, $z = -4,791$, $p < 0,001$), embora com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,20$). Os “membros” tendem a demonstrar consciência e virtudes cívicas que aumentam a probabilidade de doarem dinheiro para ações de caridade imbuídos no pressuposto de que sendo solidários para com os outros, as suas ações podem vir a ser retribuídas quando se encontrarem em situação semelhante. Tal aprendizado é consequente das interações que frequentemente têm tido com diferentes atores no contexto da atuação das suas organizações que, por sua vez, desenvolve confiança social, facilita ação coletiva e promove normas de reciprocidade e de mutualidade (BOULDING, 2010; FAHMY, 2006), transbordando no aumento da disposição para ajudar os outros.

Quanto ao item EC2, o teste mostrou existir diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, com os “membros” exibindo maior participação na “angariação de fundos para uma organização de caridade” quando comparados aos “não membros” ($U = 26289$, $z = -6,683$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,28$). Com base neste resultado, depreende que as OSC’s inculcam nos seus “membros” disposições e atitudes cívicas (FUNG, 2003), ao promoverem ações coletivas que geram repercussões na sociedade com base em soluções acertadas para os problemas nela existentes. As OSC’s não somente despertam o sentido de que cada um tem obrigação de poder contribuir para o bem-estar dos outros, mas também promovem normas de reciprocidade generalizada e responsabilidades para ação coletiva que se podem repercutir na probabilidade de os “membros” engajarem-se na angariação de fundos para organizações de caridade. Entretanto, pode ser que essa habilidade seja facilmente apreendida pelos “membros” quando suas organizações lidam com serviços semelhantes.

Prosseguindo com as análises, notamos que no item EC3 (Tenho vindo a angariar fundos para implementação de um projeto local), o teste de Mann-Whitney também apontou a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, em que os “membros” apresentaram maior desempenho quando comparados aos “não membros” ($U = 24302$, $z = -7,828$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito médio ($r = 0,33$). Por último, avaliamos o resultado do teste do item EC5 (Tenho vindo a fazer trabalho voluntário em prol da minha comunidade), tendo verificado que existem diferenças significativas entre ambos os grupos, em que os “membros” apresentaram maior desempenho no item ($U = 27466,5$, $z = -5,493$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,23$). Levando em consideração que uma das finalidades das OSC’s é melhorar as condições sociais das comunidades, julgamos que a propensão dos “membros” para angariar

fundos para implementação de um projeto local, assim como para realizar trabalho voluntário em prol das suas comunidades, faz parte das capacidades desenvolvidas a nível individual com base no aprendizado decorrente do testemunho que eles têm presenciado nas suas organizações, por meio dos serviços ofertados com vistas a melhorar as condições de vida a nível das comunidades.

Em suma, os resultados do teste de Mann-Whitney indicam que há diferenças estatisticamente significativas no “engajamento cívico” entre as duas amostras, nas quais os “membros” apresentam maior realização em todos os itens do fator, quando comparados aos “não membros”. O tamanho de efeito das diferenças entre grupos varia de pequeno a médio nos quatro indicadores da dimensão. A disposição dos “membros” em ações de engajamento cívico pode ser consequente das virtudes cívicas que eles apreendem das suas organizações, ao testemunharem e fazem parte da entrega de serviços providos pelas OSC’s em busca da melhoria das condições políticas, econômicas e sociais na sociedade. Os “membros” de OSC’s, ao testemunhar o impacto dos serviços ofertados pelas suas organizações na melhoria das condições das comunidades, aumentam atitudes cívicas e o sentido de que o bem-estar da sociedade carece da contribuição de todos. Esse valor aumenta a disposição dos “membros” de participar no engajamento cívico, cientes das suas obrigações cidadãs para a melhoria das condições das comunidades. Após apresentarmos e discutirmos os resultados das médias aritméticas e do teste de Mann-whitney dos itens do fator, avançamos para analisarmos os resultados dos itens da dimensão “protesto”.

6.2.5 Apresentação e discussão dos resultados da dimensão “Protesto”

Nesta subseção, analisamos os resultados da dimensão “protesto”, comparando o engajamento político entre “membros” e “não membros” nos itens do fator. Começamos por examinar os resultados das estatísticas descritivas, com destaque para as médias aritméticas, haja vista que o propósito principal do capítulo é o de comparar a participação política entre os dois grupos. Por fim, analisamos os resultados do teste de Mann-Whitney de cada um dos sete itens que compõem o fator. Vale lembrar que nos ateremos com mais detalhes na análise dos resultados do teste que, além de ser robusto e viabilizar resultados mais precisos, é com base nele que calculamos o tamanho de efeito das diferenças dos grupos. Sete indicadores constituem a dimensão em análise. Os resultados das estatísticas descritivas dos itens constam na Tabela 28, na qual pode-se observar que, aparentemente, as médias dos “não membros” se sobrepõem às dos “membros” de OSC’s em

todos os itens do fator. As estatísticas descritivas dos itens do fator em análise estão representadas na Tabela 29.

Tabela 29 – Análise dos itens da dimensão “protesto” por grupos

Dimensão/Variável	Média Arit. ($\bar{x}$)	Quartis			Variância	Desvio padrão	Assim.	Curtose	
		25	50	75					
Membros (N=249)									
Protesto	2,14	1	1,57	2,57	2,458	1,568	1,880	3,038	
PrM3	3,32	1	3	5	6,080	2,466	0,694	-0,568	
PrM5	2,88	1	2	4,5	5,243	2,290	1	-0,006	
PrR2	1,97	1	1	2	2,995	1,731	1,963	3,136	
PrR4	1,74	1	1	2	2,071	1,439	2,120	3,776	
PrR6	1,47	1	1	1	1,653	1,286	3,429	12,661	
PrR8	1,87	1	1	2	2,922	1,709	1,907	2,247	
PrR9	1,74	1	1	2	2,474	1,573	2,187	3,552	
Não Membros (N=301)									
Protesto	1,25	1	1	1,14	0,500	0,707	3,691	13,374	
PrM3	1,47	1	1	1	1,550	1,245	3,208	11,818	
PrM5	1,43	1	1	1	1,952	1,397	4,112	18,443	
PrR2	1,19	1	1	1	0,543	0,737	4,160	17,002	
PrR4	1,21	1	1	1	0,635	0,797	4,060	15,744	
PrR6	1,17	1	1	1	0,466	0,682	4,467	19,736	
PrR8	1,15	1	1	1	0,432	0,657	4,874	23,409	
PrR9	1,14	1	1	1	0,407	0,638	4,909	24,246	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O fator “protesto” político foi o que teve as médias mais baixas de todos os cinco fatores da participação política, retratando muito baixo engajamento político dos sujeitos das duas amostras nos indicadores da dimensão. Conforme se pode verificar na Tabela 29, todas as médias dos dois grupos são de intensidade baixa, variando de 1,14 a 3,32, sendo que os “não membros” apresentam as médias muito mais baixas em todos os indicadores, todas menores que 2. Assim, pode-se depreender que, no geral, os moçambicanos demonstram muita passividade no concernente à participação em manifestações, greves, bloqueio do trânsito, interrupção de reuniões políticas, ocupação de edifícios ou fábricas, danos à propriedade, bem como na sabotagem ou obstrução de estradas ou ferrovias. Estes resultados corroboram com o estudo conduzido por Jauana (2010) sobre a participação política de cidadãos de um dos bairros da cidade da Matola (Moçambique), que constatou que “protesto” é o modo de participação política mais negligenciado, com 100% dos sujeitos da pesquisa revelando que nunca realizaram esta prática política.

A passividade dos moçambicanos na participação em ações políticas de “protesto” é comprovada pela raridade na ocorrência de manifestações. Especificamente, o país registrou apenas duas manifestações de maior magnitude mobilizadas pela população, as quais obrigaram o

governo a ouvir a voz dos manifestantes por meio de certas políticas públicas. A primeira ocorreu em fevereiro de 2008 nas cidades de Maputo e Matola, motivadas pelo aumento do preço de transporte público de passageiros (BRITO et al., 2017; CHAIMITE, 2014). A segunda foi realizada nos dias 1 e 2 de setembro de 2010, nas cidades de Maputo e Chimoio, decorrentes do aumento do preço do pão, da energia, da água, dos combustíveis e de outros produtos alimentares (BRITO et al., 2017; CHAIMITE, 2014; JOAHANSSON; SAMBO, 2017).

Em parte, o fraco engajamento político dos moçambicanos nas atividades de “protesto” político pode estar relacionado a fatores contextuais, nos quais a realização de manifestações e greves carece de autorização das autoridades governamentais, sendo bastante intolerada a espontaneidade na realização de ações de “protesto”. Na maior parte das vezes, esse condicionante é usado para limitar as liberdades individuais, sobretudo quando essas ações políticas são dirigidas a entidades governamentais. Além disso, a forte repressão policial contra manifestantes (CHAIMITE, 2014) e grevistas sem autorização pode, de alguma forma, estar retraindo o engajamento político dos moçambicanos em atividades de “protesto”. Por exemplo, na sequência da contestação dos resultados das eleições gerais de 1999, alegadamente devido a fraude eleitoral, a Renamo organizou, no ano seguinte, manifestações em todo o país que ficaram marcadas não somente pela morte de vários manifestantes em confrontos com a polícia, mas, também, pela morte de 119 pessoas por asfixia num pequeno compartimento da polícia no distrito de Montepuez (MACUANE, 2009). Em dezembro de 2021, a polícia impediu a manifestação de um grupo de mulheres da sociedade civil pelo fim da violência baseada no gênero, tendo algumas delas sido temporariamente detidas.

Apesar de Moçambique ser formalmente Estado Democrático de Direito, a cultura política autoritária (BRITO et al., 2017; CHAIMITE, 2014) e a intolerância política que caracteriza o governo da Frelimo pode ser outro motivo que constrange a participação ativa dos cidadãos nos protestos. A ameaça às liberdades individuais (HONWANA, 2020), assim como as restrições do espaço cívico, vêm ganhando cada mais espaço, sobretudo nos últimos 15 anos, e podem impactar negativamente na participação dos cidadãos nos processos políticos (EISA, 2021). Por exemplo, Moçambique retrocedeu em termos de índice da democracia, tendo sido classificado em 2019 como país autoritário, com base em indicadores tais como liberdades civis e direitos políticos (FREEDOM HOUSE, 2019). De toda forma, os resultados que indicam fraco engajamento político

em atividades de “protesto” estão de acordo com a relevância empírica desta pesquisa, que se ancora no fraco envolvimento dos moçambicanos em práticas políticas.

Retomando à análise dos dados, os “não membros” exibiram menor desempenho no item PrR9 (Venho causando danos à propriedade, como protesto político), com a média de 1,14. Neles, a maior média foi de 1,47, no item PrM3 (Venho participando em manifestações, como protesto político). Quanto aos “membros”, o item PrR6 (Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político) é a atividade política menos realizada, com a média de 1,47. Por outro lado, eles se destacaram no item PrM3, por terem tido a maior implementação em todas as variáveis do fator “protesto”, com a média de 3,32. Isto significa que os “membros” de OSC’s participam mais em manifestações do que em qualquer outro item da dimensão.

No geral, a análise das médias das duas amostras apontou que os “membros” de OSC’s tendem a ser politicamente mais participativos nas atividades de “protesto”, quando comparados aos “não membros”. O maior desempenho dos “membros” no “protesto” político pode ser explicado pelo fato de algumas OSC’s defenderem assuntos políticos de interesse público, fazendo os seus “membros” testemunhar o engajamento das suas organizações em questões políticas e na defesa de melhores opções políticas, além de os colocar em contato com instituições políticas democráticas (BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; JAYSAWAL, 2013; ULZURRUN, 2002). Adicionalmente, as OSC’s desenvolvem nos seus “membros” habilidades políticas e disposição para participarem da vida pública, incutindo-lhes virtudes cívicas sobre como se organizar, fazer discursos, discutir questões, ao mesmo tempo que os ensinam a serem críticos (FUNG, 2003), o que propicia o seu engajamento no “protesto” político.

Com vistas a examinarmos se as diferenças de participação no “protesto” político entre os dois grupos são estatisticamente significativas, realizamos o teste de Mann-Whitney, uma medida mais precisa e robusta. A Tabela 30 apresenta os resultados do teste, assim como algumas estatísticas descritivas que, apesar de as termos apresentado anteriormente, podem ser necessárias para complementarem as análises dos resultados do teste.

Tabela 30 – Teste Mann-Whitney do fator “protesto”

		Dimensão/Variável							
		Protesto	PrM3	PrM5	PrR2	PrR4	PrR6	PrR8	PrR9
Média Arit. (x)	Membros	2,14	3,32	2,88	1,97	1,74	1,47	1,87	1,74
	Não Membros	1,25	1,47	1,43	1,19	1,21	1,17	1,15	1,14
Desvio padrão	Membros	1,57	2,47	2,29	1,73	1,44	1,29	1,71	1,57
	Não Membros	0,71	1,25	1,40	0,74	0,80	0,68	0,66	0,64
Média do rank	Membros	349,73	343,27	334,52	315,76	306,64	291,04	308,21	306,21
	Não Membros	214,09	219,44	226,68	242,19	249,74	262,64	248,44	250,10
Estatística do teste	U	18990,5	20600,5	22779	27449,5	29721	33605	29328,5	29828
	Z	-10,9	-10,631	-9,759	-7,740	-6,243	-3,747	-6,948	-6,724
	Sig.	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000

Fonte: Dados da pesquisa (2022)Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao considerarmos todo o conjunto dos sete itens em simultâneo, o resultado do teste de Mann-Whitney indicou que há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos do fator “protesto”, sendo que os “membros” apresentam maior desempenho quando comparados aos “não membros” ($U = 18990,5$, $z = -10,9$, $p < 0,001$). O tamanho de efeito das diferenças entre os grupos é médio ($r = 0,46$). Considerando este tamanho de efeito, pode-se concluir que a significância prática das diferenças entre ambos os grupos é bastante expressiva, o que significa que os “membros” se destacaram bastante na implementação dos itens do fator. A existência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos também foi confirmada em todos os sete itens ($p < 0,001$), com os “membros” continuando a exibir melhor implementação quando comparados aos “não membros”. A seguir, apresentamos os detalhes dos resultados do teste de cada item.

No item PrM3 (Venho participando em manifestações, como protesto político), o teste mostrou haver diferenças estatisticamente significativas entre ambos os grupos, em que os “membros” apresentaram maior desempenho em relação aos “não membros” ($U = 20600,5$, $z = -10,631$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito médio ($r = 0,45$). Especificamente em Moçambique, a sociedade civil tem se mobilizado para realizar manifestações de várias índoles. Por exemplo, em 2013, a Liga dos Direitos Humanos de Moçambique, juntamente com outras organizações da sociedade civil, organizou uma manifestação em repúdio aos crimes de raptos de cidadãos, aos atos de corrupção, dentre outras reivindicações (CHAIMITE, 2014; HONWANA, 2020). Entre 2012 e 2016, a União Nacional dos Camponeses liderou um grupo de OSC's na campanha “Não ao ProSavana”, um projeto de desenvolvimento agrícola no norte de Moçambique que ganhou rejeição devido à ausência de debate público e à falta de transparência quanto ao impacto ambiental (CHICHAVA, 2016; MONJANE, 2016). Em fevereiro de 2019, o Centro de Integridade Pública (CIP) mobilizou uma manifestação de sensibilização à população contra o pagamento da dívida de

2,2 mil milhões de dólares contraída ilegalmente, em 2013 e 2014, por três empresas (Proindicus, Ematum e MAM) com garantias do Estado, sendo que parte do valor foi usada para esquemas de corrupção em benefício às elites próximas ao governo (KROLL, 2017)⁶.

Assim, os “membros”, ao vivenciarem o envolvimento ativo das suas organizações em manifestações, com o objetivo de influenciar decisores políticos, tendem a desenvolver habilidades e virtudes cívicas (FUNG, 2003) que os torna mais propensos a se engajar nesta atividade política. Além disso, sabendo que algumas OSC’s de pesquisa e consultoria realizam estudos e pesquisas sobre democracia e governação (por exemplo, CIP e IESE), que despertam questões políticas inerentes à má governação, desenvolvem pensamento crítico nos seus “membros”, tornam-lhes politicamente conscientes e, conseqüentemente, estimulam a disposição de participar em manifestações com vistas a influenciar a tomada de decisões políticas.

Para o item PrM5, o teste de Mann-Whitney indicou que há diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, com os “membros” exibindo maior “participação em greves, como protesto político”, comparativamente aos “não membros” ($U = 22779$, $z = -9,759$, $p < 0,001$). O tamanho de efeito das diferenças entre os grupos foi médio ($r = 0,42$), o que significa que os “membros” se destacaram bastante na implementação do item do que os cidadãos comuns. Atendendo que as OSC’s são escolas da democracia e de treinamento democrático (AYALA, 2000; MCVEY; VOWLES, 2005; TEORELL, 2003; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), elas aprofundam nos seus membros não somente os direitos civis e políticos, mas, também, incutem o respeito pelos direitos humanos que, aliás, são parte integrante da democracia e são plenamente assegurados no contexto democrático. Assim, a propensão dos “membros” em participar em greves pode ser reflexo da sua conscientização a respeito do direito ao tratamento justo, digno e igual perante a lei. Nesta perspectiva, “membros” são mais susceptíveis a reivindicar seus direitos, tanto para a melhoria da sua situação de trabalho, como para impedir a perda dos benefícios vigentes, graças às potencialidades adquiridas nas OSC’s.

Ao analisarmos o resultado do item PrR2 (Venho bloqueando trânsito em protesto político), também verificamos que o resultado do teste de Mann-Whitney demonstrou existir diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sendo que os “membros” são os mais participativos quando comparados aos “não membros” ($U = 27449,5$, $z = -7,740$, $p < 0,001$), com tamanho de

⁶ Para informações adicionais das ações cívicas do CIP a respeito desta dívida, vide <https://www.cipmoz.org/pt/dividas-ocultas/>.

efeito médio ($r = 0,33$). Pode-se considerar que a propensão dos “membros” a participar no “bloqueio de trânsito como protesto político” é resultado da sua conscientização política por meio de desenvolvimento de conhecimento, de habilidades e de atitudes democráticas (ENCARNACIÓN, 2017; JAYSAWAL, 2013; LEE; GLASURE, 2007) que, conseqüentemente, os capacita para expressar suas demandas, interesses e preferências, ao mesmo tempo para fazer a sua voz ser ouvida por atores políticos, de diversas formas, dentre elas, bloqueando trânsito em protesto político.

Quando avaliamos o resultado do teste de Mann-Whitney para o item PrM4 (Venho interrompendo reuniões políticas, como protesto político), notamos que as diferenças entre os grupos foram estatisticamente significativas, com os “membros” exibindo maior desempenho quando comparados aos “não membros” ($U = 29721$, $z = -6,243$, $p < 0,001$). Contudo, o tamanho de efeito das diferenças foi pequeno ($r = 0,27$). À semelhança das outras variáveis do fator “protesto”, o teste apontou que há diferenças significativas entre ambos os grupos no item PrR6 (Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político), no qual os “membros” tiveram maior realização quando comparados aos “não membros” ($U = 33605$, $z = -3,747$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,16$). Atendendo ao tamanho de efeito pequeno nestes dois itens, pode-se entender que tanto “membros” quanto os “não membros” têm tido desempenho pouco diferenciado no que se refere à “interrupção de reuniões políticas” e “ocupação de edifícios ou fábricas” em protesto político. O fraco engajamento dos cidadãos nestas ações políticas pode estar relacionado à obrigatoriedade de solicitar autorização das autoridades governamentais para a sua realização, compreendendo que essas autoridades não podem, de forma alguma, autorizar ações dessa natureza.

Contudo, se considerarmos que os “membros” também estão sujeitos às mesmas restrições, mas, mesmo assim, tendem a ser politicamente mais participativos, pode ser que eles se arrisquem avançando com ações de protestos mesmo sem autorização, impulsionados pela posse de recursos políticos que reforçam as obrigações inerentes à cidadania política que, conseqüentemente, encorajam a participação nos protestos (incluindo espontâneos ou “ilegais”), na certeza de estarem defendendo questões de interesse público. Por outro lado, ao discutir e defender questões políticas de interesse público, as OSC's concorrem para a politização dos seus “membros” (BOULDING, 2010; ULZURRUN, 2002), aumentando a probabilidade de se engajar em ações políticas que demandam coragem para o seu enfrentamento.

Seguimos analisando o resultado do teste do item PrR8 (Venho sabotando ou obstruindo estradas ou ferrovias, como protesto político), no qual verificamos que há diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos das duas amostras, tendo os “membros” apresentado maior implementação quando comparados aos “não membros” ($U = 29328,5$, $z = -6,948$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito médio ($r = 0,30$). Por fim, observamos que, no item PrR9 (Venho causando danos à propriedade, como protesto político), o teste apontou que há diferenças significativas entre os grupos, aparecendo os “membros” com maior desempenho quando comparados aos “não membros” ($U = 29828$, $z = -6,724$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,29$). Vale destacar que não tem sido uma prática generalizada a realização de protestos radicais em Moçambique, havendo registro de obstrução de estradas e danos à propriedade nas manifestações populares que ocorreram em 1993, 2008 e 2010. A população saiu à rua queimando pneus, de modo a impedir a circulação de viaturas, e arrombando alguns estabelecimentos comerciais, apoderando-se de alguns alimentos. O móbil desses protestos foi o aumento do preço de transporte público de passageiros (em 1993 e 2008), dos preços dos combustíveis e de produtos alimentares básicos (em 2010) (BRITO et al., 2017; CHAIMITE, 2014; JOAHANSSON; SAMBO, 2017).

A maior realização da atividade política que consiste em criar danos à propriedade, assim como na sabotagem ou na obstrução de estradas ou ferrovias, por parte dos “membros”, é explicada pela capacidade de fazerem passar a todo o custo as demandas que buscam melhorar as condições políticas, econômicas e sociais da sociedade, de forma que sejam levadas em consideração pelos atores políticos, colocando-as na agenda política. O desenvolvimento dessa capacidade política é possível entendendo que as OSC's favorecem ações coletivas em busca de soluções para problemas comuns da sociedade, ao mesmo tempo que fortalecem os vínculos e os laços solidários que geram cooperação (PUTNAM, 2000; ULZURRUN, 2002) para o bem comum, o que aumenta a probabilidade de os “membros” participarem em ações de protesto radical.

Os resultados do teste de Mann-Whitney indicam que há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos no fator “protesto”, tanto quando considerado o conjunto dos itens simultaneamente, como quando analisados os resultados de cada um dos sete indicadores. Nessas diferenças, os “membros” de OSC's exibiram maior implementação em todos os itens do fator. Em termos de tamanho de efeito, as diferenças entre os grupos variam de item para item, de efeito pequeno a médio. Compreendendo que a adesão nas OSC's oportuniza o desenvolvimento

de recursos políticos que facilitam diferentes formas de participação política (AYALA, 2000; MCVEY; VOWLES, 2005; TEORELL, 2003; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), pode-se concluir, com base nos resultados desta pesquisa, que as OSC's propiciam a participação de “membros” nas atividades de “protesto” político.

No entanto, verificamos que a dimensão em análise apresentou as médias mais baixas dos cinco fatores de participação política, o que denota passividade nas atividades de “protesto” político. Apesar de termos cogitado a possibilidade de tal situação dever-se a certas dificuldades para os cidadãos acessarem às atividades de “protesto”, dada a imperiosidade de terem de ser autorizados para a sua realização, o certo é que a fraca participação no “protesto” político é deveras preocupante, tendo em vista que a democracia demanda cidadãos interessados em tomar e fazer parte da política, no âmbito do exercício da cidadania política. A participação dos cidadãos na vida política permite-lhes expressar as suas demandas sobre decisões políticas que os afetam, o que também se repercute na melhoria do sistema de governação. Além disso, cidadãos politicamente menos participativos podem comprometer a sobrevivência e o fortalecimento da democracia, dado que a participação política constitui o cerne de regimes democráticos. Após apresentarmos e discutirmos os resultados das médias aritméticas e do teste de Mann-whitney dos itens do fator, avançamos para analisarmos os resultados dos itens da dimensão “votação”.

6.2.6 Apresentação e discussão dos resultados da dimensão “Votação”

Nesta subseção, analisamos os resultados da dimensão “votação”, buscando comparar o engajamento político de “membros” e “não membros” nos itens do fator. Vale lembrar que, apesar de termos identificado os itens por meio da revisão sistemática da literatura (vide o protocolo no Apêndice C), tivemos de os adequar ao contexto político moçambicano, conforme o tipo de eleições existentes e os órgãos que são constituídos a partir delas. Portanto, alguns itens podem não ter correspondência direta na literatura devido a essas especificidades locais, o que deve ser levado em consideração na análise da fundamentação dos resultados das variáveis.

Começamos por avaliar os resultados das estatísticas descritivas, prestando particular atenção na discussão das médias aritméticas, atendendo que o objetivo do capítulo é de comparar a participação política dos dois grupos. Depois disso, examinamos os resultados do teste de Mann-Whitney de cada um dos itens que compõem o fator. Voltamos a destacar que nos detemos com detalhes na análise dos resultados do teste que, além de ser robusto e de viabilizar resultados mais

precisos, é com base nele que calculamos o tamanho de efeito das diferenças dos grupos. Os resultados das medidas descritivas dos cinco itens da dimensão constam na Tabela 31, na qual pode-se observar que as médias dos “membros” se sobrepõem às dos “não membros” em todos os itens.

Tabela 31 – Análise dos itens da dimensão “votação” por grupos

Dimensão/Variável	Média Arit. (x)	Quartis			Variância	Desvio padrão	Assim.	Curtose
		25	50	75				
Membros (N=249)								
Votação	7,21	5,8	8,00	9,40	6,19	2,49	-0,84	-0,39
Vot1	8,76	8,00	10,00	10,00	3,29	1,81	-1,91	4,15
Vot2	7,33	6,00	8,00	10,00	8,62	2,94	-1,10	0,09
Vot3	5,84	1,00	7,00	9,00	12,42	3,53	-0,29	-1,49
Vot4	7,67	6,00	9,00	10,00	7,88	2,81	-1,23	0,54
Vot5	6,44	4,00	7,00	9,00	10,17	3,19	-0,61	-0,95
Não Membros (N=301)								
Votação	6,08	3,90	6,20	8,20	7,34	2,71	-0,21	-1,10
Vot1	7,72	6,00	8,00	10,00	7,11	2,67	-1,28	0,79
Vot2	6,36	2,50	7,00	10,00	12,51	3,54	-0,49	-1,32
Vot3	4,08	1,00	1,00	8,50	14,17	3,76	0,67	-1,30
Vot4	6,65	4,00	8,00	10,00	11,66	3,41	-0,63	-1,09
Vot5	5,6	1,00	6,00	10,00	14,70	3,83	-0,09	-1,72

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com exceção de um item que recebeu média de intensidade baixa nos “não membros”, as restantes médias variam de intensidade moderada a intensidade elevada, sendo a dimensão na qual se registrou maior implementação de todos os fatores, embora a “votação” não seja obrigatória em Moçambique. O fato de a “votação” ter recebido as médias mais altas que as outras dimensões pode ser que os sujeitos da pesquisa considerem que participar nos processos eleitorais seja o mais importante, apesar do seu alto nível educacional. Possivelmente, esta percepção resulte da forma como foi introduzida a democracia multipartidária no país, num contexto do fim da guerra civil que durou 16 anos, sendo que um dos marcos iniciais do processo da democratização foi a realização das primeiras eleições em 1994 que, pela primeira vez, elegeram-se o presidente da República e os deputados para parlamento multipartidário, por meio de sufrágio universal direto. Além disso, o fato de a democracia e suas instituições estarem ainda em processo de consolidação no país, também pode-se repercutir na baixa maturidade da população em processos políticos democráticos, a tal ponto de considerarem que a participação política se circunscreve nos processos eleitorais. Outro aspecto adicional importante está relacionado com a facilidade de aceder à participação por meio de voto, compreendendo que o Estado é que providencia todas as

circunstâncias necessárias para o povo comparecer às urnas, contrariamente a algumas práticas políticas cuja realização pode ser constrangida pelos atores políticos para os quais se dirigem, criando barreiras (por exemplo, “contato” e “protesto” político).

Enquanto as médias dos “membros” variam de 5,84 a 8,76, as dos “não membros” variam de 5,6 a 7,72. O item *Vot5* (Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Municipal) foi o que teve a média mais baixa nos “não membros”, isto é, 5,6, enquanto os “membros” tiveram menor realização no item *Vot3* (Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Provincial), com a média de 5,84. Ambos os grupos coincidiram no item que registraram a maior média no fator, concretamente, no *Vot1* (Tenho votado para a eleição do Presidente da República), no qual os “membros” obtiveram a média de 8,76 e os “não membros” conseguiram desempenho de 7,72.

Apesar de os “não membros” e “membros” terem alcançado médias de intensidade moderada-alta e de intensidade elevada neste item, respectivamente, os moçambicanos têm tido fraco comparecimento às urnas para eleger o Presidente da República, a avaliar pelos dados das três últimas eleições nacionais: nas eleições de 2009, participaram apenas 44,63% dos eleitores (Acórdão nº 30/CC/2009, de 27 de dezembro); as de 2014 tiveram participação de 49,03% (Acórdão nº 21/CC/2014, de 29 de dezembro); e nas eleições de 2019 participaram 51,84% dos eleitores (Acórdão nº 25/CC/2019, de 22 de dezembro).

Esta tendência de comparecimento não massivo às urnas não deixa de ser preocupante, atendendo que a participação política por meio da votação é um dos pilares fundamentais da democracia e é um dos elementos principais de legitimação do poder detido pelos políticos, assim como dos diversos órgãos constituídos a partir das eleições. Apesar de Dalton (2008) considerar que o declínio da participação eleitoral seja explicado pela mudança das normas de cidadania, que está alterando e deslocando os padrões de participação política para outros modos de participação também vinculadas à cidadania ativa (por exemplo, nos Estados Unidos), a verdade é que esse achado não se aplica a Moçambique, posto que a “votação” é a dimensão que obteve as médias mais altas que qualquer outra.

A partir da análise das médias dos dois grupos, verificamos que os “membros” de OSC’s tiveram melhor desempenho em todos os itens, inclusive nos quartis, o que quer dizer que eles se engajam mais nas ações políticas do fator “votação” quando comparados aos “não membros”. Levando em conta que a vida associativa não apenas dá vitalidade à democracia, mas também

facilita a cooperação entre indivíduos e grupos (PUTNAM, 2000), o que aumenta a probabilidade de participação na vida pública, é expectável que “membros sejam politicamente mais participativos no processo eleitoral em relação aos “não membros”. Os resultados da nossa pesquisa estão de acordo com Bwalya e Sukumar (2018), que encontraram que ser “membro” de organizações cívicas tem efeitos positivos sobre a participação eleitoral no Botsuana, Namíbia e Zâmbia. Com o intuito de investigarmos se as diferenças entre “membros” e “não membros” na realização das ações políticas do fator são estatisticamente significativas, realizamos o teste de Mann-Whitney, uma medida mais precisa e robusta, cujos resultados constam na Tabela 32, incluindo algumas medidas descritivas.

Tabela 32 – Teste de Mann-Whitney do fator “votação”

		Dimensão/Variável					
		Votação	Vot1	Vot2	Vot3	Vot4	Vot5
Média Arit. (x)	Membros	7,21	8,76	7,33	5,84	7,67	6,44
	Não Membros	6,08	7,72	6,36	4,08	6,65	5,60
Desvio padrão	Membros	2,49	1,81	2,94	3,523	2,81	3,19
	Não Membros	2,71	2,67	3,54	3,76	3,41	3,83
Média do rank	Membros	311,90	309,35	295,03	312,01	298,64	288,23
	Não Membros	245,39	247,50	259,34	245,30	256,36	264,72
Estatística do teste	U	28411,5	29046	32610,50	28384,50	31712,50	34230
	Z	-4,890	-4,777	-2,683	-5,105	-3,201	-1,785
	Sig.	,000	,000	,007	,000	,001	,074

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Considerando todos os itens agregados, o teste de Mann-Whitney demonstrou que há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos no fator “votação”, com os “membros” exibindo maior desempenho quando comparados aos “não membros” ($U = 28411,5$, $z = -4,890$, $p < 0,001$). Entretanto, tais diferenças representam tamanho de efeito pequeno ($r = 0,21$). Embora o teste do fator agregando todos os cinco itens tivesse indicado a existência de diferenças significativas entre os grupos, os resultados do teste de Mann-Whitney de cada um dos itens apenas confirmaram essas diferenças em quatro variáveis. Essa disparidade pode estar relacionada ao tamanho de efeito pequeno das diferenças nas duas amostras quando agregados todos os itens simultaneamente. A seguir, apresentamos os resultados do teste de cada um dos cinco itens do fator.

No item *Vot1*, o teste indicou haver diferenças estatisticamente significativas entre ambos os grupos, no qual os “membros” são os que têm votado mais para a eleição do Presidente da República, quando comparados aos “não membros” ($U = 29046$, $z = -4,777$, $p < 0,001$), com

tamanho de efeito pequeno ($r = 0,20$). Para o item *Vot2* (Tenho votado para a eleição dos deputados da Assembleia da República), os resultados do teste também mostraram que há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, em que os “membros” exibiram maior desempenho comparativamente aos “não membros” ($U = 32610,500$, $z = -2,683$, $p = 0,007$), com o tamanho de efeito também pequeno ($r = 0,11$). Os resultados do teste indicam que os dois tipos de eleições têm tido maior comparecimento dos “membros”, o que atesta que, quando as pessoas pertencem a organizações cívicas, desenvolvem senso de pertencimento do grupo e são mais propensos a apoiar ações coletivas (PUTNAM, 2000) que visam o bem-comum e que são sustentadas em normas, em valores e em atitudes democráticas (ENCARNACIÓN, 2017; LEE; GLASURE, 2007), aumentando as chances de serem politicamente ativos, o que também se repercute no maior engajamento nas eleições presidenciais e legislativas.

Adicionalmente, os “membros” tendem a demonstrar níveis elevados de participação civil e política, incluindo participação nos processos eleitorais, compreendendo que as OSC’s elevam o nível de conscientização política dos seus membros, ensinando-lhes virtudes cívicas e habilidades para a ação política (FUNG, 2003), reforçando, deste modo, as suas obrigações políticas inerentes à sua condição de cidadão. Compreendendo ainda que as OSC’s estimulam a coesão social, a disposição para cooperar com os outros (PUTNAM, 2000) em questões políticas de interesse público, ao mesmo tempo que são espaços de aprendizado de valores democráticos e de habilidades específicas que propiciam a participação política (AYALA, 2000; TEORELL, 2003; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), aumentam a probabilidade de os “membros” engajarem-se na votação dos seus representantes políticos.

Seguimos analisando o teste de Mann-Whitney para o item *Vot3* (Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Provincial), cujos resultados indicaram existir diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, sendo que os “membros” apresentam maior desempenho em relação aos “não membros” ($U = 28384,500$, $z = -5,105$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,22$). No item *Vot4* (Tenho votado para a eleição do Presidente do Município), o teste também indicou que há diferenças significativas entre os grupos, no qual os “membros” apresentaram maior desempenho em relação aos “não membros” ($U = 31712,500$, $z = -3,201$, $p < 0,001$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,14$). Os “membros” tendem a ser politicamente mais participativos na eleição dos membros das Assembleias Provinciais e do Presidente do Município, na medida em que a filiação às OSC’s oportuniza aprendizado e prática

de aspectos inerentes a processos democráticos (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; MCVEY; VOWLES, 2005), ao mesmo tempo que as organizações cívicas são espaços de socialização política, ao desenvolverem capacidades e habilidades individuais para participação ativa em ações políticas (BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; ENCARNACIÓN, 2017; JAYSAWAL, 2013; UHLIN, 2009).

Além disso, o fato de geralmente as OSC's estarem ligadas à difusão e aprofundamento da democracia na sociedade (AYALA, 2000; ENCARNACIÓN, 2017; LEE; GLASURE, 2007; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), considerando ainda que elas tendem a funcionar de acordo com as normas e os valores democráticos, os membros desenvolvem competências democráticas que propiciam engajamento político em diversas atividades políticas, tal como é o caso da eleição dos membros das Assembleias Provinciais e do Presidente do Município. Nesta perspectiva, as organizações cívicas podem ser consideradas como escolas da democracia e de treinamento democrático que fornecem recursos políticos que facilitam diferentes formas de participação política dos seus “membros” (AYALA, 2000; MCVEY; VOWLES, 2005; TEORELL, 2003; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015).

Nos quatro itens da dimensão “votação” que apresentamos os resultados do teste de Mann-Whitney, os “membros” das OSC's exibiram melhor implementação comparativamente aos “não membros”. Assim, pode-se depreender que as OSC's, ao socializarem os seus “membros” em aspectos cruciais para a democracia (BOULDING, 2010; DIAMOND, 1994), modificam o comportamento dos indivíduos, passando estes a estar dispostos a participar no processo democrático e, dessa forma, tornam-se mais propensos a engajar-se em ações políticas, tais como votar para a eleição do Presidente da República, dos Deputados da Assembleia da República, dos Membros da Assembleia Provincial, bem como do Presidente do Município.

Outro aspecto adicional importante que desenvolve a capacidade de participação eleitoral nos “membros” está relacionado com o aprendizado que se adquire em algumas organizações cívicas que se envolvem na observação ou monitoria dos processos eleitorais (BARADEI, 2012; CHICHAVA; CHAIMITE, 2015; LEAN, 2007) em três momentos principais, nomeadamente, antes, durante e depois da realização de eleições, os quais correspondem ao período pré-eleitoral, ao dia da votação e ao período pós-eleitoral, respectivamente (LEAN, 2007)⁷. Esse aprendizado,

⁷ Para detalhes a respeito das atividades envolvidas em cada um dos três momentos da observação eleitoral, vide Lean (2007). A experiência das OSC na observação das eleições em Moçambique pode ser conferida em Chichava e Chaimite (2015).

assim como a experiência adquirida ao testemunhar o envolvimento das suas organizações na garantia de normas e princípios democráticos, assim como das leis que gerem os processos eleitorais, aumentam a probabilidade dos “membros” de participarem nas atividades de “votação”.

O último item da dimensão é o *Vot5* (Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Municipal), no qual o teste de Mann-Whitney apontou que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($U = 34230$, $z = -1,785$, $p = 0,074$), com tamanho de efeito pequeno ($r = 0,08$). Este resultado indica que a participação na eleição de membros da Assembleia Municipal pode não ser influenciada pelo potencial desenvolvido nas organizações cívicas tendente a propiciar o engajamento político, dado que o desempenho de “membros” e “não membros” não é diferenciado significativamente. Uma possível explicação para este achado pode ser que as OSC’s das quais fazem parte os sujeitos da amostra não estejam muito ligadas à oferta de serviços ou atividades que demandam coordenação ou articulação com os membros da Assembleia Municipal. Aliás, mesmo nos itens nos quais o teste de Mann-Whitney indicou diferenças significativas, com os “membros” exibindo melhor realização, o tamanho do efeito das diferenças entre os grupos foi pequeno, o que significa que o desempenho dos “membros” não se diferencia grandemente do dos “não membros” na “votação”, conforme também atestam as médias aritméticas.

Portanto, embora as médias aritméticas dos itens do fator tenham apontado que os “membros” de OSC’s são mais susceptíveis a participar em todas as ações políticas da dimensão, o teste de Mann-Whitney não corroborou na totalidade com este resultado. Os achados decorrentes do teste indicam que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos nos itens *Vot1*, *Vot2*, *Vot3* e *Vot4*, com os “membros” apresentando maior desempenho em todos. No item *Vot5*, não houve diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, a $p = 0,074$. No geral, os resultados indicam que os “membros” tendem a ser politicamente mais participativos na “votação”, na medida em que a vida associativa capacita os “membros” em matérias de democracia e conscientiza-lhes da importância da sua participação nos processos políticos democráticos, ao mesmo tempo que eleva o nível de conscientização política e fornece recursos políticos que favorecem a participação em diversos tipos de eleições.

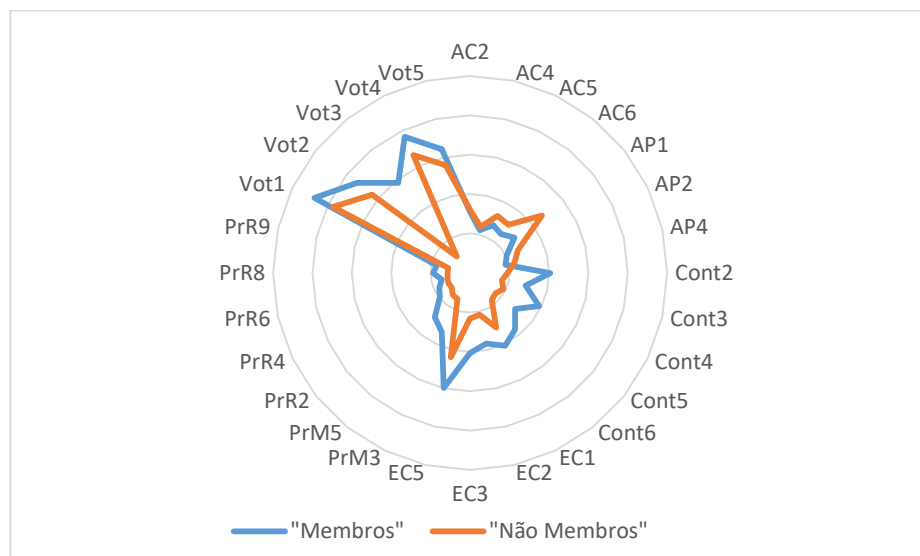
Terminada a análise dos resultados das variáveis de participação política de todos os fatores, seguimos para a última subseção, na qual sistematizamos os principais achados das diferenças na

participação política entre “membros” e “não membros”, com vistas a facilitarmos o entendimento dos resultados que discutimos nestas cinco subseções.

6.2.7 Síntese da participação política de “membros” e “não membros”

Nesta seção, sistematizamos os principais resultados das análises das diferenças entre “membros” e “não membros” na participação política nos cinco fatores de modo a avaliarmos o pressuposto de que os “membros” são mais propensos a participar em diversas ações políticas em relação aos “não membros”. Em média, os “membros” tiveram maior desempenho na participação política quando comparados aos “não membros”, com exceção dos itens do fator “atividade de campanha”. Este resultado pode ser visualizado na Figura 6, que apresenta a sobreposição das médias aritméticas dos 28 itens da escala.

Figura 6 – Sobreposição das médias aritméticas de participação política dos grupos por itens



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Enquanto a “votação” teve maior desempenho nos dois grupos, ao apresentar médias de intensidade moderada e intensidade moderada-alta, as quatro dimensões restantes tiveram baixa implementação, exibindo médias de intensidade baixa, com destaque para o “protesto” político que teve as médias muito mais baixas de todos os fatores, nos dois grupos. Idealmente, os dois grupos deveriam demonstrar maior engajamento político não apenas na “votação”, mas em todas as práticas políticas, na medida em que as diversas dimensões de participação política exercem

influências distintas nos atores políticos e, conseqüentemente, recebem respostas diferenciadas. Haja vista o predomínio de médias de intensidade baixa, pode-se concluir que os sujeitos das duas amostras são politicamente menos participativos.

Por meio do teste de Mann-Whitney, constatamos que os “membros” são mais propensos a participar em quatro das cinco dimensões da participação política (isto é, “atividade de campanha”, “contato”, “engajamento cívico”, “protesto” e “votação”), o que está de acordo com a tese que defendemos nesta pesquisa. Apesar de os “membros” terem exibido maior desempenho na maior parte das dimensões, os resultados não corroboram totalmente com as pesquisas anteriores, que defendem que “membros” são propensos a participar nas atividades políticas (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; LEE; GLASURE, 2007; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), na medida em que a propensão dos membros a participar em atividades políticas não foi confirmada em todas as dimensões da participação política.

De toda forma, a filiação nas organizações cívicas contribui no desenvolvimento de competências democráticas, conscientiza os seus “membros” sobre questões políticas de interesse público, ao mesmo tempo que lhes fornece habilidades e virtudes cívicas que propiciam a participação política. Levanto em consideração a diversidade das áreas de atuação das OSC’s abrangidas neste estudo e aos resultados alcançados, comprova-se que qualquer tipo de OSC’s propicia a participação política. Estes achados estão de acordo com Ulzurrun (2002) e Lee e Glasure (2007), que defenderam que “membros” de qualquer tipo de associação geralmente apresentam elevadas taxas de competência e participação política mais elevadas do que os cidadãos comuns.

Portanto, a filiação às OSC’s pode ser considerada como uma das formas, dentre outras possíveis, capaz de viabilizar a participação política em Moçambique. Nesta perspectiva, o Estado moçambicano pode aproveitar o potencial que as OSC’s têm de criar capacidade de participação política dos seus “membros” para solucionar o problema de fraca participação política, estimulando os cidadãos a se tornarem membros de OSC’s e incentivando os que fazem entrega de serviços semelhantes à sociedade para se organizarem em associações, dentro dos limites do Estado Democrático de Direito.

Após compararmos a participação política de “membros” e “não membros” das OSC’s, com evidências a partir de Moçambique, alcançamos o segundo objetivo específico desta pesquisa.

Seguimos para o próximo capítulo no qual, essencialmente, testamos as relações entre práticas de retenção de “membros” e participação política, levando em conta que a retenção de “membros” é crucial para o desenvolvimento da capacidade de participação política.

7. RETENÇÃO DE “MEMBROS” E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE “MEMBROS” DE OSC’s

Neste capítulo, entendemos ser conveniente agregarmos o terceiro objetivo específico (analisar as práticas de retenção de “membros” e a adequação do modelo nas OSC’s de Moçambique) e o quarto (examinar as relações entre retenção de “membros” e participação política de “membros” de OSC’s de Moçambique) por serem relacionados, principalmente porque o alcance do último é dependente da confirmação da plausibilidade da estrutura multifatorial do modelo de retenção de “membros”, feita no seguimento do terceiro objetivo específico.

Três seções constituem este capítulo. Na primeira, fazemos a caracterização dos perfis sociodemográficos dos sujeitos que compõem a amostra dos “membros” em virtude de os *outliers* multivariados da matriz de dados dos “membros” não coincidirem com os que constatamos na matriz que agrega os dados sobre participação política de “membros” e “não membros”, com base na qual executamos as análises do capítulo anterior. Destacamos o fato de os resultados indicarem que a amostra dos “membros” das OSC’s é majoritariamente composta por indivíduos com alto nível educacional (com formação superior e de pós-graduação) e com níveis altos de renda familiar mensal (acima de seis salários mínimos).

Considerando que adotamos o modelo de retenção de “membros” de Döckel (2003) e Döckel, Basson e Coetzee (2006), desenvolvido e validado na África do Sul, avaliamos a adequação do modelo no contexto moçambicano e das OSC’s antes de testarmos as relações estruturais entre retenção de “membros” e participação política. Nesta perspectiva, realizamos AFE e AFC na segunda seção, assim como avaliamos a validade da escala por meio da verificação da validade convergente, discriminante e da confiabilidade. Os resultados confirmaram a estrutura multidimensional do modelo de mensuração, validade e consistência interna, indicando que a escala se adequa nas OSC’s, no contexto moçambicano. Ainda na mesma seção, analisamos as médias aritméticas do modelo de retenção, as quais indicaram que no geral, as OSC’s em Moçambique tendem a implementar as práticas de retenção de “membros” moderadamente, levando em conta que a escala obteve a média de 5,86 (DP=1,024).

Na última seção do capítulo, testamos as cinco hipóteses da pesquisa que formulamos a partir do modelo teórico que desenvolvemos no terceiro capítulo. Nesse modelo, propusemos relações estruturais das práticas de retenção de “membros” com cada uma das dimensões de

participação política. Os resultados indicaram confirmação de três hipóteses e rejeição de outras duas. As hipóteses confirmadas são: H2 (as práticas de retenção de “membros” influenciam positivamente “contato” político); H3 (as práticas de retenção de “membros” favorecem “engajamento cívico”); e H5 (as práticas de retenção de “membros” são preditoras da “votação”). A seguir, iniciamos as análises do capítulo fazendo a caracterização dos perfis sociodemográficos dos sujeitos da amostra dos “membros” das OSC’s.

7.1 Caracterização dos “membros” das OSC’s

Nesta seção, fazemos a caracterização dos perfis sociodemográficos dos sujeitos que compõem a amostra dos “membros”. Não obstante termos apresentado resultados desses perfis na seção 6.1, revela-se oportuno apresentarmos novamente, dado que os *outliers* multivariados da matriz específica dos “membros” não coincidem necessariamente com os que identificamos na matriz que agregou os dados de participação política de “membros” e “não membros”.

A matriz de dados dos “membros” é composta por 249 observações, lembrando que duas delas provêm da amostra dos “não membros” que, por termos percebido que são “membros” de OSC’s, consideramo-los como tal, conforme explicamos na seção 5.3. Sabendo que o questionário que administramos aos “membros” das OSC’s agregou tanto o instrumento de mensuração da retenção quanto o de participação política, demonstrou-se necessário começarmos por identificar os *outliers* multivariados na matriz dos dados, por ser a primeira vez que usamos esses dados juntos. Ao calcularmos a “distância de Mahalanobis”, usando no SPSS, identificamos 15 *outliers* multivariados na matriz dos dados e os excluímos de todas as análises deste capítulo, por terem apresentado valor de Probability_MD < 0,001 (HAIR et al., 2009). Apresentamos, na Tabela 33, os *outliers* multivariados que constam da base de dados.

Tabela 33 - ID dos *Outliers* multivariados na matriz dos dados dos “membros” de OSC’s

25	224	8	19	233	16	34	57
35	24	53	50	1	74	66	-----

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com a exclusão dos 15 *outliers*, as análises deste capítulo se basearam em 234 observações, o que atende plenamente à sugestão de Hair et al. (2009) da amostra ter de corresponder, no mínimo, a cinco respondentes por item. Portanto, considerando que a escala de retenção de

“membros” possui 30 itens e a de participação política tem 28 itens, a amostra equivale a 7,8 e 8,4 respondentes por item, respectivamente.

A amostra é caracterizada por sutil predomínio das mulheres, que correspondem a 55,6%, ao mesmo tempo que 65% possui idade superior a 30 anos. Outro aspecto adicional importante está relacionado com o fato de mais de 80% dos sujeitos ter mais de um ano de filiação nas OSC's, o que nos permite acreditarmos que a amostra é adequada para examinarmos as relações entre retenção de “membros” e participação política.

No que se refere às funções exercidas pelos “membros”, verificamos que a maior parte deles desempenha funções operativas. Outros são líderes, responsáveis de unidades orgânicas responsáveis setoriais. Estes dados demonstram que a pesquisa abrangeu todas funções/cargos exercidos pelos “membros” nas OSC's, podendo se considerar como representativa no perfil em análise.

Aproximadamente dois terços dos sujeitos possuem nível superior de pós-graduação, ao mesmo tempo que mais da metade possui rendimento mensal acima de seis salários mínimos, o que indica que a amostra é majoritariamente constituída por pessoas com elevado grau de instrução e com níveis mais altos de renda. Os detalhes do perfil sociodemográfico da amostra podem ser conferidos na Tabela 34.

Tabela 34 - Características sociodemográficas de “membros” de OSC's

Variável	Características	Freq.	%
Sexo	Masculino	104	44,4%
	Feminino	130	55,6%
Idade	Mais de 20 anos até 30 anos	82	35%
	Mais de 30 até 40 anos	69	29,5%
	Mais de 40 até 50 anos	53	22,6%
	Mais de 50 anos	30	12,8%
Tempo de filiação à OSC's	1 ano	34	14,5%
	Entre 2 e 5 anos	103	44%
	Entre 6 e 10 anos	41	17,5%
	Mais de 10 anos	56	23,9%
Função	Diretor/Representante da OSC's	11	4,7%
	Presidente/Diretor de uma Unidade	4	1,7%
	Responsável setorial	49	20,9%
	Operativa	139	59,4%
	Outra	31	13,2%
Escolaridade	Primário (até 7ª classe)	1	0,4%
	Básico (10ª classe ou equivalente)	14	6%
	Médio (12ª classe ou equivalente)	74	31,6%
	Graduação (bacharelado/licenciatura)	112	47,9%
	Pós-Graduação (mestrado/doutorado)	33	14,1%

Variável	Características	Freq.	%
Renda familiar mensal	Até 4.829 Mt (salário mínimo)	11	4,7%
	Acima de 4.829 Mt até 14.487 Mt	33	14,1%
	Acima de 14.487 Mt até 28.974 Mt	54	23,1%
	Acima de 28.974 Mt até 43.461 Mt	56	23,9%
	Acima de 43.461 Mt	80	34,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir dos resultados da caracterização dos perfis sociodemográficos dos “membros”, entendemos que os sujeitos da amostra possuem potencial adequado não somente para compreender as questões formuladas no instrumento da pesquisa (a avaliar pelo seu alto grau de instrução), mas, também, para nos fornecer informações úteis para avaliarmos as relações entre retenção de “membros” e participação política. Seguimos para a próxima seção, na qual avaliamos a adequação do modelo de retenção no contexto moçambicano e das OSC’s, tendo em vista tal modelo foi desenvolvido na África do Sul e validado por várias pesquisas no mesmo contexto geográfico.

7.2 Avaliação do Modelo de retenção de “membros” no contexto moçambicano e das OSC’s

Entendemos ser útil lembrarmos que adotamos o modelo de retenção de “membros” de Döckel (2003) e de Döckel, Basson e Coetzee (2006), o qual foi desenvolvido e validado na África do Sul. As razões da escolha desse modelo encontram-se devidamente fundamentadas ao longo do primeiro capítulo. Nesta seção, começamos por fazer uma breve análise da implementação das práticas de retenção nas OSC’s, com base nas médias aritméticas, cujos resultados apontaram que as OSC’s implementam a retenção de “membros” de forma moderada. Depois disso, retemo-nos detalhadamente na avaliação da adequação do modelo de retenção no contexto moçambicano, usando os dados que coletamos nas OSC’s. Para o efeito, realizamos AFE e AFC, bem como avaliamos a validade da escala por meio da verificação da validade convergente, discriminante e da confiabilidade. Com base nestes procedimentos, confirmamos a estrutura multidimensional, a validade e a consistência interna do modelo, o que indica a sua adequação nas OSC’s, no contexto moçambicano.

Iniciamos a análise das 30 variáveis da escala de retenção de “membros” avaliando a normalidade dos dados por meio dos testes de Kolmogorov-Smirnov e de Shapiro-Wilk (RAZALI; WAH, 2011), cujos resultados dos dois testes apontaram que todas as variáveis têm distribuição

não-normal ($p < 0,001$). Ao extrairmos as médias dos indicadores do modelo, verificamos que todas estão dentro dos parâmetros da escala de avaliação, sendo que a menor se registrou na variável ETV4 (Meu trabalho tem efeitos negativos em minha vida pessoal) no valor de 2,92 e a maior foi de 7,43 no item CT1 (O trabalho exige que eu use uma série de habilidades complexas ou de alto nível). Estas médias podem ser indicativo de que os dois itens podem demandar alguma atenção na análise fatorial.

Prosseguimos com as análises extraindo as medidas de posição (média aritmética simples e quartis), dispersão (variância e desvio-padrão) e formato (assimetria e curtose) de cada fator. Os resultados das estatísticas descritivas por dimensão e por grupo constam da Tabela 35, na qual pode-se observar que, no geral, predominam médias de intensidade moderada e de intensidade moderada-alta (os parâmetros para interpretação das médias aritméticas constam no Quadro 22).

Tabela 35 – Análise da retenção de “membros” por dimensão

Dimensão	Média Arit. (x)	Quartis			Variância	Desvio padrão	Assim.	Curtose
		25	50	75				
Remuneração	4,99	3,30	5,25	6,50	4,70	2,17	-0,03	-1,08
Apoio do Supervisor	6,71	5,83	6,83	8,17	3,69	1,92	-0,71	0,27
Oport. Trein. e Desenv.	6,16	5,00	6,00	7,31	3,01	1,73	-0,05	-0,41
Oport. de Carreira	5,82	4,75	5,75	7,00	3,59	1,90	-0,23	-0,22
Equi. Trab. Vida	4,33	2,25	4,00	6,00	4,68	2,16	0,44	-0,74
Características de Trab.	7,14	6,00	7,50	8,50	3,11	1,76	-0,58	-0,04

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

De acordo com a Tabela 35, o fator “remuneração” obteve média de intensidade baixa (isto é, 4,99), o que pode indicar que as recompensas salariais, os benefícios e os incentivos proporcionados pelas OSC’s podem não ser suficientemente capazes de garantir a permanência dos “membros” por um período de tempo prolongado. Este resultado indica que, em média, os “membros” podem não estar satisfeitos com as políticas de pagamento das suas organizações, o que pode ser uma das potenciais causas para os “membros” partirem em busca de outras oportunidades de trabalho existentes no mercado.

Tendo em vista que “equilíbrio trabalho-vida” pressupõe que os diversos papéis de trabalho que os “membros” desempenham nas suas organizações estejam em harmonia com a sua vida pessoal, a média de intensidade baixa obtida no fator (isto é, 4,33) pode apontar que não há integração equilibrada entre o trabalho e a vida pessoal dos “membros”. Neste sentido, os papéis de trabalho existentes nas OSC’s tendem a não encorajar a permanência dos “membros” nas OSC’s

por não estarem em harmonia com a sua vida pessoal (DHANPAT et al., 2018; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; KAR; MISRA, 2013).

A dimensão “apoio de supervisor” recebeu média de intensidade moderada (6,71), o que indica que as OSC’s a implementam de forma moderada. Portanto, os participantes da pesquisa entendem que os supervisores reconhecem moderadamente os “membros” pelo trabalho bem executado e os dão *feedbacks* moderadamente adequados que, juntamente aos elogios da supervisão, são determinantes no aumento das intenções dos “membros” de permanecer na organização (DHANPAT et al., 2018; DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006). Similarmente, o fator “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” obteve média de intensidade moderada (6,16), apontando que os “membros” consideram que as OSC’s buscam, de forma moderada, mantê-los atualizados com vistas a melhorarem a sua eficiência e o seu desempenho, aumentando, assim, a compatibilidade entre a complexidade do trabalho e as competências necessárias para desempenhar os papéis de trabalho. Nesta perspectiva, a implementação do fator constitui incentivo para os “membros” permanecerem nas suas organizações (PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; VAN DYK; COETZEE, 2012).

Outro fator que recebeu média de intensidade moderada é “oportunidades de carreira”, no valor de 5,82. Em média, os “membros” entendem que as suas organizações se esforçam moderadamente no desenvolvimento da carreira, oferecendo oportunidade para eles progredirem nas suas carreiras e dando-lhes possibilidades de serem promovidos, o que significa que o fator pode repercutir-se no aumento da possibilidade de os “membros” permanecerem, a longo prazo, nas suas organizações (DHANPAT et al., 2018).

Finalmente, a dimensão “características do trabalho” recebeu a maior média, de intensidade modera-alta, isto é, 7,14. Os participantes da pesquisa demonstraram estar satisfeitos com a complexidade do seu trabalho, para o qual mobilizam habilidades diversas, ao mesmo tempo que que lhes oferece oportunidades de independência, de liberdade e de flexibilidade na forma como o fazem. Assim, entende-se que trabalho desafiador que exige nível elevado de habilidades e capacidades geralmente conduz à satisfação dos “membros”, podendo aumentar as suas intenções de permanecer na organização (KASHYAP; RANGNEKAR, 2014).

No geral, pode-se depreender que as OSC’s em Moçambique tendem a implementar as seis práticas de retenção de “membros” moderadamente ($M=5,86$; $DP=1,02$), podendo-se entender que, de alguma forma, elas buscam despertar o interesse dos “membros” para permanecerem nas suas

respectivas organizações por um período de tempo longo. Entendemos que reter os “membros” por um período de tempo prolongado pode ser proporcional ao desenvolvimento de habilidades e virtudes cívicas, de valores e competências democráticas, assim como de outros recursos políticos que aumentam a probabilidade de participar em atividades políticas. Portanto, os resultados que indicam que as OSC’s tendem a implementar as práticas de retenção de “membros” (apesar de ser de forma moderada) são consistentes com a propensão dos “membros” a participar em diversas práticas políticas, conforme demonstramos no capítulo anterior.

Considerando que o modelo de Döckel (2003) e Döckel, Basson e Coetzee (2006) foi validado em outro país e no contexto de organizações do primeiro e do segundo setor, entendemos ser relevante avaliarmos a escala por meio da AFE e AFC, dado que aplicamos o modelo não somente em um país diferente do qual foi validado, mas, também, em um tipo diferente de organizações, isto é, do terceiro setor, especificamente, nas OSC’s. A análise da fatorabilidade da matriz dos dados demonstrou adequação da amostra para AFE, com KMO de 0,892 e teste de esfericidade de Barlett (6003,818, gl = 435, $p < 0,001$). Além disso, os itens da matriz demonstraram ótima consistência interna, com coeficiente alfa de Cronbach de 0,897, o que significa que o instrumento tem ótima consistência interna.

Realizamos AFE agregando todas as variáveis em simultâneo, usando os critérios que estabelecemos no Quadro 17. Implementamos a análise com base no *software* IBM SPSS 25 e utilizando componentes principais como método de extração. A decisão sobre o número de fatores a ser retido foi com base nos autovalores maiores que 1, ao mesmo tempo que utilizamos a rotação ortogonal por meio do método *varimax* e optamos por suprimir cargas fatoriais com valores absolutos inferiores a 0,4.

A matriz da componente rotativa da primeira rodada gerou os seis fatores que constituem o modelo de Döckel (2003) e de Döckel, Basson e Coetzee (2006) que, juntos, correspondem a uma variância total explicada de 75,743%. Esses fatores são: remuneração (dez itens); apoio do supervisor (seis itens); oportunidades de carreira (quatro itens); oportunidades de treinamento e desenvolvimento (quatro itens); equilíbrio trabalho-vida (quatro itens); e características de trabalho (dois itens). No entanto, por termos constatado que o item ETV1 (Muitas vezes sinto que há muito trabalho a fazer) apresentou comunalidade menor a 0,5, tivemos que excluí-lo no segundo processamento dos dados.

A análise da fatorabilidade demonstrou adequação da matriz para os procedimentos da análise fatorial, com KMO indicando o valor de 0,895 e teste de esfericidade de Bartlett (5890,847, $gl = 406$), estatisticamente significativo ($p < 0,001$). Ao calcularmos a confiabilidade da matriz, encontramos coeficiente alfa de Cronbach de 0,898. A matriz da componente rotativa da segunda rodada continuou apresentando os seis fatores que, ao todo, representavam uma variância total explicada de 77,021%.

Devido ao fato de o fator “caraterísticas de trabalho” ter apresentado coeficiente alfa de Cronbach abaixo do ponto de corte, isto é, $< 0,7$, tivemos de excluí-lo no terceiro processamento dos dados. Na verdade, este fator tem vasto histórico de apresentar coeficiente alfa abaixo de 0,7, a começar pela própria pesquisa de Döckel (2003) e Döckel, Basson e Coetzee (2006), que obteve coeficiente de 0,41. Nas outras pesquisas que aplicaram o modelo de Döckel (2003) e Döckel, Basson e Coetzee (2006), o fator “caraterísticas de trabalho” obteve o coeficiente alfa de 0,48 (SHIBITI, 2019); 0,52 (GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020); e 0,67 (VAN DYK; COETZEE, 2012).

A matriz dos restantes cinco fatores continuou adequada para análise fatorial, com KMO=0,899; teste de esfericidade de Bartlett (5756,751, $gl = 351$, $p < 0,001$); e coeficiente alfa de Cronbach de 0,897. A terceira rodada dos dados culminou com a confirmação dos outros cinco fatores, com 76,950% de variância da explicação do fenômeno. Os cinco fatores são constituídos por 27 itens de mensuração da retenção de “membros”. A estrutura fatorial pode ser observada na Tabela 36, juntamente com as comunalidades e coeficiente alfa dos itens.

Tabela 36 - Estrutura fatorial, comunalidades e alfa da escala de retenção de “membros”

Item	Estrutura fatorial					Comunalidade	Alfa se item excluído
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5		
AS1		,814				,683	,893
AS2		,840				,716	,894
AS3		,877				,786	,893
AS4		,907				,851	,892
AS5		,923				,871	,892
AS6		,863				,781	,892
ETV2					,908	,829	,901
ETV3					,905	,831	,901
ETV4					,921	,869	,901
OC1			,798			,654	,896
OC2			,842			,751	,894
OC3			,842			,716	,898
OC4			,787			,675	,894

Item	Estrutura fatorial					Comunalidade	Alfa se item excluído
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5		
OTD1				,736		,568	,897
OTD2				,817		,705	,895
OTD3				,792		,671	,895
OTD4				,784		,673	,894
Re1	,811					,688	,889
Re2	,829					,714	,888
Re3	,844					,757	,886
Re4	,938					,896	,886
Re5	,910					,843	,887
Re6	,956					,925	,886
Re7	,869					,798	,886
Re8	,881					,806	,886
Re9	,937					,896	,886
Re10	,894					,823	,886

Número de observações: 234
 Variância explicada: 76,950%
 Alfa de Cronbach: 0,887

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os cinco fatores representados na Tabela 36 correspondem, de acordo com a sua ordem numérica, às seguintes dimensões: “remuneração”, “apoio do supervisor”, “oportunidades de carreira”, “oportunidades de treinamento e de desenvolvimento”, e “equilíbrio trabalho-vida”. Concluída a AFE, seguimos para os procedimentos da AFC, a fim de testarmos a plausibilidade da estrutura multidimensional da escala de mensuração da retenção de “membros”.

Utilizando o *software* R (pacote Lavaan), implementamos a AFC agregando todos os fatores simultaneamente, utilizando o método de estimação *Diagonally Weighted Least Squares* (DWLS), apropriado para dados categóricos (DISTEFANO; MORGAN, 2014; LI, 2016). Avaliamos o ajuste do modelo por meio dos seguintes índices: qui-quadrado (X^2), X^2/gl , *Comparative Fit Index* (CFI), *Tucker-Lewis Index* (TLI), *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) e *Standardized Root Mean Residual* (SRMR). Para análise destes índices de ajuste, nos baseamos nos critérios que constam da Tabela 17.

Apesar de o teste X^2 ter sido estatisticamente significativo ($p < 0,001$), conforme tem sido comum, todos os outros índices demonstram ajuste ótimo do modelo. É útil destacarmos que o teste X^2 pode ser significativo quando o número de variáveis for maior (HAIR et al., 2009), tal como é o caso do modelo em análise que o submetemos à AFC com 27 itens. Nos casos de modelos com teste X^2 estatisticamente significativo, Hair et al. (2009) recomendam analisar os outros índices de ajuste, ao mesmo tempo que Iacobucci (2010) e Brown (2015) sugerem que o mais importante é que a razão X^2/gl tenha de ser igual ou inferior a 3. Os resultados da AFC do modelo podem ser observados na Tabela 37.

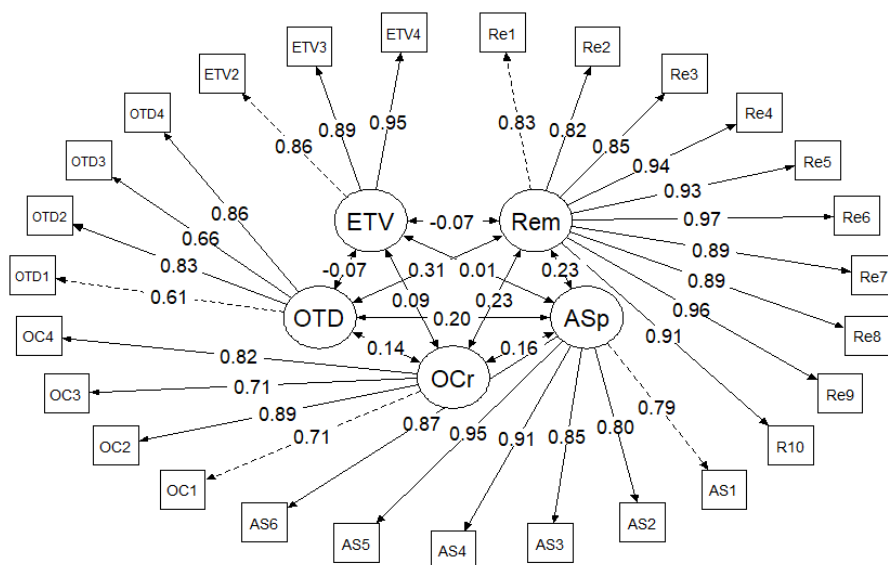
Tabela 37 - Índices de ajuste do modelo multidimensional de retenção de “membros” de OSC’s

X^2 (gl)	X^2 /gl	CFI	TLI	SRMR	RMSEA (90% IC)
524,035 (314)***	1,7	0,993	0,993	0,053	0,054 (0,045 – 0,062)

Nota: *** $p < 0,001$.

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Na Tabela 37, pode-se verificar que a razão X^2 /gl é menor que 3; os valores de CFI e TLI estão acima de 0,95; o valor de RMSEA é menor que 0,06, com limite superior de intervalo de confiança menor que 0,10; e o valor de SRMR é menor que 1, estando mais próximo de zero, o que indica bom ajuste do modelo (BROWN, 2015). Considerando os critérios definidos por este autor, que constam da Tabela 17, estes resultados sugerem aceitabilidade do modelo, com ajuste ótimo. O diagrama do modelo está representado na Figura 7, a partir do qual pode-se observar que as variáveis apresentam cargas fatoriais elevadas nos seus respectivos fatores, todas estatisticamente significativos ($p < 0,001$).

Figura 7 - Diagrama da AFC da retenção de “membros”

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Embora tivéssemos obtido ótimos índices de ajuste, importa reportar que, ao rodarmos a análise, o software emitiu o seguinte aviso: “the variance-covariance matrix of the estimated parameters (vcov) does not appear to be positive definite! The smallest eigenvalue (= -1.413697e-

16) is smaller than zero. This may be a symptom that the model is not identified”⁸. Sabendo que “Matriz positiva não-definida” pode ocorrer quando a escala tiver itens altamente redundantes que se correlacionam ou que induzem quase todos os respondentes a fornecerem o mesmo tipo de resposta (LORENZO-SEVA; FERRANDO, 2021), seguimos dois procedimentos para averiguarmos isso. Por um lado, fizemos o diagnóstico da multicolinearidade entre as variáveis, tendo constatado que o item Re6 (Estou satisfeito com a competitividade do meu pacote salarial total: salário base, benefícios e incentivos) foi o único que apresentou valor de inflação de variância (VIF) acima de 10, considerando que 10 é o valor de referência de corte (HAIR et al., 2009). Mesmo excluindo o item, o *software* continuou reportando o aviso anterior, por isso, optamos por mantê-lo. Por outro lado, avaliamos os itens da escala não somente a partir da sua semântica, mas, também, por meio da média, mediana, moda e soma dos escores de cada item, não tendo encontrado variáveis altamente redundantes na escala que pudessem ter induzido os respondentes a fornecerem quase a mesma resposta.

Acreditamos que o alerta sobre “matriz positiva não-definida” não decorre de problema relacionado com a escala, considerando que o modelo de Döckel (2003) e de Döckel, Basson e Coetzee (2006) foi validado por outras pesquisas (DHANPAT et al., 2018; FERREIRA; MUJAJATI, 2017; FERREIRA; POTGIETER, 2018; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; SHIBITI, 2019; VAN DYK; COETZEE, 2012) e nenhuma delas reportou problemas da escala. Além disso, os resultados desta seção também confirmaram a estrutura multidimensional da retenção de “membros”, assim como a validade e consistência interna do modelo para o contexto do estudo, conforme veremos a seguir. Na verdade, nos casos de tamanho amostral pequeno ou médio, a covariância amostral ou matriz de correlação pode não ser “positiva definida” devido ao problema de flutuação da amostragem, apesar de a análise fatorial ser computada mesmo que as matrizes de correlação sejam “positiva não-definida” (LORENZO-SEVA; FERRANDO, 2021). Entendemos que a nossa amostra, constituída por 234 casos válidos após excluimos os *outliers* multivariados, se configura como amostra média, podendo ser a provável causa da “matriz positiva não-definida”.

Em complemento à AFC, analisamos a validade da escala por meio da verificação da validade convergente, discriminante e da confiabilidade. Avaliamos a fidedignidade do modelo por

⁸ A matriz de variância-covariância dos parâmetros estimados (vcov) não parece ser positiva definida! O menor autovalor (= -1,243284e-16) é menor que zero. Isso pode ser sintoma de que o modelo não foi identificado.

meio da análise dos coeficientes *alpha* de Cronbach, da confiabilidade composta (CC), assim como da verificação da *Average Variance Extracted* (AVE). Calculamos a CC e a AVE na planilha do Excel, tomando como base as cargas fatoriais de cada dimensão. Enquanto para CC usamos como critério de avaliação valores $\geq 0,7$ (HAIR et al., 2009), para avaliação da variância extraída e do coeficiente *alpha* continuamos tomando como base os pontos de corte que estabelecemos anteriormente.

No que se refere à validade discriminante, testamo-la avaliando a correlação entre as dimensões que compõem a escala, verificando se a variância compartilhada é menor que a variância extraída do respectivo construto. Na validade convergente, procuramos verificar o quanto as variáveis do mesmo construto estão relacionadas e convergentes, sendo que maiores valores indicam maior vinculação e são evidência de maior validade convergente. Para o efeito, calculamos estes valores por meio da raiz quadrada da AVE (COSTA, 2011). Os resultados das análises de validade convergente, discriminante e confiabilidade constam na Tabela 38.

Tabela 38 - Validade convergente, discriminante e confiabilidade do modelo de retenção de “membros”

Construto	1	2	3	4	5
1. Remuneração	0,900				
2. Apoio do Supervisor	0,230	0,864			
3. Oport. Treinamento/Desenvolvimento	0,310	0,197	0,749		
4. Oportunidades de Carreira	0,227	0,161	0,144	0,787	
5. Equilíbrio Trabalho-Vida	-0,066	0,014	-0,070	0,091	0,902
<i>Alfa</i>	0,973	0,942	0,807	0,846	0,893
CC	0,977	0,946	0,833	0,866	0,929
AVE	0,810	0,747	0,561	0,619	0,814

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao observar a Tabela 38, verifica-se que as variâncias extraídas estão acima de 0,5, satisfazendo o critério que estabelecemos. Na diagonal principal, os valores em negrito (raiz quadrada da AVE) demonstram que os itens de cada construto estão bastante vinculados e são convergentes entre si, com valores acima de 0,7, o que atesta validade convergente do modelo. Visto que as variâncias compartilhadas, isto é, a correlação entre as dimensões da escala, são menores que as variâncias extraídas das respectivas dimensões, depreende-se que a medida alcançou validade discriminante nas suas cinco dimensões. Adicionalmente, a análise da fidedignidade do modelo indicou que o coeficiente *alpha* de Cronbach é muito maior que 0,7, ao mesmo tempo que a confiabilidade composta apresentou bons coeficientes, acima de 0,8 em todas as dimensões. Isto significa que as variáveis de cada construto possuem consistência interna.

Assim, a AFC não somente confirmou a estrutura multifatorial da escala, mas também a adequação do modelo de Döckel (2003) e de Döckel, Basson e Coetzee (2006) nas OSC's e no contexto moçambicano, dado que os índices de ajustamento demonstraram ajuste ótimo do modelo. Além disso, o modelo alcançou validade convergente e validade discriminante, ao mesmo tempo que a análise da fidedignidade, por meio do coeficiente *alpha* de Cronbach e da fidedignidade composta, demonstrou possuir boa consistência interna. A escala inicial de 30 itens divididos em seis dimensões ficou reduzida a 27 variáveis distribuídas em cinco fatores, designadamente: “remuneração” (10 itens); “apoio do supervisor” (seis itens); “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” (quatro itens); “oportunidades de carreira” (quatro itens); e “equilíbrio trabalho-vida” (três itens). O Quadro 23 apresenta a escala final de retenção de “membros” após os procedimentos da análise fatorial.

Quadro 23 – Escala final de retenção de “membros” após análise fatorial

Fator	Cód.	Item
Remuneração	Re1	Estou satisfeito com o meu pacote de benefícios
	Re2	Pessoalmente, estou satisfeito com o meu aumento mais recente
	Re3	Estou satisfeito com as informações sobre questões salariais fornecidas pela organização
	Re4	Estou satisfeito com o meu pacote salarial total atual (salário base, benefícios e incentivos)
	Re5	Pessoalmente, estou satisfeito com a estrutura de pagamento da organização
	Re6	Estou satisfeito com a competitividade do meu pacote salarial total (salário base, benefícios e incentivos)
	Re7	Pessoalmente, estou satisfeito com o valor dos meus benefícios
	Re8	Estou satisfeito com a consistência das políticas de pagamento da organização
	Re9	Estou satisfeito com o tamanho do meu incentivo financeiro atual
	Re10	Pessoalmente, estou satisfeito com o número de benefícios que recebo
Apoio do supervisor	AS1	Meu supervisor procura oportunidades para elogiar o desempenho positivo dos membros, tanto em particular quanto na frente de outras pessoas
	AS2	Sinto-me valorizado pelo meu supervisor
	AS3	O supervisor dá-me “feedback” sobre quão bem faço meu trabalho
	AS4	Meu supervisor recompensa uma boa ideia, implementando-a e dando crédito ao colaborador responsável
	AS5	Meu supervisor reconhece o colaborador pelo trabalho bem executado
	AS6	Meu supervisor costuma me dizer o quão bem ele acha que estou realizando o trabalho
Oport. / Trein. / Des.	OTD1	Esta organização está me fornecendo treinamento específico para o trabalho
	OTD2	Tempo suficiente é alocado para treinamento de produto e solução
	OTD3	Posso aplicar o treinamento que recebo, nesta organização
	OTD4	Dinheiro suficiente é alocado para treinamento de produto e solução
Op ort	OC1	Minhas chances de ser promovido(a) são boas
	OC2	Existem oportunidades de carreira suficientes para mim nesta organização

Fator	Cód.	Item
	OC3	Pode ser fácil encontrar emprego em outro Setor/Departamento, nesta organização
	OC4	O desenvolvimento da carreira do funcionário é importante nesta organização
Equil. Trab. Vida	ETV2	Minha agenda de trabalho frequentemente entra em conflito com minha vida pessoal
	ETV3	Meu trabalho afeta meu papel como cônjuge e/ou pai ou mãe
	ETV4	Meu trabalho tem efeitos negativos em minha vida pessoal

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

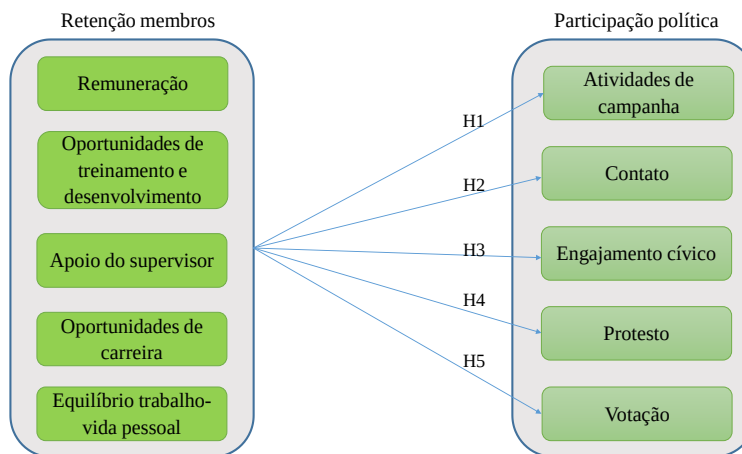
Depois de certificarmos o ajuste do modelo de Döckel (2003) e de Döckel, Basson e Coetzee (2006) nas OSC's no contexto moçambicano, seguimos para a próxima seção, na qual relacionamos as práticas de retenção de “membros” com cada uma das práticas de participação política.

7.3 Relações entre Retenção de “membros” e participação política

Nesta seção, buscamos estabelecer as relações das práticas de retenção de “membros” com cada uma das práticas de participação política, a fim de testarmos as hipóteses que propusemos nesta pesquisa. Lembramos que os procedimentos da análise fatorial que realizamos na seção anterior sugeriram que o modelo de retenção de “membros” de Döckel (2003) e de Döckel, Basson e Coetzee (2006) deveria ser constituído pelos seguintes fatores: “remuneração”; “apoio do supervisor”; “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”; “oportunidades de carreira”; e “equilíbrio trabalho-vida”. Por outro lado, entendemos ser útil lembrar que, depois de o modelo de mensuração da participação política que desenvolvemos nesta pesquisa ter sobrevivido ao teste empírico, a escala final ficou composta por cinco dimensões que melhor representam as matrizes dos dados das duas atividades de amostragem, quais sejam: “atividade de campanha”; “contato”; “engajamento cívico”; “protesto”; e “votação”.

Considerando que cada hipótese de pesquisa relaciona as cinco dimensões do construto retenção de “membros”, separadamente, com cada um dos fatores de participação política, passamos a ter cinco hipóteses. A redução das oito hipóteses teóricas, que havíamos proposto na seção 3.3, para cinco, está relacionada com o número de fatores retidos pelos procedimentos da análise fatorial que realizamos ao longo do quinto capítulo. A Figura 8 ilustra o modelo teórico com as hipóteses teóricas testadas nesta seção.

Figura 8 - Ilustração das Hipóteses testadas na pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

De acordo com a Figura 8, as cinco hipóteses que testamos empiricamente nesta pesquisa são:

- H1: As práticas de retenção de “membros” explicam “atividade de campanha”;
- H2: As práticas de retenção de “membros” influenciam positivamente “contato” político;
- H3: As práticas de retenção de “membros” favorecem “engajamento cívico”;
- H4: As práticas de retenção de “membros” são positivamente relacionadas com “protesto” político;
- H5: As práticas de retenção de “membros” são preditoras da “votação”.

Na análise exploratória preliminar dos dados, verificamos as médias aritméticas gerais dos dois modelos, tendo constatado que a escala de retenção de “membros” obteve a média de 5,86 (DP =1,024) e a de participação política obteve a média global de 3,95 (DP=1,288). Estes dados demonstram que o primeiro modelo teve maiores escores que o último, ambos avaliados pelos mesmos sujeitos no mesmo questionário que agregava os dois instrumentos de mensuração. Além disso, avaliamos a normalidade dos dados para auxiliar-nos na tomada de decisão sobre o método de estimação que devíamos utilizar na MEE. Avaliamos a normalidade dos dados por meio dos testes de Kolmogorov-Smirnov e de Shapiro-Wilk (RAZALI; WAH, 2011), cujos resultados indicaram que todas as 55 variáveis (27 do modelo da retenção e 28 da escala de participação política) têm distribuição não-normal ($p < 0,001$).

Em virtude de terem sido violados os pressupostos de distribuição normal multivariada dos dados, utilizamos como método de estimação dos parâmetros *Weighted Least Squares Mean and Variance Adjusted* (WLSMV), por ser relativamente estável em situações de desvios de normalidade e em diferentes tamanhos amostrais (FINNEY; DISTEFANO; KOPP, 2016), ao mesmo tempo que é o mais adequado para medidas que utilizam escalas de tipo *Likert* (tal como os dois modelos cujas relações examinamos nesta pesquisa), sobretudo por ser o estimador largamente aceito para dados categóricos (BANDALOS, 2014; FINNEY; DISTEFANO; KOPP, 2016). Realizamos a MEE utilizando o *software* R (pacote Lavaan) e avaliamos o ajuste dos modelos estruturais por meio do X^2 , gl, p-valor, CFI, TLI, RMSEA e SRMR, usando os critérios que estabelecemos da Tabela 17.

Para testarmos cada hipótese, optamos por estabelecer relações estruturais dos cinco fatores da retenção de “membros” (isto é, “remuneração”, “apoio do supervisor”, “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”, “oportunidades de carreira” e “equilíbrio trabalho-vida”), separadamente, com cada uma das dimensões de participação política, com vistas a permitir análises mais pormenorizadas e minimizar possível interferência dos demais fatores do construto retenção de “membros” na relação estrutural.

Especificamente, subdividimos cada hipótese em cinco sub-hipóteses, nas quais avaliamos o grau em que cada uma das dimensões da retenção de “membros” influencia, separadamente, a dimensão de participação política em análise. Com base nos valores da significância, conferimos a confirmação ou rejeição da relação que estabelecemos em cada sub-hipótese. Além disso, baseamos-nos no quadrado do coeficiente da correlação (r^2) das variáveis dos modelos estruturais para obtermos o coeficiente de determinação, que é o percentual do quanto a variável preditora influencia sobre a variável explicada (FIELD, 2009; HAIR et al, 2009).

Assim, a confirmação ou a rejeição de cada hipótese foi determinada pelos resultados obtidos nos cinco modelos estruturais decorrentes da relação estrutural de cada uma das cinco práticas de retenção de “membros” com o fator do construto de participação política em análise, o que equivale dizer que, para testarmos cada hipótese, criamos cinco modelos estruturais e fizemos cinco análises. Para as cinco hipóteses, realizamos 25 análises no total.

Seis subseções compõem esta seção. As primeiras cinco correspondem às análises do teste de cada uma das hipóteses. Optamos por discutir os resultados com profundidade no final de cada subseção, após termos apresentado os resultados das sub-hipóteses que compõem cada hipótese.

Na última subseção, sistematizamos os resultados do teste das cinco hipóteses da pesquisa, analisando o grau em que a retenção de “membros” influencia a participação política, bem como avaliamos os resultados em termos de implicações para pesquisas futuras.

Os resultados indicaram confirmação de três hipóteses e rejeição de outras duas. As hipóteses confirmadas são: H2 (as práticas de retenção de “membros” influenciam positivamente “contato” político); H3 (as práticas de retenção de “membros” favorecem “engajamento cívico”); e H5 (as práticas de retenção de “membros” são preditoras da “votação”). A seguir, iniciamos com as análises referentes à primeira hipótese, que relaciona as práticas de retenção de “membros” com “atividade de campanha”.

7.3.1 Hipótese 1: As práticas de retenção de “membros” explicam “atividade de campanha”

Nesta subseção, testamos a primeira hipótese, com base na qual estabelecemos relações de dependência dos cinco fatores da retenção de “membros”, separadamente, com a dimensão “atividade de campanha”. Assim, cinco sub-hipóteses compõem a hipótese em análise, as quais analisamos separadamente. No final da subseção, avaliamos o grau em que a hipótese foi confirmada ou rejeitada, em função dos resultados das sub-hipóteses, e analisamos os achados em termos detalhados.

“Atividade de campanha” é o modo de participação política relacionado ao envolvimento de indivíduos em atividades de partidos ou organizações pertencentes a partidos políticos na qualidade de membros ou ativistas, ao mesmo tempo que inclui todo o conjunto de ações políticas inerentes ao período de campanha eleitoral em busca do apoio dos eleitores, influenciando o seu comportamento eleitoral com vistas a votarem em um candidato e/ou partido político (BEAN, 1991; KALAYCIOGLU; TURAN, 1981; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TALÒ; MANNARINI, 2015; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VAN DETH, 1986).

Por acreditarmos que a habilidade para participar dessas ações políticas pode ser aprofundada pelas OSC's como consequência da promoção e da difusão de normas, de valores e de atitudes democráticas na sociedade, que ao mesmo tempo são incutidas, no dia-a-dia, nos seus “membros” (ENCARNACIÓN, 2017; JAYSAWAL, 2013; LEE; GLASURE, 2007), entendemos que a sua apreensão por um período de tempo prolongado pode ser facilitada pelas práticas de

retenção de “membros”. Foi nesta perspectiva que nos propusemos a examinar o grau em que cada uma das dimensões do construto retenção de “membros”, separadamente, explica “atividade de campanha”. Assim, começamos por analisar a sub-hipótese H1a, que propõe que a “remuneração” explica “atividade de campanha”.

Os resultados indicam bom ajuste do modelo estrutural, apresentando X^2 de 117,626 com 111 graus de liberdade ($p=0,315$); o valor de CFI e TLI foi 1; o de SRMR foi 0,032; e o RMSEA exibiu valor de 0,016, com intervalo de confiança de 90% de 0,000 a 0,038. As estimativas da relação entre “remuneração” e “atividade de campanha” podem ser observadas na Tabela 39.

Tabela 39 – Estimativas e significância da relação entre “remuneração” e “atividade de campanha”

REGRESSÕES LINEARES			Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
			Covariância			Correlação	
ATCAMP ← REMUNERAÇÃO			0,067	0,077	0,871	0,061	0,384
Re1	←	REMUNERAÇÃO	1	-	-	0,797	-
Re2	←	REMUNERAÇÃO	1,019	0,034	29,964	0,812	***
Re3	←	REMUNERAÇÃO	1,050	0,033	31,984	0,837	***
Re4	←	REMUNERAÇÃO	1,167	0,031	37,867	0,931	***
Re5	←	REMUNERAÇÃO	1,167	0,033	35,144	0,931	***
Re6	←	REMUNERAÇÃO	1,223	0,032	37,870	0,975	***
Re7	←	REMUNERAÇÃO	1,100	0,028	38,645	0,877	***
Re8	←	REMUNERAÇÃO	1,117	0,030	37,329	0,891	***
Re9	←	REMUNERAÇÃO	1,206	0,032	38,192	0,962	***
Re10	←	REMUNERAÇÃO	1,141	0,033	34,395	0,910	***
AC2	←	ATCAMP	1	-	-	0,879	-
AC4	←	ATCAMP	0,949	0,026	36,934	0,834	***
AC5	←	ATCAMP	1,025	0,023	43,961	0,901	***
AC6	←	ATCAMP	1,044	0,023	46,066	0,918	***
AP1	←	ATCAMP	1,023	0,023	43,629	0,900	***
AP2	←	ATCAMP	1,080	0,023	46,848	0,949	***
AP4	←	ATCAMP	1,120	0,024	45,757	0,985	***

*** $p<0,001$

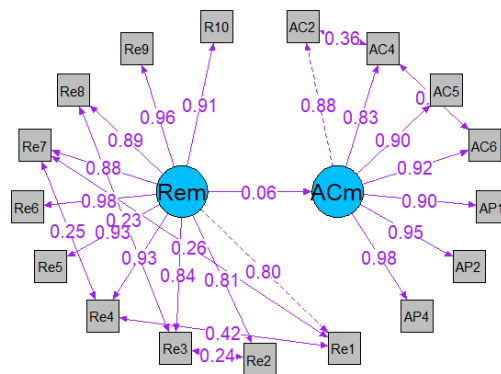
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir desta Tabela, pode-se verificar que as duas variáveis têm uma covariância de 0,067, indicando que, em média, a cada 1 ponto que aumenta nos escores da “remuneração” se repercute no aumento de 0,067 pontos nos escores da “atividade de campanha”. As duas variáveis apresentam uma correlação positiva fraca de 0,061, o que significa que a “remuneração” explica 0,37% da variação da “atividade de campanha”. Haja vista que o modelo estrutural gerou p-valor não significativo de 0,384, a sub-hipótese H1a foi rejeitada.

Portanto, apesar de existir certa relação entre os dois construtos, a “remuneração” não apresenta potencial de explicação estatisticamente significativa sobre “atividade de campanha”, o

que significa que o sistema de remuneração aplicado nas OSC's não conduz à propensão dos “membros” a participar na “atividade de campanha”. Consequentemente, o poder de a “remuneração” explicar “atividade de campanha” é bastante fraco ($r^2=0,37\%$). A Figura 9 apresenta o diagrama de caminhos do modelo.

Figura 9 - Diagrama de caminhos de H1a: A “remuneração” explica “atividade de campanha”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Prosseguimos com as análises avançando para a sub-hipótese H1b, cujo modelo estrutural estabelece uma relação entre “apoio do supervisor” e “atividade de campanha”. Os resultados da relação estrutural apontam bom ajuste do modelo, com X^2 de 74,241 e 61 graus de liberdade ($p=0,119$); o CFI e TLI exibiram o mesmo valor de 0,999; o valor de SRMR foi 0,036; e o RMSEA apresentou o valor de 0,036, com limite inferior de 0,031 e superior de 0,052 (90% do intervalo de confiança). A Tabela 40 apresenta as estimativas da relação entre “apoio do supervisor” e “atividade de campanha”.

Tabela 40 – Estimativas e significância da relação entre “apoio do supervisor” e “atividade de campanha”

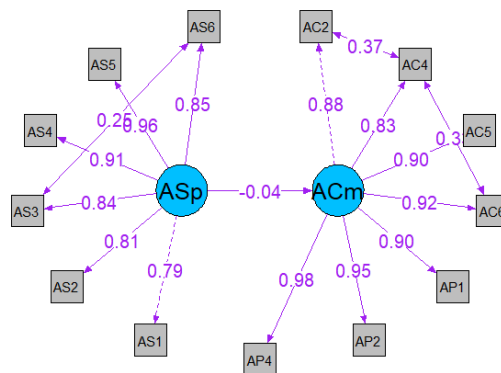
REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
ATCAMP ← AP. SUPERVISOR	-0,040	0,075	-0,535	-0,036	0,593
AS1 ← AP. SUPERVISOR	1	-	-	0,791	-
AS2 ← AP. SUPERVISOR	1,022	0,038	27,248	0,808	***
AS3 ← AP. SUPERVISOR	1,057	0,037	28,204	0,836	***
AS4 ← AP. SUPERVISOR	1,149	0,038	30,383	0,909	***
AS5 ← AP. SUPERVISOR	1,213	0,041	29,572	0,959	***
AS6 ← AP. SUPERVISOR	1,075	0,036	30,103	0,850	***

AC2	←	ATCAMP	1	-	-	0,879	-
AC4	←	ATCAMP	0,947	0,026	36,932	0,832	***
AC5	←	ATCAMP	1,026	0,023	44,720	0,902	***
AC6	←	ATCAMP	1,043	0,022	46,437	0,917	***
AP1	←	ATCAMP	1,024	0,023	43,926	0,900	***
AP2	←	ATCAMP	1,080	0,023	47,297	0,950	***
AP4	←	ATCAMP	1,120	0,024	45,778	0,985	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Tabela 40 aponta que as relações estabelecidas na sub-hipótese H1b apresentam uma covariância negativa de -0,040, o que significa que a cada 1 ponto que aumenta nos escores do “apoio do supervisor” provoca uma diminuição de 0,040 pontos nos escores de “atividade de campanha”. Constatamos, ainda, que os dois construtos exibiram uma correlação negativa fraca de -0,036, concorrendo para que a proporção de explicação da “atividade de campanha” pelo “apoio do supervisor” fosse de 0,13% (r^2). A sub-hipótese em análise não foi confirmada ($p=0,593$), o que equivale dizer que “atividade de campanha” não pode ser explicada pelo “apoio do supervisor”. A representação visual da relação estrutural da sub-hipótese H1b pode ser observada na Figura 10.

Figura 10 - Diagrama de caminhos de H1b: O “apoio do supervisor” explica “atividade de campanha”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Continuamos com as análises examinando os resultados da sub-hipótese H1c, que propõe que as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” explicam “atividade de campanha”. A relação de dependência das duas variáveis demonstrou validade do modelo estrutural, considerando que apresentou X^2 de 41,914 com 40 graus de liberdade ($p=0,388$); o valor de CFI e de TLI foi 1; o de SRMR foi 0,025; e o RMSEA exibiu o valor de 0,014, com limite inferior de intervalo de

confiança de 0,000 e superior de 0,048. As estimativas da relação entre os dois construtos podem ser observadas na Tabela 41.

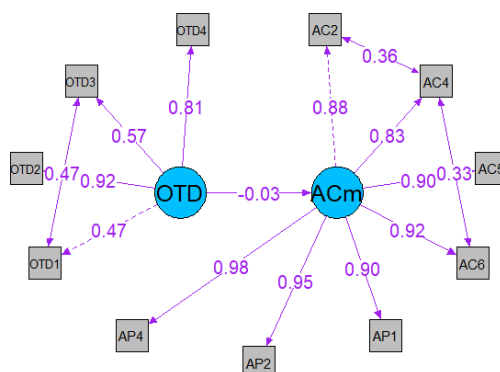
Tabela 41 – Estimativas e significância da relação entre “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” e “atividade de campanha”

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
ATCAMP ← OP. TR. DESENV.	-0,061	0,130	-0,472	-0,033	0,637
OTD1 ← OP. TR. DESENV.	1	-	-	0,475	-
OTD2 ← OP. TR. DESENV.	1,935	0,263	7,351	0,919	***
OTD3 ← OP. TR. DESENV.	1,211	0,139	8,687	0,575	***
OTD4 ← OP. TR. DESENV.	1,704	0,197	8,640	0,809	***
AC2 ← ATCAMP	1	-	-	0,879	-
AC4 ← ATCAMP	0,948	0,026	37,100	0,833	***
AC5 ← ATCAMP	1,025	0,023	44,640	0,901	***
AC6 ← ATCAMP	1,043	0,022	44,490	0,917	***
AP1 ← ATCAMP	1,024	0,023	44,027	0,900	***
AP2 ← ATCAMP	1,080	0,023	47,313	0,950	***
AP4 ← ATCAMP	1,119	0,024	45,832	0,984	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir da Tabela 41, verifica-se uma covariância negativa de -0,061 dos dois construtos que compõem a sub-hipótese H1c, o que representa uma diminuição de 0,061 nos escores da variável “atividade de campanha” para cada acréscimo de 1 ponto nos escores das “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”. A correlação apontou que as duas variáveis se correlacionam de forma negativa fraca, com coeficiente de -0,033. De acordo com o coeficiente de determinação (r^2), as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” têm 0,11% da variabilidade da “atividade de campanha”. Entretanto, a significância do modelo remete-nos à rejeição da sub-hipótese ($p=0,637$). Portanto, apesar de as estimativas dos parâmetros do modelo estrutural terem indicado bom ajuste do modelo, as estimativas de caminhos estruturais demonstram que as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” não têm potencial de explicação estatisticamente significativa sobre “atividade de campanha”. O modelo estrutural está representado na Figura 11.

Figura 11 - Diagrama de caminhos de H1c: As “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” explicam “atividade de campanha”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Avançamos para analisarmos a sub-hipótese H1d, que estabelece uma relação estrutural entre “oportunidades de carreira” e atividade de campanha”. Os resultados indicam validade do modelo estrutural na medida em que apresentou X^2 de 43,332 com 41 graus de liberdade ($p=0,373$); o valor de CFI e de TLI foi 1; o de SRMR foi 0,037; e o RMSEA exibiu valor de 0,016, com intervalo de confiança de 90% de 0,000 a 0,048. As estimativas da relação entre “oportunidades de carreira” e “atividade de campanha” constam na Tabela 42.

Tabela 42 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Carreira” e “atividade de campanha”

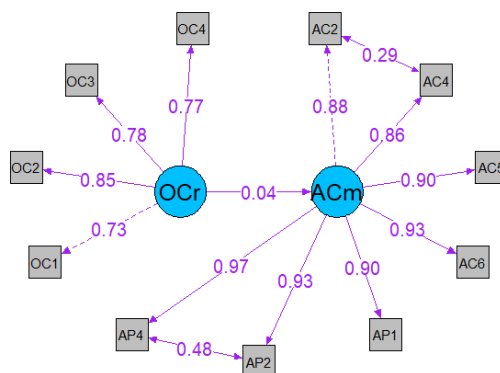
REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
ATCAMP ← OP. CARREIRA	0,048	0,086	0,577	0,039	0,577
OC1 ← OP. CARREIRA	1	-	-	0,727	-
OC2 ← OP. CARREIRA	1,162	0,060	19,509	0,846	***
OC3 ← OP. CARREIRA	1,078	0,061	17,730	0,784	***
OC4 ← OP. CARREIRA	1,058	0,059	18,070	0,769	***
AC2 ← ATCAMP	1	-	-	0,883	-
AC4 ← ATCAMP	0,973	0,021	45,746	0,859	***
AC5 ← ATCAMP	1,021	0,023	45,081	0,901	***
AC6 ← ATCAMP	1,055	0,023	46,867	0,931	***
AP1 ← ATCAMP	1,023	0,023	44,028	0,903	***
AP2 ← ATCAMP	1,053	0,023	46,516	0,930	***
AP4 ← ATCAMP	1,095	0,023	48,512	0,967	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com base na Tabela 42, constata-se que “oportunidades de carreira” e “atividade de campanha” apresentam uma covariância de 0,048, indicando que a cada 1 ponto que sobe nos escores de “oportunidades de carreira”, sobe 0,048 pontos nos escores da “atividade de campanha”.

Além disso, o coeficiente de correlação indicou associação positiva fraca entre as duas variáveis, de 0,039. Consequentemente, “oportunidades de carreira” contribuem somente por 0,15% da variação nos escores da “atividade de campanha”. Sabendo que a significância do modelo estrutural da H1d foi estatisticamente nula ($p=0,577$), a sub-hipótese não foi confirmada. Assim, embora o modelo estrutural da H1d tivesse apresentado boas medidas de ajustamento, os resultados indicam que “atividade de campanha não é explicada significativamente pelas “oportunidades de carreira”. O diagrama de caminhos do modelo está representado na Figura 12.

Figura 12 - Diagrama de caminhos de H1d: As “oportunidades de carreira” explicam “atividade de campanha”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Prosseguimos para examinarmos a última sub-hipótese, na qual propusemos que “equilíbrio trabalho-vida” explica “atividade de campanha”. Os resultados destacam boa qualidade de ajuste do modelo estrutural, dado que apresentou X^2 de 44,711 com 32 graus de liberdade ($p=0,067$); CFI e TLI exibiram valor de 0,999 e 0,998, respectivamente; o valor de SRMR foi 0,037; e o RMSEA apresentou valor de 0,041 com limite inferior de 0,000 e superior de 0,068 (90% do intervalo de confiança). A Tabela 43 apresenta as estimativas da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “atividade de campanha”.

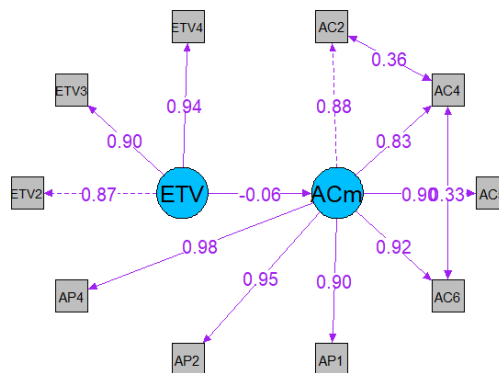
Tabela 43 – Estimativas e significância da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “atividade de campanha”

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
ATCAMP ← EQUI. TRAB. VIDA	-0,061	0,076	-0,800	-0,060	0,424
ETV2 ← EQUI. TRAB. VIDA	1	-	-	0,869	-
ETV3 ← EQUI. TRAB. VIDA	1,031	0,030	34,262	0,895	***
ETV4 ← EQUI. TRAB. VIDA	1,083	0,027	39,444	0,941	***
AC2 ← ATCAMP	1	-	-	0,880	-
AC4 ← ATCAMP	0,948	0,026	37,091	0,834	***
AC5 ← ATCAMP	1,025	0,023	44,554	0,901	***
AC6 ← ATCAMP	1,043	0,022	46,483	0,917	***
AP1 ← ATCAMP	1,023	0,023	44,003	0,900	***
AP2 ← ATCAMP	1,079	0,023	47,371	0,950	***
AP4 ← ATCAMP	1,119	0,024	45,903	0,984	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Tabela 43 aponta que os construtos da sub-hipótese H1e apresentam uma covariância negativa de -0,061, o que representa uma diminuição de 0,061 nos escores da “atividade de campanha” para cada 1 ponto que aumenta nos escores de “equilíbrio trabalho-vida”. Quanto à correlação, os dois construtos apresentam uma correlação negativa fraca de -0,060, o que concorreu para que o percentual de variação total da “atividade de campanha” explicado pelo “equilíbrio trabalho-vida” fosse de 0,36% (r^2). A sub-hipótese em análise foi rejeitada a $p=0,424$. Os resultados da sub-hipótese H1e indicam que “atividade de campanha” não sofre influência positiva de “equilíbrio trabalho-vida”. Nesta perspectiva, o preditor não se repercute na propensão dos “membros” das OSC’s a participarem em ações políticas da “atividade de campanha”. A representação visual do modelo estrutural encontra-se na Figura 13.

Figura 13 - Diagrama de caminhos de H1e: “Equilíbrio trabalho-vida” explica “atividade de campanha”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Após apresentarmos os resultados desta subseção, verificamos que as variáveis dos modelos estruturais apresentaram correlações fracas, muito abaixo de 0,3, três das quais negativas (H1b, H1c e H1e), ao mesmo tempo que constatamos que todas as sub-hipóteses não foram confirmadas, o que significa que H1 foi rejeitada. Desta forma, apesar de os modelos de mensuração de retenção de “membros” e de participação política resultarem dos procedimentos da AFE e terem sido confirmados pela AFC com bons índices de ajuste, ao mesmo tempo que alcançaram validade convergente, discriminante e consistência interna, as relações estruturais que teorizamos na primeira hipótese não foram sustentadas empiricamente.

Além disso, as boas medidas de ajustamento alcançadas pelos modelos estruturais das sub-hipóteses não conduziram à confirmação estatisticamente significativa de que as práticas de retenção de “membros” explicam “atividade de campanha”. Especificamente, os resultados apontaram que as práticas de retenção de “membros” não influenciam os “membros” das OSC’s a: fazer campanha eleitoral voluntariamente; trabalhar para um candidato durante a campanha eleitoral; participar de reuniões ou comícios políticos; usar roupas ou objetos com mensagem política favorável a um candidato ou partido político; fazer trabalho voluntário para um partido político e ser membro de partido de partido político e de organização pertencente a um partido político.

Em outra perspectiva de análise, ajustada às OSC’s não políticas, pode ser que o desenvolvimento da capacidade de participação política nas “atividades de campanha” esteja fora do escopo desse tipo de organizações, considerando o seu papel na promoção e no aprofundamento de aspectos cruciais da democracia, tais como pluralismo, respeito pela diversidade (BOULDING, 2010; JAYSAWAL, 2013), incluindo imparcialidade política. Assim, é provável que as práticas de retenção de “membros” não sejam suficientemente capazes de influenciar a participação de “membros” de OSC’s não políticas na “atividade de campanha” pelo fato de o seu contexto organizacional não promover capacidade política para o efeito.

Um aspecto não menos importante que precisamos ressaltar diz respeito ao fato desta pesquisa ser pioneira a estabelecer relações de dependência entre retenção de “membros” e participação política de “membros” de OSC’s, conforme argumentamos no primeiro capítulo. Considerando que a apropriação das normas, dos valores, das competências democráticas, das habilidades e virtudes cívicas promovidas e desenvolvidas pelas OSC’s transborda na propensão de “membros” a participar em diversas práticas políticas, acreditamos que a participação política

sofre influência da retenção de “membros”, por ela oportunizar o desenvolvimento da capacidade de participação política por um período de tempo longo. Entretanto, não encontramos estudos que pudessem sustentar os nossos resultados das relações estruturais entre retenção de “membros” e participação política, em todas as hipóteses, por esta pesquisa ser pioneira neste objeto de estudo.

Em suma, apesar de as nossas proposições teóricas apontarem que as práticas de retenção de “membros” estivessem relacionadas com “atividade de campanha”, não encontramos evidências que pudessem sustentar essa relação a partir da nossa amostra. Entretanto, queremos acreditar que a não confirmação da hipótese não esteja relacionado a problemas metodológicos, posto que o embasamento hipotético-conceitual resultou das abstrações decorrentes das três revisões sistemáticas da literatura rigorosamente elaboradas (vide os respectivos protocolos nos Apêndices A, B e C). Além disso, os modelos de mensuração de retenção de “membros” e de participação política decorrem dos procedimentos da AFE e foram confirmados pela AFC com bons índices de ajustamento, ao mesmo tempo que alcançaram validade convergente, discriminante e consistência interna. Assim, pode ser prematuro concluir-se definitivamente que a “atividade de campanha” não é explicada pelas práticas de retenção de “membros”.

Ao invés disso, sugerimos que estudos futuros, em outros contextos geográficos, possam continuar examinando essas relações, principalmente pelo fato de no contexto onde desenvolvemos esta pesquisa os “membros” das OSC’s tenderem a participar muito pouco nas ações políticas da “atividade de campanha”, a avaliar pela média de intensidade baixa que esta dimensão obteve, de 2,28 (DP=1,84), enquanto o modelo de retenção de “membros” recebeu média global de 5,86 (DP=1,02), usando-se escala de avaliação de dez pontos (de 1 a 10). Complementarmente, há que não descurar que a média global do preditor da “atividade de campanha” é de intensidade moderada, indicando que as OSC’s em Moçambique tendem a implementar as práticas de retenção de “membros” moderadamente.

Após concluirmos as análises inerentes à primeira hipótese, seguimos para examinarmos a relação entre práticas de retenção de “membros” e “contato” político, que estabelecemos na segunda hipótese.

7.3.2 Hipótese 2: As práticas de retenção de “membros” influenciam positivamente “contato” político

Nesta hipótese da pesquisa, estabelecemos relações estruturais das cinco dimensões do construto retenção de “membros” com o fator “contato” político, separadamente. Nesta perspectiva, a hipótese se desdobra em cinco sub-hipóteses que analisam a influência de cada um dos fatores da retenção de “membros” com a dimensão “contato” político. A dimensão “contato” diz respeito às ações políticas direcionadas por cidadãos a atores políticos com o intuito de influenciar decisões e resultados políticos. Tais ações consistem não somente em apresentar e discutir as opiniões dos cidadãos sobre questões políticas, com políticos, mas também em apresentar certos problemas relacionados à comunidade, especificamente, para funcionários públicos, membros de governo distrital/municipal, estadual ou central, na tentativa de obter soluções políticas (BEAN, 1991; EKMAN; AMNÅ, 2012; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TALÒ; MANNARINI, 2015; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VAN DETH, 1986, 2016).

Essas ações políticas são estimuladas pelas OSC's, não somente por elas defenderem interesses políticos democráticos, mas, também, porque fornecem informações políticas aos seus “membros”, colocando-os em contato com instituições políticas e incorporando-os em redes políticas (ULZURRUN, 2002). Aliás, a relação entre filiação a associações civis e participação em atividades de contato já havia sido encontrada por Aggeborn e Lajevardi e Nyman (2020), por meio de um estudo conduzido na Suécia, cujos resultados demonstraram relação significativa entre filiação em OSC's e participação em atividades de contato. No entanto, por entendermos que as práticas de retenção de “membros” estimulam os “membros” a desejar permanecer nas suas organizações por um período de tempo mais longo, favorecendo apreensão do potencial das OSC's que viabiliza “contato” político, propusemo-nos a testar o grau em que as práticas de retenção de “membros” influenciam “contato”. Para o efeito, começamos as análises da subseção examinando a sub-hipótese H2a, que propõe que a “remuneração” influencia positivamente “contato” político.

Os resultados indicam bom ajuste do modelo estrutural, apresentando X^2 de 28,002 com 17 graus de liberdade ($p < 0,05$); o valor de CFI foi 0,999 e o de TLI foi 0,998; o valor de SRMR foi 0,039; e o RMSEA exibiu valor de 0,053, com intervalo de confiança de 90% de 0,008 a 0,086. As estimativas da relação entre “remuneração” e “contato” podem ser observadas na Tabela 44.

Tabela 44 – Estimativas e significância da relação entre “remuneração” e “contato”

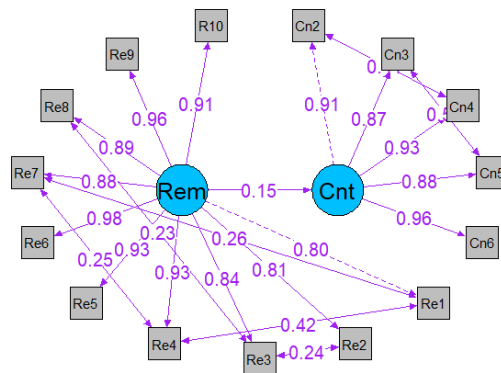
REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
CONTATO ← REMUNERAÇÃO	0,174	0,074	2,345	0,153	0,019
Re1 ← REMUNERAÇÃO	1	-	-	0,796	-
Re2 ← REMUNERAÇÃO	1,020	0,034	29,867	0,812	***
Re3 ← REMUNERAÇÃO	1,052	0,033	32,079	0,837	***
Re4 ← REMUNERAÇÃO	1,169	0,031	37,627	0,931	***
Re5 ← REMUNERAÇÃO	1,169	0,033	35,023	0,931	***
Re6 ← REMUNERAÇÃO	1,225	0,032	37,720	0,975	***
Re7 ← REMUNERAÇÃO	1,101	0,029	38,469	0,877	***
Re8 ← REMUNERAÇÃO	1,119	0,030	37,291	0,891	***
Re9 ← REMUNERAÇÃO	1,208	0,032	37,919	0,962	***
Re10 ← REMUNERAÇÃO	1,143	0,033	34,183	0,910	***
Cont2 ← CONTATO	1	-	-	0,907	-
Cont3 ← CONTATO	0,960	0,028	34,824	0,870	***
Cont4 ← CONTATO	1,022	0,020	50,862	0,927	***
Cont5 ← CONTATO	0,971	0,030	32,799	0,881	***
Cont6 ← CONTATO	1,055	0,028	37,577	0,956	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir desta Tabela 44, verifica-se uma covariância de 0,174, indicando que, em média, a cada 1 ponto que aumenta nos escores da “remuneração” se repercute no aumento de 0,174 pontos nos escores do “contato”. As duas variáveis apresentam uma correlação positiva baixa de 0,153, o que significa que a “remuneração” explica 2,34% da variação do “contato”. Tendo em vista que o modelo estrutural gerou p-valor estatisticamente significativo ($p < 0,05$), a sub-hipótese H2a foi confirmada.

Portanto, as estimativas de caminhos estruturais são estatisticamente significativas e na direção prevista, indicando que a “remuneração” influencia positivamente 2,34% do “contato” político. Assim, os resultados apontam que um sistema de remuneração competitivo, constituído por salário, benefícios e incentivos (ANIS et al., 2011; HAIDER et al., 2015; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012), apresenta potencial de explicação estatisticamente significativa sobre a participação de “membros” das OSC’s no “contato” político. A Figura 14 apresenta o diagrama de caminhos do modelo.

Figura 14 - Diagrama de caminhos de H2a: A “remuneração” explica positivamente “contato” político



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Prosseguimos com as análises avançando para a sub-hipótese H2b, referente à relação entre “apoio do supervisor” e “contato”. Os resultados da relação estrutural apontam bom ajuste do modelo, com X^2 de 57,260 e 40 graus de liberdade (p -valor $< 0,05$); o CFI e o TLI exibiram valores de 0,999 e 0,998, respectivamente; o de SRMR foi 0,041; e o RMSEA apresentou valor de 0,043, com limite inferior de 0,011 e superior de 0,067 (90% do intervalo de confiança). A Tabela 45 apresenta as estimativas da relação entre “apoio do supervisor” e “contato”.

Tabela 45 – Estimativas e significância da relação entre “apoio do supervisor” e “contato”

REGRESSÕES LINEARES			Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
			Covariância			Correlação	
CONTATO $\leftarrow$ AP. SUPERVISOR			-0,002	0,077	-0,021	-0,001	0,983
AS1	$\leftarrow$	AP. SUPERVISOR	1	-	-	0,791	-
AS2	$\leftarrow$	AP. SUPERVISOR	1,023	0,038	27,211	0,809	***
AS3	$\leftarrow$	AP. SUPERVISOR	1,057	0,038	28,181	0,836	***
AS4	$\leftarrow$	AP. SUPERVISOR	1,148	0,038	30,339	0,908	***
AS5	$\leftarrow$	AP. SUPERVISOR	1,213	0,041	29,547	0,959	***
AS6	$\leftarrow$	AP. SUPERVISOR	1,075	0,036	30,173	0,850	***
Cont2	$\leftarrow$	CONTATO	1	-	-	0,908	-
Cont3	$\leftarrow$	CONTATO	0,955	0,027	36,025	0,866	***
Cont4	$\leftarrow$	CONTATO	1,024	0,020	50,345	0,929	***
Cont5	$\leftarrow$	CONTATO	0,967	0,029	33,730	0,877	***
Cont6	$\leftarrow$	CONTATO	1,055	0,027	38,558	0,957	***

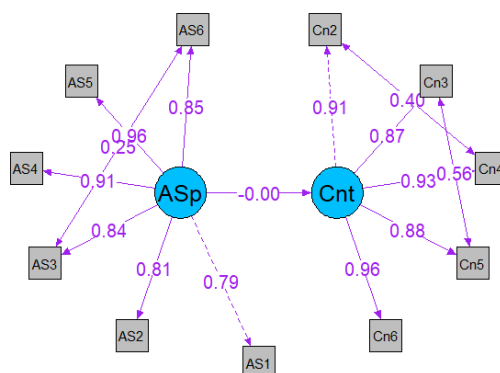
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Tabela 45 aponta que as relações estabelecidas na sub-hipótese H2b apresentam uma covariância negativa de -0,002, o que significa que a cada 1 ponto que aumenta nos escores do “apoio do supervisor”, há uma diminuição de 0,002 pontos nos escores de “contato”. Além disso, constatamos que os dois construtos exibiram uma correlação negativa fraca de -0,001. A sub-

hipótese em análise não foi confirmada ($p=0,983$), o que significa que o “apoio do supervisor” não influencia positivamente “contato” político.

Apesar de as estimativas dos parâmetros do modelo estrutural terem indicado bom ajuste do modelo, as estimativas de caminhos estruturais demonstram que o potencial de “apoio do supervisor” influenciar positivamente a ocorrência do “contato” é nulo. Provavelmente, este resultado pode decorrer do fato de as duas variáveis apresentarem uma diferença relativamente maior nas médias aritméticas, dado que “apoio de supervisor” teve a média de 6,71 (DP=1,92) e “contato” recebeu a média de 3,50 (DP=2,69). A representação visual da relação estrutural da sub-hipótese H2b pode ser observada na Figura 15.

Figura 15 - Diagrama de caminhos de H2b: O “apoio do supervisor” influencia positivamente “contato” político



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Continuamos com as análises examinando os resultados da sub-hipótese H2c, que propõe que as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” influenciam “contato” político. A relação de dependência das duas variáveis demonstrou validade do modelo estrutural, considerando que apresentou X^2 de 23,244 com 23 graus de liberdade ($p=0,477$); o valor de CFI e de TLI foi 1; o de SRMR foi 0,033; e o RMSEA exibiu o valor de 0,007, com limite inferior de intervalo de confiança de 0,000 e superior de 0,054. As estimativas da relação entre os dois construtos podem ser observadas na Tabela 46.

Tabela 46 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Treinamento e Desenvolvimento” e “contato”

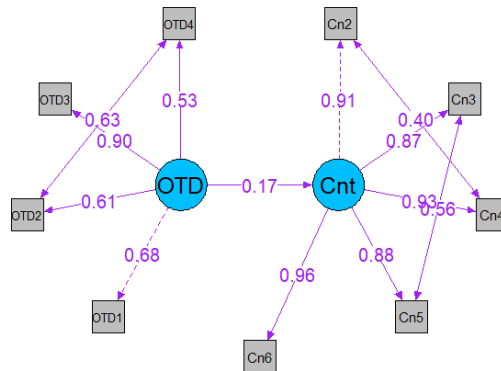
REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
CONTATO ← OP. TR. DESENV.	0,226	0,099	2,288	0,170	0,022
OTD1 ← OP. TR. DESENV.	1	-	-	0,684	-
OTD2 ← OP. TR. DESENV.	0,885	0,098	9,060	0,605	***
OTD3 ← OP. TR. DESENV.	1,312	0,150	8,766	0,897	***
OTD4 ← OP. TR. DESENV.	0,772	0,080	9,679	0,528	***
Cont2 ← CONTATO	1	-	-	0,908	-
Cont3 ← CONTATO	0,956	0,026	0,026	0,868	***
Cont4 ← CONTATO	1,024	0,020	0,020	0,929	***
Cont5 ← CONTATO	0,967	0,029	0,029	0,878	***
Cont6 ← CONTATO	1,054	0,027	0,027	0,956	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir da Tabela 46, verifica-se uma covariância de 0,226 dos dois construtos que compõem a sub-hipótese H2c, o que representa acréscimo de 0,226 pontos na variável “contato” para cada aumento de 1 ponto nos escores das “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”. Os dois construtos apresentaram correlação positiva fraca, de 0,170. De acordo com o coeficiente de determinação (r^2), as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” têm 2,89% da variabilidade do “contato”. A significância do modelo remete-nos à confirmação da sub-hipótese ($p < 0,05$).

Assim, as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” influenciam positivamente 2,89% do “contato” político ($p < 0,05$). Este achado demonstra que a criação sistemática de competências necessárias para desempenhar tarefas ou funções específicas de trabalho (AMBROSIUS, 2016; ANIS et al., 2011; AZEEZ, 2017), por meio de programas de treinamento e de desenvolvimento que ao mesmo tempo dão a possibilidade de progressão nas carreiras (PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; VAN DYK; COETZEE, 2012), tem repercussões na propensão dos “membros” a participar nas atividades de “contato” político. A representação visual do modelo estrutural consta na Figura 16.

Figura 16 - Diagrama de caminhos de H2c: As “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” influenciam positivamente “contato” político



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Avançamos para analisar a sub-hipótese H2d que estabelece uma relação estrutural entre “oportunidades de carreira” e “contato”. Os resultados indicam validade do modelo estrutural, na medida em que apresentou X^2 de 30,576 com 24 graus de liberdade ($p=0,166$); o valor de CFI e TLI foi 0,999; o de SRMR foi 0,035; e o RMSEA exibiu valor de 0,034, com intervalo de confiança de 90% de 0,000 a 0,067. As estimativas da relação entre “oportunidades de carreira” e “atividade de campanha” constam na Tabela 47.

Tabela 47 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Carreira” e “contato”

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
CONTATO ← OP. CARREIRA	0,206	0,085	2,415	0,167	0,016
OC1 ← OP. CARREIRA	1	-	-	0,735	-
OC2 ← OP. CARREIRA	1,150	0,060	19,045	0,845	***
OC3 ← OP. CARREIRA	1,067	0,061	17,394	0,784	***
OC4 ← OP. CARREIRA	1,037	0,058	17,860	0,762	***
Cont2 ← CONTATO	1	-	-	0,905	-
Cont3 ← CONTATO	0,959	0,027	35,627	0,968	***
Cont4 ← CONTATO	1,024	0,020	50,075	0,927	***
Cont5 ← CONTATO	0,973	0,029	33,622	0,880	***
Cont6 ← CONTATO	1,059	0,028	38,297	0,958	***

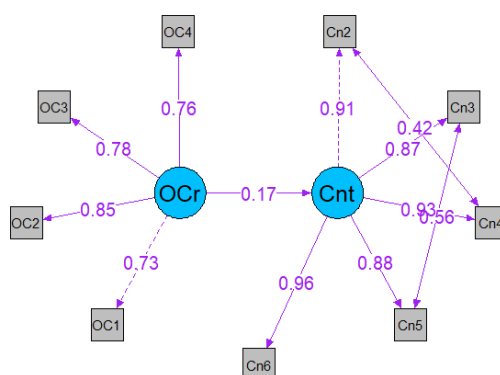
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com base na Tabela 47, constata-se que “oportunidades de carreira” e “contato” apresentam uma covariância de 0,206, indicando que a cada 1 ponto que sobe nos escores de “oportunidades de carreira”, sobe 0,226 nos escores do “contato”. Além disso, o coeficiente de correlação indicou associação positiva fraca entre as duas variáveis, ao exibir coeficiente de 0,167. Consequentemente, “oportunidades de carreira” contribuem com 2,79% da variação nos escores do “contato”. Visto

que a significância do modelo estrutural da H2d foi estatisticamente significativo ($p < 0,05$), a sub-hipótese foi confirmada.

Desta forma, os resultados indicam que “contato” político sofre influência positiva de 2,79% das “oportunidades de carreira” ($p < 0,05$). Portanto, a existência de oportunidades de desenvolvimento da carreira dos “membros”, por meio da promoção e da progressão nas carreiras profissionais (AMBROSIUS, 2016; DHANPAT et al., 2018; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016), tem impacto positivo significativo sobre a participação de “membros” nas atividades políticas de “contato”. O diagrama de caminhos do modelo estrutural está representado na Figura 17.

Figura 17 - Diagrama de caminhos de H2d: As “oportunidades de carreira” influenciam positivamente “contato” político



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

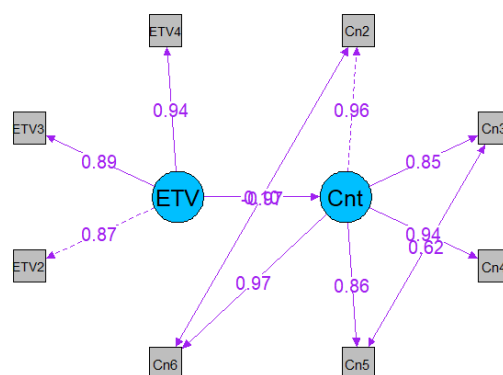
Prosseguimos para examinar a última sub-hipótese, na qual propusemos que “equilíbrio trabalho-vida” explica “contato” político. Os resultados destacam boa qualidade de ajuste do modelo estrutural, dado que apresentou X^2 de 28,002 com 17 graus de liberdade ($p < 0,05$); CFI e TLI exibiram valor de 0,999 e 0,998, respectivamente; o valor de SRMR foi 0,039; e o RMSEA apresentou valor de 0,053 com limite inferior de 0,008 e superior de 0,086 (90% do intervalo de confiança). A Tabela 48 apresenta as estimativas da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “atividade de campanha”.

Tabela 48 – Estimativas e significância da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “contato”

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
CONTATO ← EQ. TRAB. VIDA	0,167	0,072	1,486	0,097	0,137
ETV2 ← EQUI. TRAB. VIDA	1	-	-	0,870	-
ETV3 ← EQUI. TRAB. VIDA	1,027	0,030	33,857	0,894	***
ETV4 ← EQUI. TRAB. VIDA	1,081	0,028	38,902	0,941	***
Cont2 ← CONTATO	1	-	-	0,958	-
Cont3 ← CONTATO	0,882	0,026	33,501	0,845	***
Cont4 ← CONTATO	0,977	0,024	40,072	0,937	***
Cont5 ← CONTATO	0,894	0,026	34,323	0,857	***
Cont6 ← CONTATO	1,009	0,017	57,749	0,967	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Tabela 48 aponta que os construtos da sub-hipótese H2e apresentam uma covariância de 0,167, o que representa um acréscimo de 0,167 nos escores de “contato” para cada 1 ponto que aumenta nos escores de “equilíbrio trabalho-vida”. Quanto à correlação, os dois construtos apresentam uma correlação positiva baixa de 0,097, o que concorreu para que o percentual de variação total do “contato” explicado pelo “equilíbrio trabalho-vida” fosse de 0,94% (r^2). A sub-hipótese em análise foi rejeitada a $p=0,137$. Assim, os resultados da sub-hipótese H2e indicam que “contato” político não sofre influência positiva de “equilíbrio trabalho-vida” ($p=0,137$). Nesta perspectiva, o preditor não se repercute na propensão dos “membros” das OSC’s de participar em ações políticas do “contato”. A representação visual do modelo estrutural encontra-se na Figura 18.

Figura 18 - Diagrama de caminhos de H2e: “Equilíbrio trabalho-vida” influencia positivamente “contato” político

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As variáveis que constituem os modelos estruturais das sub-hipóteses da H2 apresentam correlações positivas, com exceção da H2b (“apoio do supervisor” influencia positivamente “contato” político). No geral, os construtos de todas as sub-hipóteses exibiram coeficientes de correlação muito abaixo de 0,3. Os outros resultados das sub-hipóteses demonstraram a confirmação da proposição de que as práticas de retenção de “membros” influenciam positivamente “contato” político, considerando que três das cinco dimensões da retenção de “membros” se relacionam significativamente com “contato” político. Este resultado representa 60% de confirmação da H2. As três sub-hipóteses que foram confirmadas são: H2a (a “remuneração” influencia positivamente “contato” político); H2c (“oportunidades de treinamento e desenvolvimento” influenciam positivamente “contato” político); e H2d (“oportunidades de carreira” influenciam positivamente “contato” político).

Os resultados dos modelos estruturais da H2 sustentados empiricamente sugerem que a propensão dos “membros” a participar nas atividades de “contato” político é influenciada positivamente pela “remuneração”, pelas “oportunidades de carreira” e pelas “oportunidades de treinamento e de desenvolvimento” e apontam para três principais conclusões. Primeiro, quando o sistema de “remuneração” é percebido como justo, transparente, ao mesmo tempo que reflete o desempenho e o esforço empreendidos (ANIS et al., 2011; GEORGE, 2015; KASHYAP; RANGNEKAR, 2014; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012), instiga os membros a realizar ações de “contato” a políticos, membros de governo de diversos níveis, bem como funcionários públicos, buscando influenciar resultados ou decisões políticas. Segundo, a criação de competências necessárias para desempenho adequado de tarefas ou de funções específicas de trabalho, incluindo para cargos de gestão e para avanço na carreira (AMBROSIUS, 2016; ANIS et al., 2011; AZEEZ, 2017), por meio de “oportunidades de treinamento e de desenvolvimento”, criam capacidades e habilidades individuais para participação ativa de “membros” de OSC’s nas atividades de “contato” político. Por último, os resultados também indicaram que as possibilidades de promoção e de progressão que conduzem ao crescimento nas carreiras profissionais (AMBROSIUS, 2016; DHANPAT et al., 2018; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016), ao mesmo tempo que estejam de acordo com o desenvolvimento e tempo de serviço, além de outros aspectos que podem ser considerados relevantes, conduzem ao desenvolvimento de habilidades políticas de “contato”.

Entretanto, constatamos baixo poder de explicação dos preditores sobre a variável endógena, tendo em vista que “remuneração”, “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” e “oportunidades de carreira” explicam 2,34%, 2,89% e 2,79% do “contato” político, respectivamente. A partir dos percentuais que os preditores influenciam a variação nos escores da variável explicada, pode ser indicativo de que, no contexto da nossa amostra, as práticas de retenção de “membros” podem não ser suficientemente capazes de garantir níveis altos de participação política de “membros” nas atividades de “contato”. Por isso, os achados desta pesquisa precisam ser relativizados.

Embora também esperássemos que “apoio do supervisor” e “equilíbrio trabalho-vida” estariam relacionados com o “contato” político, não houve evidências estatísticas para justificar essa relação. Contudo, entendemos que estudos futuros podem continuar investigando o grau em que as práticas de retenção de “membros” influenciam “contato” político em outras amostras, considerando o rigor metodológico que seguimos nesta pesquisa e que conduziu à proposição teórica de que as práticas de retenção de “membros” influenciam positivamente “contato” político.

De toda forma, entendemos que os resultados desta pesquisa podem ser úteis para gestores de OSC's que pretendam que os “membros” sejam cada vez mais propensos a participar nas atividades do “contato” político, se considerarmos não somente o papel que essas organizações exercem na difusão e no aprofundamento de normas, de valores e de atitudes democráticas, mas, sobretudo, o impacto que elas pretendem ter na sociedade, que inclui melhoria das condições políticas e democráticas existentes.

Em suma, a propensão dos “membros” de OSC's de influenciar decisões e resultados políticos, apresentando e discutindo suas opiniões sobre questões políticas e problemas relacionados à comunidade com políticos, funcionários públicos, membros de governo distrital/municipal, estadual ou central (BEAN, 1991; EKMAN; AMNÅ, 2012; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TALÒ; MANNARINI, 2015; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VAN DETH, 1986, 2016), sofre influência positiva estatisticamente significativa da “remuneração”, de “oportunidades de carreira” e de “oportunidades de treinamento e de desenvolvimento”. Portanto, apesar de as proposições teóricas terem sido formuladas a partir das três revisões sistemáticas da literatura rigorosamente elaboradas (vide os respectivos protocolos nos Apêndices A, B e C) e os modelos de mensuração de retenção de “membros” e de participação política resultarem dos procedimentos da AFE e terem sido

confirmados pela AFC com bons índices de ajustamento, ao mesmo tempo que alcançaram validade convergente, discriminante e consistência interna, não encontramos evidências estatisticamente significativas de que “apoio do supervisor” e “equilíbrio trabalho-vida” influenciam positivamente a participação dos “membros” nas ações políticas de “contato”.

Concluída a análise dos resultados referentes à segunda hipótese, prosseguimos para avaliarmos a relação entre práticas de retenção de “membros” e “engajamento cívico”, que estabelecemos na terceira hipótese.

7.3.3 Hipótese 3: As práticas de retenção de “membros” favorecem “engajamento cívico”

Nesta hipótese, testamos o potencial de explicação das práticas de retenção de “membros” sobre “engajamento cívico”, por meio de cinco sub-hipóteses correspondentes a cada um dos fatores da retenção de “membros”. “Engajamento cívico” consiste no envolvimento político dos cidadãos a nível da comunidade (ZÚÑIGA; COPELAND; BIMBER, 2014), com o objetivo de promover mudanças de interesse público, a partir de ações políticas voltadas à busca de soluções para problemas locais, assim como para a melhoria de condições locais ou de certos grupos da comunidade (EKMAN; AMNÅ, 2012). Concretamente, o “engajamento cívico” integra ações ligadas à doação de dinheiro para caridade, arrecadação de fundos para organizações de caridade e para implementação de projetos comunitários locais, ao mesmo tempo que envolve realizar trabalho voluntário para ajudar a resolver problemas da comunidade local (BEAN, 1991; EKMAN; AMNÅ, 2012; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TALÒ; MANNARINI, 2015; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VAN DETH, 1986; ZÚÑIGA; COPELAND; BIMBER, 2014).

Estas habilidades podem ser desenvolvidas por OSC's, por meio das quais indivíduos aprendem o valor da ação coletiva, da solidariedade e da promoção do bem-estar na sociedade (JAYSAWAL, 2013), assim como da defesa do bem-estar comum e dos outros. Fundamentalmente, as OSC's viabilizam capacidades cívicas quando os seus “membros” testemunham a entrega de atividades e de serviços que geram impacto nas comunidades e na sociedade, habilitando-os, dessa forma, a se interessar e a apoiar ações coletivas que beneficiam as comunidades ou a sociedade no geral. Por acreditarmos que a aquisição das habilidades que facilitam “engajamento cívico” por tempo prolongado pode ser influenciada pela retenção de

“membros” nas OSC’s, propusemos como terceira hipótese que “as práticas de retenção de ‘membros’ favorecem ‘engajamento cívico’”.

Para testarmos esta hipótese, começamos por analisar a relação estrutural da sub-hipótese H3a, na qual propusemos que a “remuneração” favorece “engajamento cívico”. Os resultados indicam bom ajuste do modelo estrutural, apresentando X^2 de 99,773 com 70 graus de liberdade (p-valor <0,05); o valor de CFI e de TLI foi 0,999; o de SRMR foi 0,032; e o RMSEA exibiu valor de 0,043, com intervalo de confiança de 90% de 0,021 a 0,061. As estimativas da relação entre “remuneração” e “engajamento cívico” podem ser observadas na Tabela 49.

Tabela 49 – Estimativas e significância da relação entre “remuneração” e “engajamento cívico”

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
ECÍVICO ← REMUNERAÇÃO	0,221	0,064	3,477	0,226	0,001
Re1 ← REMUNERAÇÃO	1	-	-	0,795	-
Re2 ← REMUNERAÇÃO	1,021	0,034	29,675	0,812	***
Re3 ← REMUNERAÇÃO	1,053	0,033	31,537	0,838	***
Re4 ← REMUNERAÇÃO	1,170	0,031	37,393	0,930	***
Re5 ← REMUNERAÇÃO	1,170	0,034	34,697	0,931	***
Re6 ← REMUNERAÇÃO	1,226	0,033	37,404	0,975	***
Re7 ← REMUNERAÇÃO	1,102	0,029	38,033	0,876	***
Re8 ← REMUNERAÇÃO	1,120	0,030	36,966	0,891	***
Re9 ← REMUNERAÇÃO	1,209	0,032	37,631	0,962	***
Re10 ← REMUNERAÇÃO	1,145	0,034	33,996	0,911	***
EC1 ← ECÍVICO	1	-	-	0,779	-
EC2 ← ECÍVICO	1,072	0,073	14,719	0,835	***
EC3 ← ECÍVICO	1,176	0,062	18,887	0,917	***
EC25 ← ECÍVICO	1,037	0,067	15,409	0,808	***

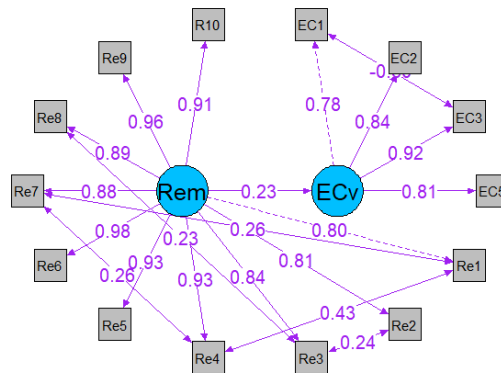
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir desta Tabela, verifica-se uma covariância de 0,221, indicando que, em média, a cada 1 ponto que aumenta nos escores da “remuneração” se repercute no aumento de 0,221 pontos nos escores do “engajamento cívico”. As duas variáveis apresentam uma correlação positiva fraca de 0,226, o maior coeficiente de correlação de todos os modelos estruturais que testamos neste capítulo. Compreendendo que o modelo estrutural gerou p-valor significativo (p<0,01), a sub-hipótese H3a foi confirmada.

As estimativas de caminhos estruturais são estatisticamente significativas e na direção prevista, indicando que a “remuneração” favorece 5,11% do “engajamento cívico”, o maior percentual de explicação alcançado de todos os modelos estruturais. Este resultado aponta que um sistema de remuneração competitivo, constituído por salário, benefícios e incentivos (ANIS et al.,

2011; HAIDER et al., 2015; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012), é preditor que favorece significativamente a participação de “membros” das OSC’s no “engajamento cívico”. A Figura 19 apresenta o diagrama de caminhos do modelo da H3a.

Figura 19 - Diagrama de caminhos de H3a: “Remuneração” favorece “engajamento cívico”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Prosseguimos com as análises avançando para a sub-hipótese H3b, referente à relação entre “apoio do supervisor” e “engajamento cívico”. Os resultados da relação estrutural apontam bom ajuste do modelo, com X^2 de 73,756 e 33 graus de liberdade ($p=0,100$); o CFI e o TLI exibiram o mesmo valor de 0,998; o valor de SRMR foi de 0,038; e o RMSEA apresentou o valor de 0,037, com limite inferior de 0,000 e superior de 0,065 (90% do intervalo de confiança). A Tabela 50 apresenta as estimativas da relação entre “apoio do supervisor” e “engajamento cívico”.

Tabela 50 – Estimativas e significância da relação entre “apoio do supervisor” e “engajamento cívico”

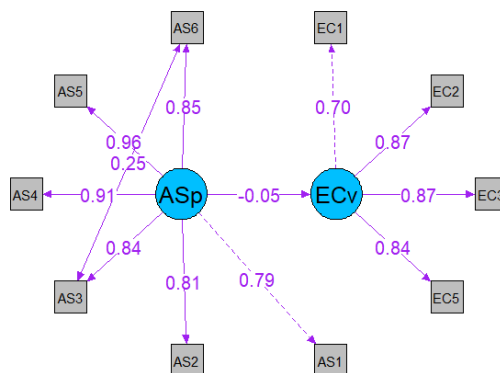
REGRESSÕES LINEARES			Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
			Covariância			Correlação	
ECÍVICO ← AP. SUPERVISOR			-0,041	0,056	-0,740	-0,047	0,459
AS1	←	AP. SUPERVISOR	1	-	-	0,792	-
AS2	←	AP. SUPERVISOR	1,021	0,037	27,290	0,809	***
AS3	←	AP. SUPERVISOR	1,056	0,037	28,298	0,836	***
AS4	←	AP. SUPERVISOR	1,147	0,038	30,436	0,908	***
AS5	←	AP. SUPERVISOR	1,211	0,041	29,637	0,959	***
AS6	←	AP. SUPERVISOR	1,073	0,035	30,284	0,850	***
EC1 ← ECÍVICO			1	-	-	0,701	-
EC2	←	ECÍVICO	1,237	0,066	18,861	0,867	***
EC3	←	ECÍVICO	1,243	0,069	17,932	0,871	***

EC25 ← ECÍVICO	1,205	0,060	20,161	0,845	***
----------------	-------	-------	--------	-------	-----

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Tabela 50 aponta que as relações estabelecidas na sub-hipótese H3b apresentam uma covariância negativa de -0,041, o que significa que a cada 1 ponto que aumenta nos escores do “apoio do supervisor” provoca uma diminuição de 0,041 pontos nos escores do “engajamento cívico”. Os dois construtos exibiram uma correlação negativa fraca de -0,047. Consequentemente, a proporção de explicação do “engajamento cívico” pelo “apoio do supervisor” é de 0,22% (r^2). A sub-hipótese em análise não foi confirmada a $p=0,459$. Assim, as estimativas de caminhos estruturais demonstram que “apoio do supervisor” não estimula os “membros” de OSC’s a serem mais propensos a participar nas atividades de “engajamento cívico”. A representação visual da relação estrutural da sub-hipótese H3b pode ser observada na Figura 20.

Figura 20 - Diagrama de caminhos de H3b: O “apoio do supervisor” favorece “engajamento cívico”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Continuamos com as análises examinando os resultados da sub-hipótese H3c, que propõe que as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” favorecem “engajamento cívico”. A relação de dependência das duas variáveis demonstrou validade razoavelmente boa do modelo estrutural, considerando que apresentou X^2 de 16,791 com 18 graus de liberdade ($p=0,538$); o valor de CFI e o de TLI foi 1; o de SRMR foi 0,030; e o RMSEA exibiu o valor de 0,000, com limite inferior de intervalo de confiança de 0,000 e superior de 0,054. As estimativas da relação entre os dois construtos podem ser observadas na Tabela 51.

Tabela 51 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Treinamento e Desenvolvimento” e “engajamento cívico”

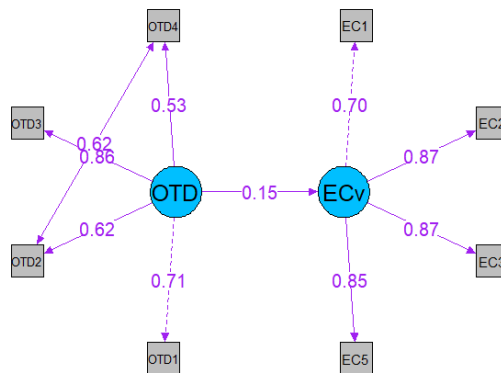
REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
ECÍVICO ← OP. TR. DESENV.	0,151	0,074	2,038	0,153	0,042
OTD1 ← OP. TR. DESENV.	1	-	-	0,713	-
OTD2 ← OP. TR. DESENV.	0,864	0,095	9,110	0,616	***
OTD3 ← OP. TR. DESENV.	1,213	0,141	8,569	0,864	***
OTD4 ← OP. TR. DESENV.	0,742	0,077	9,583	0,529	***
EC1 ← ECÍVICO	1	-	-	0,701	-
EC2 ← ECÍVICO	1,241	0,067	18,579	0,871	***
EC3 ← ECÍVICO	1,235	0,069	17,951	0,866	***
EC25 ← ECÍVICO	1,205	0,059	20,424	0,845	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir da Tabela 51, verifica-se uma covariância de 0,151 dos dois construtos que compõem a sub-hipótese H3c, o que representa acréscimo de 0,151 pontos na variável “engajamento cívico” para cada aumento de 1 ponto nos escores das “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”. A correlação apontou que as duas variáveis se correlacionam de forma positiva fraca, com coeficiente de 0,153. De acordo com o coeficiente de determinação (r^2), as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” têm 2,34% da variabilidade do “engajamento cívico”.

Assim, os resultados indicam que “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” favorecem significativamente 2,34% do “engajamento cívico” ($p < 0,05$). Este achado demonstra que a criação sistemática de competências necessárias para desempenhar tarefas ou funções específicas de trabalho (AMBROSIUS, 2016; ANIS et al., 2011; AZEEZ, 2017), por meio de programas de treinamento e desenvolvimento que ao mesmo tempo dão a possibilidade de progressão nas carreiras (PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; VAN DYK; COETZEE, 2012), impacta na propensão dos “membros” a participar no “engajamento cívico”. A sub-hipótese H3c foi confirmada a $p < 0,05$, cujo modelo estrutural pode ser observado na Figura 21.

Figura 21 - Diagrama de caminhos de H3c: “Oportunidades de treinamento e desenvolvimento” favorecem “engajamento cívico”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Avançamos para analisarmos a sub-hipótese H3d que estabelece uma relação estrutural entre “oportunidades de carreira” e “engajamento cívico”. Os resultados indicam validade do modelo estrutural na medida em que apresentou X^2 de 38,417 com 19 graus de liberdade ($p < 0,01$); o valor de CFI e de TLI foi 0,992 e 0,988, respectivamente; o de SRMR foi 0,050; e o RMSEA exibiu valor de 0,066, com intervalo de confiança de 90% de 0,035 a 0,096. As estimativas da relação entre “oportunidades de carreira” e “engajamento cívico” constam na Tabela 52.

Tabela 52 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Carreira” e “engajamento cívico”

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
ECÍVICO ← OP. CARREIRA	0,202	0,065	3,082	0,211	0,002
OC1 ← OP. CARREIRA	1	-	-	0,733	-
OC2 ← OP. CARREIRA	1,157	0,060	19,264	0,849	***
OC3 ← OP. CARREIRA	1,053	0,061	17,334	0,773	***
OC4 ← OP. CARREIRA	1,057	0,058	18,229	0,775	***
EC1 ← ECÍVICO	1	-	-	0,701	-
EC2 ← ECÍVICO	1,252	0,067	18,764	0,877	***
EC3 ← ECÍVICO	1,229	0,069	17,764	0,861	***
EC25 ← ECÍVICO	1,206	0,059	20,374	0,845	***

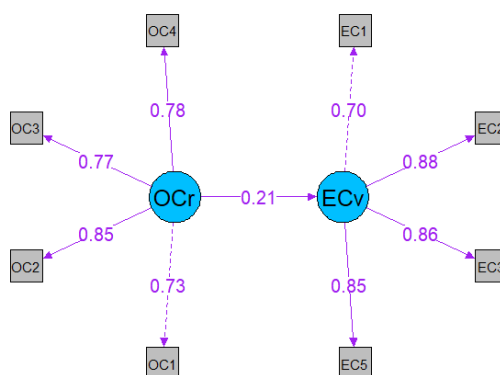
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com base na Tabela 52, constata-se que “Oportunidades de carreira” e “engajamento cívico” apresentam uma covariância de 0,202, indicando que a cada 1 ponto que sobe nos escores de “oportunidades de carreira”, sobe 0,202 nos escores de “engajamento cívico”. Além disso, o coeficiente de correlação indicou associação positiva fraca entre as duas variáveis, de 0,211. Consequentemente, “oportunidades de carreira” contribuem por 4,45% da variação nos escores do

“engajamento cívico”. Sabendo que a significância do modelo estrutural da H3d foi estatisticamente significativa ($p < 0,01$), a sub-hipótese foi aceita.

Os resultados indicam que “oportunidades de carreira” favorecem 4,45% do “engajamento cívico” ($p < 0,01$). Assim, depreende-se que a existência de oportunidades de desenvolvimento da carreira dos “membros”, por meio da promoção e da progressão nas carreiras profissionais (AMBROSIUS, 2016; DHANPAT et al., 2018; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016), tem impacto positivo significativo sobre a participação de “membros” no “engajamento cívico”. O diagrama de caminhos do modelo está representado na Figura 22.

Figura 22 - Diagrama de caminhos de H3d: “Oportunidades de carreira” favorecem “engajamento cívico”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Prosseguimos para examinarmos a última sub-hipótese, na qual propusemos que “equilíbrio trabalho-vida” explica “engajamento cívico”. Os resultados destacam boa qualidade de ajuste do modelo estrutural, dado que apresentou X^2 de 13,460 com 13 graus de liberdade ($p < 0,01$); CFI e TLI exibiram o mesmo valor de 1; o valor de SRMR foi 0,027; e o RMSEA apresentou valor de 0,012 com limite inferior de 0,000 e superior de 0,067 (90% do intervalo de confiança). A Tabela 53 apresenta as estimativas da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “engajamento cívico”.

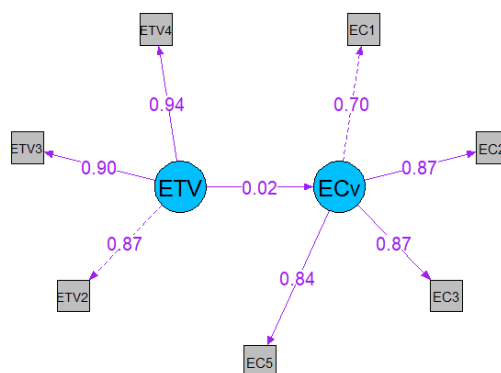
Tabela 53 – Estimativas e significância da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “engajamento cívico”

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
ECÍVICO ← EQUI. TRAB. VIDA	0,014	0,058	0,244	0,018	0,807
ETV2 ← EQUI. TRAB. VIDA	1	-	-	0,870	-
ETV3 ← EQUI. TRAB. VIDA	1,030	0,030	34,902	0,896	***
ETV4 ← EQUI. TRAB. VIDA	1,080	0,027	40,143	0,939	***
EC1 ← ECÍVICO	1	-	-	0,703	-
EC2 ← ECÍVICO	1,232	0,066	18,797	0,866	***
EC3 ← ECÍVICO	1,238	0,068	18,067	0,870	***
EC25 ← ECÍVICO	1,202	0,059	20,356	0,845	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Tabela 53 aponta que os construtos da sub-hipótese H3e apresentam uma covariância de 0,014, o que representa um acréscimo de 0,014 nos escores de “engajamento cívico” para cada 1 ponto que aumenta nos escores de “equilíbrio trabalho-vida”. Quanto à correlação, os dois construtos apresentam uma correlação positiva fraca de 0,018, o que concorreu para que o percentual de variação total de “engajamento cívico” explicado pelo “equilíbrio trabalho-vida” fosse somente de 0,03% (r^2). A sub-hipótese em análise foi rejeitada a $p=0,807$. Apesar de as estimativas dos parâmetros do modelo estrutural terem indicado bom ajuste do modelo, as estimativas de caminhos estruturais demonstram que o potencial de “equilíbrio trabalho-vida” favorecer “engajamento cívico” é ínfimo e estatisticamente nulo, o que equivale dizer que “equilíbrio trabalho-vida” não favorece a ocorrência do “engajamento cívico”. A representação visual do modelo consta na Figura 23.

Figura 23 - Diagrama de caminhos de H3e: “Equilíbrio trabalho-vida” favorece “engajamento cívico”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os construtos dos modelos estruturais das cinco sub-hipóteses da H3 apresentaram correlações positivas, com exceção da H3b (“apoio do supervisor” favorece “engajamento cívico”). No geral, os coeficientes de correlação das variáveis de todos os modelos estão abaixo do ponto de corte. Os resultados demonstram confirmação da proposição de que “as práticas de retenção de ‘membros’ favorecem ‘engajamento cívico’”, considerando que três das cinco dimensões da retenção de “membros” se relacionam significativamente com “engajamento cívico”. Este resultado representa 60% de confirmação da H3. As três sub-hipóteses que foram confirmadas são: H3a (a “remuneração” favorece “engajamento cívico”); H3c (“oportunidades de treinamento e desenvolvimento” favorecem “engajamento cívico”); e H3d (“oportunidades de carreira” favorecem “engajamento cívico”).

Somos de entendimento de que, além de ser modo de participação política, “engajamento cívico” está, de certa forma, intrinsecamente relacionado com o âmbito de atuação das OSC’s, se considerarmos que elas também buscam melhorar as condições sociais das comunidades. Portanto, o âmbito de atuação das OSC’s é consistente com “engajamento cívico”, este que diz respeito ao envolvimento dos cidadãos a nível da comunidade com o objetivo de promover mudanças de interesse público, por meio de ações voltadas à busca de soluções para problemas locais, assim como para a melhoria de condições locais ou de certos grupos da comunidade (EKMAN; AMNÅ, 2012; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TALÒ; MANNARINI, 2015; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; ZÚÑIGA; COPELAND; BIMBER, 2014).

Os resultados dos modelos estruturais da H3 sustentados estatisticamente sugerem que a propensão dos “membros” a participar nas atividades de “engajamento cívico” é influenciada pela “remuneração”, pelas “oportunidades de carreira” e pelas “oportunidades de treinamento e de desenvolvimento” e apontam para três ilações. Primeiro, quando o sistema de “remuneração” é percebido como justo, transparente, ao mesmo tempo que reflete o desempenho e o esforço empreendidos (ANIS et al., 2011; GEORGE, 2015; KASHYAP; RANGNEKAR, 2014; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012), estimula os “membros” das OSC’s a doarem dinheiro para ações de caridade, a angariar fundos para organizações de caridade e para implementação de projetos comunitários locais, bem como incentiva-lhes a realizar trabalho voluntário para ajudar a resolver problemas da comunidade local. Segundo, a criação de competências necessárias para desempenho adequado de tarefas ou funções específicas de trabalho, incluindo para cargos de gestão e para avanço na carreira (AMBROSIUS,

2016; ANIS et al., 2011; AZEEZ, 2017), por meio de “oportunidades de treinamento e de desenvolvimento”, transbordam na criação de capacidades e de habilidades individuais para participação ativa de “membros” de OSC’s em ações de “engajamento cívico”. Por último, os resultados também sugerem que as possibilidades de promoção e de progressão que conduzem ao crescimento nas carreiras profissionais (AMBROSIUS, 2016; DHANPAT et al., 2018; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016), ao mesmo tempo que estejam de acordo com o desenvolvimento e o tempo de serviço, além de outros aspectos que podem ser considerados relevantes para o desenvolvimento na carreira, conduzem ao desenvolvimento de habilidades políticas de “engajamento cívico”.

Entretanto, constatamos baixo poder de explicação dos preditores sobre o desfecho, considerando que “remuneração”, “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” e “oportunidades de carreira” explicam 5,11%, 2,34%, e 4,45% do “engajamento cívico”, respectivamente. Vale destacar que o percentual de explicação da “remuneração” sobre “engajamento cívico” é o maior alcançado em todas as relações estruturais que estabelecemos neste capítulo. A partir dos percentuais que os preditores influenciam a variação nos escores da variável explicada, pode ser indicativo de que, no contexto da nossa amostra, as práticas de retenção de “membros” podem não ser suficientemente capazes de garantir níveis altos de participação política de “membros” no “engajamento cívico”. Por isso, os achados desta pesquisa precisam ser relativizados.

Embora também esperássemos que “apoio do supervisor” e “equilíbrio trabalho-vida” estariam relacionados com o “engajamento cívico”, não houve evidências estatísticas para justificar essa relação. Contudo, entendemos que estudos futuros podem continuar investigando o grau em que as práticas de retenção de “membros” influenciam “engajamento cívico” em outras amostras, considerando o rigor metodológico que seguimos nesta pesquisa que conduziu à proposição teórica de que as práticas de retenção de “membros” favorecem “engajamento cívico”.

De toda forma, entendemos que os resultados podem ser úteis para gestores de OSC’s que pretendam que os “membros” sejam cada vez mais propensos a participar ns atividades de “engajamento cívico”, se considerarmos não somente o papel que essas organizações exercem na difusão e no aprofundamento de normas, de valores e de atitudes democráticas, mas, sobretudo, o impacto que elas pretendem ter na sociedade, que inclui melhoria das condições políticas e democráticas existentes.

Sumarizando, os resultados indicaram que a disposição dos “membros” para doar dinheiro para caridade, arrecadar fundos para organizações de caridade, implementar projetos comunitários locais, realizar trabalho voluntário para ajudar a resolver problemas da comunidade local (BEAN, 1991; EKMAN; AMNÅ, 2012; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TALÒ; MANNARINI, 2015; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VAN DETH, 1986; ZÚÑIGA; COPELAND; BIMBER, 2014) é explicada significativamente pela “remuneração”, “oportunidades de carreira” e “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”. Portanto, apesar de as proposições teóricas terem sido elaboradas a partir das três revisões sistemáticas da literatura rigorosamente elaboradas (vide os respectivos protocolos nos Apêndices A, B e C) e os modelos de mensuração de retenção de “membros” e de participação política resultarem dos procedimentos da AFE e terem sido confirmados pela AFC com bons índices de ajustamento, ao mesmo tempo que alcançaram validade convergente, discriminante e consistência interna, não encontramos evidências estatisticamente significativas de que “apoio do supervisor” e “equilíbrio trabalho-vida” favorecem positivamente a participação dos “membros” nas atividades de “engajamento cívico”.

Após percorrermos as análises dos resultados referentes à terceira hipótese, prosseguimos para avaliarmos a relação entre práticas de retenção de “membros” e “protesto” político, que estabelecemos na quarta hipótese.

7.3.4 Hipótese 4: As práticas de retenção de “membros” são positivamente relacionadas com “protesto” político

Nesta subseção, testamos a quarta hipótese por meio de cinco sub-hipóteses, nas quais relacionamos cada fator de retenção de “membros” com “protesto” político. “Protesto” político é um meio pelo qual os cidadãos fazem suas opiniões serem ouvidas por atores específicos, expressando suas demandas, seus interesses e suas preferências. É modo de participação política através do qual os cidadãos demonstram sua objeção em relação a alguma política ou a certas decisões tomadas por determinados atores políticos. Além disso, as atividades de “protesto político” podem significar desaprovação em relação a certas políticas, a questões específicas consideradas inadequadas para os cidadãos ou para a sociedade, demandando a necessidade de mudança (BEAN, 1991; EKMAN; AMNÅ, 2012; IVALDI; BONATTI; SOLIANI, 2017; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; QUARANTA, 2012; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VAN DETH, 1986).

Boulding (2010) encontrou associação entre filiação a OSC's e participação dos “membros” em atividades de “protesto” político na Bolívia, demonstrando que as atividades de OSC's são diretamente proporcionais ao aumento de atividades de protestos. Isto sucede porque as OSC's promovem e aprofundam normas, valores e competências democráticas que, além de reforçar as obrigações inerentes à cidadania política, aumentam a conscientização política dos seus “membros” à medida que testemunham o envolvimento das suas organizações em questões políticas (BOULDING, 2010). Entendemos que a criação destas habilidades políticas pode estar relacionada com a retenção de “membros”, por meio da qual os “membros” se apropriam do potencial de participação em atividades de “protesto” ao longo do tempo. Foi nesta perspectiva que formulamos a seguinte hipótese: as práticas de retenção de “membros” são positivamente relacionadas com “protesto” político.

Para testar esta hipótese, começamos por analisar a sub-hipótese H4a, que estabelece que a “remuneração” é positivamente relacionada com “protesto” político. Os resultados indicam bom ajuste do modelo estrutural, apresentando X^2 de 120,337 com 112 graus de liberdade ($p=0,278$); o valor de CFI e de TLI foi 1; o de SRMR foi 0,029; e o RMSEA exibiu valor de 0,018, com intervalo de confiança de 90% de 0,000 a 0,039. As estimativas da relação entre “remuneração” e “protesto” podem ser observadas na Tabela 54.

Tabela 54 – Estimativas e significância da relação entre “remuneração” e “protesto”

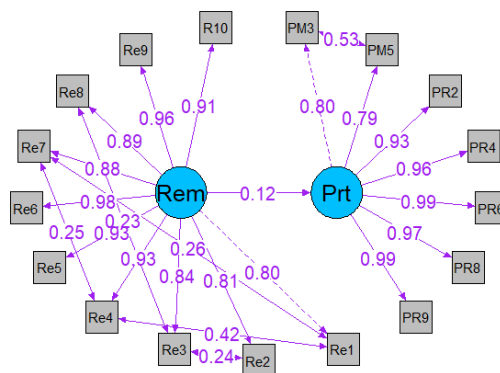
REGRESSÕES LINEARES			Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
			Covariância			Correlação	
PROTESTO ← REMUNERAÇÃO			0,117	0,070	1,667	0,117	0,096
Re1	←	REMUNERAÇÃO	1	-	-	0,797	-
Re2	←	REMUNERAÇÃO	1,019	0,034	29,903	0,812	***
Re3	←	REMUNERAÇÃO	1,050	0,033	31,961	0,837	***
Re4	←	REMUNERAÇÃO	1,168	0,031	37,746	0,931	***
Re5	←	REMUNERAÇÃO	1,168	0,033	35,089	0,931	***
Re6	←	REMUNERAÇÃO	1,223	0,032	37,894	0,975	***
Re7	←	REMUNERAÇÃO	1,101	0,026	38,604	0,877	***
Re8	←	REMUNERAÇÃO	1,118	0,030	37,288	0,891	***
Re9	←	REMUNERAÇÃO	1,207	0,032	38,084	0,962	***
Re10	←	REMUNERAÇÃO	1,142	0,033	34,329	0,910	***
PrM3	←	PROTESTO	1	-	-	0,798	-
PrM5	←	PROTESTO	0,994	0,025	39,757	0,794	***
PrR2	←	PROTESTO	1,170	0,039	30,073	0,934	***
PrR4	←	PROTESTO	1,200	0,039	30,499	0,958	***
PrR6	←	PROTESTO	1,239	0,044	28,212	0,989	***
PrR8	←	PROTESTO	1,218	0,042	29,010	0,973	***
PrR9	←	PROTESTO	1,236	0,043	28,699	0,987	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir desta Tabela, verifica-se uma covariância de 0,117, indicando que, em média, a cada 1 ponto que aumenta nos escores da “remuneração” se repercute no aumento de 0,117 pontos nos escores do “protesto”. As duas variáveis apresentam uma correlação positiva fraca de 0,117 ($r^2=1,37\%$), o que significa que a “remuneração” explica 1,37% da variação do “protesto”. Tendo em vista que o modelo estrutural gerou resultado não significativo ($p=0,096$), a sub-hipótese H4a foi rejeitada.

Apesar de o coeficiente de determinação do modelo estrutural de H4a indicar que o preditor exerce influência de 1,37% sobre o desfecho, mas porque o resultado não é estatisticamente significativo, conclui-se que a “remuneração” não é positivamente relacionada com “protesto” político. Nesta perspectiva, a propensão dos “membros” das OSC’s de participar nas atividades de “protesto” não é explicada pela “remuneração”. O diagrama de caminhos do modelo está representado na Figura 24.

Figura 24 - Diagrama de caminhos de H4a: A “remuneração” é positivamente relacionada com “protesto” político



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Prosseguimos com as análises avançando para a sub-hipótese H4b, referente à relação entre “apoio do supervisor” e “protesto”. Os resultados da relação estrutural apontam bom ajuste do modelo, com X^2 de 63,414 e 61 graus de liberdade ($p=0,391$); o CFI e o TLI exibiram o mesmo valor de 1; o valor de SRMR foi 0,038; e o RMSEA apresentou o valor de 0,013, com limite inferior de 0,000 e superior de 0,042 (90% do intervalo de confiança). A Tabela 55 apresenta as estimativas da relação entre “apoio do supervisor” e “protesto”.

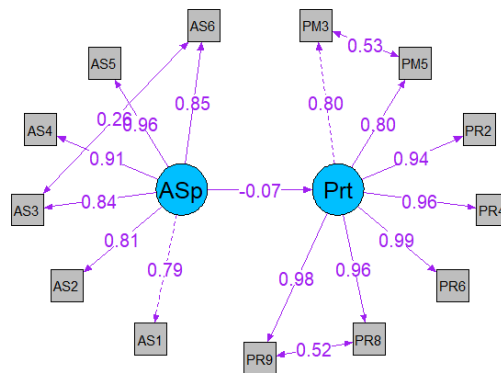
Tabela 55 – Estimativas e significância da relação entre “apoio do supervisor” e “protesto”

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
PROTESTO ← AP. SUPERVISOR	-0,072	0,070	-1,032	-0,071	0,302
AS1 ← AP. SUPERVISOR	1	-	-	0,791	-
AS2 ← AP. SUPERVISOR	1,024	0,038	27,119	0,810	***
AS3 ← AP. SUPERVISOR	1,057	0,038	27,967	0,836	***
AS4 ← AP. SUPERVISOR	1,149	0,038	30,164	0,908	***
AS5 ← AP. SUPERVISOR	1,214	0,041	29,324	0,960	***
AS6 ← AP. SUPERVISOR	1,073	0,036	29,908	0,849	***
PrM3 ← PROTESTO	1	-	-	0,799	-
PrM5 ← PROTESTO	0,996	0,025	39,790	0,796	***
PrR2 ← PROTESTO	1,176	0,039	30,225	0,940	***
PrR4 ← PROTESTO	1,202	0,039	30,749	0,961	***
PrR6 ← PROTESTO	1,243	0,044	28,192	0,994	***
PrR8 ← PROTESTO	1,199	0,041	29,299	0,959	***
PrR9 ← PROTESTO	1,221	0,042	29,298	0,976	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Tabela 55 aponta que as relações estabelecidas na sub-hipótese H4b apresentam uma covariância negativa de -0,072, o que significa que a cada 1 ponto que aumenta nos escores do “apoio do supervisor”, provoca uma diminuição de 0,072 pontos nos escores de “protesto”. Os dois construtos exibiram uma correlação negativa fraca de -0,071, concorrendo para que a proporção de explicação do “protesto” pelo “apoio do supervisor” fosse apenas de 0,50% (r^2). A sub-hipótese em análise não foi confirmada a $p=0,302$. Nesta perspectiva, as estimativas que previmos na H4b não foram sustentadas empiricamente, indicando que “apoio do supervisor” não é positivamente relacionado com “protesto político”. A representação visual da relação estrutural da sub-hipótese H4b pode ser observada na Figura 25.

Figura 25 - Diagrama de caminhos de H4b: “Apoio do supervisor” é positivamente relacionada com “protesto” político



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Continuamos com as análises examinando os resultados da sub-hipótese H4c, que propõe que as “oportunidades de treinamento e de desenvolvimento” se relacionam com “protesto” político. A relação de dependência das duas variáveis demonstrou validade do modelo estrutural, considerando que apresentou X^2 de 51,162 com 40 graus de liberdade ($p=0,111$); o valor de CFI e de TLI foi 1 e 0,999, respectivamente; o de SRMR foi 0,052; e o RMSEA exibiu o valor de 0,035, com limite inferior de intervalo de confiança de 0,000 e superior de 0,060. As estimativas da relação entre os dois construtos podem ser observadas na Tabela 56.

Tabela 56 – Estimativas e significância da relação entre “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” e “protesto”

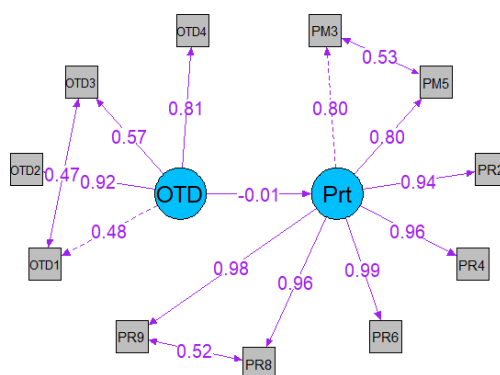
REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
PROTESTO ← OP. TR. DESENV.	-0,023	0,129	-0,176	-0,014	0,860
OTD1 ← OP. TR. DESENV.	1	-	-	0,480	-
OTD2 ← OP. TR. DESENV.	1,910	0,255	7,503	0,917	***
OTD3 ← OP. TR. DESENV.	1,186	0,136	8,720	0,570	***
OTD4 ← OP. TR. DESENV.	1,689	0,192	8,780	0,811	***
PrM3 ← PROTESTO	1	-	-	0,800	-
PrM5 ← PROTESTO	0,996	0,025	39,871	0,796	***
PrR2 ← PROTESTO	1,175	0,039	30,310	0,940	***
PrR4 ← PROTESTO	1,201	0,039	30,786	0,961	***
PrR6 ← PROTESTO	1,242	0,044	28,257	0,994	***
PrR8 ← PROTESTO	1,199	0,041	29,370	0,959	***
PrR9 ← PROTESTO	1,220	0,042	29,373	0,976	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir da Tabela 56, verifica-se uma covariância negativa de -0,023 dos dois construtos que compõem a sub-hipótese H4c, o que representa uma diminuição de 0,023 nos escores da

variável “protesto” para cada aumento de 1 ponto nos escores das “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”. Os dois construtos exibiram coeficiente de correlação negativo fraco de -0,014 e, conseqüentemente, as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” têm 0,02% da variabilidade do “protesto”. A significância do modelo remete-nos à rejeição da sub-hipótese ($p=0,860$). Embora as estimativas dos parâmetros do modelo estrutural tivessem indicado bom ajuste do modelo, as estimativas de caminhos estruturais demonstram que as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” não são positivamente relacionadas com “protesto” político. O modelo estrutural está representado na Figura 26.

Figura 26 - Diagrama de caminhos de H4c: “Oportunidades de treinamento e desenvolvimento” são positivamente relacionadas com “protesto” político



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Avançamos para analisarmos a sub-hipótese H4d que estabelece uma relação estrutural entre “oportunidades de carreira” e “protesto” político. Os resultados indicam validade do modelo estrutural na medida em que apresentou X^2 de 58,215 com 42 graus de liberdade ($p<0,05$); o valor de CFI e de TLI foi 0,999; o de SRMR foi 0,043; e o RMSEA exibiu valor de 0,041, com intervalo de confiança de 90% de 0,003 a 0,064. As estimativas da relação entre “oportunidades de carreira” e “protesto” constam na Tabela 57.

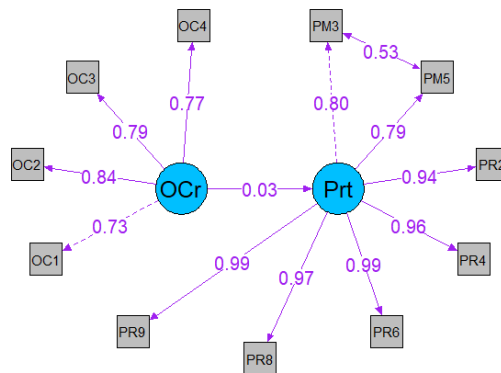
Tabela 57 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Carreira” e “protesto”

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
PROTESTO ← OP. CARREIRA	0,036	0,072	0,507	0,033	0,612
OC1 ← OP. CARREIRA	1	-	-	0,730	-
OC2 ← OP. CARREIRA	1,156	0,059	19,498	0,844	***
OC3 ← OP. CARREIRA	1,076	0,061	17,701	0,786	***
OC4 ← OP. CARREIRA	1,049	0,058	18,097	0,766	***
PrM3 ← PROTESTO	1	-	-	0,797	-
PrM5 ← PROTESTO	0,995	0,025	39,835	0,793	***
PrR2 ← PROTESTO	1,174	0,039	30,315	0,935	***
PrR4 ← PROTESTO	1,203	0,039	30,717	0,958	***
PrR6 ← PROTESTO	1,241	0,044	28,307	0,989	***
PrR8 ← PROTESTO	1,220	0,042	29,155	0,973	***
PrR9 ← PROTESTO	1,238	0,043	28,851	0,987	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com base na Tabela 57, constata-se que “oportunidades de carreira” e “protesto” apresentam uma covariância de 0,036, indicando que a cada 1 ponto que sobe nos escores de “oportunidades de carreira”, sobe 0,036 nos escores do “protesto”. Além disso, o coeficiente de correlação indicou associação positiva bastante fraca entre as duas variáveis, de 0,033. Consequentemente, “oportunidades de carreira” contribuem somente por 0,11% da variação nos escores do “protesto”. Considerando que a significância do modelo estrutural da H4d foi estatisticamente nula ($p=0,612$), a sub-hipótese não foi confirmada. Portanto, apesar de o modelo estrutural da H4d ter apresentado boas medidas de ajustamento, os resultados demonstram que as “oportunidades de carreira” existentes nas OSC’s não conduzem à propensão dos “membros” a participar nas atividades de “protesto” político. O diagrama de caminhos do modelo pode ser observado na Figura 27.

Figura 27 - Diagrama de caminhos de H4d: “oportunidades de carreira” são positivamente relacionadas com “protesto” político



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Prosseguimos para examinarmos a última sub-hipótese, na qual propusemos que “equilíbrio trabalho-vida” se relaciona com “protesto” político. Os resultados destacam boa qualidade de ajuste do modelo estrutural, dado que apresentou X^2 de 36,556 com 33 graus de liberdade ($p=0,307$); o valor de CFI e de TLI foi 1; o valor de SRMR foi 0,025; e o RMSEA apresentou valor de 0,022 com limite inferior de 0,000 e superior de 0,054 (90% do intervalo de confiança). A Tabela 58 apresenta as estimativas da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “equilíbrio trabalho-vida”.

Tabela 58 – Estimativas e significância da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “protesto”

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
PROTESTO ← EQ. TRAB. VIDA	-0,003	0,069	-0,036	-0,003	0,971
ETV2 ← EQUI. TRAB. VIDA	1	-	-	0,870	-
ETV3 ← EQUI. TRAB. VIDA	1,030	0,030	34,910	0,896	***
ETV4 ← EQUI. TRAB. VIDA	1,080	0,027	40,142	0,939	***
PrM3 ← PROTESTO	1	-	-	0,797	-
PrM5 ← PROTESTO	0,995	0,025	39,841	0,793	***
PrR2 ← PROTESTO	1,173	0,039	30,356	0,935	***
PrR4 ← PROTESTO	1,202	0,039	30,759	0,958	***
PrR6 ← PROTESTO	1,240	0,044	28,338	0,989	***
PrR8 ← PROTESTO	1,220	0,042	29,195	0,973	***
PrR9 ← PROTESTO	1,238	0,043	28,886	0,987	***

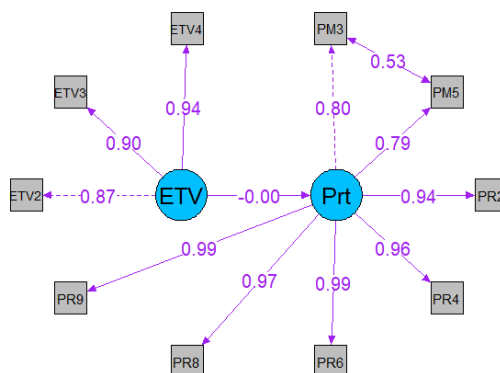
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Tabela 58 aponta que as variáveis da sub-hipótese H4e apresentam uma covariância negativa de -0,003, o que representa uma diminuição de 0,003 nos escores do “protesto” para cada aumento de 1 ponto nos escores de “equilíbrio trabalho-vida”. Quanto à correlação, os dois construtos apresentam uma correlação negativa fraca de -0,003, o que concorreu para que o

percentual de variação total de “protesto” explicado pelo “equilíbrio trabalho-vida” fosse praticamente inexistente (r^2). A sub-hipótese em análise foi rejeitada a $p=0,971$.

Apesar de as estimativas dos parâmetros do modelo estrutural da H1e terem indicado bom ajuste do modelo, os resultados das estimativas de caminhos estruturais demonstram que “votação” não sofre nenhuma influência de “equilíbrio trabalho-vida” ($p=0,971$). Nesta perspectiva, o preditor não se repercute na propensão dos “membros” das OSC’s de participar nas ações da “votação”. A representação visual do modelo estrutural pode ser observada na Figura 28.

Figura 28 - Diagrama de caminhos de H4e: “Equilíbrio trabalho-vida” está positivamente relacionado com “protesto” político



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Nesta subseção, verificamos que as variáveis dos modelos estruturais apresentaram correlações fracas muito abaixo de 0,3, três das quais negativas (H4b, H4c e H4e), ao mesmo tempo que constatamos que todas as sub-hipóteses não foram confirmadas. Consequentemente, a H4 foi rejeitada, o que significa que as práticas de retenção de “membros” não estão positivamente relacionadas com “protesto” político. Desta forma, apesar de os modelos de mensuração de retenção de “membros” e de participação política resultarem dos procedimentos da AFE e terem sido confirmados pela AFC com bons índices de ajuste, ao mesmo tempo que alcançaram validade convergente, discriminante e consistência interna, as relações estruturais que hipotetizamos na quarta hipótese não foram sustentadas empiricamente.

Além disso, as boas medidas de ajustamento alcançadas pelos modelos estruturais das sub-hipóteses não conduziram à confirmação estatisticamente significativa de que as práticas de

retenção de “membros” explicam “atividade de campanha”. Especificamente, os resultados apontaram que as práticas de retenção de “membros” não são explicadoras da propensão dos “membros” das OSC’s de participarem em manifestações, greves, bloqueio do trânsito, interrupção de reuniões políticas, ocupação de edifícios ou fábricas, danos à propriedade, assim como na sabotagem ou obstrução de estradas ou ferrovias (BEAN, 1991; EKMAN; AMNÅ, 2012; IVALDI; BONATTI; SOLIANI, 2017; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; QUARANTA, 2012; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; VAN DETH, 1986).

Portanto, não obstante as nossas hipóteses teóricas terem apontado que as práticas de retenção de “membros” estão positivamente relacionadas com “protesto” político, não encontramos evidências que sustentam essa relação a partir da nossa amostra. Entretanto, queremos acreditar que a não confirmação da hipótese H4 não esteja relacionada a problemas metodológicos, visto que o embasamento hipotético-conceitual resultou das abstrações decorrentes das três revisões sistemáticas da literatura rigorosamente elaboradas (vide os respectivos protocolos nos Apêndices A, B e C). Além disso, os modelos de mensuração de retenção de “membros” e de participação política decorrem dos procedimentos da AFE e foram confirmados pela AFC com bons índices de ajustamento, ao mesmo tempo que alcançaram validade convergente, discriminante e consistência interna. Assim, pode ser prematuro concluir-se definitivamente que “protesto” político não é explicado pelas práticas de retenção de “membros”.

Ao invés disso, sugerimos que estudos futuros, em outros contextos geográficos, possam continuar examinando essas relações, principalmente pelo fato de no contexto onde desenvolvemos esta pesquisa os “membros” das OSC’s tenderem a participar muito pouco nas ações políticas de “protesto”, a avaliar pela média de intensidade baixa que esta dimensão obteve, isto é, 2,24 (DP=1,63). Outro aspecto adicional importante é inerente ao fato de as OSC’s em Moçambique tenderem a implementar as práticas de retenção de “membros” de forma moderada, considerando que a escala recebeu média global de 5,86 (DP=1,02), o que possivelmente pode ter tido implicações no potencial deste construto de influenciar “protesto” político.

Após concluirmos as análises inerentes à terceira hipótese, prosseguimos para examinarmos as relações estruturais entre “práticas de retenção de ‘membros’ e ‘votação’”, na próxima subsecção.

7.3.5 Hipótese 5: As práticas de retenção de “membros” são preditoras da “votação”

A última hipótese desta pesquisa estabelece relações estruturais das cinco dimensões do construto retenção de “membros” com o fator “votação”. A dimensão “votação” diz respeito à participação dos cidadãos nos processos eleitorais por meio de comparecimento às urnas, para eleger dirigentes e titulares de órgãos de nível nacional, provincial e municipal (KIM; HOEWE, 2020; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018).

A filiação às OSC's capacita os “membros” em matérias de democracia e conscientiza-lhes da importância da sua participação nos processos políticos democráticos, bem como eleva o nível de conscientização política e fornece recursos políticos que favorecem a participação em diversos tipos de eleições. Entretanto, entendemos que essa capacidade política pode ser influenciada pela retenção de “membros”, por meio da qual “membros” vão apreender esse potencial ao longo do tempo junto às OSC's. Nesta perspectiva, propusemos que as práticas de retenção de “membros” são preditoras da “votação”.

Para testarmos esta hipótese, começamos por analisar a sub-hipótese H5a, que propõe que a “remuneração” prediz a “votação”. Os resultados indicam bom ajuste do modelo estrutural, apresentando X^2 de 109,962 com 84 graus de liberdade ($p < 0,05$); o valor de CFI e de TLI foi 0,999; o de SRMR foi 0,031; e o RMSEA exibiu valor de 0,036, com intervalo de confiança de 90% de 0,012 a 0,054. As estimativas da relação entre “remuneração” e “votação” podem ser observadas na Tabela 59.

Tabela 59 – Estimativas e significância da relação entre “remuneração” e “votação”

REGRESSÕES LINEARES			Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
			Covariância			Correlação	
VOTAÇÃO ← REMUNERAÇÃO			0,125	0,064	1,1957	0,124	0,050
Re1	←	REMUNERAÇÃO	1	-	-	0,796	-
Re2	←	REMUNERAÇÃO	1,021	0,034	29,904	0,812	***
Re3	←	REMUNERAÇÃO	1,061	0,032	33,154	0,844	***
Re4	←	REMUNERAÇÃO	1,169	0,031	37,705	0,930	***
Re5	←	REMUNERAÇÃO	1,170	0,033	35,111	0,931	***
Re6	←	REMUNERAÇÃO	1,225	0,032	37,794	0,974	***
Re7	←	REMUNERAÇÃO	1,101	0,029	38,565	0,876	***
Re8	←	REMUNERAÇÃO	1,126	0,030	37,521	0,896	***
Re9	←	REMUNERAÇÃO	1,209	0,032	38,057	0,962	***
Re10	←	REMUNERAÇÃO	1,144	0,033	34,329	0,910	***
Vot1	←	VOTAÇÃO	1	-	-	0,801	-
Vot2	←	VOTAÇÃO	1,114	0,046	24,302	0,892	***

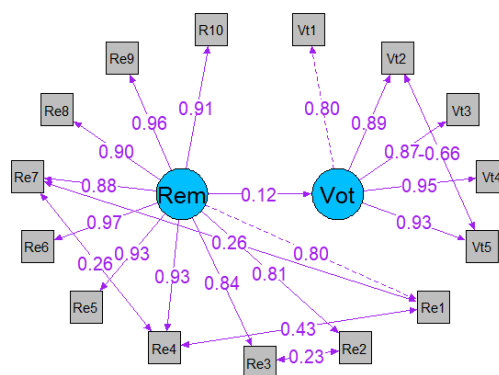
REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr. Covariância	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr. Correlação	p-valor
Vot3 ← VOTAÇÃO	1,083	0,045	24,046	0,868	***
Vot4 ← VOTAÇÃO	1,184	0,050	23,649	0,948	***
Vot5 ← VOTAÇÃO	1,158	0,045	25,536	0,927	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir desta Tabela, verifica-se uma covariância de 0,125, indicando que, em média, a cada 1 ponto que aumenta nos escores da “remuneração” se repercute no aumento de 0,125 pontos nos escores da “votação”. As duas variáveis apresentam uma correlação positiva fraca de 0,124, o que significa que a “remuneração” explica 1,54% da variação da “votação”. Compreendendo que o modelo estrutural gerou resultado quase significativo ($p=0,05$), a sub-hipótese H5a pode ser considerada confirmada.

Assim, “remuneração” é preditora de 1,54% da possibilidade de os “membros” das OSC’s participarem na “votação”, podendo-se entender que um sistema de remuneração competitivo, constituído por salário, benefícios e incentivos (ANIS et al., 2011; HAIDER et al., 2015; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012), se repercute na propensão dos “membros” a participar nas atividades políticas da “votação”. A representação visual do modelo estrutural pode ser observada na Figura 29.

Figura 29 - Diagrama de caminhos de H5a: “Remuneração” é preditora da “votação”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Prosseguimos com as análises avançando para a sub-hipótese H5b, referente à relação entre “apoio do supervisor” e “votação”. Os resultados da relação estrutural apontam ajuste razoavelmente bom do modelo, com X^2 de 37,606 e 39 graus de liberdade (p -valor $<0,001$); o CFI

e o TLI exibiram o mesmo valor de 1; o de SRMR foi 0,025; e o RMSEA apresentou o valor de 0,000, com limite inferior de 0,000 e superior de 0,043 (90% do intervalo de confiança). A Tabela 60 apresenta as estimativas da relação entre “apoio do supervisor” e “votação”.

Tabela 60 – Estimativas e significância da relação entre “apoio do supervisor” e “votação”

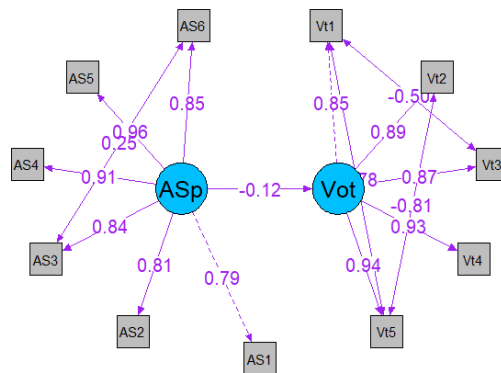
REGRESSÕES LINEARES			Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
			Covariância			Correlação	
VOTAÇÃO ← AP. SUPERVISOR			-0,130	0,066	-1,968	-0,121	0,049
AS1	←	AP. SUPERVISOR	1	-	-	0,790	-
AS2	←	AP. SUPERVISOR	1,023	0,038	27,020	0,808	***
AS3	←	AP. SUPERVISOR	1,059	0,038	28,075	0,837	***
AS4	←	AP. SUPERVISOR	1,148	0,038	30,030	0,908	***
AS5	←	AP. SUPERVISOR	1,214	0,041	29,394	0,959	***
AS6	←	AP. SUPERVISOR	1,077	0,036	30,038	0,851	***
Vot1	←	VOTAÇÃO	1	-	-	0,850	-
Vot2	←	VOTAÇÃO	1,046	0,042	25,129	0,889	***
Vot3	←	VOTAÇÃO	1,029	0,041	25,245	0,874	***
Vot4	←	VOTAÇÃO	1,097	0,045	24,582	0,932	***
Vot5	←	VOTAÇÃO	1,111	0,040	27,856	0,944	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Tabela 60 aponta que as relações estabelecidas na sub-hipótese H5b apresentam uma covariância negativa de -0,130, o que significa que a cada 1 ponto que aumenta nos escores do “apoio do supervisor”, provoca uma diminuição de 0,130 pontos nos escores da “votação”. Constatamos, ainda, que os dois construtos exibiram uma correlação negativa fraca de -0,121 e, consequentemente, a proporção de explicação da “votação” pelo “apoio do supervisor” é de 1,46%. A sub-hipótese em análise foi confirmada a $p < 0,05$.

Assim, os resultados demonstram que as estimativas de caminhos estruturais são estatisticamente significativas ($p < 0,05$), indicando que “apoio do supervisor” prediz 1,46% da “votação”. A partir deste achado pode-se entender que *feedbacks* adequados e regulares, bem como reconhecimento e elogios (DHANPAT et al., 2018; DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; VAN DYK; COETZEE, 2012; VAN DYK; COETZEE, 2012) que os supervisores dão, impactam na propensão dos “membros” a participar na “votação”. A representação visual da relação estrutural da sub-hipótese H5b consta na Figura 30.

Figura 30 - Diagrama de caminhos de H5b: “Apoio do supervisor” é preditor da “votação”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Continuamos com as análises examinando os resultados da sub-hipótese H5c, que postula que as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” são preditoras da “votação”. A relação de dependência das duas variáveis demonstrou validade do modelo estrutural, considerando que apresentou X^2 de 22,692 com 22 graus de liberdade ($p=0,419$); o valor de CFI e de TLI foi 1; o de SRMR foi 0,035; e o RMSEA exibiu o valor de 0,012, com limite inferior de intervalo de confiança de 0,000 e superior de 0,056. As estimativas da relação entre os dois construtos podem ser observadas na Tabela 61.

Tabela 61 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Treinamento e Desenvolvimento” e “votação”

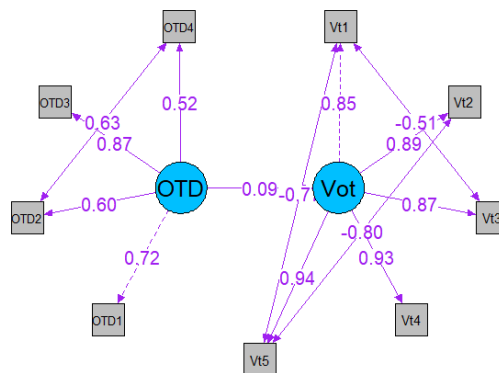
REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
VOTAÇÃO $\leftarrow$ OP. TR. DESENV.	0,109	0,082	1,322	0,092	0,186
OTD1 $\leftarrow$ OP. TR. DESENV.	1	-	-	0,720	-
OTD2 $\leftarrow$ OP. TR. DESENV.	0,830	0,086	9,685	0,598	***
OTD3 $\leftarrow$ OP. TR. DESENV.	1,210	0,133	9,117	0,871	***
OTD4 $\leftarrow$ OP. TR. DESENV.	0,729	0,072	10,072	0,525	***
Vot1 $\leftarrow$ VOTAÇÃO	1	-	-	0,851	-
Vot2 $\leftarrow$ VOTAÇÃO	1,044	0,041	25,311	0,889	***
Vot3 $\leftarrow$ VOTAÇÃO	1,026	0,041	25,166	0,873	***
Vot4 $\leftarrow$ VOTAÇÃO	1,096	0,044	24,684	0,933	***
Vot5 $\leftarrow$ VOTAÇÃO	1,108	0,039	28,153	0,943	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir da Tabela 61, verifica-se uma covariância de 0,109 dos dois construtos que compõem a sub-hipótese H5c, o que representa um acréscimo de 0,109 na variável “votação” para cada aumento de 1 ponto nos escores das “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”. A

correlação apontou que as duas variáveis se correlacionam de forma fraca, com coeficiente de 0,092. De acordo com o coeficiente de determinação (r^2), as “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” têm 0,85% da variabilidade da “votação”. Entretanto, a significância do modelo remete-nos à rejeição da sub-hipótese ($p=0,186$). Portanto, apesar do embasamento hipotético-conceitual rigorosamente construído ter indicado a existência de relação de dependência entre os dois construtos, evidências indicam que “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” não predizem “votação”. O modelo estrutural da H5c está representado na Figura 31.

Figura 31 - Diagrama de caminhos de H5c: “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” são preditoras da “votação”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Avançamos para analisarmos a sub-hipótese H5d que estabelece uma relação estrutural entre “oportunidades de carreira” e “votação”. Os resultados indicam validade do modelo estrutural na medida em que apresentou X^2 de 30,166 com 23 graus de liberdade ($p=145$); CFI e TLI apresentaram valor de 0,999 e 0,998, respectivamente; o de SRMR foi 0,040; e o RMSEA exibiu valor de 0,037, com intervalo de confiança de 90% de 0,000 a 0,069. As estimativas da relação entre “oportunidades de carreira” e “votação” constam na Tabela 62.

Tabela 62 – Estimativas e significância da relação entre “Oportunidades de Carreira” e “votação”

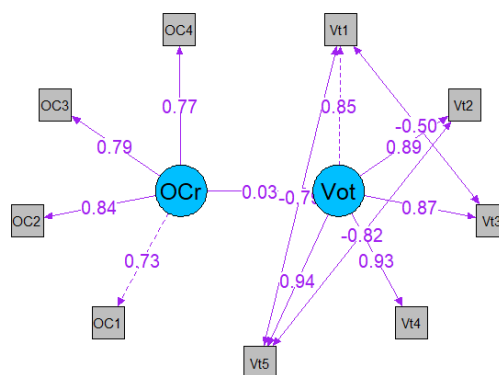
REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
VOTAÇÃO ← OP. CARREIRA	0,031	0,077	0,400	0,027	0,689
OC1 ← OP. CARREIRA	1	-	-	0,728	-
OC2 ← OP. CARREIRA	1,158	0,059	19,576	0,843	***

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr. Covariância	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr. Correlação	p-valor
OC3 ← OP. CARREIRA	1,080	0,061	17,759	0,787	***
OC4 ← OP. CARREIRA	1,053	0,058	18,189	0,767	***
Vot1 ← VOTAÇÃO	1	-	-	0,851	-
Vot2 ← VOTAÇÃO	1,045	0,041	25,509	0,890	***
Vot3 ← VOTAÇÃO	1,024	0,041	25,259	0,872	***
Vot4 ← VOTAÇÃO	1,094	0,044	24,788	0,932	***
Vot5 ← VOTAÇÃO	1,109	0,039	28,313	0,944	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com base na Tabela 62, constata-se que “Oportunidades de carreira” e “votação” apresentam uma covariância de 0,031, indicando que a cada 1 ponto que sobe nos escores de “oportunidades de carreira”, sobe 0,031 pontos nos escores da “votação”. Além disso, o coeficiente de correlação indicou associação positiva muito fraca entre as duas variáveis, de 0,027. Consequentemente, “oportunidades de carreira” contribuem somente por 0,07% da variação nos escores da “atividade de campanha”. Sabendo que a significância do modelo estrutural da H5d foi estatisticamente nula ($p=0,689$), a sub-hipótese não foi confirmada. Assim, apesar do embasamento hipotético-conceitual rigorosamente construído ter proposto a existência de relação de dependência entre “oportunidades de carreira” e “votação”, ao mesmo tempo que o modelo estrutural da H5d apresentou boas medidas de ajustamento, os resultados demonstram que as “oportunidades de carreira” não são preditoras da “votação”. O diagrama de caminhos do modelo pode ser observado na Figura 32.

Figura 32 - Diagrama de caminhos de H5d: “oportunidades de carreira” são preditoras da “votação”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Prosseguimos para examinarmos a última sub-hipótese, na qual propusemos que “equilíbrio trabalho-vida” é preditor da “votação”. Os resultados destacam boa qualidade de ajuste do modelo estrutural, dado que apresentou X^2 de 18,855 com 16 graus de liberdade ($p=0,276$); o valor de CFI foi 1 e TLI exibiu valor de 0,999; o valor de SRMR foi 0,031; e o RMSEA apresentou valor de 0,028 com limite inferior de 0,000 e superior de 0,069 (90% do intervalo de confiança). A Tabela 63 apresenta as estimativas da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “votação”.

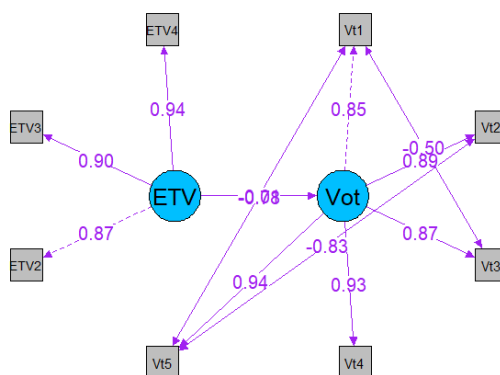
Tabela 63 – Estimativas e significância da relação entre “equilíbrio trabalho-vida” e “votação”

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa Não Padr.	Erro Padrão	Valor Z	Estimativa Padr.	p-valor
	Covariância			Correlação	
VOTAÇÃO ← EQ. TRAB. VIDA	-0,012	0,065	-0,188	-0,012	0,851
ETV2 ← EQUI. TRAB. VIDA	1	-	-	0,870	-
ETV3 ← EQUI. TRAB. VIDA	1,030	0,029	34,924	0,896	***
ETV4 ← EQUI. TRAB. VIDA	1,080	0,027	40,231	0,939	***
Vot1 ← VOTAÇÃO	1	-	-	0,850	-
Vot2 ← VOTAÇÃO	1,047	0,041	25,467	0,890	***
Vot3 ← VOTAÇÃO	1,026	0,041	25,197	0,872	***
Vot4 ← VOTAÇÃO	1,096	0,044	24,729	0,932	***
Vot5 ← VOTAÇÃO	1,110	0,039	28,265	0,944	***

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Tabela 63 aponta que os construtos da sub-hipótese H5e apresentam uma covariância de -0,012, o que representa uma diminuição de 0,012 nos escores de “votação” para cada 1 ponto que aumenta nos escores de “equilíbrio trabalho-vida”. Quanto à correlação, os dois construtos apresentam uma correlação negativa fraca de -0,012, o que concorreu para que o percentual de variação total de “votação” explicado pelo “equilíbrio trabalho-vida” fosse apenas de 0,01% (r^2). A sub-hipótese em análise foi rejeitada a $p=0,851$. Não obstante o embasamento hipotético-conceitual rigorosamente construído ter sugerido a existência de relação de dependência entre “equilíbrio trabalho-vida” e “votação” e as estimativas dos parâmetros do modelo estrutural terem indicado boas medidas de ajustamento, as estimativas de caminhos estruturais demonstram que “equilíbrio trabalho-vida” apresenta potencial de explicação estatisticamente nulo sobre “votação”. Assim, os resultados indicam que “equilíbrio trabalho-vida” não é preditor da “votação”. A representação visual do modelo estrutural pode ser observada na Figura 33.

Figura 33 - Diagrama de caminhos de H5e: “equilíbrio trabalho-vida” é preditor da “votação”



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Depois de percorrermos os cinco modelos estruturais que compõem a H5, verificamos que as respectivas variáveis apresentaram correlações abaixo do ponto de corte, ao mesmo tempo que as relações estruturais da H5b e H5e exibiram correlações negativas. Os resultados apontaram para a confirmação de duas sub-hipóteses, nomeadamente: H5a (“remuneração” é preditora da “votação”) e H5b (“apoio do supervisor” é preditor da “votação”). Sabendo que este resultado corresponde a 40% de confirmação, consideramos a H5 como aceita.

Os resultados indicam que a participação dos “membros” das OSC’s na eleição dos dirigentes e titulares de órgãos de nível nacional, provincial e municipal (KIM; HOEWE, 2020; OHME; VREESE; ALBÆK, 2017; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018) sofre influência da “remuneração” e do “apoio do supervisor”. Por um lado, estes achados sugerem que um sistema de “remuneração” percebido como justo, transparente, ao mesmo tempo que reflete o desempenho e o esforço empreendidos (ANIS et al., 2011; GEORGE, 2015; KASHYAP; RANGNEKAR, 2014; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012), estimula os “membros” a participar nas atividades da “votação”. Por outro lado, os achados apontam que *feedbacks* sobre quão bem os “membros” realizam as suas tarefas, reconhecimento e elogios dados pelos supervisores (DHANPAT et al., 2018; DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; VAN DYK; COETZEE, 2012) favorecem participação na “votação”.

Entretanto, constatamos baixo poder explicativo dos preditores sobre o desfecho, haja vista que a “remuneração” e o “apoio do supervisor” explicam somente 1,54% e 1,46% da “votação”, respectivamente. A partir dos percentuais que os preditores influenciam a variação nos escores da variável explicada, pode ser indicativo de que, no contexto da nossa amostra, as práticas de retenção

de “membros” podem não ser suficientemente capazes de garantir níveis altos de participação política de “membros” nas atividades da “votação”. Por isso, os achados desta pesquisa precisam ser relativizados.

Embora também esperássemos que “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”, “oportunidades de carreira” e “equilíbrio trabalho-vida” podiam influenciar a propensão de “membros” de OSC’s de participar na “votação”, não encontramos evidências estatísticas para sustentar essas relações. Contudo, entendemos que estudos futuros podem continuar investigando o grau em que as práticas de retenção de “membros” influenciam “votação” em outras amostras, considerando o rigor metodológico que seguimos nesta pesquisa, o que conduziu à proposição teórica de que as práticas de retenção de “membros” predizem “votação”.

De toda forma, entendemos que os resultados podem ser úteis para gestores de OSC’s que pretendam que os “membros” sejam cada vez mais propensos a participar nas atividades de “votação”, se considerarmos não somente o papel que essas organizações exercem na difusão e no aprofundamento de normas, de valores e de atitudes democráticas, mas, sobretudo, o impacto que elas pretendem ter na sociedade, que inclui melhoria das condições políticas e democráticas existentes.

Em suma, a disposição dos “membros” para eleger presidente da República, deputados da Assembleia da República, membros das Assembleias Provinciais, presidente do Município e membros da Assembleia Municipal é explicada pela “remuneração” e pelo “apoio do supervisor”. Portanto, apesar de as proposições teóricas terem sido elaboradas a partir das três revisões sistemáticas da literatura, rigorosamente elaboradas (vide os respectivos protocolos nos Apêndices A, B e C), e os modelos de mensuração de retenção de “membros” e de participação política resultarem dos procedimentos da AFE e terem sido confirmados pela AFC com bons índices de ajustamento, ao mesmo tempo que alcançaram validade convergente, discriminante e consistência interna, não encontramos evidências estatisticamente significativas de que “oportunidades de treinamento e desenvolvimento”, “oportunidades de carreira” e “equilíbrio trabalho-vida” predizem “votação”.

Com estes resultados, terminamos a análise dos resultados do teste de cada uma das cinco hipóteses. Na próxima subseção, sistematizamos os resultados que obtivemos na análise das cinco hipóteses.

7.3.6 Síntese do Teste das hipóteses

Nesta seção, sistematizamos os resultados do teste das hipóteses desta pesquisa, de modo a avaliarmos o grau em que as nossas proposições teóricas de que as práticas de retenção de “membros” influenciam a participação política de “membros” de OSC’s foram sustentadas empiricamente. Partindo da premissa de que a filiação às OSC’s torna os “membros” mais susceptíveis a participar em diversas práticas políticas (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; LEE; GLASURE, 2007; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), que depois confirmamos empiricamente no sexto capítulo, entendemos que a propensão de “membros” de se engajar nos modos de participação política pode ser influenciada pelas práticas de retenção de “membros”. Foi acreditando que a retenção de “membros” de OSC’s viabiliza a apreensão da capacidade de participação política, por um período de tempo longo, que propusemos esta relação de dependência.

Testamos empiricamente as nossas proposições teóricas por meio de cinco hipóteses, nas quais estabelecemos relações de dependência das práticas de retenção de “membros” com cada um dos cinco fatores de participação política. Lembramos que, para testarmos cada hipótese, estabelecemos relações estruturais de cada um dos cinco fatores da retenção de “membros”, separadamente, com cada uma das dimensões de participação política, com o intuito de permitir análises mais pormenorizadas e minimizar possível interferência dos demais fatores do construto retenção de “membros”. Os resultados das 25 análises nas cinco hipóteses constam na Tabela 64.

Tabela 64 – Síntese do teste das hipóteses

Práticas de retenção de membros	Práticas políticas									
	At. Campanha		Contato		Engaj. Cívico		Protesto		Votação	
	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.
Remuneração	0,061	0,384	0,153	0,019	0,226	0,001	0,117	0,096	0,124	0,050
Apoio Superv.	-0,036	0,593	-0,001	0,983	-0,047	0,459	-0,071	0,302	-0,121	0,049
OTD	-0,033	0,637	0,170	0,022	0,153	0,042	-0,014	0,860	0,092	0,186
Oport. Carreira	0,039	0,577	0,167	0,016	0,211	0,002	0,033	0,612	0,027	0,689
Equi. Trab.-Vida	-0,060	0,424	0,097	0,137	0,018	0,807	-0,003	0,971	-0,012	0,851

Nota: β = Beta (estimativa padronizada); Sig. = Significância

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Três hipóteses foram confirmadas, nomeadamente: H2 (as práticas de retenção de “membros” influenciam positivamente “contato” político); H3 (as práticas de retenção de “membros” favorecem “engajamento cívico”); e H5 (as práticas de retenção de “membros” são preditoras da “votação”). As duas primeiras tiveram confirmação a 60%, considerando que as

variáveis explicadas sofrem influência de “remuneração”, de “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” e de “oportunidades de carreira”. A última hipótese foi confirmada a 40%, dado que a votação foi predita pela “remuneração” e pelo “apoio do supervisor”.

Os resultados indicam, ainda, que a “remuneração” é o preditor que mais explica as práticas políticas, ao influenciar significativamente três delas, designadamente: “contato” político, “engajamento cívico” e “votação”. Por outro lado, constatamos que “contato” político e “engajamento cívico” são explicados significativamente pelas “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” e “oportunidades de carreira”. A partir destes achados, compreende-se que os “membros” serão cada vez mais susceptíveis a participar nas atividades de “contato” político, “engajamento cívico” e “votação” se as OSC’s implementarem sistemas de “remuneração”, programas de “treinamento e desenvolvimento”, bem como criar “oportunidades de carreira” que despertem o interesse dos “membros” de desejar permanecer nas OSC’s por um período de tempo longo.

Estes resultados podem ser usados pelos gestores de OSC’s interessados em contribuir no aumento cada vez maior da probabilidade de engajamento político dos “membros”, em reconhecimento de que a participação política dos cidadãos é um dos pilares fundamentais da democracia, ao mesmo tempo que é essencial para o aprofundamento e consolidação desta, principalmente no contexto onde ela está em maturação, como Moçambique. Aliás, tendo em vista que a propensão a participar de diversas práticas políticas é uma das capacidades desenvolvidas pelas OSC’s, os achados desta pesquisa lançam luz de que a disposição dos “membros” para participar de diversas atividades políticas pode ser influenciada pela retenção de “membros”, a qual viabiliza a apreensão dos recursos políticos que estimulam engajamento político.

Entretanto, constatamos que o fator “equilíbrio trabalho-vida” não é determinante para aumentar a probabilidade de os “membros” participar nas práticas políticas, ao mesmo tempo que verificamos que o “apoio do supervisor” influenciou apenas “votação”. Depreende-se, por um lado, que evidências empíricas deste estudo indicam que “apoio de supervisor” não apresenta poder explicativo estatisticamente significativo sobre a maior parte dos modos de participação política, apesar de poder criar sentimentos de apreço nos “membros” e de lealdade para com a organização (DHANPAT et al., 2018; DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; VAN DYK; COETZEE, 2012), o que pode propiciar a apreensão do potencial de engajamento político desenvolvido pelas OSC’s por um período de tempo prolongado.

Por outro lado, os resultados desta pesquisa indicam que a participação política de “membros” de OSC’s não é explicada pelo “equilíbrio trabalho-vida”, embora vários estudos tenham indicado influência fortemente positiva de “equilíbrio trabalho-vida” sobre as intenções de permanecer na organização por um período de tempo prolongado (DÖCKEL; BASSON; COETZEE, 2006; GANI; POTGIETER; COETZEE, 2020; GEORGE, 2015; PRESBITERO; ROXAS; CHADEE, 2016; SANJEEVKUMAR; WEI, 2012; VAN DYK; COETZEE, 2012), o que pode viabilizar a apropriação dos recursos políticos desenvolvidos pelas OSC’s a longo prazo. Adicionado ao fato de “equilíbrio trabalho-vida” ter se correlacionado de forma negativa com todas as dimensões de participação política e “apoio do supervisor” ter-se comportado da mesma forma com três delas, estes resultados podem indicar a necessidade de os estudos futuros continuar acompanhando o grau em que os dois fatores da retenção de “membros” impactam na participação dos “membros” das OSC’s nos modos de participação política.

De acordo com as nossas proposições teóricas, esperávamos que as dimensões “atividade de campanha” e “protesto” político também pudessem ser influenciadas pelas práticas de retenção de “membros”, mas não encontramos evidências estatísticas que sustentem essa relação. No lugar de se considerar este resultado como algo tido como garantido, considerando ainda que esta pesquisa é pioneira neste objeto de estudo, faz-se necessário que estudos futuros continuem pesquisando o grau em que a retenção de “membros” explica essas duas práticas políticas, e, no caso destes resultados se reafirmarem, investigar as razões da ausência dessa relação.

Em suma, embora os resultados da pesquisa não tenham confirmado todas as hipóteses que propusemos, o que é certo é que encontramos evidências significativas de que o modelo teórico que propusemos é sustentado empiricamente. Assim, os achados lançam luz de que a retenção de “membros” tem certo potencial de explicação estatisticamente significativa sobre a participação política de “membros” de OSC’s, o que contribui para o avanço do conhecimento e abre caminho para que estudos futuros possam continuar examinando estas relações. Com esta sub-seção, terminamos a análise dos resultados e seguimos para as considerações finais.

8. CONCLUSÃO

Neste capítulo, além de apresentarmos as conclusões da pesquisa, também sugerimos a utilidade dos resultados alcançados e apresentamos perspectivas para pesquisas futuras. A partir da indicação de que a filiação nas OSC's tem repercussões na participação política (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; LEE; GLASURE, 2007; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), acreditamos que a propensão de “membros” de se engajar em atividades políticas é influenciada pelas práticas de retenção de “membros”. Nesta perspectiva, nos propusemos a compreender a influência da retenção de “membros” de OSC's sobre participação política, com base no seguinte questionamento norteador: *Qual é o efeito da retenção de “membros” de OSC's sobre a participação política em Moçambique?*

O formato da questão da pesquisa e do objetivo principal refletem o modelo teórico que apresentamos no terceiro capítulo. O modelo teórico é o culminar de um longo percurso que iniciamos com a elaboração de duas revisões sistemáticas da literatura (vide os respectivos protocolos nos Apêndices B e C), com base nas quais elaboramos os respectivos modelos conceituais. A partir da apropriação dos elementos teóricos dos modelos conceituais da retenção de “membros” e da participação política, assim como da relação que estabelecemos entre si, elaboramos o modelo teórico da pesquisa, do qual derivamos as hipóteses.

Testamos empiricamente o nosso modelo teórico no sétimo capítulo, operacionalizando, dessa forma, o quarto objetivo específico. Por meio da modelagem de equações estruturais, testamos as hipóteses da pesquisa, cujos resultados demonstraram que “contato” político, “engajamento cívico” e “votação” sofrem influência significativa da retenção de “membros”. Estes achados estão de acordo com o nosso pressuposto teórico, no qual defendemos que a propensão de “membros” a participar em diversas práticas políticas é explicada pela retenção de “membros” que, ao estimular o interesse dos “membros” para permanecerem nas suas organizações por um período de tempo longo (HAIDER et al., 2015; HONG et al., 2012; SHIBITI, 2019; WIJESIRI et al., 2018; YOUSUF; SIDDQUI, 2019), oportuniza o desenvolvimento prolongado de habilidades específicas e de recursos políticos que propiciam engajamento político.

Duas hipóteses não foram sustentadas empiricamente, indicando que a retenção de “membros” não apresenta potencial de explicação estatisticamente significativa sobre “atividade

de campanha” e “protesto” político. Embora não tenham sido confirmadas todas as cinco hipóteses, as que foram aceitas lançam luz de que a retenção de “membros” influencia a propensão de “membros” a participar nas práticas políticas. Essas evidências empíricas sustentam a plausibilidade do nosso modelo teórico, indicando que as reflexões subjacentes à sua construção transcenderam os limites das explicações da “caixa preta” e do que é dado como garantido, ao estabelecer relações de dependência entre construtos nunca antes relacionados e pertencentes a campos de conhecimento diferentes.

Os resultados alcançados no teste das hipóteses podem ser aproveitados pelas OSC’s, a partir do entendimento de que a retenção de “membros” viabiliza participação política. Isso é relevante para OSC’s por estar de acordo com o impacto que pretendem ter na sociedade, especificamente no quesito da melhoria do ambiente político e democrático, principalmente no contexto político onde a democracia está em maturação e com cidadãos apresentando baixo desempenho de participação em atividades políticas, como em Moçambique.

O modelo de mensuração da participação política que utilizamos para modelarmos as relações entre retenção de “membros” e participação política, desenvolvemos e validamos no quinto capítulo, no seguimento do primeiro objetivo específico. Criamos o modelo a partir de uma revisão sistemática sobre tipologias de participação política (vide protocolo no Apêndice C), que depois o submetemos à avaliação de especialistas. Após acomodarmos as demandas dos especialistas, apresentamos o instrumento aos membros do GETS em reunião específica, na qual foi analisada a avaliação dos especialistas e foram feitas outras recomendações, com vistas a melhorar a escala. Aplicamos a escala à primeira atividade de amostragem, com o objetivo de realizarmos AFE e outros procedimentos de limpeza da escala. Posteriormente, aplicamos o instrumento sugerido pela AFE à segunda atividade de amostragem, a fim de confirmarmos a plausibilidade da estrutura multifatorial da escala por meio da AFC e validarmos a escala, assim como para realizarmos outras análises.

O modelo multidimensional de participação política sobreviveu ao teste empírico com base nos dados das duas amostras. Os procedimentos da análise fatorial sugeriram a retenção dos seguintes fatores: “atividade de campanha”, “contato”, “engajamento cívico”, “protesto” e “votação”. Além de ter apresentado ótimos índices de ajustamento, o modelo de mensuração alcançou validade convergente, validade discriminante e apresentou boa consistência interna. Sabendo que a participação política vinha sendo mensurada de forma parcial e as suas dimensões

encontravam-se fragmentadas na literatura, o que concorria para a medição diferenciada do fenômeno em vários estudos, esta pesquisa preenche estas lacunas e limitações da literatura, ao entregar um modelo que abrange diversas dimensões da participação política.

Entretanto, visto que o modelo que propusemos a partir da revisão sistemática sobre “tipologias de participação política” era constituído por oito dimensões, é relevante destacarmos alguns aspectos. As dimensões “consumismo político” e “participação pela *internet*” não foram retidas pela matriz dos dados da primeira amostra. Além disso, os itens do fator “atividade partidária” carregaram na dimensão “atividade de campanha”. Considerando o rigor metodológico que seguimos no desenvolvimento da escala, pode ser que estas situações estejam relacionadas a questões socioculturais da amostra. A partir destes resultados, sugerimos que pesquisas futuras continuem avaliando o comportamento dessas quatro dimensões, com uso de amostras de outros contextos geográficos.

Outro aspecto adicional importante diz respeito ao fato de a dimensão “protesto” político ter se comportado de forma instável nos procedimentos da AFE nas duas amostras. Com os dados da primeira amostra, o fator dividiu-se em dois, os quais nomeamos de “protesto moderado” e “protesto radical”, conforme o tipo de ação subjacente ao enunciado do item. Na segunda amostra, os itens voltaram a se agrupar. Entendemos que este comportamento ficou-se devendo às características sociodemográficas distintas nas duas amostras.

Além de termos utilizado o modelo que validamos para o alcance do quarto objetivo específico, também utilizamos a mesma escala para compararmos a participação política de “membros” das OSC’s e “não membros”, no seguimento do segundo objetivo específico. É útil lembrarmos que incluímos os “não membros” na pesquisa com vistas a avaliarmos se os “membros” eram mais susceptíveis a participar em diversas práticas políticas quando comparados aos “não membros”.

Os resultados indicaram que os “membros” são mais engajados em quatro das cinco dimensões, ao apresentarem maior implementação tanto em média, quanto no teste de Mann-Whitney. Especificamente, o teste apontou para a existência de diferenças significativas entre os dois grupos, nas quais os “membros” exibiram maior desempenho quando comparados aos “não membros” nas dimensões “contato” ($r = 0,38$); “engajamento cívico” ($r = 0,31$); “protesto” ($r = 0,46$); e “votação” ($r = 0,21$). Com exceção deste último fator, cujo tamanho de efeito das diferenças entre os dois grupos é pequeno, nos três primeiros o tamanho de efeito é médio, indicando que os

“membros” se destacaram bastante na realização dessas práticas políticas. Mesmo que, em média, os “não membros” tenham apresentado melhor desempenho no fator “atividade de campanha”, o teste de Mann-Whitney indicou que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos.

Apesar de estudos anteriores terem concluído que “membros” de OSC’s são susceptíveis a participar em atividades políticas (AGGEBORN; LAJEVARDI; NYMAN, 2020; AYALA, 2000; BOULDING, 2010; DORE; JACKSON, 2020; LEE; GLASURE, 2007; WALLMAN LUNDÅSEN, 2015), esta pesquisa acrescenta valor a esses achados, não por ter chegado aos mesmos resultados, mas por ter comprovado empiricamente que “membros” de OSC’s são mais propensos a participar em diversas práticas políticas, quando comparados aos cidadãos comuns.

Todavia, estes resultados foram alcançados com desempenho baixo tanto de “membros” como dos “não membros”, com exceção da dimensão “votação” que recebeu as médias mais elevadas. Provavelmente, a maior realização desta prática política pelos sujeitos dos dois grupos esteja relacionada a fatores contextuais inerentes às circunstâncias por meio das quais foi introduzido o sistema democrático no país, atendendo que a votação não é obrigatória em Moçambique. Portanto, tendo a democracia multipartidária sido introduzida no seguimento do fim da guerra civil, inicialmente marcada pela realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994, é provável que na percepção de muitos cidadãos, incluindo dos mais escolarizados como os sujeitos da amostra desta pesquisa, seja de que participar na “votação” seja mais importante que em outra prática política.

O desempenho predominantemente baixo de engajamento político dos dois grupos é consistente com a relevância empírica desta tese, na qual deduzimos, a partir das evidências que apresentamos, que a raridade na ocorrência de manifestações em Moçambique, assim como o fraco comparecimento dos eleitores nas eleições, indiciavam fraco engajamento político dos cidadãos nas práticas políticas. O desempenho predominantemente baixo dos cidadãos na realização das atividades políticas levanta preocupação, considerando que a participação política constitui o cerne de regimes democráticos e que cidadãos politicamente menos participativos podem comprometer a sobrevivência e o fortalecimento da democracia. Idealmente, os dois grupos deviam ter demonstrado maior engajamento político não apenas na “votação”, mas em todas as práticas políticas, na medida em que as diversas dimensões de participação política exercem influências distintas nos atores políticos e, conseqüentemente, recebem respostas diferentes.

De todo modo, esta pesquisa aumenta conhecimento a respeito da relação entre adesão nas OSC's e participação política de cidadãos e preenche uma lacuna importante na literatura sobre essa relação em países com democracia em maturação, como Moçambique. Ela contribui para a literatura no geral ao demonstrar que a filiação nas OSC's propicia engajamento em diversas práticas políticas. Especificamente para Moçambique, os resultados que alcançamos com base na escala que desenvolvemos preenchem as limitações das pesquisas ou inquéritos que vinham sendo realizados por alguns estudos (IPSOS MOZAMBIQUE, 2016, 2018; JAUANA, 2010; PEREIRA et al., 2007; SHENGA, 2012; SHENGA; PEREIRA, 2008). Esses estudos avaliaram a participação política dos cidadãos comuns utilizando dimensões incapazes de fornecer uma imagem mais abrangente do fenômeno (isto é, “atividade de campanha”, “contato” e “votação”), os quais foram mensurados por indicadores que também não refletem as várias atividades políticas envolvidas nessas dimensões.

No geral, os resultados que alcançamos nesta pesquisa sustentam o argumento da tese que apresentamos no primeiro capítulo. Reconhecendo o potencial das OSC's na criação da capacidade individual que torna os “membros” mais propensos a participar de diversas práticas políticas, a filiação nas OSC's pode ser considerada como um dos caminhos, dentre outros possíveis, capaz de viabilizar a participação política em Moçambique. Nesta perspectiva, o Estado moçambicano pode aproveitar esse potencial para solucionar o problema de fraca participação política dos moçambicanos, quer criando incentivo, por meio de diversas formas, para os cidadãos prestarem atividades em associações civis, quer sugerindo aos que fazem entrega de atividades e de serviços semelhantes à sociedade para se organizarem em associações, dentro dos limites do Estado Democrático de Direito.

Em suma, a pesquisa apresenta bons resultados do modelo de mensuração que desenvolvemos, da comparação da participação política de “membros” e não “membros”, ao mesmo tempo que os achados comprovaram a plausibilidade do nosso modelo teórico. No entanto, apesar de as hipóteses da pesquisa terem sido derivadas de um modelo teórico rigorosamente construído, os resultados alcançados sugerem cinco propostas de estudos futuros, em virtude de não terem sido sustentadas empiricamente todas as relações hipotetizadas.

As duas primeiras sugestões decorrem da não confirmação da primeira hipótese (as práticas de retenção de “membros” explicam “atividade de campanha”) e da quarta (as práticas de retenção de “membros” são positivamente relacionadas com “protesto” político). Compreendendo que a

rejeição destas hipóteses não está relacionada a falhas de operacionalização metodológica, posto que o embasamento hipotético-conceitual a si subjacente resultou das abstrações decorrentes de três revisões sistemáticas, rigorosamente elaboradas, faz-nos considerar relevante que estudos futuros examinem a relação estabelecida nas duas hipóteses.

Uma terceira proposta de pesquisa futura decorre do resultado que aponta que a dimensão “equilíbrio trabalho-vida” não tem potencial de explicação estatisticamente significativa sobre todas as práticas políticas, o que, aliado ao fato de ter-se correlacionado de forma bastante fraca com todas as dimensões da participação política, indica a possibilidade de uma análise mais específica. A quarta sugestão de pesquisa futura emergiu dos resultados que demonstram que a dimensão “apoio do supervisor” não influencia positivamente “contato” político, por um lado, e não favorece “engajamento cívico”, por outro. A última proposta é decorrente da não confirmação do efeito da dimensão “oportunidades de carreira” e da dimensão “oportunidades de treinamento e desenvolvimento” sobre “votação”.

Levando em consideração o rigor metodológico seguido na elaboração do modelo teórico da pesquisa, do qual foram derivadas as hipóteses, entendemos que a não confirmação de todas as relações hipotetizadas pode estar relacionada a fatores contextuais da amostra, proveniente de um país caracterizado por baixa participação política dos cidadãos (incluindo dos “membros”), ao mesmo tempo que, em média, as OSC's implementam as práticas de retenção de “membros” moderadamente. Por isso, consideramos importante que estudos futuros usem amostras de outros países, cujos resultados podem ampliar os achados que alcançamos e, conseqüentemente, contribuir para o avanço do conhecimento. Assim, os resultados da relação entre retenção de “membros” e participação política, alcançados nesta pesquisa, precisam de ser relativizados, para não se incorrer na sua generalização apressada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGEBORN, L.; LAJEVARDI, N.; NYMAN, P. Disentangling the Impact of Civil Association Membership on Political Participation: Evidence from Swedish Panel Data. **British Journal of Political Science**, p. 1–9, 2020.

ALDEN, C. **Mozambique and the Construction of the New African State**. New York: Palgrave, 2001.

AMBROSIUS, J. Strategic Talent Management in Emerging Markets and Its Impact on Employee Retention: Evidence from Brazilian MNCs. **Thunderbird International Business Review**, v. 49, n. 5, p. 1–16, 2016.

ANDUIZA, E.; CANTIJOCH, M.; GALLEGO, A. Political participation and the internet. **Information Communication and Society**, v. 12, n. 6, p. 860–878, 2009.

ANIS, A. et al. Employee retention relationship to training and development: A compensation perspective. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 7, p. 2679–2685, 2011.

ARNOLD, E. Managing human resources to improve employee retention. **Health Care Manager**, v. 24, n. 2, p. 132–140, 2005.

AYALA, L. J. Trained for democracy: The differing effects of voluntary and involuntary organizations on political participation. **Political Research Quarterly**, v. 53, n. 1, p. 99–115, 2000.

AZEEZ, S. Human Resource Management Practices and Employee Retention: A Review of Literature. **Journal of Economics, Management and Trade**, v. 18, n. 2, p. 1–10, 2017.

BABBIE, E.; MOUTON, J. **The practice of social research**. Cape Town: Oxford University Press Southern Africa, 2001.

BANDALOS, D. L. Relative Performance of Categorical Diagonally Weighted Least Squares and Robust Maximum Likelihood Estimation. **Structural Equation Modeling**, v. 21, n. 1, p. 102–116, 2014.

BARADEI, L. EL. The Role of Civil Society Organizations in Monitoring Elections: Lessons

Learned for the New Egypt. **International Journal of Public Administration**, v. 35, n. 9, p. 587–602, 2012.

BEAN, C. Participation and political protest: A causal model with Australian evidence. **Political Behavior**, v. 13, n. 3, p. 253–283, 1991.

BEARMAN, M. et al. Systematic review methodology in higher education. **Higher Education Research and Development**, v. 31, n. 5, p. 625–640, 2012.

BIBI, P.; AHMAD, A.; MAJID, A. H. A. The impact of training and development and supervisors support on employees retention in academic institutions in Pakistan: The moderating role of the work environment. **Gadjah Mada International Journal of Business**, v. 20, n. 1, p. 113–131, 2018.

BOULDING, C. E. NGOs and political participation in weak democracies: Subnational evidence on protest and voter turnout from Bolivia. **Journal of Politics**, v. 72, n. 2, p. 456–468, 2010.

BRITO, L. et al. Revoltas da fome: Protestos populares em Moçambique (2008–2012). In: BRITO, L. DE et al. (Eds.). . **Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)**. Maputo: IESE, 2017. p. 1–47.

BRITO, L. **A Frelimo, o Marxismo e a construção do Estado nacional 1962-1983**. Maputo: IESE, 2019.

BROWN, T. A. **Confirmatory factor analysis for applied research**. 2nd. ed. New York: Guilford Press, 2015.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life**. London: Routledge, 1979.

BWALYA, J. C.; SUKUMAR, P. The Association between Social Capital and Voting Participation in Three Developing Democracies in Africa. **Journal of Politics and Law**, v. 11, n. 1, p. 42–52, 2018.

CHAIMITE, E. Das revoltas às marchas: emergência de um repertório de acção colectiva em Moçambique. In: DE BRITO, L. et al. (Eds.). . **Desafios para Moçambique 2014**. Maputo: IESE, 2014. p. 83–98.

- CHICHAVA, S. A sociedade civil e o Prosavana em Moçambique. In: BRITO, L. et al. (Eds.). . **Desafios para Moçambique 2016**. Maputo: IESE, 2016. p. 375–384.
- CHICHAVA, S.; CHAIMITE, E. A Sociedade Civil nas Eleições de 2014 em Moçambique: Oportunidade de afirmação perdida? In: BRITO, L. et al. (Eds.). . **Desafios para Moçambique 2015**. Maputo: IESE, 2015. p. 59–81.
- COPELAND, L. Conceptualizing political consumerism: How citizenship norms differentiate boycotting from buycotting. **Political Studies**, v. 62, n. S1, p. 172–186, 2014.
- COSTA, F. J. **Mensuração e Desenvolvimento de Escalas: Aplicações em Administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2011.
- DALTON, R. J. Citizenship norms and the expansion of political participation. **Political Studies**, v. 56, n. 1, p. 76–98, 2008.
- DARCH, C. Uma História de Sucesso que Correu Mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica. **Peace and Security Series**, n. 30, 2018.
- DHANPAT, N. et al. Exploring employee retention and intention to leave within a call centre. **SA Journal of Human Resource Management**, v. 16, n. 2013, p. 1–13, 2018.
- DIAMOND, L. J. Rethinking Civil Society: Toward Democratic Consolidation. **Journal of Democracy**, v. 5, n. 3, p. 4–17, 1994.
- DISTEFANO, C.; MORGAN, G. B. A Comparison of Diagonal Weighted Least Squares Robust Estimation Techniques for Ordinal Data. **Structural Equation Modeling**, v. 21, n. 3, p. 425–438, 2014.
- DOB RATZ, B. A.; WALDNER, L. K.; BUZZELL, T. Political Participation. In: **Power, Politics, and Society: An Introduction to Political Sociology**. New York: Routledge, 2016. p. 189–222.
- DÖCKEL, A. **Organisational Commitment: An Investigation of High Technology Employees**. [s.l.] University of Pretoria, 2003.
- DÖCKEL, A.; BASSON, J. S.; COETZEE, M. The Effect Of Retention Factors On Organisational Commitment: An Investigation Of High Technology Employees. **SA Journal of**

Human Resource Management, v. 4, n. 2, p. 20–28, 2006.

DONATO, H.; DONATO, M. Stages for undertaking a systematic review. **Acta Medica Portuguesa**, v. 32, n. 3, p. 227–235, 2019.

DORE, G. M. D. G. M. D.; JACKSON, K. D. K. D. Problems of Measurement of the Relationship Between Civil Society and Democracy When Using Survey Data. **Social Indicators Research**, v. 149, n. 1, p. 155–166, 2020.

EISA. **Estudo de Base sobre a participação e engajamento da juventude em processos políticos em Moçambique**. Maputo: EISA, 2021.

EKMAN, J.; AMNÅ, E. Political participation and civic engagement: Towards a new typology. **Human Affairs**, v. 22, n. 3, p. 283–300, 2012.

ENCARNACIÓN, O. G. Civil Society and the Consolidation of Democracy in Spain. **Political Science Quarterly**, v. 116, n. 1, p. 53–79, 2017.

FAHMY, E. Social capital and civic action. **Young**, v. 14, n. 2, p. 101–118, 2006.

FERREIRA, N.; MUJAJATI, E. Career meta-capacities and retention factors of recruitment advertising agencies: An exploratory study. **Journal of Psychology in Africa**, v. 27, n. 5, p. 405–411, 2017.

FERREIRA, N.; POTGIETER, I. L. Career-related dispositional factors in relation to retention within the retail sector: An exploratory study. **Journal of Psychology in Africa**, v. 28, n. 5, p. 400–406, 2018.

FIELD, A. **Descobrimos a Estatística usando o SPSS**. 2a. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FINNEY, S. J.; DISTEFANO, C.; KOPP, J. Overview of Estimation Methods and Preconditions for Their Application With Structural Equation Modelling. In: SCHWEIZER, K.; DISTEFANI, C. (Eds.). . **Principles and Methods of Test Construction**. Boston: Hogrefe, 2016. p. 134–165.

FUNG, A. Associations and Democracy: Between Theories, Hopes, and Realities. **Annual Review of Sociology**, v. 29, n. 1, p. 515–539, 2003.

GANI, K. **Employability attributes, organisational commitment and retention factors in the** 21. [s.l.] University of South Africa, 2017.

GANI, K.; POTGIETER, I.; COETZEE, M. Dispositions of agency as explanatory mechanisms of employees' satisfaction with retention practices. **Journal of Psychology in Africa**, v. 30, n. 2, p. 143–150, 2020.

GEFFRAY, C. **A causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique**. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

GENTILI, A. M. Lessons Learned from the Mozambican Peace Process. **Istituto Affari Internazionali**, v. 13, n. 04, 2013.

GEORGE, C. Retaining professional workers: What makes them stay? **Employee Relations**, v. 37, n. 1, p. 102–121, 2015.

GHOSH, P. et al. Who stays with you? Factors predicting employees' intention to stay. **International Journal of Organizational Analysis**, v. 21, n. 3, p. 288–312, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6a. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOUGH, D. Weight of evidence: A framework for the appraisal of the quality and relevance of evidence. **Research Papers in Education**, v. 22, n. 2, p. 213–228, 2007.

GUNDELACH, B. Political Consumerism as a Form of Political Participation: Challenges and Potentials of Empirical Measurement. **Social Indicators Research**, v. 151, n. 1, p. 309–327, 2020.

HAIDER, M. et al. The impact of human resource practices on employee retention in the telecom sector. **International Journal of Economics and Financial Issues**, v. 5, n. 2, p. 63–69, 2015.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6th. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HONG, E. et al. An effectiveness of human resource management practices on employee retention in institute of higher learning: A regression analysis. **International journal of business research and management**, v. 3, n. 2, p. 60–79, 2012.

HONWANA, A. Que Política e Política para Quem? Juventude e Engajamento Político em Moçambique. In: ROSÁRIO, D.; GUAMBE, E.; SALEMA, E. (Eds.). **Democracia Multipartidária em Moçambique**. Maputo: Minerva Print, 2020. p. 255–272.

HOOGHE, M.; STOLLE, D. Introduction: Generating Social Capital. In: HOOGHE, M.;

STOLLE, D. (Eds.). . **Generating Social Capital: Civil Society and Institutions in Comparative Perspective**. New York: Palgrave Macmillan, 2003. p. 1–18.

HSIEH, Y. P.; LI, M. H. Online political participation, civic talk, and media multiplexity: How Taiwanese citizens express political opinions on the Web. **Information Communication and Society**, v. 17, n. 1, p. 26–44, 2014.

HUTCHESON, G. D.; SOFRONIOU, N. **The multivariate social scientist: Introductory statistics using generalized linear models**. London: Sage Publications., 1999.

IACOBUCCI, D. Structural equations modeling: Fit Indices, sample size, and advanced topics. **Journal of Consumer Psychology**, v. 20, n. 1, p. 90–98, 2010.

IMNA, M.; HASSAN, Z. Influence of Human Resource Management Practices on Employee Retention in Maldives Retail Industry. **International Journal of Accounting and Business Management**, v. 3, n. 1, p. 50–80, 2015.

INE. **As Instituições Sem Fins Lucrativos em Moçambique: Resultados do segundo Censo Nacional (2014–2015)**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística - Moçambique, 2017.

IPSOS MOZAMBIQUE. **Afrobarometer Round 6 Survey in Mozambique, 2015**. Maputo: [s.n.].

IPSOS MOZAMBIQUE. **Afrobarometer Round 7 Survey in Mozambique, 2018**. Maputo: [s.n.].

IVALDI, E.; BONATTI, G.; SOLIANI, R. An Indicator for the Measurement of Political Participation: The Case of Italy. **Social Indicators Research**, v. 132, n. 2, p. 605–620, 2017.

JACOBS, D.; ISBELL, T. **Em Moçambique , fortes diferenças regionais marcam o medo da violência extremista e eleitoral**. Maputo: [s.n.].

JAUANA, H. Os Boquienses e a Política Local . Estudo de Caso sobre a Participação Política em Moçambique. **Centro de Estudos Internacionais**, p. 207–235, 2010.

JAYSAWAL, N. Civil society, Democratic space, And social work. **SAGE Open**, v. 3, n. 4, p. 1–12, 2013.

JOAHANSSON, K.; SAMBO, M. As revoltas do pão: um exercicio de cidadania? In: BRITO, L.

(Ed.). . **Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)**. Maputo: IESE, 2017. p. 87–123.

KALAYCIOGLU, E.; TURAN, I. Measuring political participation: A cross-cultural application. **Comparative Political Studies**, v. 14, n. 1, p. 123–135, 1981.

KAR, S.; MISRA, K. C. Nexus between work life balance practices and employee retention - The mediating effect of a supportive culture. **Asian Social Science**, v. 9, n. 11, p. 63–69, 2013.

KASHYAP, V.; RANGNEKAR, S. A Structural Equation Model for Measuring the Impact of Employee Retention Practices on Employee's Turnover Intentions: An Indian Perspective. **South Asian Journal of Human Resources Management**, v. 1, n. 2, p. 221–247, 2014.

KIM, B.; HOEWE, J. Developing contemporary factors of political participation. **Social Science Journal**, v. 00, n. 00, p. 1–15, 2020.

KOSSIVI, B.; XU, M.; KALGORA, B. Study on Determining Factors of Employee Retention. **Open Journal of Social Sciences**, v. 04, n. 05, p. 261–268, 2016.

KROLL. **Auditoria independente relativa aos empréstimos contraídos pela ProIndicus S.A., EMATUM S.A. e Mozambique Asset Management S.A.** Maputo: [s.n.].

LEAN, S. F. Democracy assistance to domestic election monitoring organizations: Conditions for success. **Democratization**, v. 14, n. 2, p. 289–312, 2007.

LEE, A.-R.; GLASURE, Y. U. Social Capital and Political Participation in South Korea. **Asian Affairs: An American Review**, v. 34, n. 2, p. 101–118, 2007.

LEE, S. H.; FU, K. W. Internet use and Protest Politics in South Korea and Taiwan. **Journal of East Asian Studies**, v. 19, n. 1, p. 89–109, 2019.

LEE, T. W. et al. Managing employee retention and turnover with 21st century ideas. **Organizational Dynamics**, v. 47, n. 2, p. 88–98, 2018.

LI, C. H. Confirmatory factor analysis with ordinal data: Comparing robust maximum likelihood and diagonally weighted least squares. **Behavior Research Methods**, v. 48, n. 3, p. 936–949, 2016.

LORENZO-SEVA, U.; FERRANDO, P. J. Not Positive Definite Correlation Matrices in

Exploratory Item Factor Analysis: Causes, Consequences and a Proposed Solution. **Structural Equation Modeling**, v. 28, n. 1, p. 138–147, 2021.

MACUANE, J. J. Reforma, Contestação Eleitoral e Consolidação da Democracia em Moçambique. **Economia, Política e Desenvolvimento**, v. 1, n. 3, p. 112–131, 2009.

MCVEY, A.; VOWLES, J. Virtuous circle or cul de sac? Social capital and political participation in New Zealand. **Political Science**, v. 57, n. 1, p. 5–20, 2005.

MILBRATH, L. W. **Political Participation: How and Why People Get Involved in Politics**. Chicago: Rand McNally, 1965.

MINTER, W. **Os Contrastes do Apartheid: As Raízes da Guerra em Angola e Moçambique**. Maputo: Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

MITCHELL, T. R.; HOLTOM, B. C.; LEE, T. W. How to keep your best employees: Developing an effective retention policy. **Academy of Management Executive**, v. 15, n. 4, p. 96–107, 2001.

MOHER, D. et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **Journal of clinical epidemiology**, v. 62, n. 10, p. 1006–1012, 2009.

MONJANE, B. Movimentos sociais, sociedade civil e espaço cívico em Moçambique: Uma análise crítica. **Cadernos CERU**, v. 27, n. 2, p. 144–155, 2016.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Eds.). **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 12–33.

MUNERI, C. T. Challenging the Co-opting of Democracy: Discourse from Civil Society Organizations in Zimbabwe. **Howard Journal of Communications**, v. 27, n. 1, p. 1–15, 2016.

OHME, J.; VREESE, C. H.; ALBÆK, E. From theory to practice : how to apply van Deth's conceptual map in empirical political participation. **Acta Polit**, 2017.

PEREIRA, J. C. G. et al. **Round 3 Afrobarometer Survey in Mozambique, 2005**. Maputo: [s.n.].

PITIDOL, T. Redefining Democratic Discourse in Thailand's Civil Society. **Journal of Contemporary Asia**, v. 46, n. 3, p. 520–537, 2016.

PRESBITERO, A.; ROXAS, B.; CHADEE, D. Looking beyond HRM practices in enhancing employee retention in BPOs: focus on employee–organisation value fit. **International Journal of Human Resource Management**, v. 27, n. 6, p. 635–652, 2016.

PUTNAM, R. D. Bowling alone: America’s declining social capital. In: CROTHERS, L.; LOCKHART, C. (Eds.). . **Culture and Politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2000. p. 223–234.

QUARANTA, M. The rise of unconventional political participation in Italy : Measurement equivalence and trends, 1976-2009. **Bulletin of Italian Politics**, v. 4, n. 2, p. 251–276, 2012.

QUARANTA, M. An Apathetic Generation? Cohorts’ Patterns of Political Participation in Italy. **Social Indicators Research**, v. 125, n. 3, p. 793–812, 2016.

QUIGLEY, K. F. F. Towards consolidating democracy: The paradoxical role of democracy groups in Thailand. **Democratization**, v. 3, n. 3, p. 264–286, 1996.

RAHBARQAZI, M.; NOEI BAGHBAN, S. M. The link between social capital and political participation and its impact on iranian youth. **Teorija in Praksa**, v. 57, n. 3, p. 909–927, 2020.

RAZALI, N. M.; WAH, Y. B. Power comparisons of Shapiro-Wilk, Kolmogorov-Smirnov, Lilliefors and Anderson-Darling tests. **Journal of Statistical Modeling and Analytics**, v. 2, n. 1, p. 13–14, 2011.

ROCCA, R. M. **Moçambique, da Guerra à Paz: História de uma mediação insólita**. Maputo: Imprensa Universitaria (UEM), 1998.

ROMBAUT, E.; GUERRY, M. A. The effectiveness of employee retention through an uplift modeling approach. **International Journal of Manpower**, p. 1–22, 2020.

SABBAGHA, M. D. S.; LEDIMO, O.; MARTINS, N. Predicting staff retention from employee motivation and job satisfaction. **Journal of Psychology in Africa**, v. 28, n. 2, p. 136–140, 2018.

SAHOO, S. Civil society and democratization: A counter-case from India. **Democratization**, v. 21, n. 3, p. 480–500, 2014.

SALAMON, L. M. Putting the civil society sector on the Economic Map of the World. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 81, n. 2, p. 167–210, 2010.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Civil Society in Comparative Perspective. In: SALAMON, L. M. (Ed.). . **Global Civil Society: Dimensions of the Nonprofit Sector**. Baltimore: The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1999. p. 3–39.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos De Revisão Sistemática : Um Guia Para Síntese. **Rev. bras. fisioter.**, v. 11, n. 1, p. 83–89, 2007.

SAMUEL, M. O.; CHIPUNZA, C. Employee retention and turnover: Using motivational variables as a panacea. **African Journal of Business Management**, v. 3, n. 9, p. 410–415, 2009.

SANJEEVKUMAR, V.; WEI, W. A case study on determinants of human resource practices influencing retention of employees in Kedah State Development Corporation , Malaysia. **International Journal of Business and Social Research (IJBSR)**, v. 2, n. 2, p. 42–53, 2012.

SELIGSON, A. L. Civic Association and Democratic Participation in Central America: A Test of the Putnam Thesis. **Comparative Political Studies**, v. 32, n. 3, p. 342–362, 1999.

SHENGA, C. **Afrobarometer Round 5 Survey in Mozambique, 2012**. Maputo: [s.n.].

SHENGA, C.; PEREIRA, A. **2008 Round 4 Afrobarometer Survey in Mozambique**. Maputo: [s.n.].

SHIBITI, R. Satisfaction with retention factors in relation to job embeddedness of public school teachers. **SA Journal of Human Resource Management**, v. 17, n. 2015, p. 1–9, 2019.

SIONGERS, J. et al. On the digital lane to citizenship? Patterns of internet use and civic engagement amongst Flemish adolescents and young adults. **Journal of Social Science Education**, v. 18, n. 2, p. 67–86, 2019.

STOLLE, D.; HOOGHE, M.; MICHELETTI, M. Politics in the supermarket: Political consumerism as a form of political participation. **International Political Science Review**, v. 26, n. 3, p. 245–269, 2005.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using Multivariate Statistics**. 5th. ed. Boston: Allyn and Bacon, 2007.

TALÒ, C.; MANNARINI, T. Measuring Participation: Development and Validation the Participatory Behaviors Scale. **Social Indicators Research**, v. 123, n. 3, p. 799–816, 2015.

- TEORELL, J. Linking social capital to political participation: Voluntary associations and networks of recruitment in Sweden. **Scandinavian Political Studies**, v. 26, n. 1, p. 49–66, 2003.
- TEORELL, J.; TORCAL, M.; MONTERO, J. R. Political participation: Mapping the terrain. In: VAN DETH, J. W.; MONTERO, J. R.; WESTHOLM, A. (Eds.). . **Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis**. London: Routledge, 2007. p. 334–357.
- THEOCHARIS, Y. The Conceptualization of Digitally Networked Participation. **Social Media and Society**, v. 1, n. 2, p. 1–14, 2015.
- THEOCHARIS, Y.; VAN DETH, J. W. The continuous expansion of citizen participation: A new taxonomy. **European Political Science Review**, v. 10, n. 1, p. 139–163, 2018.
- THOMASHAUSEN, A. Democracia moçambicana antes e depois de Afonso Dhakama. In: ROSÁRIO, D.; GUAMBE, E.; SALEMA, E. (Eds.). . **Democracia Multipartidária em Moçambique**. Maputo: Minerva Print, 2020. p. 211–230.
- TOPSØE-JENSEN, B. et al. **Estudo de mapeamento das organizações da sociedade civil em Moçambique**. Maputo: Altair Asesores, Agriconsulting SL, 2015.
- TORCAL, M.; RODON, T.; HIERRO, M. J. Word on the Street: The Persistence of Leftist-dominated Protest in Europe. **West European Politics**, v. 39, n. 2, p. 326–350, 2016.
- UHLIN, A. Which characteristics of civil society organizations support what aspects of democracy? Evidence from post-communist Latvia. **International Political Science Review**, v. 30, n. 3, p. 271–295, 2009.
- ULZURRUN, L. M. D. Associational membership and social capital in comparative perspective: A note on the problems of measurement. **Politics and Society**, v. 30, n. 3, p. 497–523, 2002.
- VAN DETH, J. W. A note on measuring political participation in comparative research. **Quality and Quantity**, v. 20, n. 2, p. 261–272, 1986.
- VAN DETH, J. W. **Studying political participation: Towards a theory of everything?** European Consortium for Political Research. **Anais...**Grenoble: 2001
- VAN DETH, J. W. **New modes of participation and citizenship**. European Consortium for Political Research. **Anais...**Lisbon: 2009

VAN DETH, J. W. A conceptual map of political participation. **Acta Politica**, v. 49, n. 3, p. 349–367, 2014.

VAN DETH, J. W. Political participation. In: GIANPIETRO, M. (Ed.). . **The International Encyclopedia of Political Communication**. [s.l.] John Wiley & Sons, Inc., 2015. p. 1–12.

VAN DETH, J. W. **What is Political Participation?**, 2016. (Nota técnica).

VAN DYK, J.; COETZEE, M. Retention factors in relation to organisational commitment in medical and information technology services. **SA Journal of Human Resource Management**, v. 10, n. 2, p. 1–11, 2012.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America: Social equality and political democracy**. New York Harper & Row, , 1972.

VISSERS, S.; STOLLE, D. The Internet and new modes of political participation : online versus offline participation. **Information, Communication & Society**, v. 17, n. 8, p. 937–955, 2014.

WALLMAN LUNDÅSEN, S. Civil society and political participation: What type of political participation is influenced by community level involvement in civil society? **Swiss Political Science Review**, v. 21, n. 1, p. 140–157, 2015.

WIJESIRI, N. R. A. S. S. et al. The Impact of HR Practices on Employee Retention; A Case of BPO Sector, Sri Lanka. **International Journal of Human Resource Studies**, v. 9, n. 1, p. 1, 2018.

XU, W. et al. A comparative analysis of Spearman’s rho and Kendall’s tau in normal and contaminated normal models. **Signal Processing**, v. 1, n. 93, p. 261–276, 2013.

YOUSUF, S.; SIDDQUI, D. A. Factors Influencing Employee Retention: A Karachi Based Comparative Study on IT and Banking Industry. **International Journal of Human Resource Studies**, v. 9, n. 1, p. 42–62, 2019.

ZÚÑIGA, H. G. DE; COPELAND, L.; BIMBER, B. Political consumerism : Civic engagement and the social media connection. **New media & Society**, v. 16, n. 4, p. 488–506, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Protocolo da revisão sistemática sobre relação entre filiação nas organizações da sociedade civil e participação política

A revisão sistemática baseou-se na recomendação PRISMA (MOHER et al., 2009) e nas sugestões de Donato e Donato (2019) por serem mais abrangentes e completas comparativamente às abordagens propostas por Bearman et al (2012), Gough (2007) e Sampaio e Mancini (2007). A revisão tinha por objetivo “analisar a relação entre filiação nas organizações da sociedade civil (OSC’s) e participação política”. Para o efeito, fizemos a busca das publicações nas seguintes bases de dados: *Web of Science*, *Scopus*, *SAGE Journals Online*, *Google Scholar* e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A busca dos estudos decorreu no período compreendido entre 28 de março e 20 de junho de 2020, sem nenhuma restrição temporal, utilizando os seguintes descritores:

- “Civil society organization*” AND “political participation”;
- “Civil society organization*” AND democracy;
- “Political participation” AND democracy;
- “Civil society organization*” AND “social capital” OR “social capital theory”;
- “Political participation” AND “social capital” OR “social capital theory”.

Entretanto, é válido destacar que, para a BDTD, traduzimos estes descritores para português, pelo fato de alojar teses e dissertações produzidas nesta língua. Levando em conta que o descritor “Participação política” AND “capital social” gerou 1.167 estudos, optamos por analisar os primeiros 150 trabalhos em virtude de termos constatado repetição de alguns estudos por terem sido recuperados por outros descritores. A Tabela 1 apresenta os descritores e o números de estudos gerados na BDTD.

Tabela 1 - Descritores e quantidade de estudos gerados na BDTB

Descritores	Quantidade
“Organizações da sociedade civil” AND “participação política”	15
“Organizações da sociedade civil” AND democracia	41
“Participação política” AND democracia	143
“Organizações da sociedade civil” AND “capital social” OR “teoria de capital social”	366
“Participação política” AND “capital social” OR “teoria de capital social”	1.167 (150)
<i>Total</i>	<i>715</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Os resultados gerados pelos descritores nas outras bases de dados, cujas buscas foram feitas em inglês, estão apresentados na Tabela 2. Vale destacar que no *Google Scholar*, cada descritor gerou milhares de estudos e, visto que as opções de refinamento nesta base de dados estão apenas limitadas à data e ao idioma, decidimos percorrer apenas 150 estudos nos descritores que geraram a partir de 1.000 publicações, pelo fato de termos constatado repetição de alguns estudos por terem sido recuperados nas outras bases de dados ou no próprio *Google scholar*.

Tabela 2 - Número de estudos gerados no *Scopus*, *SAGE Journals Online*, *Web of Science* e *Google Scholar*

Descritores	Bases de dados e Resultados			
	<i>Scopus</i> (Elsevier)	<i>SAGE Journals</i> Online	<i>Web of</i> <i>Science</i>	<i>Google</i> <i>Scholar</i> ⁹
“Civil society organization*” AND “political participation”	52	85	29	4.190 (150)
“Civil society organization*” AND democracy	188	27	197	17.800 (150)
“Political participation” AND democracy	64	7	62	865.000 (150)
“Civil society organization*” AND “social capital” OR “social capital theory”	67	101	143	4.570 (150)
“Political participation” AND “social capital” OR “social capital theory”	300	1.969 (150)	238	25.000 (150)
Total	671	370	669	750

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No *Scopus*, *Web of Science* e *SAGE Journals Online*, alguns descritores geraram resultados discrepantes, o que demandou a necessidade do uso de alguns critérios de refinamento, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Refinamentos aplicados no *Scopus*, *Web of Science* e *SAGE Journals Online*

Descritores	Bases de dados		
	<i>Scopus</i>	<i>SAGE</i> <i>Journals</i> Online	<i>Web of Science</i>
“Civil society organization*” AND “political participation”	<i>Subject area: Social Sciences; Arts and Humanities; Economics, Econometrics and Finance; Psychology</i>	-----	-----
“Civil society organization*” AND democracy	<i>Subject area: Social Sciences; Arts and humanities; Business, Management and Accounting</i>	<i>Social Science and humanities</i>	-----

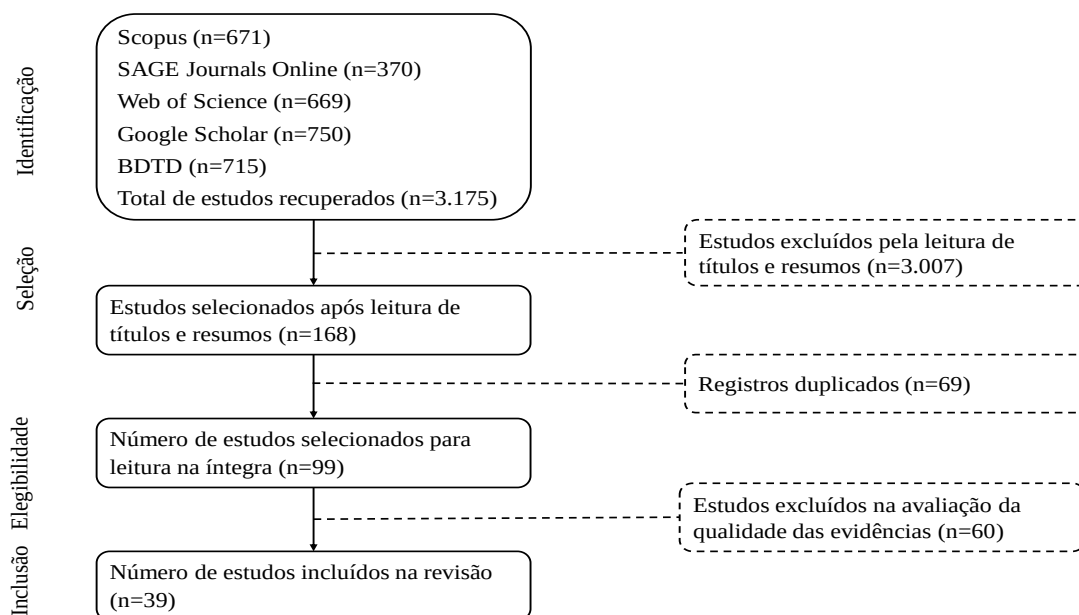
⁹ Para os descritores que geraram a partir de 1.000 resultados, analisamos os primeiros 150 estudos e incluímos apenas esses 150 no somatório dos estudos recuperados no *Google Scholar*, assim como no total dos estudos recuperados nas quatro bases de dados.

Descritores	Bases de dados		
	Scopus	SAGE Journals Online	Web of Science
“Political participation” AND democracy	Article title	-----	Title
“Civil society organization*” AND “social capital” OR “social capital theor*”	-----	-----	Article, social work, political science, sociology
“Political participation” AND “social capital” OR “social capital theor*”	-----	-----	Article, social work, political science, sociology

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

No total, recuperamos 3.175 estudos nas cinco bases de dados. Fizemos o descarte inicial dos trabalhos nas próprias bases de dados, através da análise dos títulos, resumos e das palavras-chave, culminando com a exclusão de 3.007 publicações. Assim, nessa fase de avaliação, selecionamos 168 estudos, tendo-os transferido e arquivado no *software* Mendeley Desktop. Destes estudos, o *software* identificou 69 duplicados, que os mesclamos. Após isso, avaliamos a qualidade das evidências dos 99 estudos restantes. Para garantirmos rigor e consistência na avaliação da qualidade das evidências dos estudos (Donato & Donato, 2019), utilizamos uma escala de avaliação com os seguintes elementos: i) coerência metodológica do estudo; ii) adequação do estudo e da análise para esta revisão; iii) relevância da perspectiva do estudo para a revisão; e iv) peso global das evidências (Crick et al., 2004). Para os três primeiros elementos, definimos uma escala de 1 a 3, onde: 1 = Baixo; 2 = Médio; e 3 = Elevado. Arbitramos que todos os artigos com pontuação total de 1 a 5 têm peso global das evidências “Baixo”; os com pontuação 6 ou 7 tiveram peso “Médio”; e os estudos com pontuação 8 ou 9 tiveram peso “Alto”. Com base nessa classificação, excluimos da revisão sistemática todos os estudos com peso global “Baixo”. Após excluirmos 60 publicações com peso global “Baixo” da qualidade das evidências, a amostra final dos estudos selecionados para a revisão sistemática ficou constituída por 39 publicações. A Figura 1 sistematiza todo processo que seguimos até à seleção final dos estudos que incluímos na revisão, de acordo com a recomendação PRISMA (Moher et al., 2009).

Figura 1 - Processo de seleção dos estudos incluídos na revisão sobre OSC's e participação política



Fonte: Adaptado de Moher et. al (2009, p.125)

APÊNDICE B – Protocolo da revisão sistemática sobre Práticas de gestão de recursos humanos que influenciam retenção de funcionários

A revisão sistemática baseou-se na recomendação PRISMA (MOHER et al., 2009) e na abordagem proposta por Donato e Donato (2019), e nas sugestões de Donato e Donato (2019), por serem mais abrangentes e completas comparativamente às abordagens propostas por Bearman et al (2012), Gough (2007) e Sampaio e Mancini (2007). A revisão tinha por objetivo analisar as práticas de gestão de recursos humanos que explicam a retenção de “membros”, bem como identificar o modelo de mensuração da retenção de funcionários, válido e confiável. A prossecução destes objetivos demandou pesquisa da literatura em bases de dados, utilizando os seguintes descritores:

- “Employee retention” OR “human resource retention”;
- “Employee retention factors” OR “human resource retention factors”;
- Measur* AND “employee retention”;
- Measur* AND “human resource retention”;
- Scale AND “employee retention”; e
- Scale AND “human resource retention”.

A busca dos estudos decorreu no período compreendido entre 26 de agosto e 10 de setembro de 2020, sem nenhuma restrição temporal e recuperando estudos disponíveis na íntegra, nas seguintes bases de dados: *Web of Science*, *Scopus (Elsevier)*, *GALE Academic OneFile*, *Directory of Open Access Journals (DOAJ)* e *Google Scholar*. Entretanto, no *Google Scholar*, alguns termos de busca geraram milhares de estudos e, por isso, decidimos analisar os primeiros 150 estudos para os descritores que geraram a partir de 1.000, em razão de termos constatado que muitos deles estavam repetidos, por terem sido recuperados nas outras quatro bases de dados ou no próprio *Google*. Assim, incluímos apenas essas primeiras 150 pesquisas no somatório dos estudos recuperados. A Tabela 1 apresenta os descritores e a quantidade dos estudos gerados nas cinco bases de dados.

Tabela 1 - Quantidade de artigos gerados nas bases de dados

Descritores	Bases de dados e Resultados				
	Scopus	GALE Academic OneFile	Web of Science	Directory of Open Access Journals	Google Scholar ¹⁰
“Employee retention” OR “human resource retention”	213	38	281	84	17.900 (150)
“Employee retention” OR “human resource retention” AND “civil society organizations”	0	30	231	0	243
“Employee retention factors” OR “human resource retention factors”	6	30	3	33	489
“Employee retention factors” OR “human resource retention factors” AND “civil society organizations”	0	25	3	0	2
Measur* AND “employee retention”	127	32	80	49	18.200 (150)
Scale AND “employee retention”	56	17	38	30	36.500 (150)
Measur* AND “human resource retention”	1	7	0	0	290
Scale AND “human resource retention”	0	4	0	0	294
Total	403	183	636	196	1.768

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Devido ao fato de alguns descritores terem gerado milhares de estudos em algumas bases de dados (com exceção de *Directory of Open Access Journals* e *Google Scholar*), optamos por fazer refinamentos, conforme ilustrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Refinamentos aplicados no *Scopus*, *GALE Academic OneFile* e *Web of Science*

Descritores	Bases de dados		
	Scopus	GALE Academic OneFile	Web of Science
“Employee retention” OR “human resource retention”	• <i>Subject area: Business, Management and Accounting; Psychology;</i> • <i>Keyword: Employee retention; Retention</i>	• Assunto: <i>Employee retention;</i> • Título da publicação: <i>South African Journal of Human Resource Management; Public Personnel Management; Training & Development; Management Review; The Public Manager; South African Journal of Industrial Psychology</i>	• Área: <i>Management; Business; Psychology Applied; Social Work</i>
“Employee retention” OR “human resource retention” AND “civil society organizations”	-----	• Assunto: <i>Employee retention;</i> • Título da publicação: <i>South African Journal of Human Resource Management; Public Personnel Management; Training & Development; Management Review</i>	• Área: <i>Management; business; Psychology Applied; Social Work; Psychology Social; Public Administration</i>

¹⁰ Para os descritores que geraram a partir de 1.000 resultados, analisamos os primeiros 150 estudos, pelas razões que apresentamos anteriormente, e incluímos apenas esses 150 no somatório dos estudos recuperados no *Google Scholar*, assim como no total dos estudos recuperados nas quatro bases de dados.

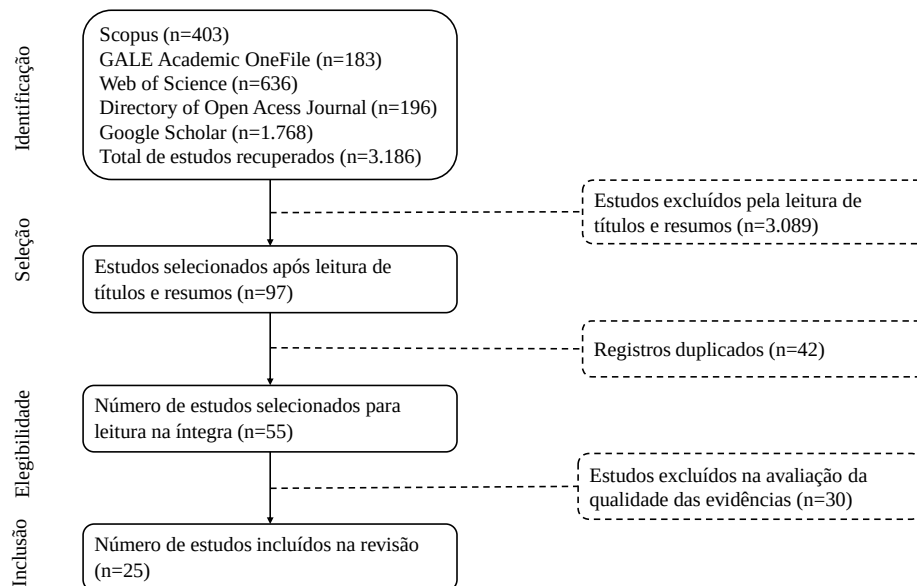
Descritores	Bases de dados		
	Scopus	GALE Academic OneFile	Web of Science
“Employee retention factors” OR “human resource retention factors”	-----	- Assunto: <i>Employee retention</i>; - Título da publicação: <i>South African Journal of Human Resource Management; Public Personnel Management; Training & Development; Management Review</i>	-----
“Employee retention factors” OR “human resource retention factors” AND “civil society organizations”	-----	- Assunto: <i>Employee retention</i>; - Título da publicação: <i>South African Journal of Human Resource Management; Public Personnel Management; Training & Development; Management Review</i>	-----
Measur* AND “employee retention”	-----	- Assunto: <i>Employee retention</i>; - Título da publicação: <i>South African Journal of Human Resource Management; Public Personnel Management; Training & Development; Journal of Managerial Issues; Organization Science</i>	-----
Scale AND “employee retention”	-----	- Assunto: <i>Employee retention</i>; - Título da publicação: <i>South African Journal of Human Resource Management; Global Business and Management Research: An International Journal; Management International Review; Journal of Managerial Issues</i>;	-----

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Os termos de busca recuperam 3.186 publicações, nas cinco bases de dados. Fizemos o descarte inicial dos trabalhos nas próprias bases de dados, por meio da análise dos títulos, dos resumos e das palavras-chave, culminando com a exclusão de 3.089 publicações. Assim, nessa fase de avaliação, selecionamos 97 estudos, tendo-os transferido e arquivado no *software* Mendeley Desktop. Destes estudos, o *software* identificou 42 duplicados, que os mesclamos. Após isso, avaliamos a qualidade das evidências dos outros 55 estudos. Para garantirmos rigor e consistência na avaliação da qualidade das evidências dos estudos (Donato & Donato, 2019), utilizamos uma escala de avaliação com os seguintes elementos: i) coerência metodológica do estudo; ii) adequação do estudo e da análise para esta revisão; iii) relevância da perspectiva do estudo para a revisão; e iv) peso global das evidências (Crick et al., 2004). Para os três primeiros elementos, definimos uma escala de 1 a 3, em que: 1 = Baixo; 2 = Médio; e 3 = Elevado. Arbitramos que todos os artigos com pontuação total de 1 a 5 têm peso global das evidências “Baixo”; os com pontuação 6 ou 7 tiveram peso “Médio”; e os estudos com pontuação 8 ou 9 tiveram peso “Alto”. Com base nessa

classificação, excluímos da revisão sistemática todos os estudos com peso global “Baixo”. Após excluirmos 30 publicações com peso global “Baixo” da qualidade das evidências, a amostra final dos estudos selecionados para a revisão sistemática ficou constituída por 25 publicações. A Figura 1 sistematiza todo processo que seguimos até à seleção final dos estudos finais que incluímos na revisão sistemática, de acordo com a recomendação PRISMA (Moher et al., 2009).

Figura 1 - Processo de seleção dos estudos incluídos na revisão



Fonte: Adaptado de Moher et. al (2009, p.125)

APÊNDICE C – Protocolo da revisão sistemática sobre Tipologias de participação política

A revisão sistemática baseou-se na recomendação PRISMA (MOHER et al., 2009) e nas sugestões de Donato e Donato (2019), por serem mais abrangentes e completas, comparativamente às abordagens propostas por Bearman et al (2012), Gough (2007) e Sampaio e Mancini (2007). A revisão tinha por objetivo mapear as tipologias de participação política. Para o efeito, fizemos a busca das publicações nas seguintes bases de dados: *Web of Science*, *Scopus*, *Scielo* e *Google Scholar*. A busca dos estudos decorreu no período compreendido entre 02 e 29 de outubro de 2020, sem nenhuma restrição temporal, utilizando os seguintes descritores:

- “Political participation” AND typolog*;
- “Conventional political participation”;
- “Unconventional political participation”;
- “Institutionalized political participation”;
- “Non-institutionalized political participation”;
- Measur* AND “political participation”;
- Scale AND “political participation”.

Especificamente no *Google Scholar*, quase todos os termos de busca geraram milhares de estudos e, por isso, decidimos analisar os primeiros 150 estudos para os descritores que geraram a partir de 1.000, em virtude de termos constatado que muitos deles estavam repetidos, por terem sido recuperados nas outras quatro bases de dados ou no próprio *Google*. Assim, incluímos apenas esses primeiros 150 trabalhos no somatório dos estudos recuperados. A Tabela 1 apresenta os descritores e a quantidade dos estudos gerados nas quatro bases de dados.

Tabela 1 - Quantidade de estudos gerados nas bases de dados

Descritores	Bases de dados			
	<i>Scopus</i> ¹¹	<i>Web of Science</i>	<i>Scielo</i>	<i>Google Scholar</i> ¹²
“Political participation” AND typolog*	85	60	9	19.200 (150)

¹¹ Para os descritores *Measur** AND “political participation”; e *Scale* AND “political participation”, aplicamos os seguintes filtros: Business, Management and Accounting; Social Science; Psychology.

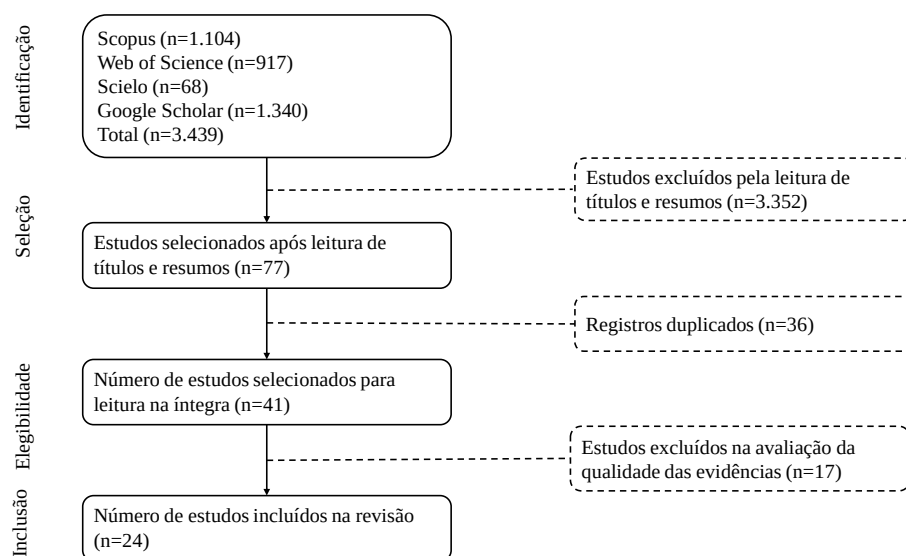
¹² Para os descritores que geraram a partir de 1.000 resultados, analisamos os primeiros 150 estudos, pelas razões que apresentamos anteriormente, e incluímos apenas esses 150 no somatório dos estudos recuperados no *Google Scholar*, assim como no total dos estudos recuperados nas quatro bases de dados.

“Conventional political participation”	32	27	10	2.100 (150)
“Unconventional political participation”	43	36	1	1.440 (150)
“Institutionalized political participation”	16	2	1	589
“Non-institutionalized political participation”	11	0	1	1
Measur* AND “political participation”	672	602	31	19.200 (150)
Scale AND “political participation”	245	190	15	416.000 (150)
Total	1.104	917	68	1.340

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No total, recuperamos 3.439 estudos nas quatro bases de dados. Fizemos o descarte inicial dos trabalhos nas próprias bases de dados, por meio da análise dos títulos, dos resumos e das palavras-chave, culminando com a exclusão de 3.352 publicações. Assim, nessa fase de avaliação, selecionamos 77 estudos, tendo-os transferido e arquivado no *software* Mendeley Desktop. Destes estudos, o *software* identificou 36 duplicados, os quais mesclamos. Após isso, avaliamos a qualidade das evidências dos 41 estudos restantes. Para garantirmos rigor e consistência na avaliação da qualidade das evidências dos estudos (Donato & Donato, 2019), utilizamos uma escala de avaliação com os seguintes elementos: i) coerência metodológica do estudo; ii) adequação do estudo e da análise para esta revisão; iii) relevância da perspectiva do estudo para a revisão; e iv) peso global das evidências (Crick et al., 2004). Para os três primeiros elementos, definimos uma escala de 1 a 3, em que: 1 = Baixo; 2 = Médio; e 3 = Elevado. Arbitramos que todos os artigos com pontuação total de 1 a 5 têm peso global das evidências “Baixo”; os com pontuação 6 ou 7 tiveram peso “Médio”; e os estudos com pontuação 8 ou 9 tiveram peso “Alto”. Com base nessa classificação, excluimos da revisão sistemática todos os estudos com peso global “Baixo”. Após excluirmos 17 publicações com peso global “Baixo” da qualidade das evidências, a amostra final dos estudos selecionados para a revisão sistemática ficou constituída por 24 publicações. A Figura 1 sistematiza todo processo que seguimos até a seleção final dos estudos que incluimos na revisão, de acordo com a recomendação PRISMA (Moher et al., 2009).

Figura 1 - Processo de seleção dos estudos incluídos na revisão



Fonte: Adaptado de Moher et. al (2009, p.125)

No entanto, à medida que íamos lendo os 24 estudos que selecionamos na fase da avaliação da qualidade das evidências, identificamos outros que estavam sendo recorrentemente citados, mas que não haviam sido recuperados pelos nossos descritores nas bases de dados. Decidimos procurar esses estudos, com vistas a exaurirmos as tipologias de participação política. Além do título, o principal critério que utilizamos para essa seleção adicional foi a adequação do estudo e da análise, assim como a relevância da perspectiva seguida para o objetivo desta revisão. Este procedimento permitiu-nos obter quatro estudos adicionais (COPELAND, 2014; HSIEH; LI, 2014; THEOCHARIS; VAN DETH, 2018; TORCAL; RODON; HIERRO, 2016). Assim, somando aos 24 estudos que selecionamos a partir das bases de dados, utilizamos um total de 28 estudos na revisão sistemática.

APÊNDICE D – Síntese dos indicadores de participação política antes da validação

Dimensão	Indicador
Votação	1. Votei na última eleição nacional, federal ou presidencial
	2. Votei na última eleição parlamentar
	3. Votei na última eleição legislativa
	4. Votei na última eleição estadual ou provincial
	5. Votei na última eleição local ou municipal
Atividade de campanha	6. Concorro como candidato eleitoral
	7. Faço campanha política
	8. Influencio os outros a votar
	9. Trabalho em uma campanha política
	10. Trabalho para um candidato durante a campanha
	11. Participo de reuniões políticas ou comícios políticos
Atividade partidária	12. Uso roupas ou outros objetos visíveis com uma mensagem política
	13. Sou membro de um partido político
	14. Sou membro de organização sócio-política
	15. Trabalho para um partido político ou candidato
	16. Faço trabalho voluntário para um partido
	17. Faço doação de dinheiro a partido político
Contato	18. Faço doação de dinheiro a organização sócio-política
	19. Convoco outras pessoas para arrecadar dinheiro para uma organização política ou para propósito político
	20. Contato funcionário público para expressar opinião sobre assunto político
	21. Contato funcionário do governo sobre um problema da comunidade
	22. Contato um político para expressar opinião sobre assunto político
	23. Contato um funcionário do governo federal ou nacional sobre um problema pessoal
Protesto	24. Contato um funcionário do governo estadual ou provincial sobre um problema pessoal
	25. Contato um funcionário do governo local ou municipal sobre um problema pessoal
	26. Assino ou colete assinaturas para uma petição
	27. Participo de manifestações
	28. Tento bloquear o trânsito por razões políticas
	29. Tento interromper uma marcha ou reunião
Consumismo político	30. Participo de greves
	31. Ocupo edifícios ou fábricas por motivações políticas
	32. Faço ocupação de espaços públicos por motivações políticas
	33. Faço sabotagem ou obstrução de estradas e/ou ferrovias por motivações políticas
	34. Causo danos à propriedade por motivações políticas
	35. Participo de <i>flash mobs</i> políticos
	36. Faço boicote a certos produtos por motivações políticas, semestralmente
	37. Faço boicote a certos produtos por motivações ideológicas, semestralmente
	38. Faço boicote a certos produtos por motivações éticas, semestralmente
	39. Faço boicote a certos produtos por motivações ambientais, semestralmente

Dimensão	Indicador
	40. Compro certos produtos em vez de outros por motivações políticas, semestralmente
	41. Compro certos produtos em vez de outros por motivações ideológicas, semestralmente
	42. Compro certos produtos em vez de outros por motivações éticas, semestralmente
	43. Compro certos produtos em vez de outros por motivações ambientais, semestralmente
Engajamento cívico	44. Faço doação de dinheiro para caridade
	45. Faço arrecadação de fundos para uma organização de caridade
	46. Faço arrecadação de fundos para um projeto local
	47. Escrevo cartas para editor de jornal, revista ou de publicações semelhantes para comentar um assunto político
Participação pela internet	48. Faço trabalho voluntário para resolver problemas locais
	49. Faço mobilização política usando a mídia social
	50. Contato políticos ou funcionários públicos por meio de plataformas baseadas na internet
	51. Assino ou faço coleta de assinaturas para uma petição na internet
	52. Participo de manifestações online
	53. Faço doação de dinheiro para fins políticos online
	54. Apoio financeiramente organizações de caridade usando internet
	55. Faço arrecadação de fundos para fins políticos online
	56. Faço boicote a certos produtos na internet por motivos políticos, ideológicos, éticos ou ambientais semestralmente
	57. Compro alguns produtos em vez de outros na internet por motivos políticos, ideológicos, éticos ou ambientais semestralmente
	58. Participo de discussões políticas online
	59. Expresso ideias ou publico mensagens sobre assuntos políticos em espaços públicos online

APÊNDICE E – Questionário de validação de conteúdo e face

Prezado(a), você está diante de um questionário de validação de conteúdo e validação de face, uma das etapas de desenvolvimento de escalas de mensuração. Assim, este questionário está relacionado ao processo de desenvolvimento de um modelo de mensuração da participação política, que faz parte da pesquisa de tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Administração, da Universidade Federal da Paraíba.

A geração das dimensões de participação política, assim como a atividade de geração dos itens de mensuração, se deu por meio da revisão sistemática da literatura sobre “tipologias de participação política”. Nessa revisão, identificamos oito dimensões: votação, atividade de campanha, atividade partidária, contato, protesto, consumismo político, engajamento cívico e participação pela internet.

Neste contexto, pedimos a sua colaboração na validação de conteúdo e de face do instrumento em desenvolvimento. Vale destacar que a validação de conteúdo avalia se os itens são adequados para mensuração do construto, enquanto a validação de face diz respeito à clareza dos itens para o que se pretende medir. Para cada dimensão, apresentamos a respectiva definição e um conjunto de itens que o mensura, de modo que a avaliação seja feita em função da adequação do item a essa definição, assim como em função da clareza do enunciado. Assim, considere os critérios de avaliação que se seguem, devendo escrever o número que corresponde à sua avaliação no espaço correspondente.

Adequação do item à definição				
1 - Inadequado	2 - Pouco Adequado	3- Adequado	4 - Bem Adequado	5- Adequação perfeita
Clareza do enunciado				
1 - Muito Ruim	2 - Ruim	3 -Razoável	4 - Boa	5 - Muito Boa

Dimensão 1: Votação		Definição: Votação refere-se à participação dos cidadãos em eleições que ocorrem no seu país, estado ou província e no seu município		
Nº	Item	Adequação do item	Clareza do enunciado	Comentários/sugestões
1.1	Votei na última eleição nacional, federal ou presidencial			
1.2	Votei na última eleição parlamentar			
1.3	Votei na última eleição legislativa			
1.4	Votei na última eleição estadual ou provincial			
1.5	Votei na última eleição local ou municipal			

Dimensão 2: Atividade de campanha	Definição: Atividade de campanha consiste na busca de apoio dos eleitores por meio da influência do seu comportamento eleitoral com vistas a votar em um candidato e/ou em um partido político, além de outras ações políticas relacionadas ao período de campanha eleitoral			
Nº	Item	Adequação do item	Clareza do enunciado	Comentários/sugestões
2.1	Concorro como candidato eleitoral			
2.2	Faço campanha política			
2.3	Influencio os outros a votar			
2.4	Trabalho em uma campanha política			
2.5	Trabalho para um candidato durante a campanha			
2.6	Participo de reuniões políticas ou comícios políticos			
2.7	Uso roupas ou outros objetos visíveis com uma mensagem política			
Dimensão 3: Atividade partidária	Definição: Atividade partidária é o conjunto de ações políticas desempenhadas por cidadãos na sua qualidade de membros ou ativistas de partidos e/ou de organizações sócio-políticas capazes de influenciar a plataforma destas organizações políticas			
Nº	Item	Adequação do item	Clareza do enunciado	Comentários/sugestões
3.1	Sou membro de um partido político			
3.2	Sou membro de organização sócio-política			
3.3	Trabalho para um partido político ou candidato			
3.4	Faço trabalho voluntário para um partido			
3.5	Faço doação de dinheiro a partido político			
3.6	Faço doação de dinheiro a organização sócio-política			
3.7	Convoco outras pessoas para arrecadar dinheiro para uma organização política ou para propósito político			
Dimensão 4: Contato	Definição: Contato consiste de atividades direcionadas por cidadãos a políticos, funcionários de governo e funcionários públicos, apresentando suas opiniões sobre questões políticas e problemas relacionados à sua comunidade			
Nº	Item	Adequação do item	Clareza do enunciado	Comentários/sugestões
4.1	Contato funcionário público para expressar opinião sobre assunto político			
4.2	Contato funcionário do governo sobre um problema da comunidade			
4.3	Contato um político para expressar opinião sobre assunto político			
4.4	Contato um funcionário do governo federal ou nacional sobre um problema pessoal			
4.5	Contato um funcionário do governo estadual ou provincial sobre um problema pessoal			
4.6	Contato um funcionário do governo local ou municipal sobre um problema pessoal			
Dimensão 5: Protesto	Definição: Protesto é um meio através do qual os cidadãos demonstram objeção em relação a certas decisões tomadas por determinados atores políticos ou em relação a questões específicas consideradas inadequadas para os cidadãos ou para a sociedade			
Nº	Item	Adequação do item	Clareza do enunciado	Comentários/sugestões
5.1	Assino ou colete assinaturas para uma petição			

5.2	Participo de manifestações			
5.3	Tento bloquear o trânsito por razões políticas			
5.4	Tento interromper uma marcha ou reunião			
5.5	Participo de greves			
5.6	Ocupo edifícios ou fábricas por motivações políticas			
5.7	Faço ocupação de espaços públicos por motivações políticas			
5.8	Faço sabotagem ou obstrução de estradas e/ou ferrovias por motivações políticas			
5.9	Causo danos à propriedade por motivações políticas			
5.10	Participo de <i>flash mobs</i> políticos			

Dimensão 6: Consumismo político	Definição: Consumismo político refere-se ao boicote (rejeição) ou compra deliberadamente seletiva de certos produtos, marcas e serviços por considerações políticas, ideológicas, éticas e ambientais (EKMAN; AMNÅ, 2012; GUNDELACH, 2020; STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005; VAN DETH, 2009, 2014)
---	---

Nº	Item	Adequação do item	Clareza do enunciado	Comentários/sugestões
6.1	Faço boicote a certos produtos por motivações políticas, semestralmente			
6.2	Faço boicote a certos produtos por motivações ideológicas, semestralmente			
6.3	Faço boicote a certos produtos por motivações éticas, semestralmente			
6.4	Faço boicote a certos produtos por motivações ambientais, semestralmente			
6.5	Compro certos produtos em vez de outros por motivações políticas, semestralmente			
6.6	Compro certos produtos em vez de outros por motivações ideológicas, semestralmente			
6.7	Compro certos produtos em vez de outros por motivações éticas, semestralmente			
6.8	Compro certos produtos em vez de outros por motivações ambientais, semestralmente			

Dimensão 7: Engajamento cívico	Definição: Engajamento cívico diz respeito às ações políticas dos cidadãos voltadas para ajudar os outros (EKMAN; AMNÅ, 2012) ou para promover mudanças de interesse público na comunidade
--	---

Nº	Item	Adequação do item	Clareza do enunciado	Comentários/sugestões
7.1	Faço doação de dinheiro para caridade			
7.2	Faço arrecadação de fundos para uma organização de caridade			
7.3	Faço arrecadação de fundos para um projeto local			
7.4	Escrevo cartas para editor de jornal, revista ou de publicações semelhantes para comentar um assunto político			
7.5	Faço trabalho voluntário para resolver problemas locais			

Dimensão 8: Participação pela internet		Definição: Participação política por meio da internet consiste no uso das plataformas baseadas na internet (por exemplo, mídia social, redes sociais, e-mails, etc.) para fins políticos, com vistas a influenciar resultados e decisões políticas		
Nº	Item	Adequação do item	Clareza do enunciado	Comentários/sugestões
8.1	Faço mobilização política usando a mídia social			
8.2	Contato políticos ou funcionários públicos por meio de plataformas baseadas na internet			
8.3	Assino ou faço coleta de assinaturas para uma petição na internet			
8.4	Participo de manifestações online			
8.5	Faço doação de dinheiro para fins políticos online			
8.6	Apoio financeiramente organizações de caridade usando internet			
8.7	Faço arrecadação de fundos para fins políticos online			
8.8	Faço boicote a certos produtos na internet por motivos políticos, ideológicos, éticos ou ambientais semestralmente			
8.9	Compro alguns produtos em vez de outros na internet por motivos políticos, ideológicos, éticos ou ambientais semestralmente			
8.10	Participo de discussões políticas online			
8.11	Expresso ideias ou publico mensagens sobre assuntos políticos em espaços públicos online			

Agradecemos imensamente pela sua colaboração à pesquisa.

APÊNDICE F – Questionário aplicado na primeira amostragem

Pesquisa sobre participação política dos cidadãos

Caro cidadão, gostaria de convidá-lo para participar de uma pesquisa sobre participação política. A pesquisa faz parte da minha tese do doutoramento em Administração, da Universidade Federal da Paraíba (Brasil), que tem como um dos objetivos desenvolver uma escala de medição da participação política dos cidadãos no contexto moçambicano.

Para as perguntas deste questionário, não há respostas certas ou erradas, interessando-me apenas as suas opiniões dadas de forma sincera e verdadeira. Irei usar as suas respostas de forma confidencial e apenas para fins acadêmicos. Em nenhum momento solicito o seu nome no questionário e irei analisar as suas respostas conjuntamente com as respostas de outros respondentes, de forma a não expor a sua identidade na pesquisa. Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa, envie um e-mail para kanimambomagul@gmail.com. Pela importância das suas respostas, agradeço atempadamente pela sua colaboração na pesquisa.

OBS: Ao aceitar participar na pesquisa, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para publicação dos resultados.

As alternativas de resposta variam de **1 (Discordo Totalmente)** até **10 (Concordo Totalmente)**, Por favor, analise cuidadosamente as frases e escolha o número que se ajusta à sua opinião, usando a escala de 1 a 10, As frases expressam ações ou atitudes contínuas, ao longo do tempo.

	1 = Discordo Totalmente					10 = Concordo Totalmente				
1. Tenho votado para a eleição do Presidente da República	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2. Tenho estado a concorrer como candidato eleitoral	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3. Venho sendo membro de um partido político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Costumo fazer mobilização política usando <i>mídia</i> social (Facebook, Instagram, Youtube, etc.)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Venho assinando petições, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Venho fazendo boicote a certos produtos, por motivações políticas ou ideológicas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Tenho vindo a doar dinheiro para ações de caridade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Tenho votado para a eleição dos deputados da Assembleia da República	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Tenho estado a fazer campanha eleitoral voluntariamente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10. Venho bloqueando trânsito em protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Fale um pouco de você

11. Qual é o seu sexo de nascimento?

a) () Masculino b) () Feminino

Por favor, continue respondendo, usando a escala que varia de **1 (Discordo Totalmente)** a **10 (Concordo Totalmente)**.

	1 = Discordo Totalmente					10 = Concordo Totalmente				
12. Venho sendo membro de uma organização pertencente a partido político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
13. Costumo contactar políticos ou funcionários públicos por meio de plataformas da <i>internet</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
14. Venho participando em manifestações, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
15. Venho fazendo campanhas de boicote a certos produtos, por motivações políticas ou ideológicas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
16. Tenho vindo a arrecadar fundos para organização de caridade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
17. Tenho estado a influenciar nos outros a votar, durante o período de campanha eleitoral	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
18. Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Provincial	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
19. Costumo publicar assuntos políticos em espaços públicos <i>online</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
20. Venho fazendo trabalho remunerado em um partido político ou candidato	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
21. Ando contactando membros do Governo para discutir assuntos políticos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Fale mais de você

22. Qual é a sua idade?

a) () 20 anos ou menos b) () Mais de 20 anos até 35 anos
c) () Mais de 35 até 45 anos d) () Mais de 45 anos

Peço, novamente, que continue respondendo, usando a escala que varia de **1 (Discordo Totalmente)** a **10 (Concordo Totalmente)**.

	1 = Discordo Totalmente					10 = Concordo Totalmente				
23. Costumo incentivar, na <i>internet</i> , a compra de certos produtos, por motivos políticos, ideológicos, éticos ou ambientais	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

24. Venho fazendo boicote a certos produtos, por motivações éticas ou ambientais	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
25. Tenho vindo a arrecadar fundos para projeto local	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
26. Costumo assinar petições <i>online</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
27. Tenho votado para a eleição do Presidente do Município	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
28. Tenho estado a trabalhar para um candidato ou partido político, durante o período de campanha eleitoral	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
29. Venho fazendo trabalho voluntário para partido político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
30. Ando contactando membros do Governo Provincial para apresentar problemas da comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
31. Venho interrompendo reuniões políticas, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
32. Venho fazendo campanhas de boicote a certos produtos, por motivações éticas ou ambientais	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Fale mais um pouco de você

33. Qual é o seu nível de escolaridade?

- a) () Primário (até 7ª classe)
- b) () Básico (10ª classe ou equivalente)
- c) () Médio (12ª classe ou equivalente)
- d) () Superior
- e) () Pós-Graduação (mestrado/doutoramento)

Por favor, continúe respondiendo, usando la escala que varía de **1 (Discordo Totalmente)** a **10 (Concordo Totalmente)**.

	1 = Discordo Totalmente						10 = Concorde Totalmente			
34. Tenho vindo a escrever cartas para editor de jornal, revista, etc, sobre assuntos políticos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
35. Costumo participar de manifestações políticas <i>online</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
36. Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Municipal	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
37. Tenho estado a participar em comícios políticos, durante o período de campanha eleitoral	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
38. Venho fazendo doação de dinheiro para um partido político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
39. Ando contactando políticos para discutir assuntos políticos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
40. Venho participando em greves, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
41. Venho fazendo compra de certos produtos, por motivações políticas ou ideológicas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
42. Tenho vindo a fazer trabalho voluntário em prol da minha comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
43. Costumo doar dinheiro para fins políticos <i>online</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Novamente, fale um pouco de você

59. Venho causando danos à propriedade, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
60. Costumo participar em discussões sobre assuntos políticos <i>online</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
61. Ando contactando membros do Governo Central para apresentar problemas da comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Muito obrigado pela sua colaboração.

APÊNDICE G – Estatísticas descritivas da primeira amostra

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria		Curtose	
	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Erro Padrão	Estatística	Erro Padrão
AC1	522	1	10	1,65	1,83	3,33	3,07	,11	9,08	,21
AC2	522	1	10	2,91	3,09	9,57	1,38	,11	,39	,21
AC3	522	1	10	4,60	3,70	13,66	,37	,11	-1,53	,21
AC4	522	1	10	2,21	2,55	6,52	2,08	,11	3,05	,21
AC5	522	1	10	3,01	3,11	9,69	1,31	,11	,21	,21
AC6	522	1	10	3,01	3,20	10,22	1,31	,11	,12	,21
AP1	522	1	10	3,91	3,67	13,46	,73	,11	-1,19	,21
AP2	522	1	10	3,14	3,39	11,51	1,19	,11	-,29	,21
AP3	522	1	10	1,46	1,51	2,29	3,95	,11	16,39	,21
AP4	522	1	10	2,42	2,82	7,92	1,86	,11	1,99	,21
AP5	522	1	10	1,77	1,94	3,77	2,80	,11	7,38	,21
AP6	522	1	10	1,77	1,95	3,79	2,79	,11	7,171	,21
AP7	522	1	10	1,55	1,50	2,26	3,09	,11	9,48	,21
Cont1	522	1	10	1,83	2,00	4,01	2,56	,11	5,81	,21
Cont2	522	1	10	2,42	2,60	6,76	1,80	,11	2,03	,21
Cont3	522	1	10	1,83	1,97	3,90	2,55	,11	5,87	,21
Cont4	522	1	10	2,46	2,73	7,46	1,77	,11	1,79	,21
Cont5	522	1	10	1,94	2,10	4,40	2,38	,11	4,87	,21
Cont6	522	1	10	2,09	2,33	5,44	2,24	,11	3,99	,21
CP1	522	1	10	1,84	2,01	4,05	2,59	,11	6,00	,21
CP2	522	1	10	1,60	1,65	2,73	3,24	,11	10,78	,21
CP3	522	1	10	2,46	2,68	7,16	1,77	,11	1,86	,21
CP4	522	1	10	2,09	2,34	5,49	2,23	,11	3,98	,21
CP5	522	1	10	1,94	2,14	4,57	2,43	,11	5,09	,21
CP6	522	1	10	1,68	1,79	3,21	3,01	,11	8,91	,21
CP7	522	1	10	3,02	3,06	9,39	1,24	,11	,06	,21
CP8	522	1	10	2,72	2,87	8,25	1,51	,11	,89	,21
EC1	522	1	10	4,44	3,36	11,31	,40	,11	-1,33	,21
EC2	522	1	10	3,23	3,13	9,79	1,11	,11	-,25	,21
EC3	522	1	10	2,79	2,90	8,42	1,44	,11	,67	,21
EC4	522	1	10	1,86	2,05	4,19	2,59	,11	6,01	,21
EC5	522	1	10	4,92	3,63	13,19	,22	,11	-1,58	,21
PI1	522	1	10	2,14	2,32	5,381	2,11	,11	3,46	,21
PI2	522	1	10	2,45	2,70	7,300	1,75	,11	1,69	,21
PI3	522	1	10	2,66	2,86	8,20	1,58	,11	1,09	,21
PI4	522	1	10	2,35	2,62	6,84	1,88	,11	2,26	,21
PI5	522	1	10	2,63	2,823	7,98	1,55	,11	1,03	,21
PI6	522	1	10	1,92	2,14	4,56	2,57	,11	5,94	,21
PI7	522	1	10	1,54	1,55	2,40	3,31	,11	11,12	,21
PI8	522	1	10	2,43	2,62	6,89	1,74	,11	1,73	,21
PI9	522	1	10	2,34	2,52	6,34	1,86	,11	2,31	,21
Prot1	522	1	10	2,11	2,36	5,59	2,22	,11	3,93	,21
Prot2	522	1	10	1,43	1,38	1,90	3,86	,11	15,93	,21

APÊNDICE H – Estrutura fatorial da primeira rodada da AFE

[illegible]

APÊNDICE I – Questionário sobre participação política aplicado a “não membros” de OSC’s (2ª amostragem)

Pesquisa sobre participação política dos cidadãos

Sou moçambicano, estudante do doutoramento em Administração na Universidade Federal da Paraíba (Brasil), Peço a sua colaboração na pesquisa sobre participação política, com base na qual pretendo elaborar a minha tese, A tese tem como um dos objetivos desenvolver um modelo de mensuração da participação política, no contexto moçambicano.

Para as perguntas deste questionário, não há respostas certas ou erradas, interessando-me apenas as suas opiniões dadas de forma sincera e verdadeira, Em nenhum momento solicito o seu nome e irei analisar as suas respostas conjuntamente com as respostas de outros respondentes, O preenchimento do questionário demora até 5 minutos, Em caso de dúvida, por favor envie e-mail para kanimambomagul@gmail.com.

OBS: Ao aceitar participar na pesquisa, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para publicação dos resultados.

1. Qual é a sua situação quanto à filiação a pelo menos uma Organização da Sociedade Civil (OSC)?
 - a) Sou membro de OSC ()
 - b) Fui membro de OSC’s ()
 - c) Nunca fui membro de OSC’s ()
2. Qual é o seu sexo de nascimento?
 - a) Masculino ()
 - b) Feminino ()

As alternativas de resposta das questões que constam nos quadros variam de **1 (Discordo Totalmente)** a **10 (Concordo Totalmente)**, As afirmações expressam ações ou atitudes contínuas, ao longo do tempo, Por favor, analise cuidadosamente cada frase e escolha uma opção de resposta que se ajusta à sua opinião, usando a escala de 1 a 10, sinalizando com um “X”.

1 = Discordo Totalmente 10 = Concordo Totalmente

3. Tenho estado a fazer campanha eleitoral voluntariamente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Ando contactando membros do Governo Provincial para apresentar problemas da comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Tenho vindo a doar dinheiro para ações de caridade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Venho assinando petições, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Tenho votado para a eleição do Presidente da República	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Tenho estado a trabalhar para um candidato ou partido político, durante o período de campanha eleitoral	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Venho bloqueando trânsito em protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

10. Nas faixas etárias que se seguem, na qual você se enquadra?
 - a) 20 anos ou menos ()
 - b) Mais de 20 anos até 30 anos ()
 - c) Mais de 30 anos até 40 anos ()

d) Mais de 40 anos até 50 anos ()

e) Mais de 50 anos ()

11. Qual é o seu nível de escolaridade concluído?

a) Primário (até 7ª classe) ()

b) Básico (10ª classe ou equivalente) ()

c) Médio (12ª classe ou equivalente) ()

d) Graduação (Bacharelado/licenciatura) ()

e) Pós-Graduação (mestrado/doutoramento) ()

f) Pós-doutoramento ()

Por favor, continue respondendo, usando a escala que varia de **1 (Discordo Totalmente)** a **10 (Concordo Totalmente)**.

	1 = Discordo Totalmente					10 = Concordo Totalmente (10)				
12. Ando contactando políticos para discutir assuntos políticos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
13. Tenho vindo a angariar fundos para uma organização de caridade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
14. Venho participando em manifestações, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
15. Tenho votado para a eleição dos deputados da Assembleia da República	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
16. Venho sendo membro de um partido político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
17. Ando contactando membros do Governo Distrital para apresentar problemas da comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
18. Venho interrompendo reuniões políticas, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

19. Qual é a renda mensal da sua família, aproximadamente (sua renda e de todas as pessoas que vivem consigo)?

a) Até 4,829 Mt ()

b) Acima de 4,829 Mt até 14,487 Mt ()

c) Acima de 14,487 Mt até 28,974 Mt ()

d) Acima de 28,974 Mt até 43,461 Mt ()

e) Acima de 43,461 Mt ()

Peço, novamente, que continue respondendo, usando a escala que varia de **1 (Discordo Totalmente)** a **10 (Concordo Totalmente)**.

	1 = Discordo Totalmente					10 = Concordo Totalmente				
20. Tenho vindo a angariar fundos para implementação de um projeto local	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
21. Venho participando em greves, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

22. Ando contactando funcionários públicos para discutir assuntos políticos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
23. Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Provincial	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
24. Tenho vindo a fazer trabalho voluntário em prol da minha comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
25. Venho sendo membro de uma organização pertencente a partido político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
26. Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

27. Qual é o seu estado civil?

- a) Solteiro(a) ()
 b) União de facto ()
 c) Casado(a) ()

- d) Divorciado(a)/Separado(a) ()
 e) Viúvo(a) ()

Por favor, continue respondendo, usando a escala que varia de **1 (Discordo Totalmente)** a **10 (Concordo Totalmente)**.

1 = Discordo
Totalmente

10 = Concordo
Totalmente

28. Tenho estado a usar roupas ou objetos com uma mensagem política, durante o período de campanha eleitoral	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
29. Venho sabotando ou obstruindo estradas ou ferrovias, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
30. Tenho votado para a eleição do Presidente do Município	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
31. Ando contactando membros do Governo Central para apresentar problemas da comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
32. Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Municipal	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
33. Venho fazendo trabalho voluntário para partido político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
34. Venho causando danos à propriedade, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
35. Tenho estado a participar em comícios políticos, durante o período de campanha eleitoral	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

36. Para finalizar, por favor, diga em que província você mora?

- a) Maputo-Cidade ()
 b) Maputo ()
 c) Gaza ()
 d) Inhambane ()

- e) Sofala ()
 f) Manica ()
 g) Tete ()
 h) Zambézia ()

- i) Nampula ()
 j) Cabo Delgado ()
 k) Niassa ()

Muito obrigado pela sua colaboração.

APÊNDICE J: Questionário sobre Retenção e Participação Política de “membros” de OSC’s (2ª amostragem)

Sou moçambicano, estudante do doutoramento em Administração na Universidade Federal da Paraíba (Brasil), Estou a recolher dados para elaborar a minha tese, por isso, peço a sua colaboração na pesquisa, que tem como um dos objetivos “avaliar as relações entre práticas de retenção nas organizações da sociedade civil (OSC’s) e participação política dos ‘membros’ das OSC’s”.

Este questionário está subdividido em duas partes: a primeira faz avaliação das práticas de retenção de “membros” nas OSC’s e a segunda parte faz a mensuração da participação política de “membros” das OSC’s, Considerando que o questionário agrega dois instrumentos de pesquisa, o seu preenchimento pode demorar cerca de 8 minutos, Pela importância da sua participação na pesquisa, peço o favor de dedicar parte do seu precioso tempo no preenchimento do questionário, pacientemente.

Para as perguntas deste questionário, não há respostas certas ou erradas, interessando-me apenas as suas opiniões dadas de forma sincera e verdadeira, Em nenhum momento solicito o seu nome nem da OSC’s na qual faz parte e irei analisar as suas respostas conjuntamente com as respostas de outros respondentes, Em caso de dúvida, por favor envie e-mail para kanimambomagul@gmail.com.

1ª PARTE: PRÁTICAS DE RETENÇÃO DE “MEMBROS” NAS OSC’S

Nesta parte, trago questões que avaliam práticas de retenção de “membros”/colaboradores nas OSC’s

1. Para começar, peço que me diga há quanto tempo você é membro de OSC’s?

a) Menos de 1 ano ()	d) Entre 6 e 10 anos ()
b) 1 ano ()	e) Mais de 10 anos ()
c) Entre 2 e 5 anos ()	

2. Qual é o seu sexo de nascimento?

a) Masculino ()	b) Feminino ()
-----------------------	----------------------

As alternativas de resposta das questões que se seguem, variam de 1 (Discordo Totalmente) a 10 (Concordo Totalmente), Em cada frase, por favor, escolha uma opção de resposta que se ajusta à sua opinião, sinalizando-a com um “X”.

	1 = Discordo Totalmente					10 = Concordo Totalmente				
3. Meu supervisor procura elogiar o desempenho positivo dos membros/colaboradores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Estou satisfeito com o meu pacote de benefícios	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. O trabalho exige que eu use uma série de habilidades complexas ou de alto nível	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Muitas vezes sinto que há muito trabalho a fazer	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

7. Esta organização está me fornecendo treinamento específico para o trabalho	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Pessoalmente, estou satisfeito com o meu aumento mais recente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Minhas chances de ser promovido(a) são boas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10. Sinto-me valorizado pelo meu supervisor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11. Tempo suficiente é alocado para treinamento de produto e solução	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
12. Estou satisfeito(a) com as informações sobre questões salariais fornecidas pela organização	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

13. Qual é a função que exerce na OSC's?

- a) Director ou representante da OSC's ()
- b) Presidente ou Director de uma unidade orgânica ()
- c) Responsável setorial ()
- d) Operativa ()
- e) Outra () Especifique _____

Por favor, continue respondendo, usando a escala que varia de **1 (Discordo Totalmente)** a **10 (Concordo Totalmente)**.

1 = Discordo
Totalmente

10 = Concordo
Totalmente

14. O supervisor dá-me “feedback” sobre quão bem faço meu trabalho	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
15. Estou satisfeito com o meu pacote salarial total atual (salário base, benefícios e incentivos)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
16. Existem oportunidades de carreira suficientes para mim nesta organização	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
17. Frequentemente, minha agenda de trabalho entra em conflito com minha vida pessoal	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
18. Pessoalmente, estou satisfeito com a estrutura de pagamento da organização	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
19. Meu supervisor recompensa boas ideias, implementando-as e dando crédito ao colaborador responsável	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
20. Posso aplicar o treinamento que recebo, nesta organização	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
21. Estou satisfeito com a consistência das políticas de pagamento da organização	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
22. Meu trabalho afeta negativamente meu papel como cônjuge e/ou pai ou mãe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
23. Pessoalmente, estou satisfeito com o valor dos meus benefícios	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

24. Qual é a área de actuação mais predominante da OSC's na qual pertence?

Por favor, continue respondendo, usando a escala que varia de **1 (Discordo Totalmente)** a **10 (Concordo Totalmente)**.

1 = Discordo
Totalmente

10 = Concordo
Totalmente

25. Dinheiro suficiente é alocado para treinamento de produto e solução	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
26. Meu supervisor reconhece o colaborador pelo trabalho bem executado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
27. Estou satisfeito com a competitividade do meu pacote salarial total (salário base, benefícios e incentivos)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
28. Pode ser fácil encontrar emprego em outro Setor ou Departamento, nesta organização	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
29. Meu supervisor costuma me dizer o quão bem ele acha que estou realizando o trabalho	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
30. Estou satisfeito com o tamanho do meu incentivo financeiro atual	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
31. O desenvolvimento da carreira do colaborador é importante nesta organização	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
32. O trabalho me dá uma oportunidade considerável de independência e liberdade na forma como faço	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
33. Meu trabalho tem efeitos negativos em minha vida pessoal	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
34. Pessoalmente, estou satisfeito com o número de benefícios que recebo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

35. Nas faixas etárias que se seguem, na qual você se enquadra?

- a) 20 anos ou menos ()
- b) Mais de 20 anos até 30 anos ()
- c) Mais de 30 anos até 40 anos ()
- d) Mais de 40 anos até 50 anos ()
- e) Mais de 50 anos ()

36. Qual é o seu estado civil?

- a) Solteiro(a) ()
- b) União de facto ()
- c) Casado(a) ()
- d) Divorciado(a)/Separado(a) ()
- e) Viúvo(a) ()

Continua →

2ª PARTE: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS CIDADÃOS

Nesta última parte, pretendo medir o envolvimento dos “membros” das OSC’s em práticas políticas,

ATENÇÃO: As questões expressam acções ou atitudes contínuas, ao longo do tempo, Em cada frase, por favor, escolha uma opção de resposta que se ajusta à sua opinião, na escala de 1 a 10, sinalizando-a com um “X”.

1 = Discordo
Totalmente 10 = Concordo
Totalmente

37. Tenho estado a fazer campanha eleitoral voluntariamente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
38. Ando contactando membros do Governo Provincial para apresentar problemas da comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
39. Tenho vindo a doar dinheiro para ações de caridade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
40. Venho assinando petições, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
41. Tenho votado para a eleição do Presidente da República	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
42. Tenho estado a trabalhar para um candidato ou partido político, durante o período de campanha eleitoral	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
43. Venho bloqueando trânsito em protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
44. Ando contactando políticos para discutir assuntos políticos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
45. Tenho vindo a angariar fundos para uma organização de caridade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
46. Venho participando em manifestações, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

47. Qual é o seu nível de escolaridade concluído?

- a) Primário (até 7ª classe) ()
- b) Básico (10ª classe ou equivalente) ()
- c) Médio (12ª classe ou equivalente) ()
- d) Graduação (Bacharelado/licenciatura) ()
- e) Pós-Graduação (mestrado/doutoramento) ()
- f) Pós-doutoramento ()

Por favor, continue respondendo, usando a escala que varia de **1 (Discordo Totalmente)** a **10 (Concordo Totalmente)**.

1 = Discordo
Totalmente 10 = Concordo
Totalmente (10)

48. Tenho votado para a eleição dos deputados da Assembleia da República	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
49. Venho sendo membro de um partido político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
50. Ando contactando membros do Governo Distrital para apresentar problemas da comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
51. Venho interrompendo reuniões políticas, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

52. Tenho vindo a angariar fundos para implementação de um projeto local	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
53. Venho participando em greves, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
54. Ando contactando funcionários públicos para discutir assuntos políticos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
55. Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Provincial	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
56. Tenho vindo a fazer trabalho voluntário em prol da minha comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
57. Venho sendo membro de uma organização pertencente a partido político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

58. Qual é a renda mensal da sua família, aproximadamente (sua renda e de todas as pessoas que vivem consigo)?

- a) Até 4,829 Mt ()
- b) Acima de 4,829 Mt até 14,487 Mt ()
- c) Acima de 14,487 Mt até 28,974 Mt ()
- d) Acima de 28,974 Mt até 43,461 Mt ()
- e) Acima de 43,461 Mt ()

Peço, novamente, que continue respondendo usando a escala que varia de **1 (Discordo Totalmente)** a **10 (Concordo Totalmente)**.

1 = Discordo
Totalmente

10 = Concordo
Totalmente

59. Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
60. Tenho estado a usar roupas ou objetos com uma mensagem política, durante o período de campanha eleitoral	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
61. Venho sabotando ou obstruindo estradas ou ferrovias, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
62. Tenho votado para a eleição do Presidente do Município	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
63. Ando contactando membros do Governo Central para apresentar problemas da comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
64. Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Municipal	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
65. Venho fazendo trabalho voluntário para partido político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
66. Venho causando danos à propriedade, como protesto político	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
67. Tenho estado a participar em comícios políticos, durante o período de campanha eleitoral	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

68. Para finalizar, por favor, diga em que província você mora?

- a) Maputo-Cidade ()
- b) Maputo ()
- c) Gaza ()
- d) Inhambane ()
- e) Sofala ()
- f) Manica ()
- g) Tete ()
- h) Zambézia ()
- i) Nampula ()
- j) Cabo Delgado ()
- k) Niassa ()

